



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOCTORADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA

FERNANDA CRISTINE DOS SANTOS BENGIO

SUBJETIVIDADE, PATRIMÔNIO E CIDADE: APROPRIAÇÕES TURÍSTICAS
E CULTURAIS NO BAIRRO DA CAMPINA

Belém/Pará

2018

FERNANDA CRISTINE DOS SANTOS BENGIO

**SUBJETIVIDADE, PATRIMÔNIO E CIDADE: APROPRIAÇÕES TURÍSTICAS
E CULTURAIS NO BAIRRO DA CAMPINA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, vinculada à Linha de Pesquisa Psicologia, Sociedade e Saúde, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Flávia Cristina
Silveira Lemos

Belém/Pará

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B466s Bengio, Fernanda Cristine dos Santos
Subjetividade, Patrimônio e Cidade: Apropriações Turísticas e Culturais no Bairro da
Campina /
Fernanda Cristine dos Santos Bengio. — 2018
196 f. : il. color

Tese (Doutorado) -, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

Orientação: Profa. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos

1. Patrimônio Cultural. 2. Cidade. 3. Memória. 4. Subjetividade. 5. Bairro da Campina.

I. Lemos, Flávia Cristina Silveira, *orient.* II. Título

FERNANDA CRISTINE DOS SANTOS BENGIO

**SUBJETIVIDADE, PATRIMÔNIO E CIDADE: APROPRIAÇÕES TURÍSTICAS
E CULTURAIS NO BAIRRO DA CAMPINA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, vinculada à Linha de Pesquisa Psicologia, Sociedade e Saúde, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Belém, 25 de Junho de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Flávia Cristina Silveira Lemos – (Orientadora)
Universidade Federal do Pará - PPGP

Prof.^a Dr.^a Adelman Pimentel – (Membro Interno)
Universidade Federal do Pará - PPGP

Prof. Dr. Leandro Passarinho – (Membro Interno)
Universidade Federal do Pará - PPGP

Prof.^a Dr.^a Renata Godoy – (Membro Externo)
Universidade Federal do Pará - PPGA

Prof.^a Dr.^a Andréa Zanella – (Membro Externo)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Marcelo de Almeida Ferreri – (Membro Externo)
Universidade Federal de Sergipe

Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Chaves Lima – (Suplente)
Universidade Federal do Pará

A todos e todas que acreditam em uma cidade viva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES, pela concessão da bolsa; aos professores do PPGP-UFPA, que contribuíram direta e indiretamente para a construção desta pesquisa, em especial à minha orientadora, Dr.^a Flávia Lemos. Agradeço à professora Renata Godoy, que ministrou a disciplina Patrimônio e Turismo, no PPGA-UFPA, a qual foi fundamental para o delineamento deste estudo. Agradeço também aos colegas do PPGP-UFPA, pelos debates estimulantes travados ao longo destes quatro anos.

Agradeço ao GEMPAC, pela acolhida, entre os anos de 2015 e 2016, que permitiu maior contato com o bairro. Agradeço aos representantes dos espaços do Projeto Circular, os quais concederam as entrevistas usadas nesta pesquisa, e também aos moradores do bairro, que dividiram suas memórias e afetos sobre o bairro da Campina aqui utilizadas.

Agradeço às amigas e amigos, pelo apoio durante o período do Doutorado, em especial às amigas Francidalva Paulo, Elizabeth Santos e ao querido amigo Klézio Reis.

Agradeço à minha família, pela compreensão e apoio, em especial aos meus pais, Margarete Santos e Jaime Bengio, os quais partilharam comigo suas memórias e vivências sobre a Belém e o bairro da Campina de suas juventudes.

Nós achamos que se sairmos dos clichês, nós cairemos no caos – sair no clichê-cair no caos – e é exatamente isso! Sai do clichê, mergulha no caos. Mas sair do clichê e mergulhar no caos não é infelicidade. A infelicidade é permanecer nos clichês! (...). É isso que causa em nós um sofrimento insuportável, porque a vida da gente é uma permanente passagem, um permanente processo. A única experiência possível para produzir uma libertação e uma alegria é o confronto com o caos.

Claudio Ulpiano

É uma vida é meio fechada, se tiver que sair, tem que sair pra longe, chegar e se trancar.

V., Moradora do bairro da Campina.

SUBJETIVIDADE, PATRIMÔNIO E CIDADE: APROPRIAÇÕES TURÍSTICAS E CULTURAIS NO BAIRRO DA CAMPINA

RESUMO: Este trabalho interrogou a produção de subjetividades pelo dispositivo da patrimonialização, a partir dos desdobramentos políticos, econômicos, sociais e culturais do tombamento do bairro da Campina, em Belém do Pará. O entendimento de que a patrimonialização compõe múltiplas relações permitiu explorar a hipótese de que essa ação, como elemento importante nas disputas pelos usos da cidade e na produção de subjetividades dos sujeitos que se relacionam com o bairro da Campina, tem funcionado enquanto dispositivo de resistência frente à intensificação da financeirização da cidade, em Belém do Pará, na atualidade. Para explorar essa hipótese, buscou-se problematizar a constituição contemporânea da patrimonialização junto aos sistemas de saberes da modernidade, a constituição de importantes elementos da cidade tombada por meio de Cartas Patrimoniais e entrevistas o debate sobre memória coletiva, turismo e direito à cidade. Assim, o Projeto Circular foi tomado como objeto que materializa algumas lutas, no bairro da Campina, como a constituição de relações agonísticas relacionadas às apropriações dos espaços. O percurso analítico contou com as contribuições teóricas e metodológicas de Michel Foucault problematizando as relações de saber e poder envolvidas na produção de subjetividade na trama patrimonial. Sobre o olhar lançado à memória coletiva, contou-se com o subsídio teórico de Michel Halbachs e Gilles Deleuze. Os materiais analisados foram construídos em entrevistas com representantes dos espaços participantes do projeto Circular e moradores do bairro da Campina e algumas Cartas Patrimoniais que apontam diretrizes locais e internacionais sobre a patrimonialização de bens materiais, em especial os de caráter urbano e arquitetônico. Os materiais de análise apontaram a constituição da monumentalidade na constituição das cidades tombadas, estando presente o viés higienista nas práticas de reorganização espacial na Campina, porém indicaram ainda que existe forte viés agonístico na apropriação proposta por projetos como o Circular ao se colocar em cena a ideia de direito à cidade como prática de cuidado fortemente amparada pelo turismo cultural/patrimonial.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, cidade, memória, subjetividade e Bairro da Campina.

SUBJECTIVITY, PATRIMONY AND CITY: TOURISTIC AND CULTURAL APPROPRIATIONS IN THE CAMPINA NEIGHBORHOOD

ABSTRACT: This work analyzed the production of subjectivities by patrimonialization devices, based on the political, economic, social and cultural developments in the Campina neighborhood, in the city of Belem, in the state of Pará. The understanding that patrimonialization comprises multiple relations permitted the exploration of the hypothesis that this action, as an important element in the disputes over the uses of the city and in the production of subjectivities of the subjects in relation to the Campina neighborhood, presently has functioned as a resistance against the intensification of the financialization in Belem, Pará. In order to explore this hypothesis, we sought to problematize the contemporary constitution of patrimonialization along with the modern systems of knowledge, the constitution of important elements of the city listed by Patrimonial Letters, interviews and collective memory, tourism and the right to the city. Thus, the Circular Project was taken as an object that materializes some struggles, in the Campina neighborhood, such as the constitution of agonistic relations in regards to the appropriations of spaces. The analytical course included the theoretical and methodological contributions of Michel Foucault problematizing the relations of knowledge and power involved in the production of subjectivity in the patrimonial plot. Collective memory, the theoretical subsidy of Michel Halbachs and Gilles Deleuze was also included. The materials analyzed were obtained in interviews with representatives of the spaces that participated in the Circular project, residents of the Campina neighborhood and some Patrimonial Letters that show local and international guidelines on the patrimonialisation of material goods, especially those of an urban and architectural nature. The materials analyzed pointed to the constitution of monumentality in the constitution of the cities listed, being present the hygienist bias in the practices of spatial reorganization in Campina. There was also indication of a strong agonistic bias in the appropriation proposed by projects, such as the Circular, when putting on the scene the idea of the right to the city as a care practice strongly supported by cultural / patrimonial tourism.

Key words: Cultural heritage, city, memory, subjectivity, and the Campina neighborhood.

SUBJECTIVITÉ, PATRIMOINE ET VILLE: LES APPROPRIATIONS TOURISTIQUES ET CULTURELLES DANS LE QUARTIER CAMPINA

RÉSUMÉ: Cet article met en cause la production de subjectivités par le dispositif de patrimonialisation des développements politiques, économiques, sociaux et culturels du basculement du quartier Campina, à Belém do Pará. La compréhension que la patrimonialisation compose de multiples relations nous a permis d'explorer l'hypothèse que cette action, en tant qu'élément important des conflits sur les usages de la ville et de la production de subjectivités des sujets liés au quartier Campina, a fonctionné comme un dispositif de résistance à l'intensification de la financiarisation de la ville, à Belém do Pará, à l'heure actuelle. Pour explorer cette hypothèse, nous avons essayé discuter la constitution contemporaine de la patrimonialisation avec les systèmes de connaissances de la modernité, la constitution d'éléments importants de la ville tombée au moyen de Lettres Patrimoniales et des interviews en relation avec le débat sur la mémoire collective, le tourisme et le droit à la ville. Ainsi, le Projet Circular a été prise comme un objet qui matérialise des combats dans le quartier Campina, comme l'établissement de relations agonistiques liées à l'appropriation des espaces. Le cours d'analyse comprenait des contributions théoriques et méthodologiques de Michel Foucault, problématisant des relations de la connaissance et de la puissance impliquées dans la production de subjectivité dans le complot patrimoniale. Sur le coup d'oeil à la mémoire collective, on comptait sur la subvention théorique de Michel Halbachs et de Gilles Deleuze. Les matériaux analysés ont été construits lors d'entretiens avec des représentants des espaces participants au Projet Circular et des habitants du quartier Campina et des quelques Lettres Patrimoniales qui pointent directives locales et internationales sur la patrimonialisation des biens matériels, en particulier le caractère urbain et architectural. L'analyse des matériaux a indiqué la formation de la monumentalité dans la constitution des villes tombées, étant présent le biais hygiéniste dans les pratiques de réorganisation spatiale dans Campina, mais a également indiqué qu'il existe une forte biais agonistique dans l'appropriation proposé par des projets tels que la Circular de mettre en scène idée du droit à la ville en tant que pratique de soins fortement soutenue par le tourisme culturel/patrimonial.

Mots clés: Patrimoine culturel, ville, mémoire, subjectivité et le Quartier de Campina.

LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1 – Praça da Sereia.

FIGURA 2 – Jornal *A Província do Pará*, janeiro de 1987.

FIGURA 3 – Parte do mapa de Belém. Destaque para os bairros mais antigos: Cidade Velha, Campina, Nazaré e Jurunas.

FIGURA 4 - Túnel de mangueiras da Praça da República, Belém-Pará.

FIGURA 5 – Imagem localizada no bairro da Campina que mostra um clérigo em pé e um indígena ajoelhado.

FIGURA 6 – Fachada do Restaurante Dona Joana.

FIGURA 7 – Praça das Mercês em dia de Roteiro Geoturístico.

FIGURA 8 – Praça das Mercês em dia de Projeto Circular.

FIGURA 9 - Avenida Portugal, Campina-Belém.

FIGURA 10 - Paris n'América, importante loja de tecidos fundada em Belém, durante o século XIX.

FIGURA 11 - Rua Riachuelo, Campina. Vista da esquina da Avenida Presidente Vargas

FIGURA 12 – 6ª Seccional Urbana do Comércio.

FIGURA 13 – Endereço da 6ª Seccional Urbana do Comércio.

FIGURA 14 - Travessa Leão XXIII esquina com Avenida Conselheiro João Alfredo, próximo à loja Paris n'América. O prédio foi alvo de incêndio.

FIGURA 15 - Fachada do prédio destruído, visto da rua Padre Prudêncio.

FIGURA 16 - Estação das Docas, entrada pela Escadinha do Cais do Porto.

FIGURA 17 - Monumento construído na Praça dos Estivadores, em comemoração aos 400 anos da cidade de Belém.

FIGURA 18 – Concha acústica na Praça dos Estivadores antes da construção do monumento em comemoração aos 400 anos da cidade de Belém.

FIGURA 19 – Bar do Parque, espaço da cozinha/antiga bilheteria do Teatro da Paz e área onde ficam as mesas e cadeiras, respectivamente. Ao fundo, lateral do Teatro da Paz.

FIGURA 20 - Placa sinalizando espaços que fazem parte do Circular Campina-Cidade Velha.

FIGURA 21 – Complexo dos Mercedários. Imagens superiores: vistas da Boulevard Castilhos França; imagens inferiores: vistas dos altos da Fotoativa e da rua Santo Antônio, respectivamente.

FIGURA 22 – Mapa completo da cidade de Belém.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de habitantes dos bairros de Belém até 1960

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ASAPAM – Associação dos Amigos do Patrimônio da Amazônia
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CREAS – Centro Especializado de Referência da Assistência Social
- GEMPAC – Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará
- ICOM – Conselho Internacional de Museus
- ICOMOS – Conselho Internacional de Museus e Sítios
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- PPGA – Programa de Pós-graduação em Antropologia
- PPGP – Programa de Pós-graduação em Psicologia
- SECULT/PA – Secretaria de Cultura do Estado do Pará
- SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- UFPA – Universidade Federal do Pará
- UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
- UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - (UMA) ANALÍTICA ARQUEOLÓGICA E GENEALÓGICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL	31
1.1 - Formação discursiva do patrimônio histórico	31
1.2 – Patrimônio histórico e a institucionalização da memória	47
1.3 – Colecionismo, patrimônio e história	52
CAPÍTULO 2 – INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PATRIMONIALIZAÇÃO NO BRASIL	58
CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DA CIDADE TOMBADA: CARTAS PATRIMONIAIS E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO	65
3.1 – A construção da cidade patrimonializada	66
3.1.1 – Cartas de Atenas	67
3.1.2 – Carta de Veneza (1964) e Recomendações de Nairóbi (1976): monumentos e espaço urbano	75
3.1.3 – Carta de Brasília (1995)	78
3.1.4 – Ata da 67ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural	80
3.2 – Destruir, renovar e conservar: o problema do patrimônio edificado	81
3.3 – O tombamento de sítios históricos	93
3.3.1 – Processo de tombamento do centro histórico de Belém	97
CAPÍTULO 4 – PERCORRENDO RUAS E OUVINDO NARRATIVAS: A CONSTRUÇÃO DA BELÉM DA MEMÓRIA	102
4.1 – Aspectos conceituais da memória	103
4.1.1 – Contramemória, Razão de Estado e Racismo de Estado	109
4.2 – Memória e patrimônio	115
4.3 – O Projeto Circular e as memórias coletivas	120
4.3.1 - Campina: dia a dia da memória	126
CAPÍTULO 5 – POLÍTICA E AFETIVIDADE: A NOVIDADE DA BELÉM ANTIGA	129

5.1 – Notas sobre o processo de apropriação do centro histórico de Belém, bairro Campina	134
5.1.1 – Turismo cultural e patrimônio	137
5.1.2 – Turismo, desenvolvimento e o bairro da Campina	143
5.2 – Política e afetividade: a cidade subjetiva	148
5.2.1 – Heterotopias turísticas e patrimoniais na Campina	151
5.2.2 – Jogo agonístico no flunar: viajante ou turista?.....	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
REFERÊNCIAS	177.
ANEXOS.....	188

INTRODUÇÃO

A intersecção entre estudos de psicologia e cultura é amplamente conhecida, com forte destaque à psicanálise freudiana e estudos que usam a etnografia como método de pesquisa. De outras formas, esse campo de intersecção vem sendo explorado timidamente, por meio de estudos sobre patrimônio cultural e psicologia, produção restrita, de que fazem parte trabalhos como os de Marli Lopes da Costa. Entendendo-se que o patrimônio cultural se constitui como um multifacetado campo de pesquisa, o olhar da psicologia sobre ele pode adensar algumas discussões, principalmente no que se refere à constituição contemporânea do sujeito. Assim, nesta pesquisa, objetivou-se *problematizar os efeitos da patrimonialização do bairro da Campina, que faz parte do centro histórico de Belém, no recorte do direito à cidade e da produção das subjetividades*. A fim de alcançar tal objetivo, realizou-se a historicização da patrimonialização, na sociedade contemporânea, demarcando seus efeitos em Belém do Pará; efetuou-se a análise dos efeitos da memória social e coletiva, como dispositivo de subjetivação em sua relação com o bairro da Campina; discutiu-se o direito à cidade, em Belém do Pará, tendo como campo de análise a Campina, as práticas de patrimonialização e as implicações desses elementos para a produção da subjetividade.

A constituição desse objetivo perpassa a ideia de que as práticas de patrimonialização são relações de poder e saber que têm produzido efeitos diversos, no nível das relações sociais, imprimindo marcas nas subjetividades dos sujeitos, agenciando modos de usos dos espaços etc. As relações de poder e saber, ao serem ponderadas sob a ótica das contribuições teóricas e metodológicas de Michel Foucault, informam sobre os possíveis que racham as certezas, as quais tentam fixar os sujeitos em determinados lugares, de modo que se pode pensar como as lutas pelo direito à cidade, no recorte da patrimonialização permitem a existência de uma agonística da patrimonialização, frente à financeirização da cidade. Nesse sentido, a hipótese desta pesquisa pode ser descrita da seguinte maneira: *a patrimonialização, como elemento importante nas disputas pelos usos da cidade e na produção de subjetividades dos sujeitos que se relacionam com o bairro da Campina, tem funcionado enquanto dispositivo de resistência em face da intensificação da financeirização¹ da cidade, em Belém do Pará, na atualidade*.

¹ A tomada da cidade como negócio, em que a gestão da riqueza ocorre de modo especulativo e desregulamentado. Cf. SILVA, V. A financeirização do espaço urbano. In: ENGAL, Peru, 2013.

A proteção do patrimônio histórico e cultural ganha cada vez mais espaço na agenda política nacional e internacional, considerando que a proteção patrimonial remonta à Revolução Francesa, como é assinalado por Camargo (2002), Pelegrini e Funari (2008) e Choay (2006). No cenário mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) se destaca como organismo que tem organizado a defesa do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. O texto de abertura da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, de 1972, afirma que o patrimônio cultural e natural tem estado cada vez mais ameaçado pela “evolução da vida social e econômica”. Desse modo, o “desaparecimento” desse patrimônio ocasionaria um “empobrecimento” da herança dos “povos do mundo”. O cenário de destruição do pós-Segunda Guerra Mundial contribuiu fortemente para a configuração dessa política de proteção, porém, não se pode esquecer que o patrimônio cultural é sempre uma seleção, portanto, está inserido em relações de poder e de subjetivação as quais se desdobram em lutas de afirmação de identidades e interesses múltiplos, como o financeiro.

Em meio a esse processo, cidades históricas – e/ou núcleos urbanos antigos – vêm se tornando alvo de disputas econômicas e políticas, na direção da constituição de patrimônios culturais, os quais, conforme a Declaração de Caracas de 1992 (ICOM, 1999, p. 254), são todas as “expressões materiais e espirituais” de uma nação, região ou grupo que as caracterizem, seguindo essa trilha de cidades históricas que passaram a fazer parte da política patrimonial, bem como alguns centros históricos. Assim, este estudo tem como objeto de análise o bairro da Campina, o qual faz parte do centro histórico da cidade de Belém, situada no Estado do Pará. Buscou-se refletir acerca dos usos da cidade, no seu recorte patrimonial e turístico, de maneira que seja promovido debate sobre o tema do direito à cidade e modos de produção de subjetividades.

A UNESCO tem apresentado lugares, prédios e práticas como Patrimônios da Humanidade, e muitos países disputam para que seus bens entrem na seleta lista desse organismo multilateral (SMITH, 2006). No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o principal órgão federal ligado à política patrimonial. Estados e municípios têm autonomia para garantir a preservação/conservação/proteção do que venham a considerar como seus respectivos patrimônios culturais. Considerando que as ações dos três entes convergem em muitos aspectos, pois se trata de uma política pública pautada na Constituição Federal de 1988, conjuntos arquitetônicos tombados como patrimônio cultural mesclam aspectos interessantes, os quais podem ser

analisados na política patrimonial como circulação/acesso à cidade ligada ao turismo cultural, história-monumento, memória social, entre outros aspectos.

Em uma perspectiva global, a patrimonialização é caracterizada por seu viés público e coletivo, acionado pela ideia da população como filhos e herdeiros da República, uma contraposição ao centralismo da cultura material induzida durante o Antigo Regime, o que não deve ser tomado como simples dualismo. Tal fato está relacionado com uma espécie de estratégia de afirmação do novo regime de governo dos outros, o qual precisava mostrar estar ao lado da maioria da população. A sobreposição da coletividade em detrimento da esfera particular, no âmbito patrimonial, foi objeto de estudo de Tomaso (2007), ao analisar um episódio contemporâneo envolvendo a cidade de Goiás, que, em 13 de dezembro de 2001, ganhou o título de patrimônio mundial conferido pela UNESCO. Alguns dias depois, a cidade sofreu uma enchente, causando grandes perdas materiais e imateriais, entre seus moradores.

Tomaso (2007) salienta a importância de se observar as falas de moradores a respeito do acontecido, nas quais enfatizam a pouca importância, por eles notada, dada às perdas de patrimônios familiares e pessoais, em comparação com as de caráter coletivo e público, por parte das autoridades, que se preocuparam em restaurar edificações, como a casa de Cora Coralina e outros bens considerados de interesse coletivo.

Na antiga Vila Boa de Goiás, não havia aparentemente problema algum nesse projeto, pois até a perda de autonomia de intervenção sobre os seus próprios bens privados (casario) vinha sendo relativizada por boa parte dos vilaboenses, em nome do “patrimônio mundial” – esta, sim, a princípio, uma categoria de forte coesão social, mas que, no contexto da crise social, não obstante ser simbolicamente significativa e desencadeadora de grandes mudanças na percepção vilaboense sobre a categoria patrimônio, não garantiu a aceitação tácita da subsunção dos bens privados e pessoais aos coletivos. (TOMASO, 2007, p. 202).

O caso da antiga Vila Boa de Goiás assinala como a questão patrimonial está imbricada à problemática do público e privado, como aspecto de forte impacto na constituição dos modos de ser dos sujeitos. Essa é também uma problemática que deve ser historicizada. Durante o Regime Republicano, o patrimônio cultural passa a ser visto não mais como conjunto de objetos exclusivos da nobreza ou clero, pois se promovia a ideia de que a República era um regime de governo para todos e essa igualdade podia ser notada, dentre outros aspectos, no acesso ao patrimônio histórico e cultural, o legado da humanidade, por seus grandes feitos e realizações. A crescente importância dos bens

patrimoniais ajuda a irradiar o sentimento de unidade entre diferentes grupos sociais e desfoca os pontos de conflitos socioeconômicos os quais se multiplicam nas sociedades que adotam o sistema capitalista. Para Oliveira (2005),² a noção de patrimônio vigente a partir do século XVII se insere como “aparato ideológico” (p. 29) do Estado Nacional, na sua consolidação, por meio de um projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional.

No Brasil, só é possível falar da institucionalização da patrimonialização a partir da década de 1930, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)³, pelo qual se buscou referendar uma República branca e católica, através dos bens materiais tombados (IPHAN, 2003) As relações de poder e saber presentes no campo patrimonial estão intimamente associadas à configuração do Estado brasileiro. Em meio às teorias higienistas e práticas eugenistas, a cultura patrimonial toma forma, nas políticas brasileiras. Assim, a materialidade do patrimônio destaca templos religiosos cristãos, bem como pinturas que traduziriam a primazia, vitalidade e superioridade do homem branco europeu.

O jogo de sobreposição de forças, no campo patrimonial, restringiu o espaço para as práticas consideradas imateriais ou intangíveis, naquele momento, as quais dizem respeito, principalmente, a grupos historicamente marginalizados, como negros e índios. Silveira e Buendia (2011) salientam a renovação pelo interesse sobre a cultura material frente à multiplicação de ações voltadas à política patrimonial e da ampliação da atuação de movimentos sociais que se ocupam do tema, provocando o reconhecimento de outras referências culturais. Como exemplo disso, em 1984, foi tombado o terreiro Casa Branca do Engenho Velho, tido como o primeiro bem negro reconhecido⁴ como patrimônio pelo Conselho Consultivo do IPHAN. Para Costa (2004), essas transformações assinalam que o patrimônio perde seu caráter mítico para assumir um viés multicultural. O permanente embate dos valores a serem destacados dá-se em uma configuração política de afirmações de modos de ser. Para a política

² OLIVEIRA, Ana Gita de. Salvaguarda do Patrimônio Cultural: bases para constituição de direitos. In: SEMINÁRIO PATRIMÔNIO CULTURAL E PROPRIEDADE INTELECTUAL: PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO E DAS EXPRESSÕES CULTURAIS TRADICIONAIS, 13-15 de outubro de 2004, Belém/PA. Organizado por Eliane Moreira, Carla Arouca Belas, Benedita Barros, Antônio Pinheiro. *Anais...* Belém: CESUPA /MPEG, 2005.

³ Atualmente, é um instituto – IPHAN.

⁴ Informação encontrada no *site* do IPEA. Disponível em:

www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3128&catid=53&Itemid=23. Acesso em: 11 abr. 2016.

patrimonial, esse caráter é majoritariamente identitário, conforme se pode observar na obra de Oliveira (2005):

Os constantes novos sentidos, a permanente construção de novos sentidos e de novas referências culturais propõem um movimento de natureza política, articulador dos processos de construção de identificações contemporâneas. São, portanto, os suportes materiais e a imaterialidade que expressam, os elementos organizadores de políticas de referenciamento cultural. (OLIVEIRA, 2005, p. 27).

Essa política de referenciamento cultural está disposta sob a óptica estatal, bem como sob a força do capital. Assim, a patrimonialização contemporânea não se afasta do debate sobre desenvolvimento econômico, a exemplo do turismo cultural. A atividade turística tem sido alvo de discussões, em função dos efeitos por ela gerados, principalmente no que tange ao turismo de massa, questão abordada por Smith (2006), na contraposição entre turismo de massa e turismo cultural. Apesar disso, as cidades históricas destacam-se como empreendimento possível ao turismo, prática capaz de produzir desenvolvimento econômico local.

O debate sobre cidade, na atualidade, é importante para a analítica que se pretendeu construir neste estudo. As cidades, afirma Bauman (1999a), nasceram para garantir a proteção intramuros de seus habitantes. Atualmente, a falta de segurança tem sido o principal fator associado às cidades, Bauman (1999a) considera esse aspecto, ao trazer o debate de Richard Sennett sobre o declínio do homem público, tendo em vista os estudos desse autor sobre as cidades americanas. Do ponto de vista da geografia, Santos (2008) ressalta que houve uma proliferação das grandes cidades, nos países pobres, e estas são diretamente afetadas pelo “meio geográfico artificial”.⁵ Santos (2008) afirma que a cidade é um “lugar” revolucionário, dando, como exemplo, as cidades do período feudal, pois o burgo aparece como “[...] lugar onde o trabalho livre é possível” (p. 59). Portanto, pode-se sustentar que a cidade se apresenta como um complexo de relações marcadas por inovações tecnológicas, transformações políticas e econômicas, arranjos sociais e culturais diversificados em fluxos constantes de reorganização, sendo inúmeras as disputas presentes nos lugares. O lugar é, com efeito,

[...] um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam – ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos –, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõe e se exercem. (SANTOS, 2008, p. 59).

⁵ Alterações, de ordem técnica (por exemplo, edificações), efetuadas no meio.

A atual situação dos bairros do centro histórico de Belém remete às disputas econômicas acima citadas. Desse modo, é importante enfatizar que o bairro da Campina abriga ainda hoje o centro comercial da cidade.⁶ Dessa forma, vão sendo mescladas a função comercial, no nível do mais comum do que se encontra nos centros comerciais das cidades brasileiras, junto à qualidade de patrimônio cultural e seu potencial turístico. São diversos os caminhos aos quais essas possibilidades podem levar. Um modo analítico, portanto, seria enquadrar a materialidade da cidade tombada em meio às suas sinuosidades (imateriais), para refletir sobre desdobramentos subjetivos da patrimonialização em cidades históricas, considerando a permanente disputa relacionada aos usos e contrausos da cidade.

Em levantamento realizado no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no primeiro semestre de 2015⁷, com a conjugação de descritores como Bairro da Campina, pôde-se constatar que são poucas as pesquisas que se ocupam do bairro da Campina como um todo, considerando, sobretudo, o viés patrimonial. Entre os trabalhos que a primeira parte do levantamento mostrou, apenas quatro possuíam o centro histórico de Belém como campo de estudo. A partir da leitura desses trabalhos, foi possível vislumbrar que a produção acerca do centro histórico de Belém está dissipada em várias outras narrativas sobre a cidade, que parece ser um lugar do passado, principalmente no sentido rememorativo. No trabalho intitulado *A valoração como patrimônio cultural do <<raio que o parta>> expressão do modernismo popular, em Belém/PA*, é mencionada a preocupação de aspectos ligados à patrimonialização⁸, sem que haja debate específico sobre o centro histórico, ou seja, não se discute o tema das cidades históricas enquanto patrimônio cultural.

⁶ Conforme o Plano diretor de Belém, não há bairro do Comércio.

⁷ Cinco buscas preliminares no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram feitas, em 05/03/2015, utilizando-se as seguintes palavras-chave: bairro Comércio (dois registros), Campina Belém (três registros), Cidade Velha Belém (três registros), memória social Belém (quinze registros) e patrimônio histórico cultural Belém (cinco registros). Ao todo, 28 trabalhos foram encontrados. Desse total, havia 27 dissertações de mestrado e apenas uma tese de doutorado. Como o objetivo desse levantamento foi o de conhecer a produção acadêmica sobre o bairro da Cidade Velha e Campina (comércio), no que se refere à sua condição de patrimônio histórico e cultural e produção de memória social, a leitura dos resumos permitiu excluir todos os trabalhos que não se relacionassem ao centro histórico de Belém, restando apenas nove textos para serem analisados; desses nove, somente quatro trabalhos tinham arquivos completos disponíveis.

⁸ Dissertação sobre o “Raio que o parta”.

Porém, outra busca (com as mesmas palavras-chave) foi efetuada no banco de teses e dissertações da Universidade Federal do Pará (UFPA), quando outros trabalhos interessantes foram encontrados, como a Tese de Doutorado de Cybelle Salvador de Miranda (2006), intitulada *Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários do patrimônio cultural em Belém*, e a Dissertação de Mestrado de Maria Dorotéia de Lima (2008), denominada *Ver-o-Peso, Patrimônio(s) e práticas sociais: uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará*. A Tese trata especialmente da reorganização socioespacial da Cidade Velha, a partir da intervenção urbanística que imprime o projeto “Feliz Lusitânia” frente aos interesses políticos e histórico-patrimoniais em disputa. Já a Dissertação de Lima (2008) apresenta os afetos enquanto sentimentos e emoções, os quais circulam na feira como patrimônio, mostrando a imbricação entre os aspectos materiais e imateriais do patrimônio que ultrapassam decretos e outros dispositivos normatizadores.

É oportuno notar que todas essas pesquisas apontam para o fato de as mudanças paisagísticas ocorridas na cidade estarem intimamente associadas com demandas econômicas, políticas e culturais, tornando-se importante pensar os desdobramentos subjetivos de tais mudanças, de sorte que seja possível traçar certas trajetórias do viver. A fim de garantir termos de pesquisa que fossem compatíveis com o tempo acadêmico do Doutorado, delimitaram-se alguns pontos desse fazer, a partir dos conceitos aqui utilizados.

O século XX deve ser tomado como referência, pois o conceito de patrimônio, a ser discutido nesta pesquisa, é o que vem sendo adotado pelo IPHAN, o qual foi criado na década de 1930. No que concerne à cidade histórica, as práticas monumentais que dão a Belém ares de patrimônio estão ligadas não somente ao seu conjunto urbanístico com traços coloniais (principalmente igrejas e ruas), mas também a aspectos de revitalização da política urbana higienista⁹ do intendente Antônio Lemos, em fins do século XIX e primórdios do século XX. Em função da criação de órgão responsável pela patrimonialização no Brasil, muitas transformações ocorreram e algumas décadas do século XX foram destacadas ao longo desta pesquisa, bem como estes últimos oito anos do século XXI¹⁰, os quais marcam a vida do centro histórico de Belém, após o processo de tombamento.

⁹ Uma espécie de ortopedia do espaço público e privado, pautada em preceitos de limpeza social.

¹⁰ De 2010 a 2018.

As transformações econômicas acontecidas em Belém, por conta do comércio da borracha e seus desdobramentos sociais, como a entrada da cidade nos padrões arquitetônicos e urbanísticos europeus, repercutem ainda hoje nas imagens construídas sobre a urbe; assim, muitas histórias sobre a Belém da Bela Época ainda são contadas e, pelos “mais antigos”, pode-se saber, por exemplo, dos tempos de outrora (que parecem ser sempre melhores do que os atuais), configurando uma Belém da memória que vai sendo tecida, deixando marcas fortes nos modos de se relacionar com e na cidade, atualmente.

A Dissertação de Mestrado de José Ronaldo Trindade (1999) traz importantes contribuições para pensar determinados aspectos dessas relações. Em seu trabalho, intitulado *Errantes da Campina: Belém, 1880-1900*¹¹, ressalta o incômodo que os “ébrios”, “vagabundos” e “mulheres sem moral” causavam na elite da capital paraense, por insistirem em frequentar espaços destinados aos grupos requintados da cidade. Para esse autor, havia o entendimento de que as vias públicas deveriam ser lugar apenas de passagem e não de aglomerações, conforme pode ser observado no trecho realçado abaixo, no qual Trindade (1999) analisa um fragmento de jornal do século XIX:

Quanto à utilização das ruas, não faltavam reclamações contra os ajuntamentos que se formavam nas esquinas das ruas da Campina. Com um artigo comicamente intitulado Falta de inteligência, um jornal de 1884 fazia o seguinte comentário:

“Será possível que tão pouco inteligentes são alguns maus habitantes de Belém [...] a ponto de não perceberem que as ruas devem ser usadas apenas para caminhar de um lugar a outro? Será que não sabem eles que lugar de parar e debater ou são os bancos da Câmara ou os cafés? Só pode ser a falta de inteligência ou de pudores que levam todas as noites um bando de homens e mulheres vagabundos a juntarem-se nas esquinas, chamando a atenção dos transeuntes e agredindo aos olhos e aos ouvidos das famílias que moram nessas imediações” (p.38 – O Liberal do Pará. Belém 13/10/1884).

O que o autor procura destacar, ao longo de sua pesquisa, são os contrausos dos espaços que a população marginalizada efetivava, tensionado a dinâmica cidadina pautada na moral higiênica. O conceito de paisagem, apresentado por Milton Santos (2008), em *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*, permite pensar as tensões na cidade, frente ao direito de estar nela, pois é um conceito ligado à lógica da produção, a partir de processos de circulação, distribuição e consumo. Sua feitura se dá por adições e subtrações, conforme os ditames

¹¹ A pesquisa não consta no levantamento descrito acima, pois foi enviada por *e-mail* por uma amiga, durante o primeiro semestre de 2016.

da produção do momento. Mas não há substituição de uma paisagem por outra, são permutas e processos constantes de escrita sobre escrita. Nessa perspectiva, a patrimonialização do centro histórico de Belém pode ser tomada como processo de permuta dos espaços.

Milton Santos, nesse mesmo livro, confere essa característica da paisagem à “anarquia das cidades capitalistas”, pois são diferentes demandas sociais lutando para serem respondidas. As várias cidades que existem dentro de uma configuram a multiplicidade e a complexidade do viver, oferecendo também diferentes formas de agenciamentos coletivos de subjetivação. Tal panorama contempla a ideia da multiplicidade de formas que compõem os usos das cidades, e os deslocamentos presentes nos encontros possibilitados pela imanência da cidade tombada colocam em perspectiva a patrimonialização como uma prática que se exerce exclusivamente pelas forças de registros dominantes. Esse entendimento foi construído ao longo desta pesquisa, permitindo o questionamento acerca dos atravessamentos presentes nessa problemática e a observação das forças que constituem o pesquisar junto aos deslocamentos decorrentes dos encontros que esse fazer produz. Como exemplo disso há o sentimento de bem querer por Belém e o encanto com as histórias que repousam sobre o centro histórico, o bem-estar produzido pela brisa que faz a curva no cruzamento da Boulevard Castilhos França com a Avenida Presidente Vargas, transmitindo uma sensação de acolhida, daquelas que se têm, ao chegar em casa depois de uma longa viagem. Por outro lado, incêndios e projetos comerciais têm feito parte das disputas pelos usos no centro histórico de Belém, incitando a aflição diante do esquecimento e a destruição de determinadas histórias da cidade, em face do discurso desenvolvimentista. Outros componentes pulsantes nesta investigação são a importância dada à conservação do centro histórico e o receio em estar no centro histórico, em virtude da violência urbana e da sensação crescente de medo.

O exercício de estranhamento foi permanente e exigiu reflexão sobre os efeitos provocados pelas cenas experimentadas nas ruas da cidade, em especial no bairro da Campina. Cenas pinçadas do cotidiano do bairro foram oportunas para compreender os agenciamentos de produção coletiva de subjetividade, como a intimização da vida e do querer circular pela cidade. A sensação de insegurança na capital paraense é também estimulada pela mídia local, com os programas televisivos de formato invariável como no resto do país. A violência urbana e o modo de vendê-la como espetáculo não são

fatos particulares de Belém, mas impõem toda a sua força na composição das subjetividades transeuntes que acessam as vias públicas nesta cidade.

O acesso ao espaço público pode se dar pela repetição sem invenção, que sinaliza a força das práticas docilizadoras nos corpos, ou como um flunar, que implica percorrer a cidade como exercício de si, que encontra na patrimonialização importante campo de penetração. O patrimônio histórico figura como tema de pesquisa desde o Mestrado¹², no qual foi produzido um estudo do caso do registro do Carimbó como um bem cultural brasileiro¹³, permitindo aproximação com o assunto e seus desdobramentos classificatórios e burocráticos, além de despertar o interesse pela memória social no recorte patrimonial. O aspecto imaterial do patrimônio despontou como alvo primeiro desta pesquisa, por parecer, em um primeiro momento, campo de maiores possibilidades e facilidade de acesso aos documentos que seriam os dossiês dos bens registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em que questões como o higienismo, na afirmação de uma “cultura popular”, levantadas durante o Mestrado poderiam ser estudadas mais detalhadamente. Entretanto, um deslocamento que não apenas muda a direção deste estudo, mas imprime outro olhar sobre a relação material e imaterial no campo patrimonial, foi oportunizado por uma disciplina ofertada pela Prof.^a Dr.^a Flávia Lemos, na qual o trabalho final consistiu em um artigo que dispusesse dos pontos históricos/turísticos como analisadores de modos de produção subjetiva na cidade. A escolha da rua Riachuelo, no bairro da Campina, como alvo de estudo, foi realçada naquele momento em virtude de envolvimento em práticas (atividades não acadêmicas, pela pesquisadora) que tinham o centro histórico de Belém como alvo de prática extensionista, por parte de um grupo da Universidade Federal do Pará, que delineia roteiros geoturísticos naquele espaço¹⁴, possibilitando maior contato com o bairro da Campina.

A Riachuelo figura no imaginário belenense como o lugar do meretrício. Durante o intenso mercado da borracha, entre o fim do século XIX e o começo do

¹² BENGIO, Fernanda Cristine dos Santos. *Uma analítica dos modos de produção de subjetividade frente o caso de patrimonialização do carimbo no estado do Pará*. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

¹³ Em novembro de 2015, foi entregue ao grupo da Campanha Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro o título de patrimônio do Brasil, durante a Semana do Patrimônio Paraense.

¹⁴ Os “Roteiros Geoturísticos” fazem parte do projeto de extensão criado pela professora Dr.^a Gorette Tavares, da Faculdade de Geografia da UFPA e atua, atualmente, nos bairros da Campina, Cidade Velha, Reduto e Nazaré. O trabalho desenvolvido pelo grupo orientado pela professora Gorette Tavares adota a perspectiva da educação patrimonial e congrega as atividades do Projeto Circular Campina-Cidade Velha, objeto de estudo desta pesquisa. Por meio da participação em uma edição do Roteiro Geoturístico durante o primeiro semestre de 2015 houve o primeiro contato com o projeto que se tornou objeto de estudo.

século XX, o entorno do Teatro da Paz vivenciou a expansão das atividades comerciais e culturais. O bairro da Campina abrigava casas de prostituição que variavam em função do poder aquisitivo dos frequentadores. Assim, havia espaços requintados que recebiam as cocotes (mulheres polacas e judias) e as casas mais simples, as quais atendiam os trabalhadores com menor poder aquisitivo. A área entre a Padre Prudêncio, 1º de Março, Riachuelo e General Gurjão se destacava pela concentração desses tipos de estabelecimentos. Lima (2011) cita alguns jornais das décadas de 1930 e 1940, nos quais se observa a rechaça da elite belenense a esse tipo de atividade, além da fama que esses espaços possuíam, deixando fortes marcas na atualidade:

Localizada na rua Padre Prudêncio, que junto com outras ruas como a 1ª de Março, General Gurjão e Riachuelo, área que até hoje compõe a zona do “baixo meretrício”, a Pensão Moulin Rouge, pelas diversas notas nos periódicos da década de 1930 e início de 1940, parecia ser uma das mais famosas, senão pela “clientela” ou “qualidade” dos “serviços”, certamente pelas desordens lá promovidas. Para muitos envolvidos, algumas resultariam em profundos cortes no corpo feito com lâmina “gillete”, em um “pernoite” no xadrez da Central de Polícia, e outras mais na morte de algum cliente *habituè*, um cáften ou uma puta qualquer que provavelmente ninguém prantearia. (LIMA, 2011, p. 383-384).

A relação dessas ruas com a prostituição traz ressonâncias aos usos atuais daquele espaço como marginalização de alguns moradores e/ou ocupantes. Os interstícios da Campina lançam o visitante a lugares paradoxais, à riqueza de outrora e à miséria decorrente do sistema econômico vigente. Casarões antigos em ruína e outros espaços bem conservados ou reformados, tornando-se recintos culturais.

O Grupo de Mulheres Prostitutas do Pará (GEMPAC), situado no que as mulheres prostitutas da área chamam de “Quadrilátero do Amor”¹⁵, possui mais de 30 anos de luta no combate ao HIV/AIDS e à exploração sexual infanto-juvenil, mas, além disso, o grupo possui uma relação histórica com a Campina, assim como tem a prostituição com aquele bairro. Esse grupo foi importante para esta pesquisa, por ter sido um ponto de vinculação com o bairro por algum tempo, ensejando observar a dinâmica dessas ruas mal-afamadas.

As atividades ali efetivadas não interessam diretamente a este trabalho, com destaque a certo grau de apagamento do Gempac, enquanto movimento social dentro da pauta de direito à cidade, o qual se vem desenhando no centro histórico, em razão do dispositivo da patrimonialização. Outros contatos com o bairro da Campina foram

¹⁵ Faz referência às quatro ruas que formam a “zona do meretrício”, dentre as quais está a Riachuelo.

intensificados por uma disciplina cursada no Curso de Pós-Graduação em Antropologia da universidade, intitulada “Patrimônio e Turismo”, cujo trabalho final foi um pequeno artigo sobre o projeto de turistificação do centro histórico de Belém, a partir do discurso da patrimonialização. A disciplina, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Renata de Godoy, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPA, apresentou novos caminhos que foram ser percorridos nesse estudo, configurando-se como um momento de aprendizado rico e intenso.

Desse modo, o projeto de pesquisa inicial redefiniu-se ao longo das disciplinas cursadas até meados de 2015, focando os bens considerados materiais, mais especificamente, os de caráter arquitetônico, os quais compõem o conjunto urbanístico de parte do centro histórico de Belém. A discussão sobre patrimônio cultural, que já vinha sendo desenvolvida desde o Mestrado, com análise da patrimonialização do carimbó, considerado um bem imaterial, abriu espaço para o debate da memória e história como importantes atravessamentos na produção de subjetividades, nas lutas que envolvem práticas culturais, contudo, deixou de lado apontamentos sobre o turismo como elemento na equação da patrimonialização, o qual foi analisado no presente estudo.

Conforme é explicitada por Lima (2008), a materialidade de um patrimônio precisa ser pensada na sua relação com a imaterialidade, ou seja, com as práticas intangíveis que circulam através dos bens tombados. As memórias e os afetos que “passam” pelas ruas do centro histórico de Belém, mesclados ao sabor de itinerários díspares, produzem encontros movidos por forças que atravessam corpos, modulando relações e produzindo modos de ser, de modo que é importante questionar como a prática da patrimonialização, no bairro da Campina, tem se relacionado aos usos da cidade, no contexto de financeirização do espaço urbano.

Entendendo-se que existem múltiplos caminhos investigativos que poderiam ser pensados para a realização desta pesquisa, optou-se pelo uso de algumas ferramentas analíticas explicitadas por Michel Foucault, em livros como *A arqueologia do saber*, *As palavras e as coisas*, *A ordem do discurso*, *História da sexualidade I* e *A hermenêutica do sujeito*. Ao longo do texto, buscou-se explicitar como algumas categorias de análise enfatizadas por Foucault ajudam a pensar a produção contemporânea de subjetividades, no recorte patrimonial. Assim, a noção de poder, documento, história, memória, dispositivo, heterotopia e agonística foram centrais na construção desta narrativa.

Em função dessa escolha organizativa da escrita, os subsídios de análise foram explicados à medida que seu emprego foi solicitado pelos documentos utilizados, os quais necessitaram de um tópico em destaque, a fim de ilustrar a escolha deles e não de outros. A justificativa dos usos deles encontra-se no Anexo II.

A investigação que parte de uma perspectiva foucaultiana precisa encontrar seu ritmo e tempo próprio, através de *pistas metodológicas* que Michel Foucault elencou, ao longo de suas publicações, por meio de livros ou entrevistas. Essas *pistas* podem ser usadas para direcionar estudos de caráter arqueológico e genealógico. A pesquisa em tela é demarcada por tais elementos, de maneira a constituir uma *arqueogenealogia* das práticas de patrimonialização. A inexistência de fórmulas metodológicas não elimina a seriedade deste fazer, que é bastante rigoroso quanto aos procedimentos adotados, porém, sem excluir as construções que ocorrem ao sabor dos múltiplos acontecimentos, o que remete pensar essa metodologia como precária, porém, não negativamente, mas como um fazer que se deixa afetar pela experiência das leituras, das aulas, das conversas outras que, por diferentes formas, tecem as linhas a serem seguidas.

Assim, este trabalho se divide em cinco capítulos. No primeiro, buscou-se construir uma narrativa analítica a respeito da formação discursiva do patrimônio histórico, na contemporaneidade, apontando a relação de saberes e poderes que compõem essa narrativa. Também se procurou delinear a institucionalização da patrimonialização, no Brasil.

No segundo capítulo, o debate foi centrado nos desdobramentos da institucionalização da patrimonialização durante o século XX, no Brasil, enquanto, no terceiro capítulo, foi promovido uma discussão acerca da cidade tombada, por meio da análise das Cartas Patrimoniais¹⁶ e literatura de apoio, de sorte a ser delineado um panorama geral, todavia, não total, dos esforços de conservação e preservação de bens arquitetônicos e conjuntos urbanísticos. Foram exploradas algumas intervenções na cidade de Belém realizadas durante a administração de Antônio Lemos, no espaço que hoje se denomina centro histórico de Belém, chegando-se ao reconhecimento nacional desse espaço como patrimônio do Brasil.

No quarto capítulo, foi examinada a formação e efeitos da memória coletiva nas relações que os sujeitos estabelecem com o espaço, destacando-se as memórias da Belém Antiga, a qual encontra na Bela Época forte componente organizador do aspecto

¹⁶ Descritas no anexo II

coletivo da memória. Almejou-se igualmente discutir a noção de tempo e hábito, a partir de Gilles Deleuze. A partir desse capítulo as entrevistas realizadas com moradores do bairro da Campina e representantes dos espaços que fazem parte do Projeto Circular são utilizadas como linha rizomática das análises propostas, sendo usadas nas séries destacadas apenas as iniciais dos sujeitos e dos espaços, sendo as falas dos moradores indicadas por uma letra e a dos participantes do projeto por duas letras. Já no quinto e último capítulo, foi traçada uma analítica a respeito do direito à cidade no recorte do turismo patrimonial, quando foram utilizados os conceitos de heterotopia e cuidado de si.

CAPÍTULO 1 - (UMA) ANALÍTICA ARQUEOLÓGICA E GENEALÓGICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Em uma Arqueologia, o que está em jogo é a função enunciativa do já dito que pertence a uma formação discursiva e esta, por sua vez, a um arquivo o qual se constitui como “[...] o jogo das regras que, em uma cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento” (FOUCAULT, 2013, p.98) sem, no entanto, firmar totalizações culturais. A inscrição das formações discursivas em arquivos não depende de critérios de cientificidade ou racionalidade, uma vez que são “epistemologicamente neutras”, constituindo um agrupamento que é base para um “sistema de positividade” chamado por Foucault (2013a, p.114) de saber.

Assim, o objetivo deste capítulo é *analisar a formação discursiva sobre a patrimonialização contemporânea*, em função das noções de história, memória e documento, presentes nos escritos de Michel Foucault e de outros autores que dialogam com ele, como os textos de Le Goff, Deleuze e Guattari.

1.1 - Formação discursiva do patrimônio histórico

Os textos de Foucault exigem certo nível de reflexão, tarefa que é aumentada, ao se tentar relacionar seus apontamentos com o tema do patrimônio cultural. O pensar é tomado não como tarefa interpretativa, como se tudo já estivesse ali pronto para ser descoberto, mas como aquilo que inventa e movimenta, portanto, corresponde a se lançar por territórios desconhecidos e se permitir levar por linhas inconclusas, ziguezagueando por caminhos e trilhas.

Ponto-chave dessa tessitura é a emergência das ciências sobre o homem e a configuração de um conjunto de saber sobre ele e sobre a vida. Dessa maneira, a analítica desenhada por Michel Foucault, em *As palavras e as coisas*, embasa as afirmações contidas neste texto, pois, nesse livro, ele examina o sistema epistemológico anterior à Idade Clássica, o da Idade Clássica e o da Idade Moderna, traçando uma arqueologia da invenção do homem, porque não se trata de determinar uma totalidade cultural (SILVA PINTO, 2010), contudo, das rupturas entre esses sistemas e as atualizações. Sobre isso, Candiott (2010, p. 29) explica os três momentos que delineiam a analítica foucaultiana, em *As palavras e as coisas*:

[...] no Renascimento (século XVI) a articulação da *Semelhança* entre coisas e palavras; na Idade Clássica (séculos XVII e XVIII) a articulação entre *Representação* e signos; na Modernidade (a partir do século XIX) a articulação entre *História* e finitude do homem. Em

cada época três domínios de saber são estudados: as palavras, os seres e as riquezas. (CANDIOTTO, 2010, p. 29).

Foucault (2007, p. 23) salienta que a semelhança desempenhou importante função para o saber da cultura ocidental, pois regeu a “[...] exegese e a interpretação dos textos”, organizando “símbolos” que orientaram o conhecimento de coisas aparentes e das não aparentes, assim como a “arte de representá-las”.

Desde o século XVII, a relação binária da linguagem com as coisas, ou seja, a relação de significante e significado, e o papel dos gramáticos aparecem como centrais no que se denominou Idade Clássica, caracterizada por uma episteme da representação, na qual se afirma a ordenação das coisas, de sorte que Deus passa a ser representado conforme esse fundamento. Assim, na gramática geral, a linguagem tem o problema da representação, não antes dela (FOUCAULT, 2007):

O que torna possível o conjunto da *epistémê* clássica é, primeiramente, a relação a um conhecimento da ordem. Quando se trata de ordenar as naturezas simples, recorre-se a uma *máthêsis* cujo método universal é a Álgebra. Quando se trata de pôr em ordem naturezas complexas (as representações em geral, tais como são dadas na experiência), é necessário constituir uma *taxinomia* e, para tanto, instaurar um sistema de signos. Os signos estão para a ordem das naturezas compostas como a álgebra está para a ordem das naturezas simples. (FOUCAULT, 2007, p. 99).

Por meio dessa arqueologia, Foucault (2007) aponta a história dos saberes que permitiram tratar o sujeito como ser vivente, trabalhador e falante. Logo, abre-se um grande parêntese, a fim de problematizar como a invenção do objeto patrimônio cultural se articula à invenção do homem, durante a modernidade. Dessa maneira, o surgimento, durante o século XIX, das ciências que colocam o homem como objeto discursivo delineia o campo de interesse para articulação junto ao tema do patrimônio, sendo importante sublinhar a memória e a história como discursos revestidos de cientificidade, visto que ambas constituem a principal narrativa de legitimação do patrimônio cultural. As ciências sobre o homem demarcam um campo de estudos no qual se tecem reflexões sobre a origem do homem como “ser empírico-transcendental”, sobre sua origem e identidade, a partir da filosofia e da história (SILVA PINTO, 2010, p. 118). A historicidade que forja o homem durante a modernidade não é meramente heurística: ela percorre caminhos mesclados por disputas e afetos, em que as forças na forma-homem em relação com as forças da finitude colocam a questão da ontologia do ser, através de um porvir histórico indeterminado:

As “ciências do homem” fazem parte da *epistémê* moderna como a química ou a medicina ou alguma outra ciência; ou, ainda, como a gramática e a história natural faziam parte da *epistémê* clássica. Mas dizer que elas fazem parte do campo epistemológico significa somente que elas nele enraízam sua positividade, que nele encontram sua condição de existência, que não são, portanto, apenas ilusões, quimeras pseudocientíficas, motivadas ao nível das opiniões, dos interesses, das crenças, que elas não são aquilo a que outros dão o estranho nome de “ideologia”. (FOUCAULT, 2007, p. 505).

Foucault (2010, p. 214) define episteme como “[...] o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente, a sistemas formalizados.” As passagens dessas formas que podem se cruzar, ou se subordinar umas às outras, indicam o conjunto de relações e práticas vizinhas de uma época que não representa “unidade soberana” de um sujeito ou do “espírito de uma época”. O descontínuo entrelaça, despedaça e desterritorializa as formas unas de prover verdades ajustadas temporalmente.

Michel Foucault (2010, p. 3) pontua que várias questões foram formadas no rastro da criação de instrumentos de análises históricas, tais como “[...] modelos de crescimento econômico, análise quantitativa dos fluxos de troca, [...] identificação de constantes sociológicas.” (FOUCAULT, 2010, p. 3). Tal criação permitiu aos historiadores considerar outro nível de análise a qual passasse por vias que diferissem do modelo anterior, vislumbrando as minúcias que orientam processos particulares e formam a história do que não tinha história. Le Goff (2003) e Veyne (1998) consideram esse empreendimento como a visada sobre uma história não-factual, ou seja, não objetiva escrever a história de grandes acontecimentos e dos grandes homens, mas a história do que não está consagrado. No entanto, para efetivação dessa tarefa, é preciso antever os caminhos a serem seguidos, perguntando-se sobre as séries a serem formadas, as sequências necessárias entre os elementos, os estratos a serem isolados, os quadros de cronologias que devem ser instaurados etc. (FOUCAULT, 2010, 2013).

As interrogações sobre esse outro modo de proceder são muitas, entretanto, ao mesmo tempo servem de marcações para se iniciar uma analítica que visibilize o descontínuo, sendo resumidas por Michel Foucault, em *A arqueologia do saber*, na crítica ao documento, o qual para a história não se constitui como matéria nova, contudo, era inquirido como o divisor entre o falso e o verdadeiro, a fim de reconstituir um passado (LE GOFF, 2003; FOUCAULT, 2010).

[...] o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil mas, por sorte, decifrável. Ora, por uma mutação que não passa de hoje, mas que, sem dúvida ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. (FOUCAULT, 2010, p. 7).

Analíticas lineares definem como “espírito de uma época” o conjunto de práticas que forma o arcabouço epistêmico a partir do qual se miram objetos e se constituem práticas de governo da vida, arrojando-as em pacotes que seguem enfileirados e uniformizados, onde cada um possui entre si ganchos de continuação que permitem contar uma história coesa. Bauman (1999b) disserta acerca do ordenamento do mundo que emerge na modernidade, afirmando que a necessidade de pôr todos os acontecimentos em um plano linear funciona como tentativa de apagar as descontinuidades presentes nos processos modernos. O moderno, por conseguinte, só pôde existir colocando-se em oposição ao antigo, uma invenção ocidental que tem paralelos em outras civilizações, processo sintetizado por Le Goff (2003, p. 173) da seguinte forma:

Durante o período pré-industrial, do século V ao XIX, marcou o ritmo de uma oposição cultural que, no fim da Idade Média e durante as Luzes, irrompeu na ribalta da cena intelectual. Na metade do século XIX, transforma-se com o aparecimento do conceito de “modernidade”, que constitui uma reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial. Na segunda metade do século XX, generaliza-se no Ocidente, ao mesmo tempo em que é introduzido em outros locais, principalmente no Terceiro Mundo, privilegiando a ideia de “modernização”, nascida do contato com o Ocidente.

Marcar a existência de um terreno de preparação para as ciências humanas implica a adesão da história evolutiva e apaziguada. As ciências sobre o homem são frutos do século XIX, o qual inaugura a fragmentação do campo epistemológico existente. As ciências humanas devem seu aparecimento a problemas e novas exigências impostas pelos meios industrial e técnico, os quais estavam se consolidando, bem como à incitação de práticas normalizadoras aos indivíduos e ao equilíbrio social, com base na noção de burguesia (FOUCAULT, 2007). Estes são pontos importantes para enxergar as linhas de força do campo de batalha:

Entre o poder e o saber, há diferença de natureza, heterogeneidade; mas há também pressuposição recíproca e capturas mútuas e há, enfim, primado de um sobre o outro. Primeiramente diferença de natureza, já que o poder não passa por formas, apenas por forças. O saber diz respeito a matérias formadas (substâncias) e a funções formalizadas, repartidas segmento a segmento sob as duas grandes condições formais, ver e falar e linguagem: ele é, pois, estratificado, arquivado, dotado de uma segmentaridade relativamente rígida. O poder, ao contrário, é diagramático: mobiliza matérias e funções não-estratificadas, e procede através de uma segmentaridade bastante flexível. (DELEUZE, 2013, p. 81).

O sistema de conhecimento anterior à modernidade, que tinha como principal modo de organização os discursos sobre as coisas, é desmontado pouco a pouco, abrindo passagem para o ser como alvo dos saberes científicos emergentes do campo das humanidades. Foucault (2007) chama atenção para que, paralelamente a essa centralização e à perda de força de uma epistême pautada na religião, acontece a “morte do homem”, na direção de um assujeitamento historicamente localizado. Nesse caso, abordar essa suposta “morte” é deixar aparecer que a figura do humano se torna objeto das ciências humanas. Logo, um controle do homem enquanto indivíduo irá se estabelecer durante o fim do século XVIII e ao longo dos séculos seguintes, e, de fato, se dá por meio da constituição de um poder sobre a vida, um poder que age sobre o corpo, o qual só aparece durante a modernidade, quando a medicina e a disciplina despontam como práticas de suma importância nesse processo.

Em sua aula inaugural no Collège de France, publicada sob o título de *A ordem do discurso*, Foucault (1996) apresenta o discurso como algo de que as pessoas querem se apoderar, pois a produção do discurso é uma prática de poder. Sua hipótese é a de que, em toda sociedade, a produção do discurso é “[...] controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos” por ser perigosa, aleatória e material (FOUCAULT, 1996, p. 9). Na produção discursiva, são utilizados alguns procedimentos de exclusão, como a interdição, que pode se dar em três níveis: quem pode falar, as circunstâncias em que isso ocorre; sobre o que se pode falar; e a separação e rejeição – ambos os princípios envolvem práticas discursivas e não discursivas. Dessa maneira, verdades são forjadas pelo local de fala, por discursos e as classificações do pertencer ou não pertencer de que os corpos são alvos.

A organização de estabelecimentos, como os de cunho asilar, os museus e as escolas, são exemplos de espaços onde são materializadas práticas de poder; ora, um olhar cuidadoso sobre onde estão situados, sua organização interna, os saberes que ali

circulam são modos de visibilizar relações de poder que fabricam modos de ser. Para Foucault (2015), o importante é ressaltar a mecânica do poder, as táticas e as estratégicas de sua materialização, os meios pelos quais ele é exercido; era preciso deslocar as análises que estavam sempre buscando o outro do poder, seja no “aparelho do Estado”, seja em termos jurídicos, em uma “soberania” (p. 42).

A genealogia se ocupa do poder, o qual deve ser pensado em termos de relação de forças com outras forças. O poder de afetar e ser afetado coloca essa relação em nível diferente ao da espontaneidade e da receptividade, as quais configuram ação e passividade, respectivamente. O poder, na genealogia foucaultiana, afirma a imprevisibilidade das formas conferida pela constante mudança dos encontros das forças. A instabilidade das relações de poder é marcada por “[...] inflexões, retrocessos, retornos, giros, mudanças de direção, resistências.” (DELEUZE, 2013, p. 81).

O olhar atento de Foucault (2011b) sobre a mecânica do poder demonstra que ele não pesa apenas como força que diz não, ele produz positividade, forja domínios de objetos. Ele não se sustentaria apenas como força de repressão ou dominação. A possibilidade de resistência é o combinado por excelência de uma relação de poder, excluída qualquer referência maniqueísta de que resistir seja bom ou exercer o poder seja negativo. “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa apenas enquanto força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (2015, p. 45), por isso, ele não ocupa um lugar específico, onde estaria estático e fixado em estruturas exteriores às práticas cotidianas.

Essa analítica do poder aponta o sujeito como algo que se constitui no dado e, por conseguinte, ocupa posições de sujeitos em relações intrincadas por saberes e poderes. Conforme Deleuze (2013, p. 103), esse foi um ponto estratégico nas pesquisas de Foucault, que se destaca após a publicação de *A vontade de saber* e que forjou a preocupação com um “novo eixo” da problemática do poder, pois esse último livro colocava o impasse gerado pelo lugar que o poder faz o sujeito ocupar, o choque constante “contra ele, nas mais ínfimas verdades”, de maneira que o pensamento vai, nesse sentido, figurar com destaque junto aos outros dois eixos das pesquisas de Michel Foucault, as relações formalizadas ou saber e a relação de força ou poder. Esse novo eixo seria o lado de dentro do lado de fora, algo que arranca o sujeito de uma relação binária do poder. Dentro e fora não implicam simples interioridade e exterioridade, mas

a amplitude das relações formalizadas e da relação em suas dobras, que encontram o pensamento como terceiro eixo.

O lado de fora, ainda conforme Deleuze (2013), não é fixo e move-se peristalticamente: esse seria o fazer de *As palavras e as coisas*, o qual explicaria como o pensamento vem de fora, ou seja, a dobra permite estabelecer relações complexas no mundo, entendendo como determinados discursos só entraram na ordenação vigente quando deixaram de habitar o fora. Os três eixos estudados por Foucault e realçados por Deleuze (2013) incidem sobre o corpo que é uma forma atravessada por múltiplas forças; assim, a *Herkunft* (proveniência) busca mapear as marcas deixadas por essas forças nesse corpo, por meio de uma analítica histórica:

O corpo – e tudo o que diz respeito ao corpo, a alimentação, o clima, o solo – é o lugar da *Herkunft*: sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito. [...] O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as idéias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo. (FOUCAULT, 2015, p. 65).

Já o poder não é forma, é diagramático, passando por pontos sem, contudo, emanar de um centro, o que o caracteriza como não localizável. Ulpiano (1989) afirma que todo corpo tem poder, todo corpo possui vontade de potência. Um corpo pode ser um objeto, um lugar, uma pessoa, porque todo corpo é uma forma e é constituído por relações de forças. Em encontros díspares, são tecidas linhas de força que se deslocam constantemente e, por esses caminhos incertos, uma genealogia do poder busca contar a história do que se acreditava não ter história, reintroduzindo o descontínuo no que estava apaziguado pela história tradicional:

A genealogia não pretende recuar no tempo para reestabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento, sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início. (FOUCAULT, 2015, p. 62-63).

O corpo tornou-se alvo e objeto do poder, por volta dos séculos XVII e XVIII, com a emergência do poder disciplinar que busca extrair tempo, força produtiva e

utilidade do indivíduo, em prol do modelo econômico capitalista. Essa prática de poder, diferentemente do poder soberano, se vale de técnicas sutis e elegantes, visando ao controle do indivíduo e aumento de sua eficiência produtiva, isto é, não se vale do direito de espada, o qual busca infligir violência ao corpo, não se preocupando em danificá-lo ou extingui-lo, uma vez que os alvos do poder soberano são, por exemplo, as terras e os produtos capitalizados em si. A disciplina, conforme mostra Foucault (2009), em *Vigiar e punir*, era uma prática comum em quartéis, mosteiros e escolas, mas sua emergência, durante os séculos XVII e XVIII, liga-se tanto ao aparecimento do Estado Moderno quanto às revoltas populares daquele período, que precisavam ser controladas, a fim de se garantir a ordem social. Tal fato coaduna-se com uma característica desse poder, que é a organização da multiplicidade na composição de suas forças, através de técnicas de “atribuições, controle do espaço” etc., de sorte que a multidão revolta e perigosa deixasse de ser motivo de preocupação, por intermédio de seu direcionamento para o desenvolvimento do capitalismo.

Análises minuciosas sobre o corpo e as operações de utilidade/docilidade compõem outro exercício de poder que Foucault, em *História da sexualidade I* (2011b), chama de biopoder. Essa tecnologia de governo possui outra forma que a integra, a biolítica. Assim, a disciplina se ocupa do indivíduo e a biolítica, da população. A governamentalidade biopolítica se opõe ao poder soberano, na medida em que prima pelo fazer viver, porém, aproxima-se dele, pelo deixar morrer. Portanto, o século XIX é marcado pela preocupação com o governo das coisas que dizem respeito à população, como a cidade, e, por fim, a própria população torna-se alvo da biopolítica, pela medicina social e práticas sanitárias – as quais objetivavam antes de tudo garantir um nível de saúde determinado para os grupos – e também pelas práticas higienistas, que buscavam o aperfeiçoamento moral do indivíduo e da população. Todavia, o direito de espada vai aparecer constantemente atualizado, nas formas diferenciadas de dispensar cuidados aos muitos grupos singulares que compõem a população. Os dispositivos de atenção à saúde que foram criados, por exemplo, faziam circular técnicas e táticas de poder que objetivavam determinados grupos como “perigosos” à sociedade. Foucault explica, em *Microfísica do poder* (2015), que os pobres que tinham uma função específica nas cidades, antes do desenvolvimento de serviços como correio e limpeza pública (coleta de lixo, por exemplo), precisavam ser “distribuídos” em outros espaços, para eles não enfearem e contaminarem (não apenas biologicamente, mas moralmente) a cidade, após o incremento desses serviços, de modo institucionalizado.

Foi assim que, entre os séculos XVIII e XIX, justificou-se, por exemplo, a “internação” de “vagabundos”, “mulheres sem moral”, pessoas que viviam nas ruas, pois passaram a visar todos os grupos que ameaçassem a ordem estabelecida, pautados na civilidade e na higiene moral da sociedade. Exemplo disso, no Brasil, deu-se nos modos de atender e cuidar de crianças e jovens com as rodas de expostos, dispositivo em que bebês eram deixados para serem cuidados em estabelecimentos ligados a ordens religiosas, em sua maioria, como as Santas Casas de Misericórdia. O recolhimento de órfãos, filhos “bastardos” e crianças em geral classificadas fora da moral vigente acontecia não apenas para proteger as “famílias de boa moral”, mas também funcionavam como dispositivo de “limpeza social”, ao retirar das ruas crianças miseráveis e pobres as quais denotavam a perversidade do sistema político, que os classificava como perigosos e indesejáveis.

No biopoder, a disciplina age em conformidade com a biopolítica, onde se pode citar o exemplo da quarentena, descrito por Foucault em *Microfísica do poder* (2015). O saber da medicina social legitimou toda uma forma de policiar a população, em que os indivíduos foram esquadrihados em suas casas, distribuídos espacialmente e controlados localmente. Nota-se uma relação formalizada, um saber, atuando de maneira correlata à prática de poder policial, em seu aspecto de vigilância e punição aos corpos enclausurados em seus bairros e casas. A materialidade do poder pressupõe essa relação formalizada que justifica e naturaliza modos de se organizar no que se refere ao viver, ou seja, esses modos de governo das condutas são fortemente amparados por saberes específicos e se constituem igualmente enquanto relações de forças múltiplas. Nessa gestão da vida, macro e micropoliticamente, vão sendo tecidas tramas de subjetivação que marcam corpos em processos de objetivação que lhes garantem ou não o direito de viver.

Os modos de ser são descritos em termos dessas relações e denotam a historicidade dos processos de subjetivação, na medida em que apresentam a heterogeneidade dessas relações. Por isso, o sujeito não é pensado aqui enquanto essência e a-historicamente. O conceito de emergência ajuda a entender o processo de objetivação do sujeito, que é onde se forjam as categorizações. Como exemplo de tal processo, pode-se pensar as crianças que, ao longo da história, têm sido alvo de relações múltiplas de poder e saber, em um quadro geral de organização social e política, o qual rendeu a elas algumas formas de objetivação que serviram e servem de pontos de partidas para os modos de atender e cuidar.

Compreende-se, portanto, que o estado das forças faz aparecer objetos em determinados recortes históricos, ou seja, é necessário analisar “[...] o princípio e a lei singular de um aparecimento.” (FOUCAULT, 2015, p. 16). Logo, importa pensar sobre o “estado das forças”, pois a emergência não repousa no que era inevitável acontecer, ocupando-se das condições de surgimento de determinados objetos. A emergência se dá pelo embate entre saberes, poderes, da colocação de uns contra outros e de incessantes submissões, isto é, não é um lugar de igualdades onde se desenrola a luta de bons contra maus, o que não indica a responsabilidade de um sujeito por uma emergência qualquer.

É dessa forma que genealogia e a arqueologia se comunicam para ajudar na analítica desta pesquisa, problematizando os modos de governar que têm se materializado na esfera do direito à cidade, no recorte do patrimônio cultural. Nesse sentido, vale destacar que o direito à cidade foi pensado aqui como uma prática de governo das coisas, pessoas, espaços, ou seja, um conjunto de práticas pautado em disputas que ganham cada vez mais importância, na atualidade. Para que se tenha um panorama mais amplo de tais disputas, é oportuno salientar alguns aspectos de governo da cidade e da população que atravessam o direito à cidade no recorte patrimonial, tais como a medicina social e as práticas higienistas que materializam tecnologias de poder, como biopolítica e disciplina.

A medicina social se impôs como polo de garantia das condições de saúde e moralidade dos indivíduos e da população, assegurando as forças produtivas do Estado nascente. A hipótese de Michel Foucault (2015) a respeito da medicina é que ela não se tornou privada com a introdução do capitalismo, porque apenas um aspecto de seu projeto se mantém assim, que é a relação médico-indivíduo. Para ele, o corpo enquanto força de produção foi o primeiro objeto socializado pelo capitalismo. Porém, antes de o corpo ter sido atingido pelo poder médico, houve pelo menos dois importantes antecedentes: a emergência de uma “ciência do Estado”, que surgiu primeiro na Alemanha do século XVIII, quando se buscou conhecer os recursos naturais, o estado de sua população e o funcionamento geral de seu “aparelho político”; e a consolidação de uma medicina urbana que se ocupava em avaliar os locais de amontoamentos propícios para o aparecimento de doenças, de sorte que a intervenção no espaço era justificada pela necessidade de salubridade.

Foucault (2015) lança como possível explicação para o protagonismo alemão em relação à França e Inglaterra, na consolidação de uma medicina de Estado, o fato de a Alemanha haver-se unificado um século mais tarde. Assim, a justaposição dos seus

“quase Estados” exigiu sempre uma medição de força e diálogos infinitos, além da estagnação econômica que se deve à guerra e seus tratados subsequentes, os quais a penalizaram:

O Estado moderno nasceu onde não havia potência política ou desenvolvimento econômico e precisamente por essas razões negativas. A Prússia, o primeiro Estado moderno, nasceu no coração da Europa mais pobre, menos desenvolvida economicamente e mais conflituada politicamente. (2015, p.147).

Esse cenário é próprio da arte de governar que estava se organizando desde o século XVII. No curso *Segurança, território e população*, Foucault (2008) mostra que não interessava mais o estabelecimento de um governo perfeito, mas manter relações de força em um quadro de concorrência que almejasse o crescimento competitivo. A nova arte de governar vale-se de um conjunto tecnológico denominado “polícia”, o qual possui designação diferenciada da encontrada desde o século XVIII. Antes do século XVII, o termo referia-se à ordenação de um grupo social sacramentado ou não por uma autoridade pública, resumindo-se aos modos de reger grupos de pessoas (FOUCAULT, 2008). Com o advento do século XVIII, esse termo passa a designar os “[...] meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado.” (FOUCAULT, 2008, p. 421).

Com o mercantilismo atuando como força tanto econômica quanto política, o fluxo de produção da população passa a ser calculado como força motriz da nação, de maneira que se busca aumentar os investimentos no exército, por se considerar que essa organização fortalecida implica uma nação forte. É nesse contexto que, na França, as taxas de nascimento e mortalidade começam a ser mensuradas por meio de técnicas estatísticas vigentes como procedimento de polícia, sem que houvesse um investimento efetivo no nível de saúde da população.

Enquanto isso, na Alemanha do século XVIII, as práticas médicas eram exercidas com foco no aumento dos níveis de saúde da população, consolidando mais tarde a implantação de uma “polícia médica”, através da qual se estabeleceu a normalização da prática e do saber médico, constituindo-se a organização de um dispositivo médico-estatal caracterizado por uma “solidariedade econômico-política” que não se preocupa com força de produção em si, porém, com o corpo dos indivíduos enquanto constituintes globais do Estado.

O segundo antecedente tem como exemplo a França e o modelo de urbanização adotado em face de um território fragmentado por domínios rivais, como leigos e Igreja,

e, na segunda metade do século XVIII, o desafio que se colocou foi o de unificar o poder urbano. As revoltas, concentradas anteriormente no campo, passaram a ter como palco a cidade, ao mesmo tempo em que bairros pobres, com construções verticalizadas, eram tidos como focos de doenças: “É então que aparece e se desenvolve uma atividade de medo, de angústia diante da cidade.” (FOUCAULT, p.154, 2015). Nessa direção, a medicina sanitária torna-se a principal prática exercida sobre a população pobre, que era temida pela classe burguesa, não apenas por sua força de revolta econômica, mas por haver sido considerada o foco das grandes epidemias que assolavam a Europa, naquele momento.

O desenvolvimento da “polícia”, durante o século XVIII, direcionou-se para técnicas e táticas empenhadas em garantir que os homens vivessem e que não tivessem muito do que morrer, através da intervenção racional e calculada sobre os indivíduos e a população. A “polícia” tinha por alvo, além da regulação das relações mercantis entre os homens, questões da urbe, como a disciplina direcionada aos pobres. Foucault (2008, p. 451) destaca que questões como saúde, lazer, o bem viver, só passam a ser “problema no campo”, no fim do século XVIII. Para ele, outro fato que aproxima a polícia da cidade é seu interesse por regular as relações de compra, venda e troca que ocorriam especificamente na cidade.

Dispositivos como a quarentena foram usados para conter os perigos que aglomerações escondiam; o tecido urbano e sua organização foram analisados para dissipar os elementos patogênicos da água e do ar. Como exemplo de tal processo, tem-se a realocação dos cemitérios, os quais deixam os centros e passam às periferias; a instituição de covas individualizadas, a ampliação das avenidas e derrubadas de prédios considerados demasiado altos. O espaço também foi controlado no que concerne ao saneamento básico, aspectos ligados ao consumo de água e despejo de esgoto foram controlados pelo Estado francês, o qual teve sua atuação limitada em face do direito de propriedade privada e, diante desse impedimento, acabou instituindo a posse estatal sobre as terras do subsolo, para arregimentar sua política sanitária (FOUCAULT, 2015).

A medicina social aparece como ferramenta de governo, primeiramente através do Estado, depois por meio da cidade e só por último tendo como alvo a população, pois esta ainda não se constituía como problema quantitativo. Ademais, o pobre, em especial, fazia funcionar a cidade nas atividades mais cotidianas, como retirada do lixo e entrega de correspondência, por exemplo. O caráter instrumental do pobre o tornava parte da paisagem urbana: “O que é característico da medicina urbana francesa é a

habitação privada não ser tocada e o pobre, a plebe, o povo não ser claramente considerado um elemento perigoso para a saúde da população.” (FOUCAULT, 2015, p. 164). Foi apenas no século XIX, com as grandes revoluções e revoltas populares, que a população pobre se torna um problema a ser administrado. A questão sanitária aparece, nesse contexto, colocando a plebe e o proletariado como foco de perigos à saúde da população abastada, incidindo na divisão do espaço de habitação por estamento social.

De maneira geral, pode-se dizer que, diferentemente da medicina urbana francesa e da medicina de Estado da Alemanha do século XVIII, aparece, no século XIX e sobretudo na Inglaterra, uma medicina que é essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas. (FOUCAULT, 2015, p. 169).

A natureza coletiva dos fenômenos a serem contidos coloca a população sob a mira de práticas de controle junto à consolidação do sistema de governo relacionado à medicina social, o que indica mudanças no âmbito da higiene social dos lugares e hábitos junto aos processos de normalização da medicina e do médico. Esses são aspectos de uma biopolítica, os quais traçam estratégias de materialização, com base na noção de “população” enquanto problema político, científico, biológico, que necessita de mecanismos reguladores em torno de acontecimentos aleatórios que a cercam, a fim de garantir um equilíbrio entre os acontecimentos de seguridade e previdência, por meio de medições globais, cálculos estatísticos, previsões. A arte de governar, pautada no direito, tinha como diretriz o poder disciplinar, que tem por alvo o indivíduo e seu corpo, e, com o advento dessa nova tecnologia que visa à população, o alvo agora é a multiplicidade formada por inúmeras cabeças (FOUCAULT, 1999, p. 292):

Será, essencialmente, o problema da cidade. [...] algumas de suas práticas e as primeiras das suas áreas de intervenção, de saber e de incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder.

Há, portanto, certa correspondência entre a inexistência do homem como objeto de saber, antes da modernidade, e a emergência de tecnologias de poder sobre a população, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, momento em que a modernidade é caracterizada, principalmente, pelo nascimento das ciências sobre o homem e pelo anúncio da morte de Deus, sendo este último um tema já debatido no campo da filosofia e que, na perspectiva de Foucault (2007), embalada pelas análises de Nietzsche, não implica a centralidade do humano, como faz crer o discurso

antropológico, uma vez que a “forma-homem” também será questionada, conforme refere Michel Foucault, em *As palavras e as coisas*. A ausência de Deus marca a modernidade, configurando um campo epistêmico no qual a finitude do homem e os limites do conhecimento fundam as ciências empíricas.

Uma das principais características da era moderna, assim constataam diferentes vertentes da filosofia atual, é o fato de que, nela, Deus morreu. Esse Deus que exercera importante papel na explicação dos acontecimentos, da existência do mundo e do homem, foi sendo, ao longo dos séculos, expulso das aléneas do pensamento no Ocidente. Nietzsche, no final do século XIX, foi quem com maior ímpeto anunciou essa morte. Foucault, oitenta anos depois, retomou esse tema para demonstrar que não apenas Deus mas o próprio homem parecia viver um período de enfraquecimento dentre as investigações teóricas, no campo das ciências, como no da filosofia. (SOUTO, 2011, p. 129-130).

A fundação do saber finito pelos modernos delinea a historicidade de seus objetos, estampando o tempo, a disseminação, o aniquilamento e a morte como tarefa de seus fazeres. Trabalho, vida e linguagem, os novos objetos da modernidade, encontram nesse terreno da historicidade e finitude possibilidades de aparecimento, visto que o pensamento clássico é caracterizado pelo modo com que reflete o infinito onde o conhecimento é elevado ao infinito, que é apenas limitado pelo juízo humano (DELEUZE, 2013).

Os clássicos não tinham nada disso. Não faziam economia política, mas analisavam riquezas. Não faziam biologia, mas história natural. Não faziam filologia, ou gramática comparada, mas se ocupavam com algo muito estranho para nós, hoje, *gramática filosófica* (ou geral). Contemporânea a essas empiricidades, o final do século XVIII viu nascer uma outra maneira de se fazer filosofia. Já não se trata mais unicamente de se ocupar com o desenrolar das representações. A nova filosofia ousa interrogar a possibilidade mesma da representação. A figura mais ilustre dessa *episteme* é Kant, uma *filosofia transcendental*. (TERNES, 1995p. 48-49).

Tal modificação resulta do encontro das forças no homem com as novas forças do fora ou forças do finito, a tríade Vida, Trabalho e Linguagem, com seus respectivos desdobramentos: biologia, economia política e linguística. Essa tripla raiz só mais tarde passa a ser entendida como a própria finitude da consciência e, nessa passagem, quando as forças no homem entram em relação com as forças de fora da finitude, surge a forma-Homem e não mais a forma-Deus (DELEUZE, 2013).

A modernidade, tomada como campo no qual se denota a finitude do saber e do homem como fundamento filosófico, torna-se importante elemento do pensamento

ocidental. A autocrítica e a autodestruição constantes, como marcas da modernidade, salientam essa esteira de pensamento dos séculos XVIII e XIX. Esse sistema produz uma nova ruptura no campo do saber, apontada por Foucault, a partir de Kant. Dessa maneira, vê-se inserida, no centro do debate filosófico da época, a questão das condições transcendentais de conhecimento que se apoiavam na metafísica (SILVA PINTO, 2010). Essa importante ruptura descola a produção do conhecimento de um centro transcendental e de seu caráter de revelação e dogmatismo, introduzindo a figura do humano como central no discurso científico (objeto de estudo), que começa a firmar suas bases materiais e epistêmicas.

Uma analítica dos discursos descontínuos permite ver que as relações de forças que produzem a forma-homem não existem desde sempre e que sua invenção recente não lhe garantiu a eternidade, porém, a importância do homem nesse momento específico foi consolidada não apenas por técnicas de controle e previsão do comportamento, mas também pela importância da valorização da história e da memória, por meio do que se convencionou chamar “artefatos históricos e culturais”.

Há uma tendência da cultura atual em enxergar o homem em todas as épocas, mesmo onde ele não existia. Essa seria uma ilusão humanista ensinada arduamente desde o século XIX (RIBEIRO; SILVA PINTO, 2010).¹⁷ O humanismo é assinalado por Foucault (2011a) como aquilo que se crê ser a grande constante da cultura ocidental, pois é o que marcaria a diferença de outras culturas, como a oriental. Encontrar traços desse humanismo em outros lugares, em outras culturas, seria, portanto, deparar-se com a universalidade do gênero humano. Ele segue dissertando sobre essa impressão que é, pare ele, de fato um engano, pois o humanismo não existia nas outras culturas e, muito provavelmente, é uma miragem de nossa cultura. No cenário em que se desdobra, o humanismo ocupa o lugar de agente do desenvolvimento histórico e da gratificação desse desenvolvimento:

No ensino secundário, aprende-se que o século XVI foi a era do humanismo, que o classicismo desenvolveu os grandes temas da natureza humana, que o século XVIII criou as ciências positivas e que, por fim, chegamos a conhecer o homem de maneira positiva, científica e racional com a biologia, a psicologia e a sociologia. (FOUCAULT, 2011a, p. 153).

Tal impasse denota algumas disputas epistêmicas que possuem efeito direto sobre o tema do patrimônio cultural, porque, como se pode notar no estudo de Choay

¹⁷ Ribeiro e Silva Pinto partem de Foucault, a fim de afirmar a ideia acima destacada.

(2006), a emergência desse campo remete à importância consagrada à história e memória dos homens. Trata-se de um ponto interessante, pois, seguindo as reflexões de Foucault, em *As palavras e as coisas*, entende-se que a morte do homem deixa espaço para indagações sobre o que provém disso, colocado com exatidão nas palavras de Deleuze:

A questão sempre retomada é, então, esta: se as forças no homem só compõem uma forma entrando em relação com as forças do lado de fora, com quais novas forças elas correm o risco de entrar em relação agora, e que nova forma poderia advir que não seja mais nem Deus nem o Homem? Esta é a colocação correta do problema que Nietzsche chamava “o super-homem”. (DELEUZE, 2013, p. 140).

O tema do patrimônio histórico e cultural repousa na contradição epistemológica que o afeta, já que corresponde a uma questão fundada na importância da figura do humano. Com base no referencial analítico deste estudo, entende-se que o patrimônio cultural tão em voga nos últimos anos deste século tem atualizado as tendências humanistas, o que, em certa medida, cria um campo de tensão. Entretanto, o que Deleuze (2013) sublinha como “super-homem” cria espaços de possíveis no campo das desterritorializações do tema do patrimônio, em especial no que se refere à institucionalização dos arquivos da memória.

Com efeito, cabe problematizar a invenção da necessidade de preservação e conservação de objetos e práticas variadas, em função da concepção de uma cultura voltada à história e memória. Uma das justificativas reside na memória da história da humanidade, assim como dos grupos, em termos de regionalização e localização mais restrita. Nessa linha, práticas discursivas e não discursivas representariam determinada época e localizariam o homem em determinados momentos históricos. Seria necessário desprender-se das tradições e metafísica, para alcançar a verdade, a qual, por fim, guiará o homem ao lugar do progresso, seguindo um caminho retilíneo e encontrando no passado etapas anteriores do conhecimento, uma espécie de antepasso preparatório do porvir. Entretanto, ao se considerar a arqueologia e a genealogia como ferramentas analíticas, é interessante interrogar as práticas de preservação patrimonial como desdobramentos singulares de novas forças, no que concerne às lutas pela e na cidade que afetam os espaços.

1.2 – Patrimônio histórico e a institucionalização da memória

A busca de um sentido para a afirmação do humano, a partir da modernidade, contou com a constituição da patrimonialização enquanto força que visa a apresentar a história em um plano contínuo acerca da importância e magnitude do homem. A herança cultural atrelada aos fatos históricos faz aparecer esquemas memorialísticos dos grandes feitos da humanidade, os quais são retomados constantemente com lembretes dessa importância, impressos em monumentos.

O diálogo traçado por Foucault, em *As palavras e as coisas*, sobre a história do homem e sua formação como desdobramento de três forças – a vida, trabalho e a linguagem –, leva a pensar sobre a historicidade do ser, pois esta se limitaria pelos efeitos da tríade. A reversibilidade de tal quadro é instaurada, ao se fazer notar a positividade da História no próprio fazer humano, nas relações que o homem estabelece enquanto organismo, na economia, na linguagem:

Haveria, pois, a um nível muito profundo, uma historicidade do homem que seria, por si mesma, sua própria história, mas também a dispersão radical que funda todas as outras. É justamente essa erosão primeira que o século XIX buscou na sua preocupação de tudo historicizar, de escrever, a propósito de cada coisa, uma história geral, de remontar incessantemente no tempo e de repor as coisas mais estáveis na liberação do tempo. (FOUCAULT, 2007, p. 512).

O debate sobre a historicidade das práticas e o estilhaçamento epistemológico advindo com a modernidade informam sobre uma gama de diálogos a serem implementados junto de uma arqueologia e genealogia da patrimonialização, como o traçado de uma ontologia histórica do presente, cujo desafio consiste em construir uma analítica histórica que não pode ser tomada por acabada, remetendo-se simultaneamente à constituição do sujeito, assim como o processo de institucionalização da patrimonialização que passa a ser conduzida em fins do século XVII e primórdios do século subsequente, na Europa, em especial na França.

Os modos de subjetivar e objetivar que surgem, durante a modernidade, têm na patrimonialização um foco que aponta para a memória enquanto dispositivo que produz modos de ser no hábito deleuziano, tentando diluir a diferença na repetição, na busca incessante do mesmo. A memória entoia cantos de retomada do que foi no presente, entretanto, sempre diferindo. Os percalços da memória, enquanto objeto de estudo das ciências sociais, perpassam questões orgânicas. Além disso, o viés biológico da memória tem dividido lugar com o tecnoinformacional e, muitas vezes, compondo

junto, a exemplo da “memória central dos computadores”, o código genético como “memória da hereditariedade” e o “patrimônio genético”. Porém, interessa a esta altura o que Le Goff (2003) denomina “manipulação da memória coletiva”: “O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.” (LE GOFF, 2003, p. 422).

Esse autor assinala não haver memória coletiva bruta, uma vez que todo documento guarda em si um caráter monumental, o qual evoca o passado e possui dois aspectos: um comemorativo, arquitetônico; e outro que eterniza a memória. A perpetuação das sociedades históricas, segundo o autor, é um legado à memória coletiva.

Durante a Idade Clássica, a emergência da ideia de arte, por mais indefinida que fosse, torna-se central na constituição de um patrimônio que mais tarde será reivindicado por uma comunidade imaginada, a qual irá se formar, sobretudo, a partir do século XVIII, por meio da mudança na qualidade das relações firmadas entre as pessoas, conforme explicam Santos e Chagas (2007):

Na era moderna, o compromisso com a nação transcendeu em escopo e poder as demais lealdades que o indivíduo mantinha ao longo da vida. Indivíduos cada vez mais independentes, autocentrados, traçando trajetórias de vida múltiplas e plurais, passam a se sentir unidos por imaginários coletivos mais amplos (SANTOS; CHAGAS, 2007, p. 14).

O monumento histórico difere do monumento, em virtude de sua conservação, logo, não são sinônimos (CHOAY, 2006). O monumento é construído deliberadamente para afirmar determinada história no presente, que pode ser entendida como prática de poder, enquanto o monumento histórico tem seu sentido construído a partir da seleção inerente às práticas patrimoniais.

Memória e história figuram como elementos centrais no dispositivo patrimonial, instaurando modelos institucionais de consolidação, tais como museus e institutos históricos e geográficos, a exemplo do Brasil. Por meio de espaços como esses, observa-se a materialização de práticas de patrimonialização, permitindo difundir determinadas histórias e preservar algumas memórias, o que diz do funcionamento social de um país, estado, cidade ou grupos. O patrimônio histórico cultural aciona redes de saberes em um complexo campo de poder, produzindo efeitos de verdades. Seguindo essa trilha, nesta pesquisa documental, procurou-se trabalhar com história e

memória, conforme Le Goff (2003) explica. Assim, considera-se que os materiais da memória são os documentos e os monumentos, sendo os primeiros constituídos por escolhas imparciais e os monumentos herdados do passado. Nas palavras de Foucault (2010, p. 8):

[...] a história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os *monumentos* do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, o que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem: em nossos dias a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjunto (FOUCAULT, 2010, p. 8).

A história conta, por conseguinte, com documentos e monumentos. Ela é, sem dúvida, o que movimenta as pesquisas de Foucault, porém, não como ofício de historiador, mas como pesquisa histórica (DELEUZE, 2013), sendo esse o modo de fazer que direciona este estudo.

De fato, a história detém, em relação à minha investigação, uma posição privilegiada. Porque em nossa cultura, pelo menos há vários séculos, os discursos se encadeiam sob a forma de história: recebemos as coisas que foram ditas como vindas de um passado no qual elas se sucederam, se opuseram, se influenciaram, se substituíram, se engendraram e foram acumuladas. (FOUCAULT, 2013, p. 78).

Possuindo como base a História Nova, a qual se lança ao desafio de reintroduzir as discontinuidades como objeto e campo de pesquisa, para pôr em evidência os ínfimos acidentes que compõem as tramas do vivido, desnaturalizar o que repousa em certezas absolutas é uma maneira de construir narrativas sobre os acontecimentos que deixam de seguir a lógica da história tradicional, considerada contínua. Contudo, Foucault (2013a) alerta que não se trata de afirmar que a história, a qual outrora residia no contínuo, passou para o descontínuo, pois o trabalho histórico não cessa de descrever as passagens e rupturas.

Em *As palavras e as coisas*, Foucault (2007) aborda a singularidade da Idade Clássica e Idade Moderna, por exemplo, opondo os recortes temporais anteriores a cada uma, tarefa realizada sem a pretensão de efetuar qualquer totalidade cultural. Por isso, certas periodizações foram definidas, bem como alguns sistemas de relações, séries etc. A operação histórica analisou os discursos da linguagem, economia, biologia, história natural etc., em seus funcionamentos simultâneos e nas transformações ali visíveis.

Enfatiza Veyne (1998, p. 43-44): “É impossível descrever uma totalidade, e toda descrição é seletiva; o historiador nunca faz o levantamento do mapa factual, ele pode, no máximo, multiplicar as linhas que o atravessam.” Assim, os desníveis de *As palavras e as coisas* destacam o deslocamento das formas de conhecimento e delineiam um campo de possibilidades do descontínuo da história, principalmente sobre a passagem da Idade Clássica à Idade Moderna, quando é explicada a ideia da morte de Deus, tributária de Nietzsche, da invenção do homem e de sua morte, fazendo aparecer a ilusão humanista de situar o homem lá onde ele não existia.

A descontinuidade deixa de ser o objeto que deve ser apagado pelo historiador, o qual procurava constituir uma história contínua, ocupando o lugar paradoxal do que é buscado deliberadamente, não apenas um acidente ou “[...] não é mais esse vazio puro e uniforme que separa por uma só e mesma lacuna duas figuras positivas” (p. 88), mas um objeto e efeito da mesma, a depender das esferas e estratos em que é sublinhada (FOUCAULT, 2013a). O lançar-se ao encontro do descontínuo implica lidar com a dispersão das práticas discursivas e não discursivas, a fim de estabelecer entre elas regras de formação e, subsequentemente, identificar formações discursivas.

Descrever como esses elementos se encontram, em determinados recortes, possibilita visualizar o acontecimento em singularidade, pois, apesar de não haver fórmula exata ou linha evolutiva que leve a um acontecimento, existem relações que podem ser travadas entre práticas (que não se colocam em hierarquias ou ordenações de qualquer tipo), sendo elas o que fazem e dizem as pessoas, portanto, heterogêneas, instância que é constantemente obliterada pelo “objeto natural”. Entretanto, o problema de uma escrita da história ser factual ou não passa pela questão de optar por alguns elementos a serem relacionados e não outros, ou seja, pela materialização da trama, na qual não há espaço para determinismo, porque, se assim fosse, para todos os “grandes fatos históricos” deveria haver explicações minuciosas sobre acontecimentos anteriores que “determinaram” que um fato histórico alvo da história acontecesse. Veyne (1998) entende que os fatos não existem isoladamente e que possuem ligações objetivas. As tramas são, dessa forma, o que ele chama de “[...] causas materiais, de fins e de acasos” (p. 42), é o tecido da história, o qual não está necessariamente sob a égide de um tempo cronológico, visto que o que determina a importância do fato histórico é a trama, é ela que marca o alvo de interesse do historiador, “[...] pois o fato não é nada sem sua trama.” (p. 43):

As escolhas que se podem fazer são inconfessáveis e não devem existir. Deveríamos ler tudo, estudar tudo. Em outras palavras, é preciso ter a disposição o arquivo geral de uma época num momento dado. E a arqueologia é, em sentido estrito, a ciência desse arquivo. (FOUCAULT, 2011a, p. 140).

As primeiras instituições ligadas à construção de uma memória coletiva, no Brasil, têm relação estrita com a vinda da Família Real para o país. Schwarcz (1993) descreve e analisa a criação dessas instituições que tinham um caráter educacional. Durante o século XVIII, a ciência era um assunto comum entre homens “educados”, no entanto, poucos podiam viver de suas pesquisas. Cabe frisar que os modelos científicos utilizados no Brasil (evolucionismo e social-darwinismo) justificaram “práticas imperialistas” de governo, por meio das quais foram implementadas políticas higienistas e eugenistas, como *modus* de governo das populações, instaurando a cultura ocidental da época e apostando na criação de centros difusores dessas ideias, como os museus etnográficos.

Schwarcz (1993) salienta que essas ideias eram importadas pela elite intelectual brasileira da época, sem que fosse concretizada a crítica ou sem que se pensassem as especificidades dos povos que formavam o Brasil da época. Conforme a autora explica, os museus criados no país, em fins do século XVIII, diferiam dos museus etnográficos dos primeiros anos do século XIX, pois os primeiros tinham um caráter de “gabinete de curiosidades”, enquanto os segundos esmeravam-se em um fazer dito científico, fortemente pautado na história natural. Para que se entenda esse movimento, é importante recorrer a um quadro mais amplo. Foucault alude à passagem do interesse pelo visível com foco na botânica como um acontecimento que conferiu lugar de destaque aos jardins botânicos e “gabinetes de história natural” (FOUCAULT, 2007, p. 188-189).

Nesse cenário mais amplo do Ocidente, a história natural, com base na biologia, ganha força, ao passo que, durante os séculos XVII e XVIII, a anatomia perde sua capacidade de direcionar o saber racional, a qual só foi retomada no século seguinte, com Georges Cuvier, uma importante figura da história natural e para as ciências biológicas (FARIA, 2010).¹⁸

¹⁸ “Georges Cuvier (1769-1832) é um dos nomes mais importantes da história do pensamento biológico. Durante a primeira metade do século XIX, seus trabalhos e ideias foram referência obrigatória em todas as áreas da história natural. Sua teoria catastrofista, a comprovação do fenômeno da extinção e suas reconstruções paleontológicas, além de permitir, em sua época, melhor compreensão da história natural dos seres ‘desaparecidos’ (extintos) e viventes, preparou terreno para uma revolução epistemológica, a

A importância dada à história natural é sintoma da inexistência da vida, no que se refere ao homem como alvo e objeto de poderes e saberes, de modo que eram considerados apenas os seres vivos que “[...] apareciam através do crivo do saber constituído pela *história natural*” (FOUCAULT, 2007, p. 175). Com Cuvier, a “anatomia” aparece não mais como mais uma história a ser contada, porém, como estudos que descrevem diferenças evolutivas entre os seres vivos, tais como a presença ou não de sistema nervoso, conforme explica Foucault (2007, p. 369):

A partir de Cuvier, é a vida, no que tem de não-perceptível, de puramente funcional, que funda a possibilidade exterior de uma classificação. Não há mais, sobre a grande superfície da ordem, a classe daquilo que pode viver; mas sim, vindo da profundidade da vida, do que há de mais longínquo para o olhar, a possibilidade de classificar. O ser vivo era uma localidade da classificação natural; o fato de ser classificável é agora uma propriedade do ser vivo. (FOUCAULT, 2007, p. 369).

1.3 – Coleccionismo, patrimônio e história

A ruptura com uma taxinomia geral, fundada na homogeneidade de “identidades” e “diferenças ordenáveis” (2007, p. 370), apresenta um quadro no qual as diferenças se opõem não apenas de lugares distintos, mas de níveis desiguais, pois se nota que determinados aspectos só podem ser observados, ao serem dissecados. Segundo explica Foucault (2007, p. 177), as descrições e classificações, ou seja, a rede semântica que ligava o ser vivo ao mundo, não eram separadas em instâncias que diferiam entre si, como o que os outros observam e comunicam. Nessa direção, os signos, que “faziam parte das coisas” tornam-se modos de representação durante o século XVII, por meio de uma “sedimentação verbal” que confere lugar de destaque à história natural. Poder observar e descrever de modo “fiel” as coisas é um efeito da visibilidade como condição de surgimento dessa história natural, contudo, não basta apenas observar e descrever: esse novo saber também se preocupa em nomeá-las, a fim de possibilitar o entendimento geral sobre a coisa em questão:

A velha palavra *história* muda então de valor e reencontra talvez uma de suas significações arcaicas. Em todo o caso, se é verdade que o historiador, no pensamento grego, foi realmente aquele que *vê* e que narra a partir de seu olhar, nem sempre foi assim em nossa cultura. Foi, aliás, bem tarde, no limiar da idade clássica, que ele tomou ou retomou esse papel. Até meados do século XVII, o historiador tinha por tarefa estabelecer a grande compilação dos documentos e dos signos – de tudo o que, através do mundo, podia constituir como que

revolução darwiniana, que se instalaria em todas as áreas das ciências biológicas.” (FARIA, 2010, p. 1031).

marca. Era ele o encarregado de restituir a linguagem a todas as palavras encobertas. Sua existência se definia menos pelo olhar que pela repetição, por uma palavra segunda que pronunciava de novo tantas palavras ensurdecidas. A idade clássica confere à história um sentido totalmente diferente: o de pousar pela primeira vez um olhar minucioso sobre as coisas e de transcrever, em seguida, o que ele recolhe em palavras lisas, neutralizadas e fiéis. (FOUCAULT, 2007, p. 179).

Essa nova maneira de escrever a história não mudou necessariamente de objetos, contudo, altera a forma como podiam ser vistos e descritos, onde o exótico impacta esse novo arranjo histórico que consolida a linguagem como ferramenta de ordenação dos seres vivos, porque se torna crescente a preocupação em conservar registros escritos, o que, por sua vez, amplia o número de arquivos, como bibliotecas, inventários etc. No cenário que Abreu (2008) chama de “empresa colonial”, as grandes expedições iam em busca de novos territórios e do “diferente”, congregando o processo de constituição da modernidade, ao avançar dos séculos XVII e XVIII, na direção de nacionalismos. Entretanto, a prática do colecionismo, que pode ser tomada como base da patrimonialização, na contemporaneidade, estabelece-se pelo ofício do antiquário e de mecenas do período renascentista. “Nos séculos XVII e XVIII, o patrimônio local alimentou a curiosidade diversificada dos antiquários direcionada mais aos utensílios, às pedras gravadas e aos figurinos do que aos seus costumes” (POULOT, 2011, p. 473), curiosidade que se lançou fora, na busca de zonas desconhecidas, para findar a era do “inclassificável” e alçar ao posto de fato comprovado o outro incivilizado e primitivo.

A impossibilidade de ordenamento das “práticas humanas” em um quadro classificatório enseja a emergência de um campo de invenções de histórias a serem contadas. A história chega perto de ser uma constante, na cultura ocidental, pelo menos desde a idade grega. Há muitos séculos, no Ocidente, os discursos são organizados sob o molde da história (FOUCAULT, 2007), são discursos repassados que se acumulam:

As culturas “sem história” não são evidentemente aquelas nas quais não haveria acontecimento, evolução, nem revolução, mas nas quais os discursos não se acumularam sob a forma de história; eles se justapõem; eles se substituem; são esquecidos; transformam-se. Pelo contrário de uma cultura como a nossa, todo discurso aparece sobre um fundo de desaparecimento de qualquer acontecimento. (FOUCAULT, 2013a, p. 78).

Herdeira de uma tradição humanista, a reflexão sobre a diversidade torna-se central quando, no século XVIII, a partir dos legados políticos da Revolução Francesa e

dos ensinamentos da Ilustração, firmam-se as bases filosóficas e políticas com o liberalismo, para se pensar a humanidade enquanto totalidade. Pressupor a igualdade e a liberdade como naturais levava à determinação da unidade do gênero humano e a certa universalização da igualdade, concebida como um modelo imposto pela natureza.

Em termos mais abrangentes, pode-se afirmar que, com a Revolução Francesa, continuou-se a tratar os outros grupos como “nações” ou “povos” e que a ideia de “raça” é introduzida na literatura específica, durante o século XIX, por Georges Cuvier, como esboço do projeto naturalista marcado pela noção de “diferença” (SCHWARCZ, 1993, p. 44-45). Entretanto, o avanço do liberalismo no Ocidente não deve ser visto de modo homogêneo.¹⁹

Abreu (2008) explica que, entre os séculos XVI e XIX, inúmeras espécies de plantas, animais, artefatos indígenas e pessoas foram “coletados” pelos “descobridores”. Ela exemplifica com o caso de seis indígenas do Maranhão, os quais foram levados por padres franciscanos franceses até Luís XIII, então rei da França, a fim de conseguirem apoio político e financeiro para missões religiosas fora daquele país. Carlan e Funari (2010) relatam que, desde o século VIII,²⁰ há notícias de práticas colecionistas pautadas em leis, a fim de conservar a lembrança de um determinado passado. Os autores seguem exemplificando importantes figuras históricas as quais se interessaram pelo colecionismo, ao longo dos séculos seguintes, ao passo que, durante o século XV, o valor estético dos objetos torna-se alvo de mecenas interessados em “reproduzir” o esplendor romano da antiguidade; e esse modelo de representação do passado é alçado frente à expansão marítima dos séculos XVI e XVII, momento em que os monarcas buscaram constituir suas próprias coleções.

Lidchi (1997) discute a relação entre a expansão econômica e política das potências ocidentais, que se deu a partir do século XVI, e a ascensão dos museus etnográficos no recorte da produção de conhecimento sobre outras culturas pelas nações imperiais, fazendo a crítica da política de exibição adotada por elas, em que foram produzidas formas de “representar” o outro. A autora centra sua análise não tanto na linguagem usada pelos exploradores, mas nos objetos “coletados” para as mostras etnográficas, exemplificadas com o caso de John Tradescante, naturalista inglês do século XVII, criador do afamado “closet of rarities or cabinet of curiosities”, que, em

¹⁹ Ver COSTA, E. V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

²⁰ Referem-se especialmente ao Renascimento Carolíngio, pautado na conservação da cultura romana, tornando Carlos Magno principal figura do período.

1628, foi expandida e transformada em museu, afetando o movimento sociocultural de percepção do mundo dos séculos XVI e XVII e impulsionando a coleta do extraordinário e artigos variados de cunho natural e artificial (estes, derivados de artigos naturais), de sorte a encapsular as curiosidades do mundo, ordená-las e classificá-las em artificiais e naturais, sem considerar classificações usadas hoje, como real e místico ou antigo e contemporâneo.

Para Sena (2011, p. 20), a prática do colecionismo, intensificada com os antiquários, apresenta certa preocupação com o passado, colocando-a próximo à patrimonialização enquanto prática institucionalizada. Conforme relata, o antiquário é definido como um saber pautado no colecionismo, o qual teve seu auge na Europa, entre os séculos XVI e XVIII, sendo praticado majoritariamente pela elite econômica e política da época, que, imbuída do espírito renascentista, interessava-se por “[...] objetos antigos e exóticos, como fósseis, artefatos arqueológicos e etnográficos.” Com base no colecionismo também foram organizadas inúmeros conjuntos de caráter privado e que, ao longo do tempo, tiveram seu conteúdo aberto ao grande público.

A passagem do colecionismo como zona de interesse restrita da aristocracia, naturalistas e da Igreja, para uma prática voltada ao grande público se dá em meio aos acontecimentos do fim do século XVIII, como a Revolução Francesa e a emergência da ideia de nação. Entretanto, vale ressaltar que, na França de 1837, foi criada a primeira comissão dos Monumentos Históricos, e os monumentos selecionados remontavam à Antiguidade e edifícios religiosos e castelos da Idade Média. Após a Segunda Guerra, o número de bens arrolados dobrou e eram de caráter arquitetônico, histórico e arqueológico; o monumento é associado à grandiosidade e o patrimônio histórico abarca um conjunto de bens de uso comum de uma comunidade “planetária”, “[...] pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras primas das belas-artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos.” (CHOAY, 2006, p. 11).

A sedimentação do Antigo Regime imprime um novo ritmo no trato de artefatos históricos e culturais e dos monumentos históricos. Poulot (2011) considera que o período pós-Revolução Francesa foi fundamental para o debate acerca do patrimônio, em razão da política de confisco de bens e propriedades da aristocracia e da Igreja, por parte do Estado. Além disso, o autor cita como efeito indireto da Revolução as ações de destruição de vários artefatos históricos e culturais que desembocaram na chancela de inúmeras obras de artes de caráter público e privado pelo museu do Louvre e outros

museus franceses. Acrescenta que “[...] destruir o patrimônio passou a ser uma questão ideológica na luta entre a tradição e o progresso.” (POULOT, 2011, p. 473-474).

Foram muitas as transformações advindas da patrimonialização, na contemporaneidade. Além do direcionamento político na constituição de estados-nação, o novo século traz desafios epistemológicos e científicos que também conformam o modo de lidar com objetos, monumentos, costumes e lugares ligados à história e cultura, de modo geral. Poulot (2011, p. 474) cita o interstício do patrimônio como figura da tradição e sua passagem para o patrimonialismo, na contemporaneidade, que tem como um dos efeitos a inscrição definitiva dos museus como o lugar “[...] da leitura esclarecida e crítica das obras e dos objetos.” Contudo, ao lado dos espaços institucionalizados do patrimônio, outros acontecimentos sinalizam esse embate, a exemplo das grandes reformas urbanas na Europa do início do século XIX. Choay (2006, p. 16) afirma que, na França, a “[...] tradição de destruição construtiva” teve como justificativa a modernização e o desejo de arquitetos, que queriam deixar sua marca na história, tendo como mote o fato de que diferentes estilos sempre coexistiram.

Contudo, as transformações espaciais ocorridas não devem ser depositadas unicamente na conta da vaidade de arquitetos. No livro *Segurança, Território e População*, Michel Foucault pontua que, desde o século XVIII, as sociedades modernas “redescobriram” o biológico como condição do humano enquanto espécie e como isso se entrelaça com as novas tecnologias de governo, como a biopolítica, as quais são exercidas primeiramente sobre o espaço por meio do dispositivo da segurança e depois sobre as populações. Esse movimento fazia incidir sobre os corpos forças que buscavam aprimorar as artes do fazer viver, através de estratégias que envolvem a polícia, no que esta designa de promoção do Estado direcionado ao bem comum, conforme explica Foucault (2011b, 2015). A propósito das tecnologias de poder – poder soberano, poder disciplinar e o biopoder²¹ – a segurança aparece em todas elas, todavia, como um dispositivo que organiza corpos e espaços. As transformações urbanistas, iniciadas no século XVIII, são importantes exemplos desse novo modo de governar as coisas e as pessoas que estava se desenhando.

Os embates envolvendo a urbe e as intervenções arquitetônicas e sanitárias se avizinham com a associação entre monumentos e outros elementos patrimoniais de caráter imóvel como antigo e ultrapassado, frente à onda de modernização que invadia a

²¹ Tecnologia de poder que conjuga simultaneamente o governo do indivíduo e da população.

Europa. A destruição de prédios antigos deu passagem ao que de mais moderno havia, a exemplo das inúmeras “[...] igrejas góticas destruídas nos séculos XVII e XVIII, para fins de ‘embelezamento’, e substituídas por edifícios barrocos ou clássicos.” (CHOAY, 2006, p. 15). A “destruição construtiva” é posta por Choay (2006) como ponto que faz a cidade ser habitada por diferentes estilísticas, e isso, na França, para ele, é responsável por encantar seus visitantes e moradores.

Entretanto, tal processo foi envolto pela turbulência das transformações políticas do século XVIII e produziram a necessidade de institucionalização das grandes coleções, quando os museus etnográficos e históricos com fortes inclinações nacionalistas assumem papel importante na construção da relevância do patrimônio histórico e cultural, principalmente nas primeiras décadas do século XX, em face da emergência da perspectiva relativista da antropologia:

Com base no relativismo inaugurado, sobretudo, por Franz Boas e Bronislaw Malinowski, estabeleceu-se uma nova perspectiva que se contrapôs à visão do exotismo e deixou de enfatizar as características físicas dos grupos humanos. A partir de então, o importante passou a ser o estudo das diferenças culturais entre os homens, sublinhando-se a base comum de uma igualdade biológica de toda a humanidade. (ABREU, 2008, p. 41).

Como se nota, a constituição de uma patrimonialização contemporânea envolve aspectos relacionados às mudanças epistemológicas que derivam da modernidade, destacando-se a figura do humano e as condutas que devem ser governadas, problema que se desdobra na paisagem citadina como espaço de lutas e dissenso. A retórica higienista foi usada para justificar a reforma de centros urbanos, a exemplo de Paris, na França, e Belém, no Brasil. Assim como a emergência da história natural, a qual passa pelo colecionismo, indo em direção à etnografia, a consolidação da antropologia relativista abre espaço para uma prática etnográfica que busca romper com a prática colecionista, para construir análises científicas de “microsociedade”. Essa etnografia “[...] não se contenta mais em coletar materiais à maneira dos antiquários, mas procura detectar o que faz a unidade da cultura que se expressa através de diferentes materiais.” (LAPLANITINE, 2007, p. 78).

CAPÍTULO 2 – INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PATRIMONIALIZAÇÃO NO BRASIL

A criação de instituições ligadas à história e memória, no Brasil, tem forte ligação com as discussões europeias sobre raça e civilização. Estas foram questões que refletiram diretamente nas instituições brasileiras associadas à ideia de história que se buscava afirmar, entre fins do século XIX e primórdios do século XX. Os primeiros museus criados no país, nesse período, pautavam-se fortemente na história natural e os poucos estudos dedicados ao homem eram de cunho biológico e visavam a estabelecer diferenças entre modos de viver que servissem ao parâmetro de civilização. O exemplo citado por Schwarcz (1993) foi o trabalho sobre os índios Botocudos, onde J. Batista Lacerda²² propôs-se examinar cérebros de índios dessa etnia, que se encontravam no acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro. A conclusão do estudo apontou que esse grupo ilustrava o atraso civilizatório, em termos do evolucionismo.

Durante o século XIX, no Brasil, o avanço do conhecimento científico registrado por museus etnográficos foi ancorado em modelos biológicos e evolucionistas, o que pode ser tomado como triste herança dessas transformações científicas. No entanto, algo relevante nesse processo se relaciona aos interesses da consolidação política do Estado enquanto modo organizativo de governo das condutas, seja no caráter político, seja econômico, dessa prática de poder. Nessa linha, por exemplo, Schwarcz (1993) aponta três principais instituições aqui criadas:

No período que vai de 1870 a 1930, os museus nacionais – o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense de História Natural – desempenharam importante papel como estabelecimentos dedicados à pesquisa etnográfica e ao estudo das assim chamadas ciências naturais. (SCHWARCZ, 1993, p. 87).

Até meados do século XIX, a formação dos intelectuais brasileiros, que era basicamente homogênea, começa a se transformar em função de alterações ligadas às atividades econômicas, como a produção cafeeira (década de 1950). O panorama era de uma elite de formação acadêmica majoritariamente oriunda de Coimbra e que começa a se especializar na atuação profissional de instituições de pesquisa espalhadas pelo Brasil. Dentre as transformações urbanas econômicas e políticas pelas quais passava o país, havia a situação da “desmontagem do sistema” escravocrata. Esse momento

²² Foi diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, entre os anos de 1895 e 1915, e um crente da teoria do branqueamento. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 20, 1994.

coincide com a “[...] emergência de uma nova elite profissional que já incorporara os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista, como modelos de análise social.” (SCHWARCZ, 1993, p. 28). É nesse domínio que teorias racistas se inserem nas discussões sobre cultura nacional:

Com efeito, pelo poder que tem de se reduplicar (na imaginação e na lembrança, e na atenção múltipla que compara), a cadeia das representações pode reencontrar, por sob a desordem da terra, a superfície sem ruptura dos seres; a memória, a princípio temerária e entregue aos caprichos das representações tais quais se oferecem, fixa-se, pouco a pouco, num quadro geral de tudo o que existe; o homem pode então fazer entrar o mundo na soberania de um discurso que tem o poder de representar sua representação. (FOUCAULT, 2007, p. 426).

A importância da memória, aliada a esse novo ordenamento da história, possibilita o que Silva Pinto (2010) descreve como possibilidade de o homem refletir sobre sua origem – uma historicidade que se funda na positividade das práticas humanas e articula-se com o campo das ciências humanas. Assim, a memória desponta como elemento conjugado da história, abrindo passagem para uma história social. Portanto, cabe problematizar a relação entre memória e história, no recorte patrimonial brasileiro, conforme as contribuições de Michel Foucault e Gilles Deleuze.

Para Santos e Chagas (2007), a patrimonialização está intimamente relacionada com a ideia de comunidade imaginada, de nação ou pátria, principalmente a partir da importância que os museus começam a ocupar, no Ocidente, desde os primórdios do século XIX. A tessitura de uma comunidade imaginada passa por narrativas que devem ser elaboradas e tomadas como verdade por um povo. Tal construção discursiva busca, a todo instante, conter as narrativas dissidentes e, nesse embate constante, são forjadas algumas verdades históricas.

Retomando a verdade como fato discursivo, tal qual apontada por Foucault (2015), entende-se que ela, no recorte patrimonial brasileiro, encontra, nas instituições voltadas para a cultura material e imaterial, importante *locus* de propagação. Como exemplos desses lugares, existem os Institutos Históricos e Geográficos, com várias repartições pelo país, e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São essas algumas das principais instituições responsáveis por zelar pela história e memória da nação. Os IHG foram os primeiros espaços criados, no Brasil, com a finalidade de narrar a história oficial da nação. A esse respeito, Schwarcz (1993) comenta a criação do IGHB do Rio de Janeiro:

Criado logo após a independência política do país, o estabelecimento carioca cumpria o papel que lhe fora reservado, assim como os demais institutos históricos: construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos. (SCHWARCZ, 1993, p. 129).

Sob o manto do corrigir, organizar e guardar (SCHWARCZ, 1993) é que os institutos desenvolviam suas atividades como instituições principais, desde 1839, com caráter nacionalista. De acordo com Schwarcz (1993, p. 134), as disputas políticas e econômicas, durante o Império, podem ser observadas na composição dos associados aos institutos históricos e geográficos, a exemplo da repartição do Rio de Janeiro, a qual possui membros que eram conselheiros de Estado e Senadores, “[...] boa parte dela nascida em Portugal e fiel defensora da Casa de Bragança.”²³

Durante as primeiras décadas do século XX, mudanças políticas, econômicas e sociais que incidiram sobre o país alteraram sensivelmente o olhar sobre a história e memória do Brasil, o que pode ser percebido com a Semana de Arte Moderna de 1922, pelo grande prestígio que se procurasse dar ao que fosse “genuinamente brasileiro”, com certo avanço ufanista mediante o reflexo da Primeira Guerra Mundial:

O contexto da Primeira Guerra Mundial traz mudanças significativas para a configuração do patrimônio nacional. Busca-se a consolidação da identidade nacional ao mesmo tempo em que a importação de materiais, como o de construção foram interrompidos. A necessidade de voltar-se ao mercado interno também é acompanhada pelo nacionalismo afirmado pela elite “apoiado no legado luso-brasileiro”. (CAMARGO, 2002, p. 80).

Para o campo patrimonial, foi necessário redefinir alguns parâmetros que garantissem apresentar à Nação as variações da cultura nacional, sem que isso conflitasse com as narrativas lineares e homogeneizadoras da história e memória as quais vinham sendo construídas pelos IHG, pois, de acordo com Sansi-Roca (2007, p. 97),

[c]olecionar documentos e objetos, construir arquivos e museus, era um dos objetivos principais dos institutos. Manter um registro do passado era também uma forma de manter e legitimar os direitos de propriedade e a própria versão da história das elites locais. (SANSI-ROCA, 2007, p. 97).

²³ Família Real Portuguesa da qual D. João VI fazia parte, a qual se transfere para o Brasil (sua colônia, na época), a partir de 1808. Cf. VICENTE, Antônio Pedro. Política exterior de D. João VI no Brasil. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 193-214, dez. 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_aetext&pid=S013-40141993000300006&Ing=en&nrm=iso. Acesso em: 01 ago. 2017.

Ao considerar que a história é complexa e que suas formatações envolvem negociações e trocas entre diversos grupos sociais, Sancí-Roca (2007) chama atenção para o papel dos IHGB na construção das narrativas oficiais sobre a formação do país. Continua ainda comparando os institutos aos gabinetes de curiosidades, no sentido de todo o tipo de objetos que acabavam sob a guarda desta instituição, referindo-se, especialmente, aos objetos relacionados ao culto afrorreligioso. A construção da história em consonância com a memória ultrapassa os limites da história natural, porém, isso só se torna relevante a partir da figura do homem que aparece durante a modernidade, fato marcado pela constituição de regimes de verdade que constituem o sujeito. Problematizar os processos de assujeitamento leva à questão das relações de saber e poder, e o exercício deste é da ordem da produção. Nesse cenário, o papel dos intelectuais brasileiros atuantes nas primeiras décadas do século XX foi imprescindível na constituição das redes de poder aqui se formavam, naquele momento, sobretudo no campo cultural (SANTOS, 1992). Uma figura que merece destaque na temática patrimonial é Mário de Andrade. Ele foi um intelectual ligado ao movimento modernista brasileiro e que teve importante papel na construção institucional da memória e história do país. Através de seu projeto chamado “Turista Aprendiz”, esse intelectual procurou conhecer e descrever as mais singulares manifestações artístico-culturais do Brasil, o que possibilitou a ampliação da noção de cultura adotada atualmente, quanto à política cultural brasileira, a exemplo da denominada cultura imaterial (CAMARGO, 2002).

Foi ele o responsável pela criação do anteprojeto do IPHAN, almejando conferir visibilidade às práticas culturais de grupos marginalizados. Com mudanças estruturais, o SPHAN é criado em 1937, sendo caracterizado por um viés nacionalista que buscava enfatizar a importância do patrimônio nacional, ainda em uma perspectiva homogeneizante e corretiva das discontinuidades:

Assim, o órgão federal incumbido da proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro é a mais antiga entidade oficial de preservação dos bens culturais na América Latina. Cabe lembrar aqui o papel relevante que tiveram na formulação das diretrizes, na elaboração dos textos legislativos e na administração inicial do órgão os intelectuais do Movimento Modernista que a partir dos anos 20 e 30 se debruçaram sobre a realidade brasileira, buscando apreender e revalorizar os elementos constitutivos da identidade cultural do país. (IPHAN, 1980, p. 15).

Por meio dessa noção de identidade nacional fortemente atravessada pelo que se conhece atualmente como o “mito da democracia racial”²⁴, as narrativas patrimoniais colocaram em evidência a herança material da colonização, como o cristianismo e a cultura europeia, de maneira geral. É importante destacar que a cultura imaterial ou intangível só se tornou, legalmente, alvo de ações governamentais, a partir do ano 2000, quando foi garantido espaço para outras práticas culturais historicamente marginalizadas. A narrativa da construção da nação passa a contar com objetos classificados como patrimônios nacionais com o tombamento, um dispositivo legal que visa à preservação e conservação de bens materiais, como igrejas, quadros, casas e objetos em geral. A constituição de um órgão do patrimônio nacional impulsiona a criação de monumentos, que, para Choay (2006) são construídos intencionalmente:

[...] monumento é “aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças.” (CHOAY, 2006, p. 18).

Os monumentos, por sua característica comemorativa e arquitetônica que evoca o passado, também têm por função perpetuar a memória, conforme assevera Le Goff (2003). O caráter de grandiosidade é comumente tomado como característica do monumento e, apesar de o termo ser pouco usual na contemporaneidade, as características de retomada do passado e memória estão presentes na noção atual de patrimônio cultural. Tomando por referência o século XX, é importante ressaltar que, durante suas primeiras décadas, o Brasil vivia o período de afirmação de sua identidade nacional, em meio às conturbadas disputas políticas do Estado Novo. Nesse cenário, a criação de um serviço estatal que procura dar destaque aos símbolos culturais e históricos da nação, por meio do tombamento, é significativa.

O SPHAN tornou-se um dos principais instrumentos para a construção dos monumentos nacionais brasileiros. Do surgimento desse órgão até os dias atuais, ocorreram importantes mudanças na organização da política nacional de cultura, como a criação do Instituto Brasileiro para Educação, Ciência e Cultura, em 1946 (IBECC), da

²⁴ O mito da democracia racial perpetua o ideário que culpabiliza o sujeito (sobretudo o negro e o pobre) por suas mazelas sociais, mediante os termos de igualdade e liberdade do liberalismo, ou por meio do viés biológico, o qual afirma a existência de determinadas características orgânicas que garantiriam o sucesso ou a condição de subalternidade do sujeito. ANDRENS, George Reid. Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto. *Estud. Av.*, v. 11, n. 30, p. 95-115, 1997.

Comissão Nacional de Folclore, em 1947 (CNF), órgão destinado à promoção e estudo de manifestações culturais “populares” do país, do Centro Nacional de Referência Cultural, em 1975 (CNRC) (IPHAN, 2010). Até 1985, a política cultural não contava com uma esfera autônoma administrativa e financeiramente, pois foi apenas nesse ano que o Ministério da Cultura foi criado, através do Decreto 91.144, de 15 de março de 1985.²⁵ Antes dessa data, a política cultural patrimonial esteve vinculada à pasta da Educação, como pode ser constatado na publicação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional intitulada *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*, de 1980.

Os primeiros trinta anos do órgão federal responsável pela política patrimonial ficaram conhecidos como “fase heroica”, enfatizando que, em 1946, o órgão é transformado em departamento. Os primeiros trinta anos do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) foram assinalados pelo ânimo em recuperar décadas de despreocupação com bens arqueológicos, históricos e artísticos. Nesse esforço, os bens materiais móveis foram alvo de maior foco, devido à prática de “comercialização indevida” (SPHAN, 1980, p. 18); além desses bens, foi concentrada atenção nos centros urbanos, considerando a transformação urbanística do Brasil, que, durante as primeiras décadas do século XX, foi intensa e alterou profundamente o espaço urbano.

A década de 1980 foi marcada pelo debate conceitual do que seria Patrimônio e Cultura e, na década seguinte, a discussão girou em torno da gestão cultural, quando a preocupação não estava mais centrada apenas na ampliação do reconhecimento das distintas expressões culturais, mas também residia sobre as ações de fomento ao desenvolvimento cultural, de modo geral, inclusive no que se refere ao inventário e salvaguarda dos bens (PELEGRINI; FUNARI, 2008).

O movimento de atenção ao patrimônio cultural, o qual começa a ser sistematizado no Brasil, na década de 1930, é atravessado por preocupação de natureza urbanística, arqueológica e histórica, que toma como foco o legado histórico dos monumentos arquitetônicos e obras de arte (PELEGRINI; FUNARI, 2008). A criação de um órgão nacional ocupado com o patrimônio cultural reflete a importância do discurso patrimonial, no contexto nacional, constituindo o projeto de nação do período. Ao longo das décadas, o discurso patrimonial torna-se complexo, de modo que

²⁵ Informação disponível em www.cultura.gov.br/histórico. Acesso em 07/08/2013.

narrativas que fazem parte do que se chama de cultura popular tornam-se parte integrante da trama patrimonial (BENGIO, 2014; PELEGRINI, 2008).

De um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, se avançou para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Desta maneira, múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional. (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 251).

Estas transformações ganham destaque no país, com a Constituição de 1988, na qual foi incluída a categoria patrimônio imaterial. Para além da dicotomia material e imaterial, os bens tombados guardam significados, os quais produzem ressonâncias nas relações sociais vigentes. Considerar tal aspecto do patrimônio material ajuda a compreender como ele pode ser um dispositivo de produção de subjetividades, modulando as relações que se instauram entre os sujeitos e deles com o espaço.

CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DA CIDADE TOMBADA: CARTAS PATRIMONIAIS E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

A partir deste capítulo, as Cartas Patrimoniais foram recortadas em séries discursivas, a fim de distinguir os saberes dispersos que se encontram na emergência da cidade patrimonializada, bem como destacar os saberes presentes nas lutas pela memória e direito à cidade, temas de interesse, nos capítulos subsequentes. No livro *A arqueologia do saber*, Michel Foucault responde a críticas sobre a metodologia que utilizara em *As palavras e as coisas* (e em outros livros anteriores, como *O nascimento da clínica* e *História da loucura*), para empreender suas análises dos sistemas de conhecimento, desde o Renascimento até a modernidade. Seu empreendimento foi tamanho que, em seu único livro considerado metodológico, *A arqueologia do saber*, Foucault descreve o cerne de uma arqueologia que não busca desenterrar um passado, mas, por meio da história descontínua, almeja entrever as condições de surgimento dos saberes, assinalando as regularidades discursivas que fazem aparecer objetos: “A arqueologia, compreendida como análise do discurso e das formações discursivas, determina as regras de formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos, dos temas e teorias presentes em cada epistême.” (SILVA PINTO, 2010, p. 146).

Pela análise da dispersão discursiva, a unidade dos saberes é posta em xeque, visibilizando, assim, os sulcos que compõem ou formam um objeto, fazendo aparecer as discontinuidades, ou seja, declara a imprevisão do que está por vir, assentada na historicização das práticas, enchendo de incertezas e fazendo aparecer os acontecimentos. Trata-se de “[...] usar a história como recurso metodológico do pensamento” (PRADO FILHO, p.125, 2012), que visa a rachar certezas categoricamente estabelecidas por uma história, a qual, “[...] pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos.” (FOUCAULT, 2010b, p. 6). O autor prossegue, mais adiante:

O ato ilocutório não é o que ocorreu antes do enunciado (no pensamento do autor ou no jogo de suas intenções); não é o que se pôde produzir, depois do próprio enunciado, no sulco que deixou atrás de si e nas conseqüências que provocou; mas sim o que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado – e precisamente esse enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem determinadas. (FOUCAULTb, 2010, p. 94).

Analisar práticas discursivas e não discursivas não é colocado em termos de pessoalidade que inquire uma verdade sobre o que está escondido em uma intencionalidade velada (consciente ou não). Descrever o campo de dispersão dos discursos não indica a interpretação da essência do sujeito ou daquilo que possivelmente o “influencia” para agir de uma forma ou outra, achando sempre uma justificação em um passado recente ou longínquo das coisas que se passam no agora. O que está em jogo é a emergência dos objetos os quais podem ser visibilizados, ao se mapear a heterogeneidade dos discursos que produzem acontecimentos. Esse proceder tanto pode ser usado em documentos, como as Cartas patrimoniais, quanto em entrevistas, conforme explicado no Anexo II.

3.1 – A construção da cidade patrimonializada

O desenvolvimento urbano brasileiro está inserido em um cenário mais amplo das transformações citadinas ocorridas entre os anos de 1930 e 1960, realçadas por uma nova experiência para a arquitetura e urbanismo na América Latina, a qual conta a rapidez do processo de urbanização no Cone Sul (GOMES; ESPINOZA, 2009). Diante disso, a preocupação com o patrimônio histórico mostrava sinais de sua heterogeneidade, no panorama do cotidiano da urbe, ao menos ao se considerar a relação do Brasil com a patrimonialização, tendo em vista a crescente importância de arquitetos e urbanistas acerca da remodelação urbana, a qual contrastava com a ideia de preservação.

As Cartas selecionadas para este trabalho não esgotam as possibilidades de construções analíticas sobre o tema do patrimônio histórico e cultural, no entanto, permitem que seja tecida uma narrativa a respeito do patrimônio cultural e sua relação com o desenvolvimento urbano. Em face do grande número de documentos que compõem as Cartas patrimoniais, optou-se por decompor em séries discursivas quatro documentos internacionais, sendo o último de ordem regional, em perspectiva global; também foi apresentada a Ata da reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, que ratifica o tombamento do centro histórico de Belém.

3.1.1 – Cartas de Atenas

Em sentido mais amplo, os efeitos de sucessivas guerras na Europa impulsionam a comunidade internacional na elaboração das Cartas de Atenas, em 1931 e 1933.²⁶ Esses documentos informam sobre a seriedade dada ao patrimônio, em nível global. Batista (2012)²⁷ salienta que as Cartas de Atenas, de modo geral, enfatizam muito mais a preocupação com bens isolados, tais como edifícios e outros monumentos, do que com conjuntos urbanos e/ou conjuntos patrimoniais, além de se esforçar em fazer valer uma concepção elitista do patrimônio, a qual manteve, conforme o autor, as instituições de preservação distantes da população.

A Carta de 1931 está dividida em sete itens: I – Doutrinas. Princípios gerais; II – Administração e legislação dos monumentos históricos; III – A valorização dos monumentos; IV – Os materiais do restauro; V – As degradações dos monumentos; VI – A técnica de conservação; e VII – A conservação dos monumentos e a colaboração internacional.

Na sequência, destacam-se alguns trechos da Carta:

Poder, monumento e conservação

A Conferência recomenda que se mantenha a ocupação dos monumentos, que se assegure a continuidade da sua vida consagrando-os, contudo, a utilizações que respeitem o seu caráter histórico ou artístico. (p. 1).

Faz votos para que em cada Estado a autoridade pública esteja investida do poder, em caso de urgência, de tomar as medidas de conservação. (p. 2).

A conferência, convencida de que a conservação do patrimônio artístico e arqueológico da humanidade interessa à comunidade dos Estados, guardiã da civilização, deseja que os Estados, agindo no espírito do Pacto da Sociedade das Nações, colaborem entre si, cada vez mais concretamente para favorecer a conservação dos monumentos de arte e de história. (p. 3).

²⁶ Existem duas versões desse documento, disponíveis no banco de dados do IPHAN. A primeira Carta foi elaborada durante o 1º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, em 1931, enquanto a segunda data de 1933, tendo sido organizada durante o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM).

²⁷ BATISTA, Everaldo Batista. Patrimônio e território urbano em Cartas Patrimoniais do século XX. *Finisterra*, v. XLVII, n. 9, p. 5-285, 2012.

A conferência recomenda o respeito, na construção dos edifícios, pelo carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança de monumentos antigos cuja envolvente deve ser objecto de cuidados particulares. Também alguns conjuntos e certas perspectivas particularmente pitorescas, devem ser preservadas. (p.2)

As séries discursivas acima sublinhadas mostram como a monumentalidade dos bens, a qual possui um carácter comemorativo, se faz presente no documento destrinchado, bem como chama os Estados a assumirem um compromisso com a preservação de tais monumentos. Os demais trechos do documento apontam, de fato, a importância de bens isolados, não mencionando cidades históricas como objeto de zelo dos esforços preservacionistas. Conforme Oliveira (2014, p. 21) a Carta de Atenas de 1931 tinha diretrizes embasadas no “restauro científico e filológico”, de maneira que, por mais que não houvesse um método definido, a autora informa sobre a necessidade salientada de construção de referenciais teóricos capazes de auxiliar a prática do restauro, sublinhando ainda o carácter documental dos bens arquitetônicos.

O entendimento era de que determinados elementos dentro da cidade deveriam ser alvo de esforço de preservação, sobretudo aqueles com inestimável valor para a história da humanidade, objetos que foram elencados conforme as relações de poder estabelecidas naquele recorte histórico, o que teve forte ressonância na construção da política patrimonial brasileira, apesar de apenas países europeus terem participado do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), na década de 1930.

A segunda versão da Carta de Atenas (1933) é bem mais robusta que a primeira, estando dividida em três partes, com algumas subdivisões. No documento a Primeira Parte – Generalidades, há o item a Cidade e sua região; na Segunda Parte – Estado atual crítico das cidades, há os seguintes subitens: Habitação – observações, Lazer – observações, Patrimônio Histórico das Cidades; na Terceira Parte – Conclusões: Pontos de Doutrina, Declaração de La Sarraz, Economia Geral, Urbanismo, A arquitetura e a opinião pública, A arquitetura e o Estado, Objetivos do CIAM, Os congressos do CIAM.

Nesta segunda versão, pode-se perceber que o discurso voltado para a cidade está mais presente, tal como a preocupação com o aumento populacional e a diminuição de áreas verdes, em detrimento do desenvolvimento urbano industrial. Esses elementos desdobram-se no discurso da seleção do que deve ser preservado, mediante os discursos sobre o suposto valor que determinado bem possui para a coletividade. Entendendo-se

que não é possível tudo conservar, a seleção ocorrerá definindo-se os símbolos comemorativos da cidade, permitindo que o menos ou nada significativo dê passagem às inovações modernas urbanísticas. A articulação desse campo de força imprimiu no espaço urbano brasileiro sua marca, como pode ser observado na lista de alguns bens tombados na capital paraense.

- ✓ Col. arqueol. e etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi – 1940
- ✓ Igreja da Sé – 1941
- ✓ Igreja de Santo Alexandre e antigo Colégio dos Jesuítas – 1941'
- ✓ Igreja de São João Batista – 1941
- ✓ Palacete Azul – 1942
- ✓ Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo e Capela da Ordem Terceira – 1941
- ✓ Solar do Barão de Guajará – 1950
- ✓ Igreja de Nossa Senhora do Rosário – 1950
- ✓ Palácio Velho – 1944
- ✓ Cemitério de Nossa Senhora da Soledade: conjunto paisagístico – 1964
- ✓ Convento e Igreja de Nossa Senhora das Mercês – 1941
- ✓ Igreja de Santana – 1962
- ✓ Forte do Castelo – 1962
- ✓ Teatro da Paz – 1963
- ✓ Edifício do antigo Hospital Militar, na Praça Frei Caetano Brandão, ex-Largo da Sé – 1964
- ✓ Antigo Palácio do Governo, atual Palácio Lauro Sodré, sede do Governo do Estado – 1974
- ✓ Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão, Ex-Largo da Sé; Largo da Sé (Antigo) (Belém, PA) – 1964
- ✓ Conjunto arquitetônico e paisagístico "Ver-o-Peso" e áreas adjacentes, Praça Pedro II e Boulevard Castilhos França, inclusive o Mercado de Carne e o Mercado Bolonha de Peixe – 1977
- ✓ Palacete Pinho, Imóvel situado à Rua Dr. Assis nº 586 – 1986
- ✓ Conjuntos Arquitetônicos da Av. Governador José Malcher, Constante dos Imóveis Da Travessa Rui Barbosa – 1985
- ✓ Avenida Nazareth: conjunto arquitetônico – 1985

- ✓ Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi – 1994
- ✓ Conjunto arquitetônico dos bairros da Cidade Velha e Campina – 2012

A partir de 1940, Belém teve vários bens inseridos no Livro do Tombo do IPHAN, conforme lista disponibilizada pelo órgão e atualizada em 2015. Com efeito, o primeiro bem paraense tombado foi a coleção arqueológica e etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi. De 1940 a 2011, foram tombados 22 bens, em Belém, sendo a maioria igrejas católicas e alguns conjuntos arquitetônicos de bairros considerados nobres, como o da Avenida Nazaré. Em 2012, é efetuado o tombamento do conjunto arquitetônico dos bairros da Cidade Velha e Campina²⁸, configurando a entrada de Belém do Pará no circuito patrimonial, com bairros tombados pelo IPHAN.

Cidade e monumentos históricos

A morte atinge tanto as obras como os seres. Quem fará a discriminação entre aquilo que deve subsistir e aquilo que deve desaparecer? O espírito da cidade formou-se no decorrer dos anos; simples construções adquiriram um valor eterno na medida em que simbolizam a alma coletiva. (p. 5)

Aumento ou redução de uma população, prosperidade ou decadência da cidade, demolição de muralhas que se tornaram asfíxiantes, novos meios de transporte ampliando a zona de trocas, benefícios ou malefícios de uma política escolhida ou suportada, aparecimento do maquinismo, tudo é movimento. (p. 4).

A variação do quantitativo populacional foi tida, pelos participantes do CIAM de 1933, elemento de valor nas práticas de preservação, dando-se importância ao zoneamento do ambiente, de forma a garantir o que consideravam a atribuição justa de lugar aos indivíduos e a funcionalidade dos espaços. Para Darcy Ribeiro (2006), a questão populacional brasileira do final do século XIX e do século subsequente não pode ser pensada de maneira linear, como se o êxodo rural em si explicasse esse fenômeno. Para esse intelectual, é importante levar em conta tanto a industrialização, que oferece empregos urbanos à população, quanto fatores que forçam a população rural

²⁸ Lista de bens tombados. IPHAN, 2015.

a buscar a urbe, a exemplo da monocultura e dos latifúndios. Assim, o autor afirma que, durante o século XX, foi extremamente desordenado o processo de urbanização:

No presente século [XX], teve lugar uma urbanização caótica provocada menos pela atratividade da cidade do que pela evasão da população rural. Chegamos, assim, à loucura de ter algumas das maiores cidades do mundo, tais como São Paulo e Rio de Janeiro, com o dobro da população de Paris ou Roma, mas dez vezes menos dotadas de serviços urbanos e de oportunidade de trabalho. (RIBEIRO, 2006, p. 182-183).

O final do século XIX e o começo do XX foram de grande valor para a constituição do patrimônio histórico cultural da cidade de Belém. A preocupação com a questão da qualidade da saúde da população serviu para regular a reordenação do espaço urbano, contudo, isso foi feito de sorte a conservar algumas características coloniais da cidade. Dessa forma, o padrão de ocupação do território estabelecido pela Coroa Portuguesa ainda é visível e é denominado modelo da Cruz e Espada, o qual destaca o caráter religioso de dominação da população, por meio da fé cristã e militar, apontado nas construções dos fortes.

Conforme Cardoso, Fernandes e Bastos (2015), a expansão da rede urbana de Belém intensificou-se a partir da segunda metade do século XX, havendo a transformação da malha viária da cidade, que deixou de ser “dendrítica” e tornou-se majoritariamente rodoviária, tendo como principal fator a construção da BR 316. Belém cresce, dando as costas para o rio. Ainda segundo esses autores, o crescimento urbano teve como um dos fatores a tomada dos bairros da Campina e Cidade Velha pela atividade comercial, o que, desde os primórdios da constituição da capital paraense, encareceu morar naquela área, obrigando algumas famílias a procurar outros lugares com valores mais acessíveis, porém, pouco servidos de infraestrutura urbana. O bairro da Campina, o qual, desde sua criação, esteve ligado ao comércio e tendo atualmente muitos casarões ocupados pela atividade comercial, não concentrou (e não concentra) a produção industrial, função que é reconhecida historicamente ao bairro do Reduto, vizinho deste.

Entre as dezenas de fábricas que se estabeleceram na capital nas primeiras décadas do século XX, grande parte se encontrava no bairro do Reduto. No levantamento das edificações fabris existentes no bairro até a segunda metade do século passado, foram encontrados cerca de 20 estabelecimentos ligados a vários setores como de bebidas, alimentos, calçados, construção civil, produtos de higiene e limpeza, etc. (SOUSA, 2009, p. 67).

O Reduto também foi um bairro com forte expressão comercial na cidade, principalmente por conta das docas, as quais possibilitavam a chegada de comerciantes pelas vias hídricas, atendo-se ao fato de que, durante a primeira metade do século XX, os rios configuravam a principal via de escoamento de produção no Pará. A Dissertação de Mestrado de Sousa (2009) traz importantes contribuições acerca da industrialização, em Belém, entre as décadas de 1920 e 1940, apontando questões como os costumes e a organização da vida na cidade, a partir da fábrica, espaço abundante nesse bairro naquela época.

Transformações na cidade

O núcleo das cidades antigas, cerceado pelas muralhas militares, era em geral cheio de construções comprimidas e privadas de espaço. Mas, em compensação, ultrapassada a porta da muralha, os espaços verdes eram imediatamente acessíveis, dando às proximidades um ar de qualidade. Ao longo dos séculos, foram sendo acrescentados anéis urbanos, substituindo a vegetação pela pedra e destruindo as superfícies verdes, pulmões da cidade. Nessas condições, as altas densidades significam o mal-estar e a doença em estado permanente. (p. 5).

As moradias abrigam mal as famílias, corrompem sua vida íntima, e o desconhecimento das necessidades vitais, tanto físicas quanto morais, traz seus frutos envenenados: doença decadência, revolta. (p. 5).

É o estado interior da moradia que constitui o cortiço, cuja miséria, entretanto, é prolongada no exterior pela estreiteza das suas sombrias e total falta de espaços verdes [...] Condenar-se-ia um açougueiro que vendesse carne podre, mas a legislação permite impor habitações podres às populações pobres. (p. 6).

A mudança do espaço das cidades, no começo do século XX, é cerceada pelas ideias sanitaristas pautadas em uma prática biopolítica de reordenação do ambiente urbano. As epidemias e as imoralidades deveriam ser combatidas e foram alvo de debate, durante o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Tal preocupação com a saúde física e retidão moral da população configurou reformas urbanas em várias cidades do Ocidente, no final do século XIX e primeiros anos do século XX, a exemplo de Belém, Rio de Janeiro e Paris. Esse esforço sanitário teve como alvo especialmente a

população pobre, a qual ocupava os espaços considerados fontes de doenças e desregramentos, a exemplo dos cortiços.

Nesse panorama, é relevante ter em vista os ideários higienistas e sanitários que direcionaram reformas urbanas, como as que ocorreram no Rio de Janeiro e Belém, no início do século XX, onde se gerenciava o espaço como meio de promover a saúde da população. Desse modo, cortiços foram postos a baixo, avenidas alargadas e praças arborizadas, uma vez que se acreditava que, melhorando a circulação do ar, muitas enfermidades seriam evitadas; vale sublinhar, todavia, que tais direcionamentos marcavam condutas sociais, deixando entrever que cada espaço se destinava a um tipo especial de público (TRINDADE, 1999; SOUSA, 2009).

A divisão dos corpos no espaço da cidade higienizada conta com a norma como dispositivo de controle das condutas, e os códigos de postura demarcam essa característica das cidades e de outros espaços. Michel Pinho (2017)²⁹ descreve alguns desses elementos, ao explanar acerca das mulheres que vinham de bairros como Jurunas (próximo a Campina), a fim de lavar roupa no chafariz da Praça da Sereia, ou das pessoas menos abastadas que frequentavam o Teatro da Paz, levando feijão em seus bolsos para manifestarem desagrado, caso houvesse, com alguma apresentação.

FIGURA 1 – Praça da Sereia



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

²⁹ Historiador. Fala em frente ao Teatro da Paz, no dia 04-06-2017, na sétima edição do Circular Campina-Cidade Velha. Destaque para os usos heterogêneos do centro de Belém.

É interessante notar como a preocupação com o bem-estar e o espaço é fortemente evidenciada ao longo da Carta de Atenas de 1933, desvelando o atravessamento higienista de reconstrução do espaço da cidade, legitimando a ruptura com o modelo mais antigo de cidade:

Urbanismo e higienismo

O primeiro dever do urbanismo é pôr-se de acordo com as necessidades fundamentais dos homens. A saúde de cada um depende, em grande parte, de sua submissão às “condições naturais”. O sol, que comanda todo crescimento, deveria penetrar no interior de cada moradia, para espalhar seus raios, sem os quais a vida de estiola. O ar cuja qualidade é assegurada pela presença da vegetação, deveria ser puro, livre da poeira em suspensão e dos gases nocivo. [...]. Não esqueçamos de que a sensação de espaço é de ordem psicofisiológica e que a estreiteza das ruas e o estrangulamento dos pátios criam uma atmosfera tão insalubre para o corpo quanto para o espírito. (CARTA DE ATENAS DE 1933, p. 7).

Mas se a força das coisas diferencia a habitação rica da habitação modesta, não se tem o direito de transgredir regras que deveriam ser sagradas, reservando só para alguns favorecidos da sorte o benefício das condições necessárias para uma vida sadia e ordenada. É urgente e necessário modificar certos usos. É preciso tornar acessível para todos, por meio de uma legislação implacável, uma certa qualidade de bem-estar, independente de qualquer questão de dinheiro. É preciso impedir, para sempre, por meio de uma rigorosa regulamentação urbana, que famílias inteiras sejam privadas de luz, de ar e de espaço. (CARTA DE ATENAS DE 1933, p. 8).

As horas livres semanais devem transcorrer em locais adequadamente preparados: parques, florestas, áreas de esporte, estádios, praias, etc... (CARTA DE ATENAS DE 1933, p. 17).

Os ideários de cuidado com a saúde da população atravessam as práticas patrimoniais de organização de espaço urbano. São ainda amparados pelos saberes sobre o homem, que nascem no século XIX, como a psicologia, vendo-se a psicofísica sendo utilizada como argumento direcionado ao bem-estar da população, na “política haussmanniana” de alargamento de vias e arborização, amplamente empregada em

Belém e em outras capitais brasileiras, no começo do século XIX. Assim, preocupados com a relação entre as sensações físicas e os estímulos físicos, os urbanistas, associados aos sanitaristas da época, pensavam a cidade como espaço de intervenção social, a fim de garantir a saúde da população, ou seja, uma biopolítica como prática de governo, conforme foi explicado no capítulo anterior.

Para Branco (s.d.), as Cartas de Atenas possuem um forte caráter estatal, o que se deve, em parte, ao fato de os Estados assumirem para si a responsabilidade da criação das identidades nacionais. A intervenção estatal torna-se cada vez mais constante no Brasil, a partir do século XIX. Alguns autores, como Rizzini e Pilotti (2009) e Costa (1989), descrevem esses processos em outras políticas de caráter público, como educação e assistência social. O trabalho de Costa (1989), denominado *Ordem médica e norma familiar*, apresenta com cuidado as transformações urbanas no Brasil dos séculos XIX e XX, em especial as que se deram nas residências, tais como ampliação para entrada de luz, separação dos quartos do casal e dos filhos e outras.

Ao se ler mais sobre o processo de urbanização da cidade de Belém, observa-se que muitos elementos elencados pela Carta de Atenas vinham sendo implementados desde o final do século XIX. A reorganização do espaço público, com base na óptica higienista, trouxe para Belém o “projeto verdejante” (VIEIRA, 2010, p. 62), o qual, ajudado pelo Código de Polícia Municipal, em 1900, passou a regular a relação da população com o espaço público de caráter natural (VIEIRA, 2010). Esse controle da população é fortemente revestido por um viés normalizador, ao adotar a ideia de civilidade, nos moldes europeus, que precisava ser instalada na cidade de Belém.

3.1.2 – Carta de Veneza (1964) e Recomendações de Nairóbi (1976): monumentos e espaço urbano

A Carta de Veneza foi elaborada por ocasião do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Trata-se de uma carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, a qual está dividida em sete tópicos (definições; finalidade; conservação; restauração; sítios monumentais; escavações; documentos e publicações), os quais compõem 16 artigos. Nessa carta, é destacada constantemente a importância dos monumentos para a humanidade e, por conseguinte, a necessidade de preservá-los. Tal documento se reserva o direito de instruir a conservação e a preservação, não apenas de elementos monumentais, mas também de bens que não são considerados grandiosos.

Esse documento patrimonial assenta suas recomendações em questões práticas, para assegurar a continuidade dos bens. O monumento, como testemunho de determinadas histórias, deve ser protegido, a fim de resguardar a herança da humanidade.

Monumento e conservação

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano u rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só ás grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 2).

Artigo 10º - Quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação do monumento pode ser assegurada com o emprego de todas as técnicas modernas de conservação e construção cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e comprovada pela experiência. (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 3).

Conforme Bonduki (2010), a Carta de Veneza sublinha a importância atribuída às edificações simples que fazem parte de um conjunto urbano. Para Branco (s.d.), o documento em questão sinaliza a transferência da responsabilidade do Estado pela manutenção dos bens patrimoniais para a humanidade. Vale ressaltar que esse documento é redigido após a Segunda Guerra Mundial, quando vários bens históricos foram destruídos, na Europa.

A Carta de Nairóbi (1976), em suas recomendações, preocupa-se ainda com a conservação do patrimônio em sua amplitude, entendendo que se trata de elemento fixo da organização social, porém, se encontra à mercê das transformações socioespaciais contemporâneas. As Recomendações de Nairóbi constituem um documento criado em função da 19ª sessão da UNESCO, relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Divide-se em considerações iniciais; definições; princípios gerais; política nacional, regional e local; medidas de salvaguarda; medidas jurídicas e administrativas; medidas técnicas, econômicas e sociais; e cooperação internacional.

Nesse documento, é possível notar que a preocupação com os monumentos continua presente nas diretrizes patrimoniais, destacando-se a ocupação das

recomendações com os “conjuntos históricos ou tradicionais”, de sorte a ampliar a condição social dos bens patrimoniais, sobretudo ao relacioná-los com o desenvolvimento urbano.

Espaço urbano e patrimônio

Considera-se conjunto histórico ou tradicional todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural. (CARTA DE NAIRÓBI, 1976, p. 3).

Essa política deveria influenciar o planejamento nacional, regional e local e orientar a ordenação urbana e rural e o planejamento físico-territorial em todos os níveis (CARTA DE NAIRÓBI, 1976, p. 5).

Só deveriam ser permitidas as demolições de edificações sem valor histórico ou arquitetônico e as subvenções ocasionalmente resultantes deveriam ser estritamente controladas. (CARTA DE NAIRÓBI, 1976, p. 7).

Os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser protegidos contra a desfiguração resultante da instalação de suportes, cabos elétricos ou telefônicos, antenas de televisão ou painéis publicitários de grande escala. Se já existirem, deverão ser adotadas medidas adequadas para suprimi-los. (CARTA DE NAIRÓBI, 1976, p. 10).

A ação de salvaguarda deveria associar a contribuição da autoridade pública à dos proprietários particulares ou coletivos e à dos habitantes e usuários, isoladamente ou em grupo, cujas iniciativas e participação ativa deveriam ser estimuladas. (CARTA DE NAIRÓBI, 1976, p. 10).

Em geral, esses investimentos públicos deveriam servir, antes de mais nada, para conservar os edifícios existentes, particularmente as habitações de baixa renda. (CARTA DE NAIRÓBI, 1976, p. 11).

A Carta de Nairóbi, em suas diretrizes, introduz ações voltadas ao espaço urbano, visando à conservação e preservação do bem patrimonial nele localizado. Importante notar que a condição social do bem é posta em evidência, ao se destacar a estética que deveria ser adotada coletivamente, bem como a relação de coparticipação entre o particular e o público. Tal fato segue a lógica de afirmação do bem patrimonial como monumento histórico, depositário da memória coletiva da nação, região ou localidade. Para além de objetos isolados, a cidade passa a ser compreendida como *locus* de celebração de outros momentos históricos que se mesclam ao presente, atualizando modos singulares de produção dos sujeitos que ali habitam, passam e/ou flanam.

O reconhecimento de conjuntos urbanos, enquanto patrimônio, insere as cidades históricas nas tramas patrimoniais de verdade, por seu valor estético associado à memória e à história, elementos que permitem que se transite entre passado e presente, indagando-se acerca do futuro, visto que muitas diretrizes são ignoradas ainda hoje, em face da crescente importância que o patrimônio cultural urbano passou a ter, desde a década de 1980, no Brasil.

Considerando o centro histórico da cidade de Belém, que apenas recentemente se tornou um bem tombado pelo IPHAN, é comum ver inúmeras fachadas de prédios antigos e atuais espaços comerciais tomados por propagandas. Tal fato denota a complexidade do lugar do patrimônio histórico e cultural, nessa cidade. São inúmeros os espaços que guardam, nos detalhes, discursos de outrora, em meio à agitação do cotidiano das cidades, com seus modos organizativos voltados ao comércio e às necessidades impostas nesse processo, como, por exemplo, propagandas e alterações internas na arquitetura dos prédios, para comportarem as mercadorias vendidas.

3.1.3 – Carta de Brasília (1995)

A Carta de Brasília é um documento regional do Cone Sul. Visa a reforçar a identidade regional do Cone Sul, diferenciando-a da cultura dos países com longas tradições como nações. Esse documento contém uma pequena introdução e conta com as seguintes divisões: autenticidade e identidade; autenticidade e mensagem; autenticidade e contexto; autenticidade e materialidade; graduação da identidade; e conservação da autenticidade. Conforme os tópicos do documento indicam, seu foco recai sobre a autenticidade do patrimônio cultural e a importância de sua conservação

para a memória. Essa carta centra suas diretrizes nos países do Cone Sul, destacando a formação da identidade latino-americana e sua herança cultural.

Herança cultural, identidade e memória

No caso de nossos povos latino-americanos e mais especificamente daqueles que formam o Cone Sul, é possível diferenciar várias heranças. A primeira é o resultado das culturas pré-colombianas, a contribuição indígena; a segunda é o legado europeu inicial; a terceira foi a crioula e a mestiça, à qual se soma a contribuição africana; e finalmente, o legado das diferentes imigrações a partir do fim do século passado. (CARTA DE BRASÍLIA, 1995, p. 2).

A autenticidade desses valores se manifesta, se alicerça e se mantém na veracidade dos patrimônios que recebemos e que transmitimos à posteridade. Com isso, estamos afirmando que este grau de autenticidade, implícito em cada legado, deve ser dimensionado em função de ditas heranças. (CARTA DE BRASÍLIA, 1995, p. 2).

É interessante insistir no tema do significado e da mensagem cultural desse bem. O objetivo para a preservação da memória e de suas referências culturais deve ser estabelecido a partir da função de ele prestar ao enriquecimento do homem, muito além daquele material. O suporte tangível não deve ser o único objeto da conservação. (CARTA DE BRASÍLIA, 1995, p. 3).

É preciso sensibilizar as comunidades para o tema da autenticidade do patrimônio cultural, fornecendo modelos para seu conhecimento adequado e sua valorização, para sua conservação e proteção. (CARTA DE BRASÍLIA, 1995, p. 3).

Aguilar Pinto (2011, p. 279) comenta a importância do patrimônio cultural, durante a década de 1970, enfatizada por Aloísio Magalhães, o qual retomava as ideias de Mário de Andrade sobre a participação de toda a sociedade brasileira na constituição do patrimônio cultural reconhecido pelo Estado, onde deveria ser incluído o patrimônio “não consagrado”.

A instituição da memória como elemento inerente ao patrimônio histórico e cultural aponta elementos que marcam as novas facetas patrimoniais que possuem marcos legislativos na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 216, que dispõe

sobre a proteção do patrimônio material e imaterial, dispositivo legal que embasa a Lei 3.551, de 4 agosto de 2000, a qual trata dos bens de natureza imaterial, processo que vinha sendo construído desde décadas anteriores.

Aloísio Magalhães morre prematuramente, e essas ideias só serão retomadas em 1997, durante um seminário em Fortaleza, no qual se debatia a criação de um instrumento que contemplasse o “patrimônio não consagrado” e que fosse diferente do tombamento, sendo criado o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e, em 2000, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (AGUILAR PINTO, 2011).

Esse acontecimento implicou o reconhecimento do grande número de práticas (discursivas e não discursivas) que escapavam da cultura consagrada, durante o processo de colonização do Brasil e seus desdobramentos (BENGIO, 2014). Desse modo, as culturas negras e indígenas, por exemplo, passam a ter legitimidade para reivindicar a proteção de suas manifestações culturais como patrimônio cultural brasileiro.

A Carta de Brasília traz a importância de se considerar o bem material para além do que sua concretude denota, por meio da memória e história que conferiria autenticidade ao bem. Os sentidos atribuídos aos bens patrimoniais são construídos coletivamente e em relações de saber e de poder, o que instaura o caráter heterogêneo e nômade de tais sentidos. Talvez em função disso resida, em parte, a motivação das disputas que impõem ao patrimônio a ideia, ora retorno ao passado, ora de avanço da ação modernizadora. Entende-se que esse acontecimento é bem mais complexo que a colocação dual supõe, no entanto, trata-se das vertentes que resumem o conflito no qual o patrimônio se encontra, sobretudo ao se considerar o espaço público enquadrado nessa categoria.

3.1.4 – Ata da 67ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural

Esse documento enfatiza os aspectos da reunião, na qual os bairros da Cidade Velha e Campina foram reconhecidos como patrimônio histórico e cultural do Brasil. O encontro ocorreu em Brasília-DF, em 2011, presidido por Luiz Fernando de Almeida, presidente do IPHAN, na época, fazendo parte do Conselho os seguintes membros:

Breno Bello de Almeida Neves, Italo Campofiorito, Jurema de Sousa Machado, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Marcos Castrioto de Azambuja, Maria Cecilia Londres Fonseca, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Nestor Goulart Reis, Synésio Scofano Fernandes - representantes da sociedade civil -, Antônio Menezes Júnior - representante do Ministério das Cidades -, Claudia Maria Pinheiro

Storino - representante do Instituto Brasileiro de Museus -, Eduardo Góes Neves representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira -. Heloisa Helena Costa Ferreira - representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -, José Liberal de Castro - representante do Instituto de Arquitetos do Brasil, Roque de Barros Laraia - representante da Associação Brasileira de Antropologia - e Rosina Coeli Alice Parchen - representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Angela Gutierrez, Arno Wehling, Marcos Vinícios Vilaça, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses -representantes da sociedade civil - e Eliezer Moreira Pacheco - representante do Ministério da Educação. (p. 1).

Encontra-se, nesse documento, o antecedente e documentação do processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos bairros da Cidade Velha e Campina, no município de Belém; a importância do sítio; dos instrumentos e proteção; e voto. Conforme consta na ata, a decisão favorável ao tombamento dos bairros foi unânime. Ainda informa que o parecer do processo já delimita a área de entorno e direciona para que o bem seja inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico³⁰. Na página 6 desse documento, encerra-se o debate sobre Belém e inicia-se a discussão sobre outros objetos, como o Terreiro Zogbodo Made Bogun Seja Unde, no Município de Cachoeira, Estado da Bahia.

3.2 – Destruir, renovar e conservar: o problema do patrimônio edificado

A ideia de patrimônio edificado remete prioritariamente aos monumentos encontrados no espaço urbano. O centro histórico da cidade de Belém constitui-se por permutas de tempos passados atualizados no agora; tal característica não pode ser tida como restrita dessa cidade, mas, para o propósito deste trabalho, procurou-se pensar acerca dos aspectos que compõem esse lugar.

Os traços do centro histórico de Belém formam um mosaico da problemática que envolve o patrimônio edificado, na contemporaneidade. Conforme explica Santos (2008, p. 48), um fator de agravamento do fenômeno da urbanização é a especulação do

³⁰ Livro do Tombo Histórico: Onde são inscritos os bens culturais do Brasil em função do seu valor histórico, esses bens podem ser móveis e imóveis; Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Onde são inscritos os bens brasileiros de valor arqueológico que contenham vestígios de ocupação humana pré-histórica ou histórica e/ou possuam valor etnográfico podendo ser áreas naturais ou já ocupadas pelo homem. Fonte: www.portaliphan.gov.br acesso em 20 de mai de 2018.

uso do solo e a disputa entre os diversos tipos de capital³¹ que “ocupam a cidade e o campo”.

Esse processo de disputa e/ou articulação entre os diversos capitais³² pode ser pensado no caso da patrimonialização, pois, ao mesmo tempo em que se luta para conservar centros históricos, a especulação imobiliária pressiona intensamente para a destruição de artefatos históricos, com a finalidade de transformação de prédios históricos, por exemplo, em estacionamentos ou outros usos comerciais.

Alguns casos recentes envolvendo a destruição – intencional ou não – de bens patrimoniais em outras cidades brasileiras podem ser encontrados em buscas simples na *web*, a exemplo do cemitério de Campo Bom, no Rio Grande do Sul, denominado Cemitério do Quatro Colônias Norte, inaugurado na década de 1820, o qual, em março de 2017, foi alvo da ação de empreiteiro local, com o objetivo de lotear a área onde está situado o cemitério. A obra destruiu túmulos de mais de 200 anos, causando revolta na população, inclusive pelo fato de que muitos são descendentes das pessoas ali enterradas, bem como nas autoridades locais, que tomaram as providências cabíveis.³³ O crime ambiental provocado pela negligência da Samarco, que atingiu a cidade de Mariana, Minas Gerais, também afetou o patrimônio histórico e cultural da cidade. Conforme reportagem do G1, publicada em novembro de 2015, o Ministério Público informou que dezenas de sítios históricos foram destruídos, como uma igreja do século XVIII, a qual foi soterrada pela lama.³⁴

Outro elemento pode ser considerado, nesse processo de disputas, como o contrapoder. Arantes (2006) retoma o conceito de contrapoder preconizado por Michel Foucault, para debater a ressignificação das práticas culturais, dos bens tangíveis ou intangíveis e, nessa direção, importa destacar as relações sociais que dão sentido ao bem, em determinados recortes temporais.

³¹ Sobre isso, Milton Santos (2008, p. 48) afirma: “[...] com a Revolução Industrial a articulação tradicional, histórica, da comunidade, com o seu quadro orgânico natural, foi então substituída por uma vasta anarquia mercantil. Agora o fenômeno se agrava, na medida em que o uso do solo se torna especulativo e a determinação do seu valor vem de uma luta sem trégua entre os diversos tipos de capital que ocupam a cidade e o campo.”

³² Os diversos tipos de capitais compõem fluxos econômicos forjados pelas reestruturações produzidas pela mundialização. Há o capital que circula em todo o mundo pela forma de *bits*, chamado de capital informacional. Considera-se que a maior parte do dinheiro não seja mais impresso e que esse capital seja movimentado por grandes investidores, os quais apostam em títulos, juros de dívidas públicas e privadas, ações etc. – é o chamado capital especulativo. O capital produtivo relaciona-se com o investimento em determinados segmentos econômicos ou com o deslocamento de empresas para locais mais rentáveis.

³³ Notícia publicada pelo *site* www.jornalrepercussão.com.br, em 25 de março de 2017. Acesso em: 30 abr. 2017.

³⁴ Disponível em: G1.globo.com/minas-gerais/noticia. Acesso em: 30 abr. 2017.

Assim, inúmeros problemas enfrentados no dia-a-dia da preservação dizem respeito ao fato de os bens preservados – tangíveis ou intangíveis – serem interpretados e utilizados pela população de forma nem sempre compatível com as restrições legais decorrentes do reconhecimento do seu interesse e sentido para coletividades nacionais ou regionais. (ARANTES, 2006, p. 429).

O século XVIII foi marcado pela presença portuguesa na Amazônia, tentando fazer valer seu “direito” sobre o território. Em Belém, esse período mostrou políticas de miscigenação e transformações urbanísticas. O século seguinte foi caracterizado por intensas transformações econômicas, mais especificamente o fim do século XIX e começo do século XX, com o auge da produção gomífera e concomitante emergência de uma elite, tendo como expoentes os “Barões da Borracha” e oligarquias políticas. Essa nova configuração econômica imprimiu mudanças paisagísticas inspiradas na França moderna. Deu-se início ao processo de “europeização” de Belém, com a política higienista da época e todos os seus desdobramentos, como as práticas de resistência de cunho popular, ou seja, práticas que escapavam às ordenações morais e civilizatórias da época.

A visão da paisagem de Belém no início do século XX já aponta a conformação de uma metrópole: iluminação a gás, serviços de bonde, rede parcial de água e esgoto, telefones, casas pré-fabricadas em ferro, coretos, postes e relógios de origem francesa, inglesa, alemã e belga. (MIRANDA, 2006, p. 70).

A modernidade é exaltada como personagem principal desse novo capítulo da cidade de Belém. Conforme a literatura consultada,³⁵ a modernidade se caracteriza, dentre outras coisas, pelo intenso processo de industrialização, o qual produziu desdobramentos no desenvolvimento urbano, social e político das cidades. É nesse panorama que as reformas urbanas de Belém, iniciadas na intendência de Antônio Lemos, colocam o bairro da Campina como o centro da modernidade no Pará, na época.

Silveira e Soares (2012) apontam como um dos efeitos desse processo o fato de o bairro da Cidade Velha passar a ser considerado “insalubre”, “pantanosos” e “sombrio”. Tal descrição remete a um espaço que perde sua vida, em desalinho com os novos tempos, contrastando com as inovações vivenciadas no bairro vizinho, mas principalmente em relação à nova zona de expansão da cidade, a qual seguia pela “Estrada de Nazaré”. Esse é outro elemento que envolve a Campina, impondo outra

³⁵ Vários textos usados nesta pesquisa, como os de Miranda (2006); Pelegrine e Funari (2008); Choay (2006).

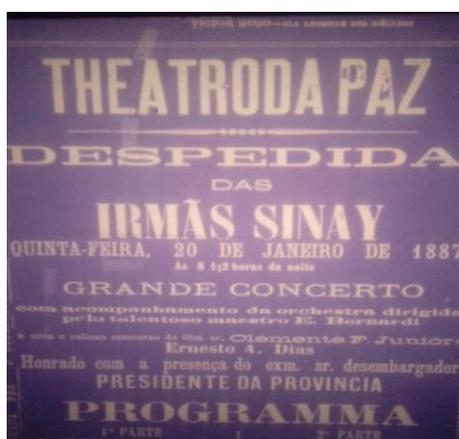
condição para se pensar os percursos do crescimento urbano, enquanto dispositivos de produção de subjetividades, uma vez que as pomposas circunstâncias criadas pela riqueza da exploração da borracha, no Pará, transformaram o bairro da Campina em um luxuoso lugar, que marcou profundamente o imaginário dos belenenses. Para além do investimento financeiro destinado à Campina, houve também o afetivo; nessa perspectiva, vale ressaltar que, para Choay (2006), os novos edifícios afirmavam a nova identidade da cidade. A identidade da cidade de Belém parece ser concretada nesse período de grandes modificações urbanas.

O cenário que se apresenta é de entrega do Teatro Nossa Senhora da Paz, que teve sua construção envolta em controversa prestação de contas, além da demorada conclusão da obra. Ao passo de algumas reformas, Souza (2010) sustenta que as melhorias implementadas entre os anos de 1904 e 1905 deram ao “Da Paz” as feições requintadas apresentadas até a atualidade.

Conforme Souza (2010), antes da construção do Da Paz, no final do século XIX, não ocorriam espetáculos financiados pelo poder público, em Belém. Alguns empresários locais traziam companhias de fora do Estado, e os espetáculos eram realizados em pequenos teatros da cidade, que rapidamente perderam importância com a nova obra-prima da Amazônia, a qual fez parte do processo de modernização e expansão da cidade.

No jornal *A Província do Pará*, de janeiro de 1887, veem-se propagandas diárias de espetáculos teatrais que aconteciam na cidade, movimentando a vida cultural de Belém. A suntuosidade do espaço marcou os anos de riqueza proporcionados pela exploração do látex, no Pará. A Figura 2 exemplifica tal movimentação na cidade, nessa época.

FIGURA 2 – Jornal *A Província do Pará*, janeiro de 1887.

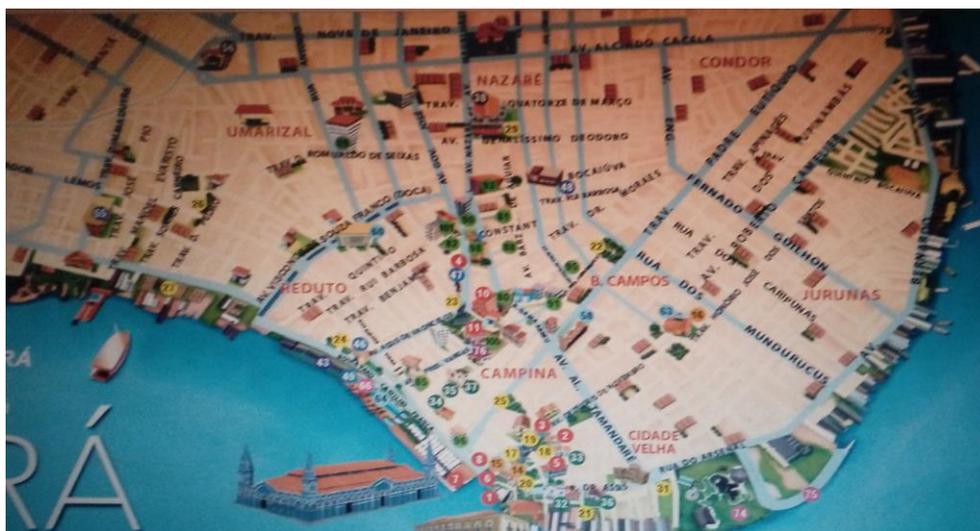


Fonte: Biblioteca Pública Arthur Viana, Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves. Arquivo pessoal.

Souza (2010) afirma que a inauguração do Teatro da Paz promoveu o comércio local, tornando a Campina o “novo centro da cidade” (p. 100). Localizado na atual Praça da República, o teatro salienta o projeto de urbanização da cidade de Belém, pautado em pressupostos higienistas vigentes no Brasil, durante as primeiras décadas do século XX.

A imagem abaixo apresenta a disposição de alguns bairros citados neste trabalho, em especial os que compõem o centro histórico de Belém. O mapa completo³⁶ pode ser visto no Anexo III:

FIGURA 3 – Parte do mapa de Belém. Destaque para os bairros mais antigos: Cidade Velha, Campina, Nazaré e Jurunas



Fonte: Forum Nacional de Museus

O espaço público como lugar de convergência de determinadas práticas de poder agencia coletivamente as forças de sujeição. O projeto de remodelação da capital paraense tem, na figura de Antônio Lemos, ícone de tal processo. Vieira (2010) traça algumas linhas que ajudam a visualizar tais transformações, através da natureza, de sorte que ele destaca a fauna e a água, para auxiliar nessa tarefa.

³⁶ Disponível em: http://fnm.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/MapaBelem_-Paratur.pdf. Acesso em: 01 ago. 2017.

Assim, esse autor salienta o “Projeto Verdejante”, ao qual a cidade foi submetida, a proposta de reorganização do lugar, inspirada na remodelação urbana europeia. Pode-se também notar a convergência de tal proposta com as recomendações explicitadas na Carta de Atenas, acerca do espaço arejado, livre de doenças. O uso do espaço verde na cidade foi regulamentado pelo Código de Polícia Municipal de 1901, contando com o disciplinamento dos animais, no espaço urbano, a exemplo da substituição dos burros por cavalos, nos bondes (VIEIRA, 2010). Todavia, a questão do transporte urbano, em Belém, face à modernidade, se fazia presente desde meados do século XIX, quando da implantação do serviço de bonde por trilhos: “As carruagens, túbures, cabriolés e outros veículos de tração animal, e mesmo humana, não só partilhavam as ruas de Belém imperial, como também de outras cidades do país.” (LIMA, 2011, p.28). Sobre as águas, o autor ressalta:

Dentre os hábitos e costumes anteriores da população, condenados pela Intendência lemistá, poder-se-iam encontrar os banhos públicos. Parte da população de Belém não tomava banho em locais privados, mas sim, em espaços públicos, onde estavam localizados poços e fontes, além do litoral banhado pelo rio Guamá e o estuário guajarinó. (VIEIRA, 2010, p. 67).

A extinção dos poços e fontes públicas foi outra estratégia de modernização da cidade, que mais uma vez se adequava aos princípios da Carta de Atenas, considerando sobretudo o viés higienista de intervenção urbana, representado nessa atitude. A prática tutelar que atingiu a população buscava organizá-la no espaço. É oportuno frisar que a disciplina, conforme Michel Foucault (2009), implica organização dos indivíduos no espaço. O projeto modernizador do espaço urbano, em voga na Belém dos primórdios do século XX, identificava os hábitos e costumes da população, em especial a pobre, como práticas atrasadas e perigosas, fossem por um suposto caráter de desordem pública, fossem pela transmissão de doenças (físicas ou morais, conforme o higienismo). Trindade (1999) destaca essas relações no bairro da Campina, colocando no centro do debate a população pobre, a qual foi insistentemente marginalizada, pois em seu cotidiano acabavam rompendo em determinados níveis com as regras sociais estabelecidas. Assim, eram tecidos contrausos dos espaços, bem como se forjavam processos complexos de produção de subjetividades.

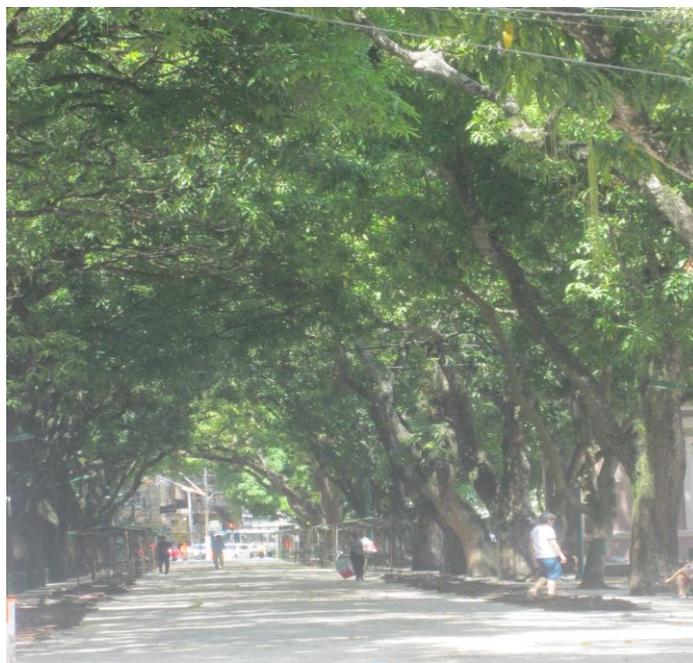
Conforme Lima (2011), essas reformas urbanistas que visavam ao embelezamento e saneamento não se deram de forma homogênea, na cidade de Belém, concentrando-se em áreas de interesse econômico e sociocultural. Congregando tal fato

aos elementos associados à modernidade que aparecem na capital paraense, em fins do século XIX, como o telégrafo, cinematógrafo, fonógrafo, luz elétrica e telefone (LIMA, 2011), pode-se afirmar a existência de um conjunto de dispositivos que produzem novos modos de relação dos sujeitos com o lugar. O requinte associado à cultura europeia, sobretudo a francesa, impõe padrões comportamentais que mediram o nível civilizatório de determinados grupos.

A pesquisa de Lima (2011) aponta interessante efeito das melhorias implementadas no centro da cidade, a partir da concentração financeira oriunda do comércio gomífero. Trata-se do alto custo dos prédios dos bairros próximos à atual Cidade Velha, a exemplo da Campina, que se justificavam, segundo o autor, pela proximidade ao “mercado fino” (p. 30) das imediações. Nas imediações do Teatro da Paz, foram construídos cafés requintados, o Bar do Parque, o Cinema Olympia, o Grande Hotel e outros estabelecimentos que completavam a estética urbana asséptica e *civilizada*, garantida também pelas primeiras rotas do bonde.

Nota-se a constante associação entre modernidade e intensificação das transformações urbanas, as quais demandam mudanças das relações sociais instauradas no lugar. O Teatro da Paz e o Cinema Olympia denotam as permutas dos tempos que se materializam no lugar. A imagem em movimento, capturada por uma máquina e reproduzida por outra, em um dos cinemas mais antigos do Brasil, figura ao lado do espaço em que as histórias são contadas olho no olho, “à moda antiga”. Um dos mais significativos exemplos da mudança paisagística que marcou a Campina e, por conseguinte, Belém, na passagem do século XIX ao XX, foi a Praça da República.

FIGURA 4 - Túnel de mangueiras da Praça da República, Belém-Pará



Fonte: Arquivo pessoal.

Passando por inúmeras reformas pontuais, desde sua criação, com o nome de Largo da Pólvora, passando pela denominação Pedro II, até a atual nomenclatura, essa praça sustenta sobre seu solo a imagem da civilidade que se buscava na época. Explica Andrade (2003):

Sob a responsabilidade da administração Lemos, a praça da República começou a se apresentar como um local apropriado a materializar as propostas de melhorias urbanas da intendência e, por fim, vir a se tornar, o “lugar” ideal a revelar a modernidade que a capital paraense, segundo o intendente, sistematicamente alcançava; isso, tanto para sua sociedade, mas talvez, e principalmente, para o Brasil. Explicando melhor, na ótica da administração municipal, a praça, era um local historicamente marcado por múltiplas e consolidadas atividades populares, portanto, ao investir em uma melhoria substancial, melhor dizendo, radical nesse espaço, abria-se a possibilidade da aquisição de dividendos positivos para a cidade, tanto na esfera social e política quanto na econômica. (ANDRADE, 2003, p.121).

A intensificação dessas transformações atingiu as relações sociais travadas no bairro. Lima (2011) afirma que, pouco a pouco, a atividade comercial tomou conta do bairro da Campina, o que tornou algumas de suas ruas conhecidas por certas atividades comerciais, promovendo certos estabelecimentos como ícones do apogeu econômico e reformista vivenciado em Belém, a exemplo da loja “Paris n’América”. Para esse autor, um dos efeitos de tal processo foi a concretização de um “[...] mecanismo de produção de um espaço central de Belém” (LIMA, 2011, p.82), o qual se tornou, cada vez mais, restrito e seletivo. A função comercial do bairro da Campina consolida-se nesse cenário requintado, bem como a relação desse espaço com a prostituição. A proximidade com a zona portuária favoreceu o crescimento de tal atividade, no bairro, além do fato de as atividades culturais se concentrarem ali. Teatro, cinema, cafés, hotéis. Prostitutas de variadas classes sociais e nacionalidades frequentavam e/ou residiam na Campina.

Durante o apogeu do mercado gomífero, a imagem da cidade de Belém foi alvo de preocupação das autoridades governamentais, que procuraram apresentar esse lugar como moderno. Tal façanha foi explorada Rosa Pereira, no trabalho intitulado *Paisagens urbanas: fotografia e modernidade na cidade de Belém (1846-1908)*; nessa direção, a autora elege a fotografia para analisar o que chama de “construção do texto visual em Belém”. Buscava-se destacar a imagem da modernidade e progresso, através de álbuns encomendados pela governança local, onde as fotografias privilegiavam a capital paraense, ressaltando as obras de modernização da cidade e determinado segmento da população.

Pode-se perceber que, ao mesmo tempo em que os atores da República pretendiam divulgar o espírito da “ordem”, era necessário propagar a imagem de uma nova mentalidade que se formava em relação ao “progresso”, refletida através das reformas urbanas. (PEREIRA, 2006, p. 88).

Associada a essa ideia que a autora destaca, pode-se inferir a presença da intensa prática de seleção discursiva empregada na construção da imagem moderna da cidade de Belém, nos ditames da “esfera da cultura pública oficial” (ARANTES, 2006, p. 427). Nesse sentido, deve-se pensar no código de posturas que, no ato de prescrever os costumes civilizados a serem seguidos, impunha à população pobre um lugar marginal, em decorrência do processo de restrição e seleção no uso do espaço. Nas décadas seguintes a 1908, a implementação de alguns serviços, como o de telefonia, reconfigurou a relação das pessoas com a cidade, denotando o intenso processo de modernização e expansão do território urbano. Uma notícia do jornal *Província do Pará*, de 15 de setembro de 1970, fornece algumas pistas de tal processo; sob o título de “Concluídas estruturas da Cotembel” – Companhia de Telefones do Município de Belém –, é anunciado o novo empreendimento na capital paraense:

Deverão chegar, dentro de 30 dias a Belém, as estruturas do edifício-sede da Cotembel, que a empresa municipal de telefones está construindo na rua Dr. Moraes, com o financiamento concedido pelo BNDE para sua expansão. Telegrama recebido pela direção da COTEMBEL da Usina de Volta Redonda informa que as gigantescas peças de aço estarão prontas ainda esta semana. Trabalhando 24 horas por dia cerca de 200 homens, que se revezam em três turnos, já concluíram as obras de infraestrutura e o prédio já começa a se erguer. (*Província do Pará*, 15 de setembro de 1970).

Em meio a esse processo, vivia-se a ampliação da importância do patrimônio, o que foi referendado pelas inúmeras cartas patrimoniais existentes, para além das citadas neste trabalho, como o decreto de 1937 que instituiu o SPHAN. O caráter identitário ligado ao patrimônio possui forte relação com a ideia de modernidade propagada pela indústria, pois se vivia intenso processo de industrialização. Conforme Camargo (2002), a consolidação da industrialização acentua as medidas de preservação de conjuntos urbanos, em função da grande destruição de edificações. Nas sociedades industriais (aqueles países que produziram e sofreram mais intensamente o processo de industrialização), o patrimônio cultural é entendido como “[...] identidade cultural que não quer se perder. Ou enquanto identidade nacional que se quer afirmar ou reafirmar, ainda que se desloque e de descentre em nossos dias.” (CAMARGO, 2002, p. 15).

Tal aspecto configura elemento de contraste, na temática patrimonial. O avanço da importância do patrimônio depara-se com elementos modernizadores, presentes na urbe. Dessa forma, a construção de novos prédios, praças e outros equipamentos urbanos, públicos ou privados, a ideia de originalidade e renovação dão corpo à complexidade que envolve o patrimônio histórico e cultural, em especial, ao se abordar a especificidade do patrimônio imóvel. A modernização da cidade, sobretudo do bairro da Campina, possui íntima relação com a constituição dos patrimônios culturais reconhecidos atualmente, além de acionar a ideia da cidade como negócio. O grande fluxo de riqueza que circulou por Belém, durante a Bela Época, imprimiu marcas na arquitetura da cidade, subjacentes às noções que direcionam determinadas práticas de preservação.

Para Belém, o século XX foi repleto de transformações urbanas, e o Grande Hotel é ícone desse fato. Recuperando brevemente a história desse hotel, por meio de algumas reportagens do jornal *Diário do Pará*,³⁷ pode-se compreender essa trajetória. Inaugurado nos primeiros anos do século XX, foi o primeiro hotel de bandeira internacional, o qual recebeu pessoas ilustres do mundo todo, inclusive deste país, a exemplo de Mario de Andrade. Localizava-se na atual avenida Presidente Vargas, em frente à Praça da República, com sua entrada voltada ao Teatro da Paz, vizinho do Cinema Olympia. Com construção iniciada em 1911 e concluída em 1914, o empreendimento luxuoso foi demolido na década de 1970, sendo o terreno vendido para a construção de outro hotel mais moderno, que, em 2014, foi igualmente vendido a outra rede hoteleira. Conforme a reportagem, a maior dificuldade para preservar o prédio foi o fato de o instrumento de proteção existir naquele momento apenas na esfera federal, além de não haver pedido de tombamento do imóvel.

A compreensão da modernidade como processo paradoxal é realçada por Lima (2011), caracterizando-a como conjugação do efêmero e fugidio, misturada ao senso de aventura que permite embarcar nas mudanças. Para além das contradições que tal processo imprime nas relações sociais, vale considerá-lo como objeto fulcral nas práticas de patrimonialização atuais. A perspectiva de análise da instituição do patrimônio no Brasil, apontada por Santos (1992), explica em parte o desinteresse em resguardar determinados objetos como artefatos culturais. Para a autora, a ideia de patrimônio, tal qual uma formação discursiva, ganhou força no país em meio a

³⁷ Disponível em: <http://m.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-386851-livro-conta-a-historia-de-patrimonios-culturais.html#> Acesso em: 12 dez. 2017

determinados grupos, não se constituindo como elemento homogêneo no Brasil. Tal observação denota a dispersão do patrimônio como prática discursiva, na sociedade brasileira, a despeito do elemento “aglutinador” enfatizado pela autora, o nacionalismo. Sobre a ideia de nação, nacionalismo e Estado, é oportuno refletir sobre a seguinte colocação de Hobsbawm (1990):

Como maioria dos estudiosos rigorosos, não considero a “nação” como uma unidade social originária ou imutável. A “nação” pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma unidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-nação”; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação. Além disso, com Gellener, eu enfatizaria o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações. As nações, postas como modos naturais ou divinos de classificar os homens, como destino político... inerente, são um mito; o nacionalismo, que às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto. (p.19).

A complexidade da ideia de nação possibilita o entendimento da marcação coletiva, inserida pela ideia contemporânea de patrimônio, a qual se faz sentir em um contexto liberal político e econômico. Assumindo o conceito de cultura como antropológico, na direção da transmissão de valores e experiências de grupos, Pelegrini e Funari (2008) ingressam em temas que, atualmente, atravessam a temática da cultura, como a “representação coletiva” (p.16) e o “contato com a diferença” (p.17). Para eles, o contato com a diferença favorece que a dimensão histórica da cultura seja considerada e a dimensão da representação coletiva adentre no campo subjetivo dos diferentes modos de vida dos diversos povos. “A valorização da diversidade humana não pode ser desvinculada da eclosão das reivindicações do reconhecimento do valor de identidades sociais e, portanto, da contestação dos conceitos de cultura monolítica e homogênea.” (PELEGRINI; FUNARI, 2008, p. 23).

Avaliar tal questão, sob o ponto de vista da governamentalidade, coloca no centro do debate processos de assujeitamento vivenciados em função do dispositivo da patrimonialização. Koerner (2006) analisa ajustes neoliberais sofridos pelo Direito, enquanto saber que atravessa práticas de controle dos corpos. Conforme o autor, tais ajustes têm feito proliferar o entendimento de um “direito mole” (p. 223), o qual seria reflexo da ampliação de processos democráticos. Mas Koerner (2006) pensa esse processo de forma analítica e, valendo-se dos estudos de Michel Foucault, propõe o seguinte:

Sugerimos que há uma articulação em que as novas jurídicas fazem parte de um dispositivo que tem seus mecanismos e objetivos específicos de produção do saber, com os quais produz seus objetos e instrumentos de conhecimento, assim como as novas modalidades de investimentos dos sujeitos e a produção da sua aquiescência. (KOERNER, 2006, p. 224).

Adentra-se em um campo de múltiplas forças, em que se tenta conciliar os direitos individuais e os direitos coletivos, sob a forma de um jogo marcado pela financeirização do espaço urbano e, por conseguinte, de bens patrimoniais. Diante da expansão do capitalismo no Ocidente, desde o século XX, trazido pela industrialização e outros elementos associados à modernidade, o passado e seus dispositivos nacionalistas encontram-se imbrincados nas teias das novidades. Nota-se que o caráter monumental que atravessa o patrimônio não é suficiente para resguardá-lo da destruição.

Os primeiros anos do século XX marcaram o declínio da riqueza da borracha, na Amazônia, abrindo espaço para a indústria como principal elemento econômico em Belém, seguindo o padrão nacional. Nesse cenário, os bondes sinalizam acentuadas transformações pelas quais a cidade passava. Em 1907, foi inaugurado o bonde elétrico em Belém, sendo o mesmo desativado em 1947 (LIMA, 2011). Este é um elemento constituinte do processo de transformação da urbe, o qual aciona não apenas a materialidade do espaço, mas também as relações entre os sujeitos.

Em Belém, a “modernização” baseada nas medidas de “embelezamento” da paisagem, no saneamento e higienização pública atingiu o meio urbano, porém não como um todo. Antes, somente as áreas centrais e de maior importância econômica e social, fazendo com que estas não mais refletissem a desorganização oriunda da aglomeração humana, que caracterizava os subúrbios conformados em áreas mais afastadas do centro. [...] No entanto, construir uma infraestrutura “moderna” não pressupunha somente “requalificar” a cidade através de mudanças em sua fisionomia. Fazia-se necessário redefinir as relações sociais em nível endógeno e exógeno. (LIMA, 2011, p. 29).

Dessa maneira, a cultura material e imaterial presentificada na Belém do século XX moldou-se sob a égide da cultura europeia. Nessa direção, a requalificação da cidade pode ser considerada processo intrínseco à administração da população, pois se passa a inferir que determinados espaços são destinados a públicos distintos. A exclusão da população pobre do centro para as periferias dificilmente pode ser tomada como um fenômeno singular da capital paraense, contudo, verifica-se que as obras de melhoramento urbano efetuadas no centro de Belém, entre os séculos XIX e XX,

retratam esse processo de modo intenso e atual, marcando algumas lutas como direito à cidade e preservação patrimonial como direito à memória, temas mais bem debatidos nos capítulos seguintes.

3.3 – O tombamento de sítios históricos

A condição de cidade histórica tem recebido especial atenção de usos do espaço associados ao turismo. Sua constituição relaciona-se diretamente a práticas que se estabeleceram, ao longo dos séculos, no Ocidente, e que datam da invenção do dispositivo da patrimonialização. Tais práticas possuem nuances que envolvem o aspecto monumental e identitário ligado ao patrimônio e, conforme Zanirato e Ribeiro (2006), à patrimonialização, originada com a Revolução Francesa, a qual paulatinamente se tornou preocupação que se estendeu ao resto do mundo ocidental, sendo balizada pela ideia de que o bem “afiançava” o acontecimento, por ser testemunho incontestável da história (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006). Os autores explicitam:

Há também que considerar que a obra ou o objeto elevado à condição de bem patrimonial era isolado do uso e disponível apenas para a contemplação. O mesmo entendimento se aplicava aos espaços urbanos portadores de uma arquitetura considerada artística, vistos como monumentos históricos que não poderiam ser utilizados, nem mesmo para a habitação. A cidade histórica destinava-se a uma função propedêutica, por ser testemunha das ações do homem no passado, e assim buscava-se “preservar os conjuntos urbanos antigos como se conservam os objetos de museus”. (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 253).

Carvalho (2011), ao tratar do patrimônio imóvel, no Brasil, aponta alguns elementos que envolvem a preocupação com as cidades históricas, neste país. O autor afirma que, a partir da década de 1970, as lutas envolvendo a patrimonialização alertavam para a importância da descentralização desses processos, proposta que embasou a criação de regiões históricas, porque, conforme os atores envolvidos (UNESCO e países signatários), a herança cultural da humanidade encontrava-se ameaçada pelo crescimento populacional e avanço tecnológico.

A proposta da criação de regiões históricas como fator de descentralização impediria, de certa maneira, o enfraquecimento da socialização do patrimônio e aumentaria a visão do local histórico como noção de cidade-documento. Os municípios integrados por região viabilizariam as funções propostas para o patrimônio: mais nitidez para a leitura do território nacional e, com isso, uma resistência maior ao processo de globalização; retomada da imagem de outrora e

recuperação das culturas, que se constituíram por força de economia colonial, resultante da ocupação da terra descoberta pelos portugueses, como, por exemplo, a região do garimpo e da cana de açúcar. (CARVALHO, 2011, p. 120).

A necessidade de expandir a patrimonialização, de modo que se alcançassem conjuntos urbanos, tem como marco a Carta de Veneza, de 1964, a qual denota o caráter cidadão presente no tombamento. A legislação brasileira também apresenta certos avanços nesse debate, ao considerar a função social de imóveis concebidos como bens culturais, elemento contemplado na Constituição de 1988.

O destaque das cidades consideradas históricas e outros lugares assim também chamados encontra-se em constante relação com os processos de urbanização, modernização e crescimento populacional. Para Zanirato e Ribeiro (2006), a crescente urbanização, durante o século XX, mudou a concepção dos usos da cidade histórica, em que esta poderia ser conservada e integrada à dinâmica da urbe. Nota-se que o entendimento é de que se conserve o imóvel, pensando a sua funcionalidade, no momento presente. Tal fator possui algumas nuances que vale a pena serem citadas: uma delas é o que se chama, na temática patrimonial, de “fachadismo”, prática onde o bem tem apenas sua fachada conservada, sendo seu interior totalmente dissonante de seu exterior. Além das estruturas modernas com fachadas originais, o fachadismo se refere também a transformação do espaço quanto ao uso, tornando-os símbolos de uma herança deslocada ou recolocada (SMITH, 2006).

As transformações impressas na paisagem urbana fazem parte da complexa relação que os grupos sociais estabelecem com o lugar. Carvalho (2011) lembra que a história local está em constante processo de mudança, a qual tem-se apresentado contemporaneamente sob a perspectiva da patrimonialização. É nessa direção que a cidade-documento é destacada por esse autor, reflexão que vai ao encontro do referencial teórico-metodológico deste estudo, quando se leva em conta, por exemplo, a noção de dispositivo.

O dispositivo, conforme Foucault (2015), perpassa pelo dito e o não-dito; são os espaços, as falas, ou seja, são as práticas discursivas e não discursivas, trazendo o embate de forças presentes em relações de poder e saber. A cidade, tomada como documento pelo olhar patrimonial, resguarda a ideia do documento como seleção, da qual trata Le Goff (2003), sendo importante pensar sobre quais espaços estão sendo preservados na cidade, com que intuito, sob quais acordos.

Diante do cenário legislativo em que está inserida a proteção de cidades e outros lugares históricos, o panorama brasileiro se constrói sob certas irregularidades que ficam mais bem posicionadas sob a denominação de descontinuidades, produzidas pelos interesses em jogo e complexidade que cerca tal temática. Assim, pode-se afirmar que, diante da importância produzida a respeito das cidades históricas e seus desdobramentos, durante a segunda metade do século XX, o processo não foi homogêneo, apesar de começar a se intensificar, ganhando destaque principalmente a partir da década de 1980, a exemplo do tombamento, como patrimônios da humanidade, pela UNESCO, de cidades como Ouro Preto, no ano de 1980, Brasília, em 1987, e Goiás, em 2001, no Brasil; Veneza, na Itália, no ano de 1987, e Ávila, na Espanha, no ano de 1993.

A cidade como objeto de interesse da preservação não é uma “descoberta” recente do IPHAN. De uma maneira ou de outra, os centros históricos mais expressivos estavam todos protegidos até pelo menos os anos 1970, quando se verifica o ápice dos processos de crescimento urbano no país. No entanto, a dinâmica urbana dessas áreas não foi objeto da atuação do Iphan e, ainda que com exceções episódicas, não se configurou um processo de gestão que envolvesse outros agentes e instrumentos complementares, essenciais à preservação dos conjuntos urbanos. (IPHAN, 2009, p. 12).

Olhar com atenção a lista das “cidades históricas” permite identificar alguns aspectos considerados para a construção da cidade-documento, na patrimonialização. Sobre as cidades de Ouro Preto – Minas Gerais – e São Cristóvão – Sergipe –, por exemplo, destacam-se os traços coloniais preservados, bem como as cidades onde as reformas modernizadoras dos séculos XIX e XX foram intensas, em cidades ocidentais. Conforme se nota pela citação acima, o IPHAN (2009) reconhece que a preocupação em proteger as cidades tidas por históricas ganha contornos a partir de 1970; vale sublinhar que, no Brasil, se materializava uma política desenvolvimentista, encabeçada por governos militares, com forte incentivo à indústria fordista, com seu modelo da fábrica e foco no “controle do processo do trabalho” (RIBEIRO, 2015, p. 68). Apesar de a política econômica brasileira, da época, haver se voltado fortemente a esse setor, o fato é que a década de 1970 foi de grande relevância para a consolidação das políticas culturais voltadas às cidades históricas, ganhando relevo pelo viés econômico trazido pelo turismo cultural, o qual tem sido, desde então, elemento presente em debates envolvendo o patrimônio cultural, no mundo todo.

As primeiras ações do governo federal brasileiro direcionadas às cidades históricas foram criadas pelo Ministério do Planejamento, em 1973, e, de acordo com Correa (2016), buscava-se articular o ordenamento das cidades históricas com o desenvolvimento urbano e regional, além do turismo cultural, promovido pelo viés patrimonial desses espaços. O viés comercial compõe a estratégia de qualificação das cidades históricas, uma vez que estas eram vistas como espaços produtores de capital e de bens de consumo. A autora situa o debate dentro do respectivo recorte temporal, por acreditar que, a partir de 1979, quando o programa é integrado pelo IPHAN, em outras linhas de ações, perde sua característica centralizadora, visto que, desde o início do programa até o fim, considerado pela autora, as ações foram de responsabilidade exclusiva do governo federal:

Apesar de muitos considerarem que o programa continuou após sua incorporação ao Iphan em 1979, entendemos ser esse ano seu marco de encerramento enquanto modelo proposto em 1972. Isso porque, além de haver uma mudança significativa de estrutura – ele passa a ser coordenado pelo Iphan e não mais pelo Ministério do Planejamento –, a partir de 79 não foi definido o montante de recursos que seria destinado ao programa, apenas referida a utilização do saldo existente no Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI) para os compromissos já assumidos. Ademais, os objetivos do programa tornaram-se bem mais amplos, aproximando-se bastante da missão institucional do Iphan e, portanto, em nosso entendimento, passaria a incorporar a política permanente do órgão. (CORREA, 2016, p. 17).

O modelo industrial de desenvolvimento econômico e urbano colocava as cidades históricas como entraves ao crescimento dos centros urbanos nos discursos políticos das administrações municipais, em virtude das restrições elencadas pelos órgãos de preservação, quanto às intervenções em sítios urbanos. A questão do turismo e patrimônio é mais bem explorada em outro capítulo deste trabalho, contudo, cabe ressaltar que, após a década de 1950 – com a perda de interesse na preservação patrimonial, em função do progresso –, a década seguinte é tomada pela revalorização do patrimônio como forma de “integração nacional”, o que se intensifica em 1970, com o novo olhar institucional lançado sobre o tema (COSTA, 2004, p. 335). A despeito da retomada do valor do patrimônio, pode-se asseverar que o lugar de desprestígio e atraso que alguns discursos costumam associar a esse elemento é recorrente. Trata-se de descontinuidade instaurada no campo de forças engendrado pelo dispositivo³⁸ da patrimonialização, o qual encontra vários momentos distintos dentro do Brasil, em

³⁸ COSTA, Diogo Menezes. Arqueologia patrimonial o pensar do construir. *Revista Habitus*, v. 2, p. 333-360, 2004.

termos de política cultural, sofrendo forte agenciamento do capital e estando em constante relação com ele.

Correa (2016) relata que o modelo de desenvolvimento industrial foi um fenômeno global, e que a alternativa encontrada na comunidade internacional foi a articulação dos interesses econômicos, junto ao patrimônio cultural. Tal acontecimento permitiu a operacionalização do turismo cultural como estratégia de enfrentamento da descaracterização das cidades históricas, ao menos em seu aspecto material, aspecto que tem gerado debates intensos sobre o que a literatura aponta como fachadismo e a premissa de função social associada ao bem cultural.

3.3.1 – Processo de tombamento do centro histórico de Belém

Na cidade de Belém, desde a década de 1940, elementos isolados vinham sendo tombados pela União, e somente no século seguinte o seu centro histórico foi tombado como conjunto urbano. A proposta de tombamento do centro histórico da cidade de Belém foi aberta em 1982, processo número 1071, encerrada em 2011, e o centro histórico foi inserido no livro do Tombo, em 2012. Contudo, a afirmação de Godinho (2017) acerca da invenção da noção de centro histórico é importante, a fim de se levar em conta o destaque que a parte mais antiga da cidade ganha, na política patrimonial. Para a autora, a invenção do centro histórico se relaciona às leis urbanísticas e patrimoniais, configurando a institucionalização de tal processo, o que teria relação com o modelo de planejamento urbano italiano do pós-Segunda Guerra, o qual visava ao

[...] estudo da evolução das formas e tipologias urbanísticas (vias, quadras, lotes, edificações, praças, parques, mobiliários urbanos) elegia parte da cidade antiga como representativa em relação a determinados atributos considerados relevantes dentro daquela narrativa de antiguidade de uma sociedade. (GODINHO, 2017, p. 5).

A Lei do Patrimônio de Belém é, para a autora, um dos documentos que delinea com clareza os bairros da Campina e Cidade Velha como centro histórico, circunstância comprovada a partir da separação das áreas em função dos usos atribuídos às zonas. Partindo-se das análises de Godinho (2017), torna-se pertinente retomar as categorias história, memória e patrimônio, como elementos autônomos, porém, correlatos na construção do Centro Histórico de Belém, denotando a importância dessas categorias na organização socioespacial atual, que, por sua vez, se apresenta como figura abissal na produção de subjetividade.

A construção dos elementos urbanos como bens a serem preservados liga-se diretamente à história que narram e à memória que resguardam. O horizonte das ações institucionais é permeado por isso, bem como pelo aspecto econômico que atravessa o patrimônio histórico e cultural, dentre outros interesses.

Identidade do lugar

Conservação da autenticidade dos conjuntos urbanos com um valor patrimonial pressupõe a manutenção de seu conteúdo sócio-cultural, melhorando a qualidade de vida de seus habitantes, é imprescindível o equilíbrio entre o edifício e seu entorno, tanto na paisagem urbana quanto na rural. (CARTA DE BRASÍLIA, 1995, p. 3).

A intervenção contemporânea deve resgatar o caráter do edifício ou do conjunto – destarte rubricando sua autenticidade – sem transformar sua essência e equilíbrio, sem se deixar envolver em arbitrariedades, mas enaltecendo seus valores. (CARTA DE BRASÍLIA, 1995, p. 4).

Os acontecimentos aleatórios da história são dispostos em narrativas lineares, por meio da seleção dos discursos resguardados pelos bens materiais da cidade, todavia, os poderes e os perigos dos discursos não são controlados em sua totalidade. A prática de “conservação da autenticidade dos conjuntos urbanos” tomados como bens patrimoniais esbarra constantemente na dinâmica citadina, a qual é composta em um diagrama de forças móveis. Daí a necessidade que as legislações atuais sobre esse tema têm de reforçar a função social do bem tombado.

História e cidade

Da importância do sítio. Ao lado de São Luís, Belém é o mais importante registro da estratégia portuguesa de interiorizar a ocupação para garantir a posse da região amazônica. (Ata da 67ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, p. 3).

A cidade surge como como elo entre o rio e o mar e sua localização revela uma estratégia clara: controlar a foz para, a partir dela, ter a posse virtual de todo o extremo Norte da colônia. (Ata da 67ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, p. 3).

No final do século XVIII, Belém estava estruturada e suas freguesias bem definidas: o governo administrativo estava representado na Cidade, e o comércio, na Campina. Novas freguesias bem definidas foram sendo ocupadas, mais ruas e travessas abertas, até que a drenagem do alagado do Piri, que se estendeu por 20 anos, consolidou a cidade de Belém. Segundo Murilo Mam, assim como "em tantas paragens do antigo ultramar português em todo o mundo, num sentido são ruas largas, noutra apenas travessas... [resultando que]... a direção das ruas é a da praia ou do espigão, enquanto a das travessas se lhe opõe". Essa hierarquia do traçado é ainda hoje identificável no tecido urbano. Uma característica chama especial atenção no desenho da cidade e o tombamento do conjunto deve, entre outras funções, protegê-la definitivamente. (Ata da 67ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, p.4-5).

Tendo em vista a identidade cultural como dispositivo de produção do sujeito (BENGIO, 2014), o reconhecimento dos bairros mais antigos da capital paraense como patrimônio cultural articula o reconhecimento de uma identidade local que se diferencia das demais regiões do país, ao mesmo tempo em que compõe o cenário nacional. O ato legislativo da União, por meio do IPHAN, além de viabilizar ações de salvaguarda no então centro histórico de Belém, funciona no aspecto relacional como o reconhecimento do sujeito operado pelo olhar do outro. Parece que se tem dado maior importância aos dois bairros mais antigos de Belém, com base no tombamento efetivado pelo IPHAN, em comparação com a Lei do Patrimônio Histórico de Belém de 1994. As pesquisas sobre o patrimônio histórico e cultural no Brasil vêm se intensificando na última década, juntamente com o interesse geral da população sobre o assunto, a despeito dos acontecimentos políticos e econômicos do país, os quais têm afetado o planejamento e a execução de inúmeras políticas públicas, inclusive no campo da cultura.

O crescente interesse geral pela matéria e o ato legislativo da União colocam o poder público municipal em posição de maior cobrança pela manutenção do patrimônio reconhecido. Há grupos organizados em Belém que tomam para si a incumbência de pressionar as autoridades competentes para tal, propondo ações voltadas ao debate da importância do patrimônio histórico e cultural reconhecido e também as de cunho educativo, chamadas de educação patrimonial. Como exemplos, há a Associação dos Amigos do Patrimônio de Belém (AAPBEL), a GeoTur-Roteiros Geoturísticos, a Associação dos Agentes do Patrimônio da Amazônia (ASAPAM), entre outros.

Quando, porém, o órgão de proteção do patrimônio federal, ou estadual, tomba um sítio urbano em função do seu interesse cultural, este ato administrativo estará criando, diretamente, uma significativa área de articulação de interesses com o Município. Em função deste ato de proteção, o Município terá que receber, ou absorver, necessariamente, na sua atividade de gestão urbanística, aquela imposição, mesmo que não a explicita, diretamente, no corpo de suas leis. (RABELLO, 2005, p. 44).

A teia de interesses em jogo se delinea ao redor de elementos que mesclam o concreto e o abstrato. O patrimônio deve ser considerado, por conseguinte, construção social (ARANTES, 2006); assim, memórias que tendem a ser preservadas em função dos artefatos direcionam a construção do centro histórico como um espaço dotado de valor por si próprio, na constituição de uma verdade que inclui e rechaça determinados sujeitos, nos ditames sobre os usos de um centro histórico. Essa prática afeta de maneira diversa os sujeitos que com ele se relacionam, pois “[o] espaço não é nem uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas.” (SANTOS, 2008, p.27). A patrimonialização, como uma prática arquivista (BENGIO, 2014), opera não apenas pela censura do que pode ser ou não preservado e lembrado, entretanto, busca conjugar o bem reconhecido enquanto patrimônio à sua possível funcionalidade, na contemporaneidade. Sobre o embate pela verdade, Foucault apresenta o seguinte esclarecimento, tomando como exemplo a loucura:

Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura. (FOUCAULT, 1996, p. 20).

É em um campo como esse, de intensas disputas, que a verdade sobre o patrimônio é fabricada. Gonçalves (2005), ao analisar o patrimônio a partir de três categorias – ressonância, materialidade e subjetividade –, enfatiza que, pelo viés da ressonância, o que garante a manutenção e a conservação de um bem registrado ou tombado não reside em atos políticos de instâncias burocráticas, porém, relaciona-se em demasia com os afetos, dinâmicos e complexos, incitados nos sujeitos pelo objeto.

A materialidade, como categoria proposta pelo autor, refere-se a transpor a condição de uso do objeto. Articulado isso à noção de espaço apontada por Santos (2008), é apropriado afirmar que os bens materiais, quer móveis, quer imóveis,

funcionam como dispositivos, conforme a proposição de Foucault (2015). Os bens materiais trazem consigo elementos de significação social que, sendo eles ressignificados ou não, incorporam relações sociais atuais e fabricam modos de ser. Para Gonçalves (2005), citando Sapir (1985), o indivíduo não preexiste às formas culturais, contudo, é, em parte, efeito dessas formas. Essa concepção alcança a categoria subjetividade, preconizada pelo autor.

A problematização do dualismo ainda presente no dispositivo da patrimonialização (BENGIO, 2014) é de grande valor para reflexões vigentes e futuras acerca da organização da cidade e seus patrimônios. À vista disso, cabe trazer para este debate uma temática correlata à “cidade tombada”, questões como direito à cidade e a questão do turismo cultural, tão em voga nas últimas décadas, além de aprofundar o tema da memória em referência ao patrimônio alocado na cidade.

Partindo-se do direcionamento de pensar memória e espaço público, a escrita acompanha os discursos sobre a Belém Antiga, os quais ganham volume com o sentimento sobre essa cidade, enquanto “cidade da memória”. Assim, a memória social e coletiva será mais bem debatida nas páginas que seguem, buscando-se refletir a propósito dos desdobramentos de tais discursos, no que concerne aos usos da cidade.

CAPÍTULO 4 – PERCORRENDO RUAS E OUVINDO NARRATIVAS: A CONSTRUÇÃO DA BELÉM DA MEMÓRIA

O conjunto patrimonial do centro histórico de Belém é considerado pelo IPHAN um dos mais inalterados do Brasil, conforme ata da 67ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, deixando transparecer elementos do período colonial brasileiro, os quais são mais visíveis no bairro Cidade Velha. O bairro da Campina apresenta características arquitetônicas marcadas pelo neoclassicismo. O centro histórico de Belém é um mosaico de diferentes tempos, traçando percursos singulares e coletivos dos sujeitos que com ele se relacionam. Malheiros (2013) salienta que “[...] a estrutura urbana revela nas ruas, muros e monumentos a própria história da cidade aí vivida, principalmente por meio dos diferentes materiais, técnicas construtivas e estilos arquitetônicos e artísticos.” (p.911).

Entende-se que o espaço denominado Bairro da Campina abarca uma gama de narrativas individuais e coletivas, as quais podem ser vistas e ouvidas, ao se percorrer suas ruas, olhar seus prédios, atentar para os sujeitos que se relacionam com o bairro, seja uma relação mais ou menos duradoura, seja permeada por qualquer interesse.

Partindo dessa premissa, as linhas que seguem se ocuparam da ideia da “Belém da saudade” – termo consolidado pelo livro lançado pela Secretaria de Estado de Cultura, intitulado *A memória de Belém do início do século em cartões-postais* –, analisando as ressonâncias dessa ideia em discursos dispersos sobre uma Belém Antiga, a qual parece ser sempre melhor do que a atual. Neste capítulo, o conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs foi utilizado, de modo a se compreender a relação que apresenta junto ao discurso da preservação e conservação patrimonial. O conceito de Halbwachs foi empregado dentro dos limites impostos pelo referencial teórico metodológico desta pesquisa, que possui por base as contribuições analíticas de Michel Foucault, cuidado conferido também às contribuições de Ecléa Bosi, importante intelectual do campo da psicologia, que se dedicou ao estudo da memória social.

Para leitores da área da psicologia ou para aqueles curiosos que buscam compreender qual o interesse da psicologia pelo patrimônio histórico e cultural, é provável que este capítulo deixe transparecer a interligação desses campos de saber. O estudo da memória, sob aspectos psicológicos, é bastante consistente, de sorte que autores como Lev Vygotsky e Ecléa Bosi podem ser considerados nomes importantes

na psicologia, para o estudo sobre memória. Contudo, este não é um tema exclusivo da psicologia, e da filosofia à neurociência há vasta gama de literatura disponível.

Tendo em vista os limites desta pesquisa, não cabe aprofundar a literatura existente sobre o tema, assim como se excluem as contribuições da neurociência. Há, contudo, certos aspectos filosóficos, sociológicos e históricos importantes, os quais devem ser abalizados. Nessa direção, autores como Maurice Halbwachs e Michel Foucault trazem elementos que enriquecem o olhar da psicologia social para o campo patrimonial.

4.1 – Aspectos conceituais da memória

Patrimônio e memória são elementos que compõem um mesmo quadro analítico, o qual pode ser usado na problematização das subjetividades e seus espaços de produção atuais. Assim como no capítulo anterior foi traçado um panorama conceitual da patrimonialização, é oportuno apresentar alguns aspectos conceituais da temática da memória, começando por Lev S. Vygotsky, importante autor do campo da psicologia.

Lev Vygotsky foi um proeminente estudioso russo que se dedicou ao problema do desenvolvimento humano. Além de psicólogo, Vygotsky foi literato, advogado e filólogo. Com inclinações políticas voltadas à educação, encontrou no materialismo histórico dialético de Karl Max e Friedrich Engels as bases para pensar a psicologia sócio-histórica. Entendia que as condições materiais de vida são fundamentais para o desenvolvimento do sujeito, sugerindo que as possibilidades socioculturais do sujeito são essenciais para que ele transforme a si e, ao mesmo tempo, transforme o seu meio.

De acordo com Vygotsky (1991), as perspectivas em psicologia vigentes no começo do século XX, em especial a psicologia comportamental e da Gestalt, pouco contribuíam para a compreensão dos processos mentais superiores que, para ele, seriam exclusivos dos seres humanos (imaginação, pensamento, memória, capacidade de planejamento etc.). Um dos conceitos elementares da psicologia vygotskiana é o de mediador, afirmando que nenhuma relação humana acontece diretamente, ou seja, elas se dão através de signos e instrumentos.

Os mediadores organizam as funções psicológicas superiores, ao passo que as transformam qualitativamente (REGO, 1996). Considerando a memória como recorte, Vygotsky (1991) assinala haver dois tipos elementares dessa função psicológica: uma que reside em grupos que não dominam a linguagem escrita, denominada “memória natural”, a qual ocorre por imagens eidéticas. “Do ponto de vista da estrutura, o

processo todo caracteriza-se pela qualidade de imediatismo” (VYGOTSKY, 1991, p.29); porém, mesmo nesses grupos, outro tipo de memória subsiste, auxiliares mnemônicos como “pedaços de madeira entalhada e nós” (VYGOTSKY, 1991, p. 29), demonstrando a capacidade de lembrar. Por tal maneira, subentende-se que a memória é um processo originado nas relações sociais que passam de um processo instrumental, usando imagens eidéticas, à utilização dos mediadores, denotando o enriquecimento de tais processos.

Desse modo, os sistemas simbólicos (entendidos como sistemas de representação da realidade), especialmente a linguagem, funcionam como elementos mediadores que permitem a comunicação entre os indivíduos o estabelecimento de significados compartilhados por determinado grupo cultural, a percepção e interpretação dos objetos, eventos e situações do mundo circundante. E por essa razão que Vygotsky afirma que os processos de funcionamento mental do homem são fornecidos pela cultura, através da mediação simbólica. (REGO, 1996, p. 55).

A memória constitui um importante elemento das relações humanas, por permitir a transmissão de conhecimento produzido pela humanidade ou, como afirma Rego (1996), ao “patrimônio da cultura humana” (p. 68) que se encontra registrado sob a forma textual. Um dos aspectos da memória discutido por Le Goff (2003) é o de cunho fisiológico-intelectual, que conecta memória ao processo de aprendizagem, concebendo-a como forma de linguagem anterior à escrita e à fala, todavia, inscrita nesses dois últimos.

No tocante à temática da pesquisa em tela, seria possível circunscrever a compreensão dos bens patrimoniais como mediadores que auxiliariam a construção da memória dos grupos, em especial, a memória cultural, extrapolando os dois estágios primários da memória descrita por Vygotsky (1991), proposição que denota a complexidade dos processos psicológicos mnemônicos.

Lembrar e pensar constituem a memória, enquanto atividade tipicamente humana, alternando-se em ordem de ocorrência, conforme a qualidade do processo. Vygotsky (1991) explica que, nos estágios primários da memória, o pensar implica lembrar, e o avanço qualitativo do processo se destaca, quando o lembrar passa a constituir o pensar, ou seja “[n]a forma elementar alguma coisa é lembrada; na forma superior os seres humanos lembram alguma coisa.” (p. 37). A evocação das lembranças, por meio dos bens patrimoniais, ultrapassa a escrita, enquanto signo organizador das

relações. Remete a algo reconstruindo as relações do objeto lembrado, com o mundo vivenciado externamente.

Poder-se-ia dizer que a característica básica do comportamento humano em geral é que os próprios homens influenciam sua relação com o ambiente e, através desse ambiente, pessoalmente modificam seu comportamento, colocando-o sob seu controle. Tem sido dito que a verdadeira essência da civilização consiste na construção propositada de monumentos de forma a não esquecer fatos históricos. (VYGOTSKY, 1991, p. 38).

Contudo, a práxis orientadora do que se deve ou não lembrar, das memórias a serem conservadas ou dos tipos de relações que devem ser afirmadas entre objetos lembrados e lembranças evocadas constituem um complexo jogo de interesses e disputas políticas amplamente aqui consideradas. Venson e Maria Pedro (2012) concebem a memória como uma prática discursiva, a qual produz efeitos de verdade. Exemplos podem ser duas situações experimentadas, durante um percurso realizado no Centro Histórico de Belém. Seguem as cenas:

A primeira focaliza a fala de representante de um grupo que trabalha com turismo e patrimônio que apresentava a Igreja de Santo Alexandre, no bairro da Cidade Velha, no ano de 2015. Essa igreja, construída na época dos Jesuítas, em Belém, possui em sua nave imagens entalhadas, cujas personagens possuem características fenotípicas indígenas, o que foi explicado pelo grupo como tendo ocorrido em virtude da colaboração indígena junto à Igreja Católica.

A segunda cena ocorreu em 2017 e teve a figura abaixo como foco:

FIGURA 5 – Imagem localizada no bairro da Campina que mostra um clérigo em pé e um indígena ajoelhado.



Fonte: Arquivo pessoal.

Na explicação, o mesmo grupo informou aos visitantes e turistas que acompanhavam o roteiro que a figura mostrava o processo de catequização e escravização imposta aos índios, durante a colonização portuguesa, ao que um turista exclamou “Pesado!”, sugerindo aos presentes que a fala do grupo que apresentava a Campina havia causado certo incômodo, por apontar como determinadas relações foram construídas, durante a constituição da cidade. Outro ponto que ganha relevância nessas cenas é como a memória coletiva pode ser construída, desconstruída e reconstruída, permanentemente, sendo forjada em relações de saber e poder.

Outro nome importante para a psicologia, no estudo da memória, é o de Ecléa Bosi. Para a autora, narrativas coletadas não substituem os aspectos conceituais e, quanto a pesquisas que tomam por objeto a memória, propõe a categoria memória-trabalho, a qual alude à sistematização de dados a serem analisados à luz de referencial teórico especificado pelo pesquisador (BOSI, 1993).

O entendimento de Barros (2009) sobre memória a coloca para além de um espaço inerte. O autor sublinha a importância da memória para a constituição de grupos, podendo ser considerada como “[...] espaço vivo, político e simbólico” (BARROS, 2009, p. 37), instituindo territórios em movimento. Desse modo, Barros (2009) critica as afirmações sobre memória que a tomam por estática. Maurice Halbwachs foi de grande relevância para que a memória fosse considerada um objeto de estudo. Barros (2009) assinala que a proposição de Halbwachs de que a memória poderia existir para além de um corpo ou cérebro individual foi profundamente importante para esse processo. O fato é que não se nega a existência da memória individual, mas se afirma que há um tipo que se estende por todo um grupo, sociedade etc., o qual afeta os sujeitos em um nível menos coletivo:

Dito de outra forma, se no caso da Memória Individual são os indivíduos que, em última instância, realizam o ato de lembrar, seriam os grupos sociais que determinariam o que será lembrado, e como será lembrado. Halbwachs também chamava atenção para um aspecto que nos interessará particularmente: a Memória (e tanto a individual como a coletiva) está sempre limitada no espaço e no tempo. (BARROS, 2009, p. 44).

O esquecimento está associado às relações do sujeito com o objeto/fato esquecido, aos objetos/fatos com os quais se deixa de relacionar-se (HALBWACHS, 1968). Um contato que foi interrompido por motivos diversos atua na construção das

memórias, considerando-se, sobretudo, que o espaço denota relação entre o sujeito e o ambiente. Para Halbwachs (1968), o que se lembra ou se julga lembrar não implica necessariamente haver vivido o fato mnêmico, uma vez que a memória individual se conduz pela coletividade. Diante de tal enunciado, cabe perguntar: qual a memória esquecida do bairro da Campina? Que relações foram interrompidas, naquele lugar? Ou, ainda, o que se rememora tão fervorosamente naquele bairro, por meio de múltiplas relações que os sujeitos vivenciam?

É oportuno enfatizar o destaque de Barros (2009) sobre a relação de Halbwachs com a historiografia. Conforme o autor, Maurice Halbwachs simpatizava com uma escrita da história positivista, seja porque sua produção não correspondeu à terceira fase dos *Annales*, seja porque não lhe chamava atenção a produção relativista da historiografia. Apesar desse adendo, Barros (2009) sustenta que a relação entre memória e história possibilita interrogar inúmeras memórias coletivas, afastando-se, portanto, de proposições universalistas.

A pluralidade da memória coletiva se constitui pelos diferentes espaços pelos quais os sujeitos circulam, ou seja, pelos espaços de socialização que mudam, ao longo do tempo. Ao tratar da memória e socialização, Bosi (1994) dá como exemplo a criança, que está em contato com diferentes grupos/gerações/classes, os quais transmitem os acontecimentos cotidianos, políticos, sociais, sem qualquer ajustamento ao mundo da criança, perspectiva que leva em conta haver níveis de entendimento diferenciados (BOSI, 1994). A socialização pensada em duas vias – histórica e política – produz feitos de identificação e/ou projeção com elementos do passado tão intensamente que podem ser vivenciados como herdados (POLLAK, 1992).

É graças a esta “outra socialização”, à qual a psicologia tem dado pouca atenção, que não estranhemos as regiões sociais do passado: ruas, casas, móveis, roupas antigas, histórias, maneira de falar e de se comportar de outros tempos. Não só não nos causam estranheza, como, devido ao íntimo contacto com nossos avós, nos parecem singularmente familiares. (BOSI, 1994, p. 74).

A autora refere-se, no trecho acima destacado, à condição da velhice nas sociedades industriais, mas cabe bem à contemporaneidade, assim como é admissível em uma reflexão acerca da condição de tudo o que não se considera novidade, nas cidades.

Quantas relações humanas são pobres e banais porque deixamos que o outro se expresse de modo repetitivo e porque nos desviamos das áreas de atrito, dos pontos vitais, de tudo o que em nosso confronto

pudesse causar o crescimento e a dor! Se a tolerância com o velho é entendida assim, como uma abdicação do diálogo, melhor seria dar-lhe o nome de banimento ou discriminação. (BOSI, 1994, p. 78).

Por outro lado, Nietzsche (2003) convida seu leitor a refletir sobre o excesso de memória e seus desdobramentos. A princípio, faz considerações a respeito do valor e falta de valor da história, tendo em vista o viver do animal em contraposição ao do homem:

Assim, o animal vive a-historicamente: ele passa pelo presente como um número, sem que reste uma estranha quebra. Ele não sabe se disfarçar, não esconde nada e aparece a todo momento plenamente como o que é, ou seja, não pode ser outra coisa senão sincero. O homem, ao contrário, contrapõe-se ao grande e cada vez maior peso do que passou: este peso oprime ou o inclina para o seu lado, incomodando os seus passos como fardo invisível e obscuro que ele pode por vezes aparentemente negar. (NIETZSCHE, 2003, p. 8).

Poder esquecer é sentir a-historicamente, e isso é felicidade. Quem nunca esquece não pode ser feliz. É possível viver sem quase lembrar, mas não sem nunca esquecer – e esquecer é um processo inerente à saúde de um indivíduo. O a-histórico permite que a vida se produza sozinha. O esquecimento é um “poder ativo” que mantém [...] a ordem física, a tranquilidade, a etiqueta. Donde se colige que nenhuma felicidade, nenhuma serenidade, nenhuma esperança, nenhum gozo poderia existir sem a faculdade do esquecimento.” (NIETZSCHE, 2002, p. 28). O homem, quando se deixa afetar pelo passado em demasia, produz o excesso de história, cristaliza o processo de produção da vida.

Para Nietzsche (2003), existem três aspectos que tornam a história pertinente ao vivente e, dessa maneira, ele explica a necessidade da história e do esquecimento. Os três aspectos são o que o vivente: age e aspira; preserva e venera; e sofre e carece de liberdade, os quais podem ser tomados como história monumental, história antiquário e história crítica. História monumental ou história-memória produz sensação de que o futuro será melhor, produz esperança para o futuro, é a ação da história como inspiração; História antiquário: tudo preservar, tudo venerar, pois, quanto menos valor, mais sagrado se torna no processo de seleção. “Mas justamente nesta exigência de que o grandioso deve ser eterno inflama-se a luta mais terrível. Pois todo resto que vive grita ‘não!’” (NIETZSCHE, 2003, p. 19), fazendo crer que apenas no passado houve grandes atos e pessoas relevantes; História crítica: sofre e carece de libertação. A história crítica

condena o passado e afirma o atual como se o passado fosse um erro. É uma crítica vazia.

Reside nessa complexa trama a importância da genealogia, a qual é outra forma de fazer história, pois desaloja posições, por meio da análise de proveniência e emergência. Dussel (2004) ressalta que a genealogia procura construir uma contramemória, pondo em evidência os saberes sujeitados. Pôr em evidência as tramas que dão ou não visibilidade a esses saberes é possível, apostando-se na genealogia como modo de fazer história: “A reativação dos saberes locais – ‘menores’, talvez dissesse Deleuze – contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos de poder intrínsecos, esse é o projeto dessas genealogias em desordem e picadinhas” (FOUCAULT, 1999, p. 15-16). Os saberes sujeitados são de dois tipos, a saber:

a) blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos que a crítica pôde fazer reaparecer pelos meios, é claro, da erudição [...]. b) toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos. (FOUCAULT, 1999, p. 11-12).

Em ambos os casos, trata-se do saber histórico das lutas, possibilitando que os saberes locais intervenham na unidade teórica que os interdita. Não é o caso de lutar contra conteúdos ou métodos, porém, contra os efeitos de práticas de poder firmadas em discursos científicos (FOUCAULT, 1999).

4.1.1 – Contramemória, Razão de Estado e Racismo de Estado

A temática da memória tem sido amplamente abordada em seus aspectos biológicos e informacionais, com vistas ao uso comercial. No entanto, a analítica adotada nesta pesquisa problematiza outros aspectos envolvendo a memória que perpassam a razão de Estado e racismo de Estado. Cabe salientar que razão de Estado é diferente de Estado. Estado é a dominação sobre os povos e razão de Estado é o que permite a afirmação desse Estado (FOUCAULT, 2008). O racismo de Estado atua em conformidade com determinada razão de Estado, de maneira que importa compreender o que Dussel (2004) pensa ser a genealogia do conceito de racismo, proposta nos estudos de Michel Foucault.

Não nos deve causar surpresa o fato de que a genealogia do conceito de racismo, proposta por Foucault, não siga a via tradicional do antissemitismo e do racismo religioso, a qual busca ver por meio de que mecanismos foi estabelecida e executada a exclusão,

desqualificação ou aniquilamento de uma raça em particular. Pelo contrário, o projeto genealógico de desestabilizar a ciência – nesse caso, a ciência política – buscou rastrear a emergência do racismo como saber “baixo”, perigoso, que deveria ser domesticado e sujeitado como *razão de Estado*. (DUSSEL, 2004, p. 50).

A partir do século XVIII, quando as sociedades ocidentais modernas se voltam à ideia de espécie humana, enfatiza-se o caráter biológico do humano, o que se torna mais agudo, durante o século seguinte, levando à coexistência de duas noções de raça: uma biológica, a qual emerge antes de Darwin, e a outra que se constitui como racismo biológico-social, a qual “[...] suprimiu a idéia da luta de duas raças em favor da noção de desdobramento ou desenvolvimento de única e só raça numa super-raça e numa sub-raça.” (DUSSEL, 2004, p.53). Conforme as análises de Dussel (2004) acerca dos escritos de Foucault, tal desdobramento implicou uma interiorização do discurso, em que não se buscava mais exterminar as outras raças, mas segregá-las, por meio do dispositivo da normalização e, nessa direção, o discurso de defesa da sociedade contra os perigos biológicos passa a ser organizado pelo Estado.

A memória coletiva ligada à razão de Estado pode ser pensada sob a ótica de práticas arquivísticas próprias da patrimonialização. A disposição dos elementos sociais pelo viés da normalização se coloca em justaposição à patrimonialização, ao informar sobre práticas discursivas e não discursivas que se tornaram modelos do que deveria ser conservado e preservado pela política patrimonial. A memória funcionou como ferramenta de silenciamento e exclusão, em meio à formação das identidades nacionais (AGUILAR PINTO, 2011). A memória é formada por teias de interesses, em relações de saber e de poder que produzem assujeitamentos específicos, sob a lógica de acautelamento de determinados modos de ser. Tais lutas podem ser notadas na objetivação das práticas de determinados grupos, enquanto folclore ou cultura popular, dispersando sua força de resistência, ao longo da história; ademais, a construção de um Brasil cristão e branco, além de poder ser vista nas práticas de patrimonialização, especialmente durante o século XX, possui ressonâncias vividas nos dias presentes, a despeito da destruição de Terreiros, pelo Brasil afora.³⁹ É oportuno lembrar que, durante o século passado, a relação entre educação e cultura foi bem mais estreita e que os preceitos higienistas e eugenistas eram bastante intensos, nas práticas de governo das condutas, pois se almejava a construção de um novo homem, o qual viabilizasse e

³⁹ Reconhece-se que o tema da intolerância religiosa, no Brasil, não se restringe aos embates entre cristãos e não cristãos, porém, a título das práticas de patrimonialização, esse é o viés que mais se destaca.

estivesse de acordo com os ideais de construção de uma nova nação. Nesse panorama, a “guerra das raças” busca a desqualificação de determinados saberes em prol de outros. Tomando como objeto de análise a memória acerca do bairro da Campina, observa-se que os discursos que o objetivam como parte da “Belém da Saudade” encontram ressonância no cotidiano dos sujeitos que se relacionam com aquele espaço e denotam outros aspectos que atravessam o objeto “Belém da Saudade”: o cuidado com o espaço, a luta pela preservação patrimonial, as práticas higienistas, todos esses elementos constituindo “territórios existenciais”.

Memórias e ruas

Ah, com certeza, na Presidente Vargas, Presidente Vargas não, na Primeiro de Março, que é minha rua, só que esquina ali com o Largo da Palmeira, esqueci o nome.... Riachuelo, eu acho que é a Riachuelo, tem umas senhoras que se prostituem lá. Égua! é muito, é muito foda! Eu passo ali de noite, às vezes eu tô vindo de festa e tal, restaurante, bar, sei lá, e é o caminho que Uber faz, tem que ser aquele, porque a rua é contramão às outras e ela tá sempre lá na esquina. Um dia, com uma muda de roupa, no outro dia, com outra, e já é uma senhora assim, de 50 anos, sabe? Égua! é muito triste! [...] Então, enfim, eu sempre vejo duas senhoras, mais frequente uma e outras jovens também, eu sempre acho muito... que tem um prostíbulo lá, que é boca de fumo também, na mesma rua da minha casa e o pessoal acaba ficando muito por ali e ela tá sempre naquela esquina. (A., p. 4).⁴⁰

Foi no início de 70 que derrubaram aí, pra fazer esse estacionamento e fazer uma escola para os filhos das prostitutas, que nunca aconteceu. (R., p. 1).

Como falei pra você, na década de 50 pra cá, Alacide Nunes acaba com essa zona oficial do meretrício, mas, antes, toda elite de Belém vinha para cá, e as moças de família e mulheres nem passavam por aqui, então coloquei o nome de Corredor Polonês para manter a história daquilo que querem esquecer, daquilo que não querem falar, daquilo que a cidade esconde, joga pra debaixo do tapete, que é a cidade de Belém. (R., p. 4).

Então, o fato dela [circulante] sair da casa dela e vir pro bairro da Campina é pra ela olhar o bairro da Campina, pra ela passear pelas ruas da Campina e olhar o patrimônio histórico que

⁴⁰ A partir desta página, as séries recortadas indicam autoria apenas por uma letra referem-se às falas de moradores do bairro da Campina que não possuem vínculo institucional com o Projeto Circular e as falas com duas letras informam as posições dos espaços que fazem parte do Projeto Circular.

tá aqui e que tá dilapidado e que precisa ser cuidado. Então, esse é o grande motivo, de tentar fazer com que a gente tenha uma cidade melhor. (D. L., p.2).

Essas redes constituem-se em “territórios existenciais” completamente distintos, por conta de trajetórias diferenciadas, mas que possuem como ponto de encontro o fator histórico do lugar que habitam. Cabe salientar que “territórios existenciais” é um termo usado por Silva (2004), o qual designa modos de produção de subjetividades historicamente localizados. Conforme explica Trindade (1999), a Campina sempre esteve atravessada pelo “economia do desejo”, quase como se a prostituição ali fosse natural: decerto que não se deve romantizar essa prática, contudo, é preciso destacar que as mulheres “sem moral” da Campina e as relações com elas travadas, em diversos níveis, salientam o cotidiano de marginalização vivido também por outros grupos que, de alguma maneira, destoam de projetos de usos comerciais, turísticos e culturais na cidade de Belém, e a construção de tais relações perpassa a construção da memória coletiva.

Pollak (1992) explica que a memória parece ser algo individual, porém, deve ser tomada por um fato coletivo, estando submetida a mudanças constantes. Assim, ele indica o problema do registro datado na memória, a partir da vida pública e vida privada. Dá exemplo de mulheres da Normandia que passaram pela Segunda Guerra Mundial, donas de casa que tinham mais precisão das datas referentes a acontecimentos privados, enquanto os acontecimentos públicos eram lembrados de forma vaga e sem precisão. Aponta de igual modo uma experiência inversa, quando se trata de pessoas públicas, de modo que quase não houve especificidade em eventos privados e mais precisão nos eventos públicos:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas a vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória do povo. (POLLAK, 1992, p. 203).

O elemento de separação das memórias que são legitimadas ou não avançam no debate da memória coletiva, sublinhando que o caráter imaterial que as congrega, é acionado por disputas políticas que ocorrem dentro de uma razão de Estado. Para Coelho (1992), “[...] as ruas são, de uma maneira muito própria, lugares da memória coletiva de uma sociedade, são emblemas que identificam certas pulsações sociais que levam as municipalidades a emprestar estes e não aqueles nomes às ruas.” (COELHO, 1992, p. 5). Alcançando a profundidade de tais disputas, é oportuno ressaltar como algumas datas são insidiosamente incluídas no cotidiano da população, seja por meio de feriados, seja em nomes de ruas, alcançando status de monumentos, apesar de isso não ocorrer de modo hegemônico. Em Belém, por exemplo, muitas ruas que mudaram de nome ainda são chamadas por seus antigos nomes, ou o fato de não se saber o nome da rua e usar classificação pautada na forma antiga, ou seja, por meio da função ou objeto de destaque do lugar, como nos exemplos possíveis, mas fictícios: rua da praia, rua da fábrica, rua do chafariz etc.

Aguilar Pinto (2011) enfatiza que a formação da memória, em especial da colonial, é inseparável da história colonial. Essa afirmação induz à reflexão sobre as memórias coletivas forjadas por histórias que se propõem hegemônicas. Entretanto, esse autor chama atenção sobre as memórias dissidentes que se contrapõem às memórias que tentam se impor como hegemônicas – estas são abarcadas por mecanismos institucionais, como museus, bibliotecas, memoriais, funcionários e demais arquivos. As memórias dissidentes também são criadas no cotidiano dos sujeitos, à revelia da memória hegemônica.

As ações dos sujeitos envolvidos na construção da memória coletiva sobre o bairro da Campina delineiam modos de subjetivação de si que são operados de maneiras distintas, em função de acontecimentos situados no experimentar o bairro e suas sinuosidades. Tais questões interseccionam-se com a patrimonialização, pois este é um fazer que abrange as memórias que se guardam, o passado rememorado em fotos, praças, vias públicas, ou seja, memórias ativadas e reconstruídas pelo espaço.

Este é, sem dúvida, um momento em que determinados saberes – referenciais teóricos – parecem ir ao encontro um do outro, porque, uma vez que a memória seja ela coletiva, individual, hegemônica ou dissidente, impõe em seu processo a continuidade, mesmo incorporando a ideia de mudança; e a genealogia não busca a continuidade: apesar de reconhecer que a continuidade existe, o mais relevante são as descontinuidades que permitem desnaturalizar objetos e relações sociais. A torção do

conceito de memória coletiva, neste estudo, direciona-se para as memórias que podem, em alguma medida, ser consideradas dissidentes e, portanto, despontar descontinuidades presentes no processo de produção da memória coletiva sobre o bairro da Campina.

Assim, a compreensão da razão de Estado como elemento organizador de determinadas práticas de poder, na construção da memória coletiva, viabiliza o deslocamento de objetos naturalizados, os quais legitimam a posição de subalternidade que alguns sujeitos são levados a ocupar. O jogo valorativo da verdade emerge como ponto crucial nos debates de Foucault a propósito das formas de subjetivação, discussão herdada de Nietzsche.

O questionamento de Nietzsche (2002) sobre a verdade se dá no campo das ciências e da metafísica, pois tais campos tomam a verdade como evidência da vida, desconsiderando o jogo valorativo que a permeia, universalizando a verdade. O desenrolar da vida é que estabelece os valores e as morais aparecem como configurações do Poder. Desse modo, considera-se que existem diferentes tipos de moral. Nesse ponto, pode-se encontrar pistas para uma desnaturalização dos valores, das tradições, da patrimonialização e – por que não? – da memória coletiva.

Nietzsche (2002) trata dos usos da palavra boa, apontando que, em um primeiro momento, esteve relacionada ao costume; que houve esquecimento desse costume; depois, o uso foi associado à utilidade e, por fim, ao erro; “[...] e tudo para servir de base a uma apreciação que até hoje parecia privilégio dos homens superiores” (NIETZSCHE, 2002, p. 3), de tal forma que é importante ter em vista a intencionalidade dos “homens distintos”, que julgam “boas” as suas ações, de onde provém o direito de nomear. De modo sucinto, o termo “bom” remete à autodenominação que cria automaticamente um conceito oposto:

A questão de quanto vale esta ou aquela tábua de valores, esta ou aquela “moral”, pode ser examinada sob todos os pontos de vista mais diversos, e o mesmo digo da finalidade dos valores. Uma coisa que teria grande valor para a conservação de uma raça, poderia não o ter se se tratasse de criar um tipo superior. O bem da maioria e o bem da minoria são dois pontos de vistas completamente opostos [...] (NIETZSCHE, 2002, p. 25).

Candiotto (2010, p. 50) explica que, na hipótese genealógica – partindo da leitura de Michel Foucault –, o que comumente se denomina como verdade decorre de “[...] efeito de vontade de verdade (histórica) de verdade observada na articulação entre estratégias de poder e tecnologia de saber.” É em meio a essa articulação que

determinados discursos se tornam científicos, na mesma medida em que outros deixam de ser classificados dessa maneira. A multiplicidade dos discursos sobre a Campina sublinha a vontade de verdade que atravessa a constituição da memória coletiva sobre o bairro ou memórias coletivas, visto que existe um discurso oficial que se apropria das memórias do bairro, partindo da *Bela Época*, e afirma uma “Belém da Saudade”, além da memória sobre o bairro ligada à prostituição, ao comércio, ao teatro e cinema, ao processo de modernização da cidade etc. A constância desse embate percorre a problemática central deste estudo, colocando em perspectiva ideias como preservação e “requalificação urbana”.

4.2 – Memória e patrimônio

A memória coletiva impõe insistentemente afetos ou afectos, os quais não são formas, porém, forças que atravessam as “formas-sujeitos” e as submetem aos sentimentos, criando encontros, movimentando campos de força (ALBUQUERQUE, 2015). É assim que eles se tornam elementos característicos da construção da memória coletiva. O espaço como o meio relacional do sujeito é um ambiente dotado de forças que se movimentam em variadas direções, irrompendo em diferentes configurações de relações entre os sujeitos e o espaço. Para além dos embates políticos pelo direito à memória e, certamente, levando em conta os filtros discursivos em cena, na questão patrimonial, as memórias que se formam precariamente em cada grupo ou sujeito a respeito do lugar e dos bens tombados ou registrados, sofrendo variações. A produção das diferentes memórias – em movimento – sobre bens patrimoniais possui profunda relação com os afectos. Tal expediente se desenrola no bairro da Campina, por suas ruas e travessas, como pode ser notado nas séries abaixo destacadas.

Memória e patrimônio

A casa foi construída no final do século XIX por uma família judaica. Depois, em 1924, ela foi comprada por uma família de portugueses, onde ela sofreu a primeira intervenção e, na década de [19]60, final da década [19]60, [19]68 mais ou menos, os meus avós compraram, o Antônio e a Joana, que leva o nome do restaurante, o Dona Joana. E a minha avó veio a falecer dentro desta casa, no ano de [19]83. Aí, de [19]83 a mais ou menos (é...) [19]84, um ano depois do falecimento dela até a abertura, em 2009, nós começamos o restauro da casa, ela ficou fechada esse tempo todo. (D. J., p.1).

[...] o Dona Joana é muito mais do que... ele não é um restaurante. Ele é um espaço gastronômico, mas ele é muito mais do que isso. Ele conta a histó... annn, ele é um resgate – como falei pra você – ele conta as memórias da família, a história da casa, e essa, digamos assim, esse braço gastronômico apenas agrega valor, na verdade. Mas é interessante. A gente tá aqui no centro histórico e, de alguma forma, nós estamos contribuindo pra que essa memória de Belém também seja resgatada. (D. J., p.1).

A lembrança mais bonita que eu sempre tinha do bairro, é, vou lhe dizer: eram as, era quando chegavam as mulheres novas no bairro, né? Na época, a gente era adolescente, a gente jogava bola ali no Bailique, ficava sentado aqui, quando chegavam umas meninas novas do Bairro, nossa, os nossos olhos brilhavam. (R., p.10).

FIGURA 6 – Fachada do Restaurante Dona Joana



Fonte: Arquivo Pessoal.

Uma história que eu digo de não vivência, vivência entre aspas, porque são da memória da minha mãe falando: “Olha, esse bairro é proibido, tu não pode entrar aqui”. A gente ia pro comércio e ela levava [o entrevistado] e ela ia margeando o bairro, mas não entrava nas ruas do bairro, porque, no imaginário dela, era um bairro de prostitutas, de ladrões, traficantes, e se tu entrasse ali, era perdição, então, para mim, eu acho que é a lembrança mais antiga que tenho do bairro, a minha mãe me proibindo de andar por lá. (R., p.6).

Por janelas e portas, ruas e travessas, são marcantes os entrelaçamentos de vidas reimpressas pela força da memória, movimento que pode despertar tanto o interesse quanto o desinteresse por determinado espaço. A Bailique é um desses espaços e, nas entrevistas sobre o bairro, essa rua apresentou-se como uma personagem da Campina, dentre tantas que habitam aquele espaço. Na obra de Ernesto Cruz, *Ruas de Belém*, reeditada em 1992, a Bailique é descrita como uma rua que recebeu esse nome – não aponta desde quando – em homenagem ao santo católico São José do Bailique, em época que era comum as ruas e travessas de Belém, bem como muitas cidades do Pará, receberem nomes de cidades ou aldeias de Portugal. A rua Bailique, anteriormente *Aldeia* e atual Ferreira Cantão, possui certo gosto de rebeldia misturada com juventude, onde a esquina da rua ponto era o ponto de encontro dos jovens “arruaceiros” do bairro.

A famigerada Turma da Bailique é lembrada por alguns, contaram os entrevistados, com um viés negativo, destacando-se a violência como elemento presente em suas ações, mas, durante a escuta de algumas dessas pessoas que possuem estreita relação com a Campina, foi notório que a Turma da Bailique foi mais que alguns jovens envolvidos com cenas de violência no bairro: foi uma juventude que vivenciou o bairro da Campina, nas suas dores e delícias, diante do panorama sociopolítico da época. No cotidiano daquele lugar, foram sendo tecidas relações cuja interação entre distintos personagens criou estereótipos e histórias fantásticas sobre a Campina, colocando o bairro em um espectro que mistura admiração, nostalgia e tristeza. Na memória-patrimônio sobre a Campina, encontra-se o receio da mãe de que o filho fosse corrompido apenas por adentrar no espaço; ou a chegada de novas moças, não interessando qual o propósito da mudança, causava *frisson* entre os rapazes; ou o restauro de uma residência que passa a ser também um restaurante, o qual recebe o nome da avó, uma imigrante que chegou a Belém e comprou a casa em período conturbado do país, uma casa do fim do século XIX, que ainda hoje tem traços originais preservados.

A memória-afeto associa o patrimônio imaterial às relações interpessoais dos moradores do bairro, memória que é costurada coletivamente e através do tempo – é o que a geografia denomina topofilia, que é o amor pelo lugar. Esse é um elemento presente nas relações que a maioria dos entrevistados demonstra, contudo, em nenhuma hipótese foi algo homogêneo, porém, a construção da Belém da Saudade e dos patrimônios que devem ser preservados tem, no fim do século XIX e começo do XX, as marcas arquitetônicas da memória que se busca reconstruir.

O segundo distrito constituía o Bairro da Campina, ou do Comércio, cujas construções antigas iam, aos poucos, sendo substituídas por novos e imponentes prédios modernos. É interessante observar como o ciclo do látex modificou as estruturas sociais desse antigo bairro de Belém, firmando-o como bairro comercial. A grande área que ficava entre os alagados do Piry – uma imensa área lamacenta cujo aterramento, a partir do século XVIII, determinou os rumos da evolução urbana da cidade – e a faixa litorânea, tradicionalmente Campina, logo se dividiu em dois setores razoavelmente demarcados: o Comércio, ou seja, a parte litorânea e mais antiga do bairro, e a Campina, a zona dos aterramentos que adentraram no velho Piry e o fizeram sumir. (SECULT, 1998, p. 24).

Os ventos da modernidade e reorganização urbana de fins do século XIX apontam para um período de extrema riqueza, vivida pela elite belenense. Nesse cenário, o bairro da Campina transforma-se em bairro de diversão e lazer. A praça da República e o Teatro da Paz, os cafés, os cinemas e a própria zona do meretrício compunham o quadro do que tornaria a Campina, nos dias de hoje, um lugar atravessado pela nostalgia e desalento, diante do aspecto atual.

A Campina, como um microcosmo, sinaliza hibridações que ultrapassam sua condição patrimonial. Situada em um panorama macropolítico brasileiro de expansão urbana, o qual passou por “ondas de urbanização”, é marcada pela intensa imigração e migração, principalmente durante o século XIX, com o impulso socioeconômico promovido pelo comércio do látex, na Amazônia. A beligerância da constituição da Campina também se faz presente no palco sangrento da Revolução Cabana (1835), a Praça Visconde do Rio Branco ou, como é popularmente conhecida, a Praça das Mercês.

FIGURA 7 – Praça das Mercês em dia de Roteiro Geoturístico.



Fonte: Arquivo pessoal.

FIGURA 8 – Praça das Mercês em dia de Projeto Circular.



Fonte: Arquivo pessoal.

A hibridação aponta processos transitórios, sua provisoriedade permite abandonar e entrar em recantos do cotidiano que podem ou não retomar memórias de lutas e práticas de sobrevivência. São estratégias do viver que não seguem regras pré-determinadas. Nesse movimento, criam-se lugares utópicos, os quais, para Michel Foucault (2013b), são aqueles lugares que nascem do interstício de narrativas, difícil de localizar, pois esses não pertencem a tempo ou lugar nenhum. Entretanto, para ele, também existem lugares utópicos em toda a sociedade, e esses lugares não podem ser situados em mapas e delimitados temporalmente:

Vejamos o que quero dizer. Não se vive em um espaço neutro e branco; não se vive, não se morre, não se ama no retângulo de uma folha de papel. Vive-se, morre-se, ama-se em um espaço quadriculado, recortado, matizado, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus de escada, vãos, relevos, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas. Há regiões de passagem, ruas, trens, metrô; há regiões abertas de parada transitória, cafés, cinemas, praias, hotéis, e há regiões fechadas do repouso e da moradia. (FOUCAULT, 2013b, p. 19).

FIGURA 9 - Avenida Portugal, Campina-Belém



Fonte: Arquivo pessoal

A imaterialidade da cidade mescla-se com suas formas duras, deixando passar objetos e lugares. Modos de ser e de fazer são investidos de história e memória, onde

são tecidos afetos e singularizações do viver. Uma memória que se constitui coletivamente, agenciada por monumentos e práticas que se perpetuam no cotidiano, afetando os usos e desusos da cidade e até mesmo seus “contrausos” (FOUCAULT, 2013b).

4.3 – O Projeto Circular e as memórias coletivas

É no contexto da luta pela memória e preservação, associadas ao espaço patrimonial, que o Projeto Circular pode ser observado. A importância que as “cidades históricas” ou espaços dentro das cidades que passam a ser objetivados dessa forma assumiram, nas últimas três décadas, utiliza fortemente o argumento da memória como fator de coesão temporal.

Esse projeto nasceu da iniciativa de um grupo de pessoas ligadas a espaços artísticos, culturais e gastronômicos, localizados nos bairros da Campina e Cidade Velha. Criado em 2013, o projeto procura estabelecer um roteiro turístico e de lazer, nesses espaços, e ao mesmo tempo promover o acesso a esses bairros e a valorização do patrimônio histórico e cultural da cidade de Belém. A cada dois meses, os espaços que participam do projeto abrem suas portas aos domingos, para receber visitantes e moradores dos bairros. No *site* do projeto, são encontrados os seguintes objetivos:

- Idealizado para favorecer em médio e longo prazo a maior interação e o resgate do apreço das pessoas entre si e em relação ao lugar, o projeto tem como objetivo maior estimular relações de confiança e laços de solidariedade, favorecendo novos hábitos entre os moradores e os frequentadores do bairro.
- Fomentar as atividades artísticas e culturais no centro histórico de Belém, singularizando o bairro da Campina como um Bairro Cultural, além de comercial, fortalecendo as atividades dessa natureza que ali se desenvolvem e estreitando relações entre moradores e destes com o lugar. A proposta pretende, além de valorizar a área histórica, a melhor apropriação e utilização das estruturas e edificações ali existentes, subutilizadas sobretudo nos finais de semana e período noturno, por atividades culturais, estimulando a criação e fortalecimento de negócios culturais e associados. (PROJETO CIRCULAR, 2015).⁴¹

O Projeto Circular insere-se na questão patrimonial, sob a égide da revalorização de espaços históricos, na qual a disputa pela memória coletiva se torna visível nos usos, desusos e contrausos do bairro da Campina pelos diversos atores sociais que se relacionam com o bairro, de modo institucional ou não. “O valor simbólico que atribuímos aos objetos ou artefatos é decorrente da importância que lhes atribui a memória coletiva” (CAMARGO, 2002, p. 31), a qual deve ser considerada no

⁴¹ Disponível em: www.projetocircular.com.br. Acesso em: 30 mai. 2016.

plural, conforme Halbwachs (1968). Nessa leitura, a requalificação da Campina se relaciona diretamente ao aspecto patrimonial da política cultural que atravessa o cotidiano do bairro. Para Carvalho (2015), a memória é também um patrimônio, pois referencia os elementos sociais do lugar, enquanto, para Miranda Salvador (2006), ela cria estabelecimentos que lidam com a memória, em seu aspecto técnico:

A memória urbana é também memória real: ela cria instituições-memória como arquivos, bibliotecas, museus. Na Grécia se desenvolve a mnemotécnica fixando a distinção entre lugares e imagens, precisando o caráter ativo destas no processo de rememoração e formalizando a divisão entre memória das coisas e memória das palavras. (MIRANDA SALVADOR, 2006, p. 23).

Adentrando no aspecto oral da memória, foi estabelecido contato com os responsáveis de alguns espaços participantes do Projeto Circular, o que conduziu ao levantamento da série denominada *A cidade memória*, em que se buscou destacar elementos memorialísticos nos discursos sobre a cidade de Belém, em especial sobre o bairro da Campina.

A cidade memória

Nós temos a orla maravilhosa, nós temos o centro histórico, a arquitetura diferenciada. Se você for a Fortaleza, você não encontra isso, for em Manaus, não encontra isso, porque lá não teve tempo áureo de borracha, não teve aquela coisa mais sofisticada [...] e que tá se perdendo. Belém já foi uma cidade chique, né? Ela teve um passado... Glorioso, por sinal, e que foi-se e que ninguém tenta reviver aquela coisa. Mas também revalorizar isso no sentido de aproveitar e atender a economia criativa. (K. K., p.3).

Belém é uma cidade histórica que fez 400 anos e o comércio, o dia a dia das pessoas, fazem com que a beleza fique... passe despercebida. (B. H., p.1).

Eu desafio inclusive qualquer belenense, qualquer paraense, visitar o comércio dia de domingo, quando não tem ninguém. Aí você vai verificar o quão belo são os casarões antigos, quão belo é o bairro, quando não tem aquele amontoado de gente, quando não tem a barraca de camelô. (B. H., p.1).

A gente quer preservar o que ainda tem na cidade, nos bairros históricos e chamar atenção pra isso, de que precisa ser mais cuidado, de que a gente pode fazer muita coisa, não esperar pelo poder público, que a gente pode fazer muita coisa, ligar pra alguma instituição e impedir que destruam uma casa, como é que se diz...? É... embargar obras, entendeu? (D. L., p.1-2).

As diferentes intensidades e aspectos políticos identificados nas séries acima informam como o patrimônio material de Belém, associado a um recorte temporal específico, a Bela Época, encontra ressonância nos modos como a revalorização do centro histórico se tem constituído. A multiplicidade de tempos presentes é integrada aos usos atuais que determinados atores procuram dar ao espaço tombado, ativando práticas de reconstrução constante da memória coletiva. A relação entre o conjunto arquitetônico tombado do bairro da Campina e a cidade contemporânea permuta-se às memórias como dispositivo de luta e essas, por sua vez, ligam-se intimamente à história. Nessas disputas, é comum o uso de objetos variados, como a cidade tombada, a qual figura enquanto espaço de conflitos com dinâmicas pontuadas pelo desejo de progresso, capitalização, preservação, nostalgia e outros elementos. Nessa direção, não se trata apenas do direito de lembrar ou esquecer, ou da necessidade do esquecimento como ferramenta de felicidade. Diante da patrimonialização como prática arquivística, partindo da seleção de discursos, o jogo da memória coletiva aciona dispositivos de produção de subjetividade que são agenciados coletiva e politicamente, informando sobre os lugares que os sujeitos ocupam e/ou devem ocupar implicando na questão dos que tem parte na cidade e dos que são colocados como alheios ao direito à cidade.

O delineamento da memória coletiva sobre o bairro da Campina compõe memórias utópicas, as quais existem em espaços de difícil localização, pois se encontram em narrativas que desejam viver o presente como representação do passado. Esses lugares permitem a intersecção entre presente, passado e futuro. Partindo da ideia de virtualidade, ou seja, daquilo que está sempre na iminência de vir a ser, conforme as forças históricas, os lugares podem ser experimentados por essa virtualidade na qual presente, passado e futuro se embaralham. A materialidade do lugar carrega consigo memórias, de modo que se vê a topografia da Campina revestida dessa característica. A imanência dessa condição na vida de seus habitantes e outros sujeitos relacionados à cercania é afirmada na costura das relações ali experimentadas:

É oportuno incluir neste quadro geral os sentidos de lugar construídos nas cidades pela experiência de habitá-la, uma vez que não se vive em abstrato, mas em determinado tempo-espço. É é nesse marco territorial, cultural e histórico – a cidade artefato – que os sentidos de localização e de pertencimento, assim como a consciência de si, são constantemente refeitos e acumulados ao longo do tempo. (ARANTES, 2006, p. 430).

Antônio Arantes (2008)⁴² apresenta reflexão sobre a dimensão urbana do patrimônio cultural, dentro de um referencial teórico específico, ressaltando a relevância do cotidiano dos sujeitos em lugares patrimonializados. Com base no referencial deste estudo e da afirmação de Arantes (2006), é correto considerar que o espaço se constitui relacionalmente, acionando a ideia de cotidiano e seus fazeres materializados em determinados lugares. O utópico que atravessa a Campina se torna, em determinadas configurações de forças, uma heterotopia, lugar que é um “[...] reflexo distorcido no espelho.” (ALMEIDA; NOVAS, 2015, p. 3). Conforme explica Foucault (2013b), as heterotopias são localizáveis, emergindo a partir dos contrausos dos espaços que existem em todas as sociedades, ou seja, há utopias que podem ser situadas no tempo e no mapa, as quais são denominadas heterotopias, que afirmam a existência de contraespaços com distintos objetivos, porém, de modo geral podem “[...] neutralizar ou purificar” (FOUCAULT, 2013b, p. 20) os corpos.

As heterotopias, segundo Foucault (2013b), podem ser biológicas ou de crise: lugares sagrados ou proibidos; podem ser desfeitas ou criadas: tentativas de acabar com casas de prostituição e criação de cemitérios, alinhadas às estratégias do fazer viver; são ligadas a recortes singulares de tempo: museus e bibliotecas; e possuem um sistema de fechamento e abertura: podem manter os sujeitos fora ou dentro, ou ainda permitir a entrada, sem de fato deixar entrar:

Por exemplo, nas casas do século XVIII na América do Sul, havia sempre disposto, ao lado da porta de entrada, mas *antes* da porta de entrada, um pequeno aposento diretamente aberto ao mundo exterior e que era destinado aos visitantes de passagem [...]; porém, na medida que aquele aposento não se abria, de modo algum, para a própria casa, o indivíduo ali recebido jamais podia penetrar no interior da própria moradia familiar. (FOUCAULT, 2013b, p. 27).

A distorção proveniente das heterotopias encontra, na memória, as linhas do seu pulsar. A memória, considerada por Michel de Certeau como uma “história irracional” ou uma “não história”, é invisível, porém, isso não indica que seja ilocalizável. Situada no cotidiano, a memória constitui muitas vezes os espaços distorcidos rechaçados nas cidades, impondo sobre os sujeitos determinadas formas de viver. Para Certeau (2013), o cotidiano pode ser pensado da seguinte maneira:

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma

⁴² Antônio Arantes já esteve à frente do IPHAN, entre os anos de 2004 e 2006; na sua gestão, foram criados o Departamento de Patrimônio Imaterial e o Programa do Patrimônio Imaterial.

opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer este “mundo memória”, [...]. É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres. Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história “irracional”, ou desta “não história” [...]. O que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível. (CERTEAU, 2013, p. 31).

Assim, perpetuam-se os espaços habitados por sujeitos que produzem as “histórias sem palavras” (CERTEAU; GIARD, 2013, p. 2000), no seu existir cotidiano na cidade. Para Certeau e Giard (2013), habitar é “narrativizar”, por meio de seus gestos e palavras, memórias e objetos. E, nessa direção, pode-se afirmar que o bairro da Campina denota tal habitar atravessado pela patrimonialização, fazendo com que muitos sujeitos que ali vivem ou que se relacionam com o bairro, de alguma forma, produzam no seu cotidiano heterotopias relacionadas aos tempos áureos da borracha, acontecimento que pode ser notado pela maneira como a memória coletiva se constitui. Tal fato passa longe do que poderia se chamar de “retorno ao passado” e, embora a ideia de preservação e conservação patrimonial possa remeter a esse juízo, dificilmente se pode afirmar que a patrimonialização como dispositivo arquivístico perfaça o mesmo, na sua repetição.

A repetição é uma das três sínteses nas quais o tempo pode ser separado, em Deleuze, sendo as outras duas memória e hábito (HUR, 2013). Repetir é “[...] comportar-se, mas em relação a algo único ou singular, algo que não tem semelhante ou equivalente.” (DELEUZE, 2006, p. 11). Na repetição, a diferença é produzida considerando-se dois fatores: a) o que se repete não é o idêntico nem o semelhante, mas um simulacro dotado de positividade; e b) o eterno retorno ocorre sob o feitiço de um círculo rizomático⁴³ (HUR, 2013).

⁴³ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* 2, v. 1. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011: Resumamos os principais caracteres de um rizoma: diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer, e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O rizoma não se deixa reconduzir nem ao Uno, nem ao múltiplo. Ele não é o Uno que se torna dois, nem mesmo que se tornaria diretamente três, quatro ou cinco etc. Ele não é um múltiplo que deriva do Uno, nem ao qual o Uno se acrescentaria (n+1). Ele não é feito de unidades, mas de dimensões ou, antes, de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, contudo, é sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares a *n* dimensões, sem sujeito nem objeto, exibíveis num plano de consistência e do qual o Uno é sempre subtraído (n-1). Uma tal multiplicidade não varia suas dimensões, sem mudar de natureza nela mesma e se

O simulacro é compreendido como positividade afirmada da diferença, anomalia, dispositivo que atualiza a multiplicidade e a novidade através da repetição; ou seja, aparece como disposição diferencial produzida pela operação da repetição e é o dispositivo que torna possível a articulação entre diferença e repetição. [...] O eterno retorno é a produção do absolutamente diferente, rompendo com o modelo circular [...]. Há uma distensão do círculo nesse modelo de temporalidade, que também não é retomado pela linha, mas sim numa conjunção círculo e linha, que se traduz num círculo linearizado e descentrado, semelhante ao modelo espiralado de tempo, ou então até num modelo ramificado tal como um rizoma. (HUR, 2013, p. 187).

As intensidades das forças, no campo patrimonial, conduzem a novas configurações da memória, no bairro da Campina, arregimentada por casarios, igrejas e outros lugares. A construção e a retomada permanente dessa memória coletiva são mais bem compreendidas com o auxílio teórico de Deleuze, para o qual a memória é o “fundamento do tempo” (DELEUZE, 2006, p. 84).

No entendimento da “memória enquanto singularidade” (HUR, 2013, p. 179), o presente, passado e futuro permutam-se, abrindo caminho para os possíveis, descartando o feitiço linear do tempo. Em *Lógica do Sentido*,⁴⁴ Deleuze (1974) explica tais noções de tempo a partir do Cronos e do Aion, em que o primeiro corresponderia ao tempo linear e o segundo, à combinação, porque, no Cronos, passado e futuro seriam dilatações do presente, enquanto Aion é passado e futuro compartilhando o presente a todo instante, permanentemente, seguindo as duas direções ao mesmo tempo:

Em primeiro lugar, toda a linha do Aion é percorrida pelo Instante, que não para de se deslocar sobre ela e faz falta sempre em seu próprio lugar [...]. Ele é a instância paradoxal ou o ponto aleatório, o não-senso de superfície, e a quase-causa, puro momento de abstração cujo papel é, primeiro, dividir e subdividir todo presente nos dois sentidos ao mesmo tempo em passado-futuro, sobre a linha do Aion. Em segundo lugar, o que o instante extrai assim do presente, como dos indivíduos e das pessoas que ocupam o presente, são as singularidades, os pontos singulares duas vezes projetados, uma vez no futuro, outra no passado, formando sob esta dupla equação os elementos constituintes do acontecimento puro. (p. 173).

Conforme Hur (2013), o tempo é pensado de modo rizomático, e a memória é operacionalizada nesses espaços rizomáticos. A repetição da memória, por meio de

metamorfosar. Oposto a uma estrutura, que se define por um conjunto de pontos e posições, por correlações binárias entre esses pontos e relações biunívocas entre essas posições, o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização, como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfosaria, mudando de natureza. Não se deve confundir tais linhas ou lineamentos com linhagens de tipo arborescente, que são somente ligações localizáveis entre pontos e posições. (p. 43).

⁴⁴ Vigésima terceira série: do Aion.

dispositivos, encontra no hábito a segurança de sua realização. O hábito é a fundação do tempo (DELEUZE, 2006, p. 84) e, segundo Hur (2013), o hábito ocorre no presente, sendo uma contração do dado: “Então é a partir do hábito que há a formação do sujeito” (HUR, 2013, p.182), pois o sujeito se constitui no dado, na experiência, de sorte que “[...] o que há pouco chamamos de retenção do hábito era o estado dos instantes sucessivos contraídos num atual presente de certa duração.” Com efeito, tais “[...] instantes formavam a particularidade, isto é, um passado imediato que pertence naturalmente ao atual presente.” (p. 84). No hábito, tem-se a repetição no presente do eterno retorno, congregando o virtual do que foi e do que pode vir a ser.

Seguindo essa trilha, hábito e cotidiano permutam-se como figuras do vivido, criando relações entre os sujeitos e desses com o lugar. Sítios históricos costumam ser apresentados como heterotopias com nuances utópicas. Sobre esse complexo de relações, cabe refletir sobre alguns desses aspectos que compõem o espaço do bairro da Campina.

FIGURA 10 - Paris n'América, importante loja de tecidos fundada em Belém, durante o século XIX



Fonte: Arquivo pessoal.

4.3.1 - Campina: dia a dia da memória

Com base nas entrevistas decompostas em séries e cenas sobre a Campina, colhidas pelo exercício do flamar, o trecho adiante buscou apontar a dinâmica do cotidiano ali vivenciado. Por certo, o que se apresenta no texto em tela não esgota as reflexões sobre aquele espaço, porém, fornece um vislumbre das forças que o compõem.

O espaço não é inócuo, ele materializa as forças que arregimentam posições de sujeitos, sem que uma se sobreponha à outra: “O espaço no qual vivemos, pelo qual somos atraídos para fora de nós mesmos, no qual decorre precisamente a erosão de nossa vida. de nosso tempo, de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos sulca é também em si mesmo um espaço heterogêneo.” (FOUCAULT, 2009, p.414).⁴⁵

Pelos diferentes espaços que a Campina oferece, um dos caminhos de pesquisa foi percorrido pelo dispositivo do flandar, que é o vagabundear, como face do estar à deriva – deixar-se guiar pelos acontecimentos, o estranhamento de ruas familiares – um pesquisar sem forma, mas não menos sério (MIZOGUCHI, 2013). Flandar – conceito cunhado originalmente por Baudelaire – está longe de consistir apenas no ato material sobre as ruas. Esse caminhar, esse estar à deriva dá-se também, sob conceitos, relações de poder e saber, sobre documentos.

- Memória e cotidiano – Cena sobre a Campina

Um sábado, andando pela Campina, com fins de consumo direcionado ao comércio, observa-se um casarão antigo, com suas portas altas e desbotadas entreabertas. Pelas frestas, pode-se ver o vão de entrada rebaixado e o longo corredor escuro da residência, porém, o que mais chama a atenção é uma mulher negra, aparentando ter seus 55-60 anos, acompanhada de dois meninos magros, os quais deviam ter seus 11 e 9 anos de idade, e de mais uma senhora, também negra, com mais ou menos 30 anos. As mulheres e crianças estavam sentadas na calçada, em frente a esta casa, ao redor de uma pequena fogueira, onde parecia que cozinhavam algo. Aparentemente, a situação passava longe do puro lazer em que se resolve fazer um churrasco na frente de casa, mas de um improviso em função da falta de gás de cozinha ou alguma outra dificuldade.

Estar no centro não implica uma relação direta com boas condições materiais de sobrevivência. Sítios históricos enfrentam as mesmas problemáticas que outros lugares: questões relacionadas à pobreza, condições de saúde e habitação. A persistência desses elementos contraria a criação da Campina como lugar especial, principalmente quando determinadas memórias sobre o bairro, enquanto bem patrimonial, encontram na materialidade do dia a dia condições de extrema resistência. Martins (2015) descreve

⁴⁵ FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*, v. 3. Estética: literatura, pintura, música e cinema. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

como esses podem ser assuntos de grande relevância, ao se tratar da preservação patrimonial:

No processo de preservação do patrimônio humano, ou Cultural, em geral, observamos uma ausência de participação popular. Desse processo de excluir a população do que é seu advém uma série de outros desconhecimentos. O ideal seria a participação total da população local nas decisões relativas à sua própria cidade. Mas é possível uma população com problemas de primeira necessidade, como alimentação, trabalho, segurança, econômicos, de saúde e sem informações, se interessar pelo destino de uma igreja barroca, de casas coloniais, de uma floresta ou de uma praça? (MARTINS, 2015, p. 54).

Entende-se, assim, a abrangência da constituição da memória coletiva e, por conseguinte, da condição de preservação de sítios históricos. Nesse contexto, é imprescindível observar a produção de discursos oficiais sobre o lugar, pois a memória e o espaço são criados por afetos, os quais “[...] não são sentimentos ou afecções, transbordam a força daqueles que são atravessados por eles.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010). Distante da conotação da psicologia tradicional,⁴⁶ os afetos existem independentemente dos sujeitos, sendo acionados no encontro com outros corpos, que podem ser com a luz, com um filme, animal, insetos, livro, árvore etc. Esse encontro traduz-se “[...] num enlaçamento entre duas sensações sem semelhança ou, ao contrário, no distanciamento de uma luz que capta as duas num mesmo reflexo.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 205). No enlace dos corpos, abre-se um espaço, o “entre”. Em tal processualidade reside a “[...] variação contínua da força de existir de alguém” (LEPPINI, 2016, p. 165), conferindo multiplicidade aos modos de existir dos sujeitos.

Não são nem os elementos nem os conjuntos que definem a multiplicidade. O que a define é o E, qualquer coisa que tem lugar entre os elementos ou entre os conjuntos. E, E, E, o gaguejar. E mesmo que haja apenas dois termos, há um E entre os dois que não é nem um nem outro, nem um que devém o outro, mas que constitui precisamente a multiplicidade. (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 47).

Tomando o conceito de patrimônio histórico cultural, ou o de sítio histórico como um corpo, compreende-se, pelas séries levantadas e literatura consultada, que o encontro desse com os corpos dos sujeitos não está dado, mas em processo de construção, partindo das relações que são possíveis de ocorrer entre os sujeitos e os bens patrimoniais.

⁴⁶ Na psicologia de Henri Wallon, por exemplo, os afetos (sentimentos e emoções) fazem parte da tríade do desenvolvimento humano, juntamente com motricidade e cognição. São a primeira faceta de interação entre o sujeito e seu ambiente, correspondendo a um mecanismo de sobrevivência e relacionamento que nasce e se desenvolve, ao longo da vida do sujeito.

Campina como heterotopia

Tem muita coisa aqui que a pessoa fala: “Nossa, o centro da cidade!” – e ao ponto das pessoas... porque... Eu me referi aos meus amigos [que] veem o centro da cidade como uma coisa perfeita, uma coisa sai e entra a hora que quer, mas não é assim, uma coisa que onde tu quiser ir tu vai. (V., p. 8).

Não sei se o R. te mostrou, mas lá na casa dele a gente sobe e então ele tem um jardim lá em cima que dá pra visualizar todos os telh... pelo menos todo os telhados possíveis que a gente... ao redor do paredão de prédios que tem, têm os telhados. Então, pra gente é maravilhoso subir ali e ficar observando os telhados. [Por]Que a gente ainda pode fazer isso ali, né? Pelo menos nesse sentido a gente vai pegar, tomar um vento lá fora e aproveita pra ficar observando os telhados e também aproveita pra ficar olhando essa transformação que tem, né? (R., p. 7).

Tem muita gente nova aqui, muita gente. Porque vão embora, né? – ou morre os velhos, pessoal vende a casa vai embora, aí derruba pra fazer estacionamento ou fica abandonada até vir [...], aí descaracteriza a cidade e o bairro também. (R., p. 1).

A lembrança mais bonita do bairro é o bairro. Eu acho o bairro muito, muito, muito bonito, apesar dos casarões abandonados, a maioria deles, como você está vendo aqui a Praça da Mercês, entendeu? A igreja, por exemplo, tudo acabado. O que tem aqui de limpo é que o pessoal daqui da Fotoativa, junto com Miguel, tenta conservar. Mas, apesar desse abandono, até o abandono eu acho bonito. Eu consigo ver beleza no abandono, entendeu? É meio Manoel de Barros. (A., p. 5).

O possível desse encontro foi notado na fala de uma das pessoas entrevistadas, a qual informou haver mudado para o bairro da Campina devido à sua condição de centro histórico, alegando paixão pelos casarios antigos, tristeza pelo abandono e compartilhamento de cuidado do lugar com outros moradores.

Outro viés que perpassa a preservação e o cuidado do bairro pela ótica patrimonial reside na ideia que se tenta criar da Bela Época como algo que pode ser replicado, a cópia, o mesmo; na direção de aquele foi o melhor que poderia ter havido, ou seja, a crescente sensação de abandono que envolve os belenenses vem acompanhada

de discursos saudosistas dos tempos áureos da borracha, causando desencontro entre o vivido e uma certa memória coletiva que perdura. Daou (2000) explica que, para a sociedade paraense daquela época, aquele foi o auge cultural e econômico do Estado:

A transformação radical pela qual Belém passou estendeu-se ainda por toda a primeira década do século XX, de modo que a renovação urbana concretizada pelos engenheiros republicanos e o cosmopolitismo facilitado pela intensificação da exportação promoveram, pelo menos entre os paraenses, a sensação de que Belém era uma das melhores cidades do Brasil. (DAOU, 2000, p. 30).

É manifesto que, naquele espaço, têm sido criadas memórias diferentes das reminiscências do fim do século XIX e primeiras décadas do século XX, de maneira que a “patrimonialização da memória coletiva” (AGUILAR PINTO, 2011) de séculos passados é responsável, em algum nível, pela variedade de relações que têm se estabelecido com aquele sítio histórico. Certamente, outros fatores devem ser considerados: interesses políticos e econômicos sobre o lugar, violência urbana, prostituição e segregação socioterritorial. Contudo, atenta-se à força da memória, ao se pensar acerca dos afetos que circulam no conjunto arquitetônico tombado, bairro da Campina, e como os sujeitos se afetam ou não por essa ideia.

Patrimônio vivido

Porque pra gente que mora aqui, que tem que enfrentar todos os dias uma boca abrindo, fecha ali, abre outra ali, vem outro ali aí: “o bairro é lindo e maravilhoso e tudo mais” e depois vai ali e o carro preto mata outro ali, então, a gente que está vivendo essa tragédia aqui, isso é tudo muito material, não dá para virtualizar isso. (R., p. 6).

Aqui é um bairro onde a memória vai cada vez mais se perdendo. São poucos aqui que contam alguma coisa, o resto quem conta é o que ouviu, [por]que aqui todo o tempo tá mudando, todo tempo tá mudando. (R., p. 2).

Daqui da Riachuelo da General Gurjão é a rua das prostitutas e dos viciados, não é considerado como uma área de família da... da General Gurjão com a outra de lá em diante também é família! Essa área aqui não presta, esse quarteirãozinho não presta, entendeu? (V., p. 3).

Quando tu fala de Campina, por exemplo, as pessoas estão sempre pensando na prostituição e acabam, de certa forma, romantizando toda uma coisa que nem sempre foi romântica, e não conseguem perceber, de certa forma, a realidade do processo (mesmo) histórico e do processo político social que se impôs sobre o bairro ali, [que] foi muito duro o tempo inteiro. O bairro da Campina sofre desde o nascimento até hoje uma certa – não sei se a palavra é discriminação –, mas uma certa tentativa de apagar as coisas, de apagar sua história... (R., p. 4).

Os afetos ao darem passagem à multiplicidade desfazem as linhas delimitadoras dos territórios, produzindo a desterritorialização dos corpos. Nessa direção, a grande problemática está distante de ser o desejo pelo retorno ao passado da Bela Época, mas, de fato, os recortes das relações que se buscam excluir, e das que se querem perpetuar, a exemplo do caso da prostituição, a qual é uma personagem daquele espaço, com várias facetas. Para além da “romantização” do que foi (é) a prostituição ali, há o aspecto da resistência e outros processos históricos de sobrevivência que ali têm se desenvolvido. Nota-se que essa personagem desdobra processos de segregação socioterritorial que atinge determinados sujeitos: moradores de certas ruas, moças e mulheres nas portas e janelas de suas casas.

Nos territórios criados pelos sujeitos e forças que os atravessam reside em grande parte a dificuldade do patrimônio se configurar como um afeto para determinados sujeitos, os quais, diante das mazelas do dia a dia, têm dificuldade em perceber a Campina no seu aspecto patrimonial, como lugar que possibilite alegrias e formas de cuidado.

Trata-se de múltiplos caminhos para compreender a problemática das relações dos sujeitos com o lugar, enquanto dispositivo de produção de si. Longe de esgotar a temática da memória associada ao patrimônio, foi traçado um panorama das teias que envolvem esse assunto. Neste capítulo, abordou-se sobretudo a memória como elemento articulador, no entanto, diante do que foi exposto até este ponto, a importância de adentrar no tema do direito à cidade e turismo cultural, como estratégia de entender a relação entre patrimonialização e subjetividade, mostra-se propícia.

CAPÍTULO 5 – POLÍTICA E AFETIVIDADE: A NOVIDADE DA BELÉM ANTIGA

Não há cidade morta.

Aloísio Magalhães

FIGURA 11 - Rua Riachuelo, Campina. Vista da esquina da Avenida Presidente Vargas



Foto: Jaime Bengio

Explorar a temática patrimonial, no recorte citadino, remete a questões como turismo cultural, coletividade e individualização, direito à cidade no recorte cultural, transformação urbana etc. Estes são aspectos que se buscou trabalhar, neste capítulo, a partir da noção de agonística e heterotopia, em Michel Foucault, a fim de garantir a problematização dos usos do lugar tombado, como prática de subjetivação dos sujeitos. Concomitantemente, outros conceitos apareceram, como o de cuidado de si, enquanto prática de subjetivação. Deleuze (1983) arrola três acepções da experiência, em Foucault: primeira, a experiência funda o sujeito; segunda, a experiência é o que arranca o sujeito de si, uma dessubjetivação; e terceira, a experiência é pensada em razão das

relações de poder e das estratégias de si. Esta última é a que está sendo usada neste estudo, de modo que, neste capítulo, as estratégias de si aparecem com mais força.

A frase de Aloísio Magalhães faz parte de uma fala proferida em 1980, em seminário sobre a experiência alemã no campo da preservação de núcleos históricos, realizado em Brasília. Sua colocação pode parecer óbvia, todavia, um olhar mais atento identificará seu caráter inovador e potência transgressora, ao se considerar as possibilidades de conexão e produção de subjetividade que a cidade oferece. A “memória topográfica da cidade”, assinalada por Delgado (2005) acerca do processo da inscrição da cidade de Goiás, na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, é uma categoria que também apresenta essas características, na direção de apontar as lutas que produzem o patrimônio, bem como a cidade e seus processos de disputa política e econômica.

Retomando brevemente o debate do capítulo anterior, a topografia como memória insere-se nesta pesquisa sob a ótica de dispositivos que denotam campos de subjetivação dos sujeitos, por meio da imaterialidade que reside nos conjuntos arquitetônicos, os quais podem ser pensados como sentidos e significados construídos coletivamente. Há inúmeras experiências de preservação de núcleos históricos cuja inserção nos registros do IPHAN tem produzido demandas de cuidado voltadas ao turismo cultural, com desdobramentos pautados por disputas políticas sobre os usos do lugar, atravessando a temática do direito à cidade.

Os caminhos da pesquisa apontaram diferentes conotações que as práticas de patrimonialização podem alcançar, no âmbito das relações sociais, a exemplo de uma agonística associada ao uso da cidade, partindo da perspectiva preservacionista. A variação da patrimonialização como prática de poder, no campo das forças em movimento, cria espaços que se deslocam do simples caráter monumental. Contrária ao lugar, que encerra um mapa e o espaço, é a multiplicidade de vetores: direção, velocidade e tempo (MIZOGUCHI, 2013).

Entre distintas intensidades que compõem o espaço do bairro da Campina, tem-se o turismo cultural, observado pela materialização do Projeto Circular. As ações desse projeto marcam as problematizações levantadas ao longo desta pesquisa, sobretudo no presente capítulo. Dentre as transformações urbanas a que as cidades estão submetidas, o uso turístico com viés patrimonial tem congregado a requalificação de muitos espaços, como Goiás (DELGADO, 2005), e é nessa direção que se busca problematizar o Projeto Circular, no bairro da Campina, destacando-se o processo de apropriação do bairro

como espaço cultural, em face de uma realidade que o consagra, no dia a dia da maioria dos belenenses, como bairro comercial.

5.1 – Notas sobre o processo de apropriação do centro histórico de Belém, bairro Campina

A cidade se refaz incessantemente e, ao longo dos anos, o bairro da Campina foi marcado pela intensa atividade comercial, chegando a estar dividido por determinados dispositivos, em “Campina e Comércio”. É tão forte essa ideia que existem alguns equipamentos públicos que possuem, em sua denominação, o termo “comércio”: Delegacia do Comércio e Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) Comércio. Sobre as ruas, espaços públicos por excelência, Cruz (1992) assinala que era comum moradores “de maior destaque” as nomearem, onde habitavam. Outra forma de denominação dava-se por aspectos de destaque no lugar, de maneira que é possível entender que a Campina ainda seja conhecida como bairro do Comércio, por grande parte dos moradores da cidade e adjacências. Cruz (1992) ainda indica que, nos idos de 1960, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística não reconhecia a existência de um bairro denominado Campina, porém, o do Comércio, como visto na tabela abaixo (CRUZ, 1992, p. 27-28):

Tabela 1 – Número de habitantes dos bairros de Belém até 1960

1 – Marco	Com	40.550	12 – Cremação	Com	14.025
2 – Umarizal	”	33.289	13 – Condor	Com	12.447
3 – Telégrafo sem fio	”	30.148	14 – Batista Campos	”	12.347
4 – Jurunas	”	29.969	15 – Matinha	”	12.273
5 – Pedreira	”	25.619	16 – Cidade Velha	”	12.125
6 – Guamá	”	23.400	17 – Comércio	”	11.671
7 – Sacramento	”	20.773	18 – Marambaia	”	10.460
8 – Canudos	”	15.086	19 – Reduto	”	7.073
9 – São Braz	”	15.049	20 – Terra Firme	”	4.210
10 – Sousa	”	14.567			
11 – Nazaré	”	14.307			
				Total	359.388

Fonte: CRUZ, 1992, p. 27-28.

FIGURA 12 – 6ª Seccional Urbana do Comércio



Fonte: Imagem retirada do site www.agenciabelém.com.br
Créditos: Tássia Barros.

FIGURA 13 – Endereço da 6ª Seccional Urbana do Comércio

www.segup.pa.gov.br/ 1

DELEGACIA DE POLICIA DA JADERLÂNDIA
End.: Rua Rua Tancredo Neves, s/n, esquina da São Benedito – Jaderlândia/Ananindeua, CEP: 67.013-210
Fone(s): 3235-5010
Email:jaderlandia@policiacivil.pa.gov.br, mssalves22@yahoo.com.br

6ª SECCIONAL URBANA DO COMÉRCIO
End.: Trav. Frutuoso Guimarães, s/n°, esq. da Av.15 de Novembro.Bairro:Comércio. Belém-PA. CEP: 66013-010

Fonte: Disponível no site www.segup.pa.gov.br .
Foto do arquivo.

Apesar do termo associado a esse lugar, a denominação oficial é Campina, como pode ser verificado no Plano Diretor do município de Belém, Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. A importância que os usos dos lugares possuem muitas vezes incide sobre as nomenclaturas dos lugares, ou seja, a toponímia pode atender às relações que os sujeitos estabelecem com o lugar.

Campina, Comércio

[...] a gente nunca teve um bairro Comércio, chamado Comércio, por exemplo, mas a CODEM,⁴⁷ na década de [19]50, criou um bairro chamado Comércio. Ela simplesmente repartiu a Campina em dois. Daqui para cá, é Campina, daqui para cá é Comércio. De forma bem positiva, como que numa tentativa de apagar todo um rastro histórico de resistência que existe ali do negro, da própria prostituição das mulheres que lutavam para buscar autonomia, pra se fazer respeitar também, e eu vejo que isso tudo... se tu ver, por exemplo, os livros de história de Belém, notas da Campina são muito curtas, assim, então, um bairro que tem quase a mesma idade da Cidade Velha, 11 a anos menos, oficialmente, né? (R., p. 4).

O que movimenta o bairro é o comércio, se não tivesse o comércio, isso aqui era um espaço completamente inóspito, eu penso assim, sabe? (A., p. 6).

⁴⁷ Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém.

A movimentação cultural que eu promovo aqui, ela acontece já desde 2005. Em 2005, eu abro aqui o Corredor Polonês, onde meu pai morre e minha mãe vai embora e eu fico sozinho aqui, e eu abri o Corredor Polonês. O que era o Corredor Polonês? O Corredor Polonês era antiga boate que funcionou aqui até a década de (19)50, né? Que era corredor polonês, porque chegava aqui as judias polacas, fugindo da Guerra, nesse período da década de (19)40, e esse corredor polonês veio desde esse período se mantendo nessa, nesses encontros noturnos que eram, aqui era a área de divertimento né? – então tinham esses encontros noturnos dos homens casados, dos colarinhos, dos grandes políticos da época [que] sempre vieram para essa área daqui, para se encontrar e se divertir, porque Belém... esse local foi para isso. (R., p. 3-4).

A dimensão patrimonial de tal fato apoia-se na memória coletiva dos grupos e na dinâmica da cidade, a qual é afetada por leis, fatos históricos, marcadores individuais, questões políticas e culturais. Esses fatores encontram ressonância na prática de apropriação do Centro Histórico de Belém, sobretudo do bairro da Campina. Castells (2012) afirma haver vários eufemismos para tratar dos novos usos dos lugares, como requalificação, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção. Entretanto, para a autora, gentrificação é mais apropriado para descrever tais processos, pois indica o enobrecimento de determinadas áreas, o qual se desenvolve por meio de políticas públicas, com atravessamentos do capital privado (CASTELLS, 2012).

Intervenções urbanas pautadas na gentrificação, além de promover a reorganização do espaço, incidem na intensidade do fluxo de mercadorias e consumo (FURTADO, 2014). A atenção dada a espaços históricos transita nesse campo de forças, o viés turístico e do direito à cidade sinalizam mobilidades e fronteiras no uso dos espaços. Fronteiras, mobilidade, fluxos. O que passa são mercadorias, ou seja, as fronteiras virtuais diminuiram, mas não as sociais. Essas têm se adensado cada vez mais (AUGÉ, 2010). O bairro da Campina abriga ainda hoje o centro comercial da cidade. Por esse viés, vão sendo mescladas à função comercial, no nível do mais comum do que se encontra nos centros comerciais das cidades brasileiras, junto à qualidade de patrimônio cultural e seu potencial turístico.

Partindo da observação do Projeto Circular, a apropriação do bairro da Campina, em sua amplitude, apresenta fortemente os valores de transmutabilidade no tecido urbano destacados por Augé (2010). A produção da cidade com foco patrimonial

esbarra em todas as questões acima citadas. O tombamento de sítios históricos costuma ser associado ao atraso econômico e cultural (DELGADO, 2005), apesar da magnitude da valorização da política patrimonial, durante as últimas décadas. Nessa direção, o turismo cultural se mostra como estratégia utilizada para marcar novos usos da Campina, caminho atravessado por interesses que tentam se colocar como hegemônicos, em meio a sinuosidades que aludem a agonísticas.

5.1.1 – Turismo cultural e patrimônio

O Projeto Circular, enquanto atividade cultural, é fator de destaque, ao se abordar importância do patrimônio histórico e cultural da cidade de Belém, promovendo o uso cultural da cidade. Nessa perspectiva, a redefinição do espaço público se dá por meio de estratégias de valorização do patrimônio histórico da cidade, pelo viés turístico, promovidas por agentes públicos e privados.

Silva (2011, p. 109, 2012) define patrimonialização como “[...] uma ação que tem como finalidade fomentar o desenvolvimento através da valorização, revitalização de uma determinada cultura e do seu patrimônio cultural.” De acordo com essa autora, a patrimonialização serve como estratégia de desenvolvimento, principalmente ao se considerar o processo de emergência do turismo cultural como expoente de desenvolvimento econômico em cidades históricas. Para Castro e Tavares (2016),

[...] o turismo implica viagens de ida e volta, a um lugar diferente daquele a qual o turista pertence, predominantemente ligado a atividades de lazer, ainda que as vezes o deslocamento seja realizado no contexto de atividades profissionais. (CASTRO; TAVARES, 2016, p. 63).

A atividade turística exige deslocamento geográfico, assumindo inúmeros feitiços: turismo gastronômico, paisagístico, *dark tourism* (turismo associado a áreas de grandes tragédias, cemitérios e outros tipos de memoriais), turismo cultural – esse último pode ser considerado como qualquer tipo de atividade cultural. Nesse sentido, o turismo patrimonial é um tipo de turismo cultural.

Smith (2006) toma como ingênua a crença na simbiose harmoniosa entre patrimônio e turismo, mas não nega os benefícios mútuos. Afonso (2003) defende a ocupação turística como legítima ao patrimônio cultural, todavia, não se coloca na posição de achar que, graças ao turismo, se pode recuperar um patrimônio que estava abandonado. A atividade turística tem sido alvo de discussões, em função dos efeitos por ela gerados, e sua relação com o patrimônio cultural é complexa, mas não é nova.

Para Camargo (2002), só é correto falar em turismo com o advento das sociedades industriais. As viagens feitas pelas sociedades aristocráticas tinham muito mais um caráter de instrução do que de diversão, propriamente dito, pois o conceito de folga, lazer ou feriado era inexistente. De modo geral, o turismo sempre teve um aspecto cultural, porém, foi apenas durante o século XX que o desenvolvimento do turismo, em relação ao patrimônio, ocorre mais intensamente (AFONSO, 2003).

É mais adequado situar o *Grand Tour* com as características que irão, de fato, servir de sedimento para práticas turísticas futuras, entre os anos de 1756 e 1820. Neste período, elas deslizam do ideal pedagógico mais centrado para adquirir uma característica mais mundana. É justamente sobre este termo que se assenta a perspectiva de turismo. (CAMARGO, 2002, p. 41).

O turismo cultural configura-se pelas necessidades dos turistas, ou seja, está associado à busca de conhecimento desses, independentemente de território ou época do ano (BRENNER, 2005). Apesar de Machado (2007) afirmar que todo turismo é cultural, não se pode negar que, no turismo urbano, o patrimônio cultural é bastante valorizado. Assim, há uma importante questão relacionada com a cidade patrimonializada e as estratégias adotadas para fomentar seu potencial turístico, que é a cidade lembrada e os processos de reterritorialização, nos quais as formas desfeitas são conjugadas, alternadas umas sobre as outras ou estabilizadas (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

A controversa apropriação de lugares históricos pelo turismo incide sobre o espectro cultural, tocando em elementos como direito e acesso, propriedade e identidade cultural. É oportuno recordar que a noção usual de patrimônio cultural e histórico contempla exatamente esses elementos, porque são tensões existentes na associação entre patrimônio e turismo. A literatura aponta zonas de conflito no processo de turistificação de alguns territórios, práticas culturais, monumentos, sejam esses considerados bens patrimoniais ou não, conforme o estatuto oficial. Logo, pesa-se o papel que o turista assume, como aquele agente que pode causar danos ao sítio histórico, pelos efeitos que atividades de consumo pouco planejadas podem causar, ou como agentes essenciais à movimentação econômica do lugar. A esse respeito, Smith (2006) declara haver algumas diferenças entre turistas “culturais” e de massa, porque os primeiros seriam melhores, pois consumiriam mais, em função de um suposto poder aquisitivo maior, e causariam menos danos ao patrimônio, porque teriam maior nível educacional. No olhar lançado à construção do lugar do bem patrimonial, no Brasil, nota-se que, desde a década de 1960, o turismo surge como possibilidade de

crescimento econômico associado ao patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que o desenvolvimentismo ganha força, durante os governos militares:

Durante a década de 1950, a “problemática” do patrimônio e sua visão particular perde o interesse tanto para o governo como para a sociedade, ocasionado novamente pelas propostas desenvolvimentistas. Já em 1960 ocorre uma revalorização onde o patrimônio transfigura-se em um tipo de instrumento de integração nacional e turístico (inclusive com o surgimento da Embratur em 1966). Mas é após a 1970 que modificações mais profundas começam a ocorrer tanto na formulação da idéia de patrimônio como em seus agentes, com a valorização das culturas regionais e a mudança do discurso – que acaba por abarcar a multiplicidade e a diversidade dos fazeres cotidianos da população – uma nova concepção de identidade nacional começa a ser garantida. (COSTA, 2004, p. 335).

Esse panorama, resumido nas palavras de Costa (2004), sinaliza a configuração do turismo cultural como alternativa para o crescimento econômico brasileiro, o qual começava a perder vigor, em fins da década de 1970. O elemento identitário presentificado pelo ufanismo militar é retomado na revalorização patrimonial, sendo uma constante nas práticas patrimoniais, de maneira que seu valor costuma ser destacado nas Cartas e legislações patrimoniais. Em Belém, a transformação da cidade pelo viés do turismo patrimonial pode ser notada com a revitalização do mercado do Ver-o-Peso, assinalada por Malheiros (2013), processo ocorrido ainda durante os anos de 1980, como forma de exibir a cidade como lugar moderno e com fortes atrativos turísticos, projeto que parece ter sido abandonado, de acordo com o panorama descrito por esse autor:

Nos anos 90, Belém caracteriza-se pela degradação ambiental consequente da poluição visual, do aumento populacional, da verticalização e do crescimento desordenado nas últimas décadas. Com efeito, apresenta o centro histórico deteriorado e o esplendor do início do século transformado em escombros. O antigo e o novo estão em permanente conflito, embora um dos grandes signos da metrópole contemporânea, o shopping, tenha surgido na paisagem da cidade, causando grande impacto na vida das pessoas (quicá como ocorreu quando surgiu o Mercado de Ferro, no início do século). (MALHEIROS, 2013, p. 919).

A década seguinte marcou um novo capítulo para a política patrimonial, quando da sua institucionalização por meio da Constituição Federal de 1988. O IPHAN lançou, durante os anos 2000, um dos principais programas relacionados a sítios históricos, o Monumenta – Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano –, continuado mais tarde pelo Programa de Aceleração das Cidades Históricas (PAC). O Monumenta

pode ser descrito, em linhas gerais, como financiamento para preservação de sítios históricos, com execução em parceria entre agentes públicos e privados. Na obra intitulada *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*, foram avaliadas as ações do programa e sua caracterização:

Trata-se de analisar projetos e ações que se enquadram numa modalidade de intervenção que vai além dos programas tradicionais de preservação, voltadas para o restauro de monumentos e edifícios históricos. Enquadram-se nesta categoria a recuperação de imóveis privados; as obras de requalificação de logradouros públicos e de orlas marítimas ou fluviais; as intervenções em praças e parques; a reabilitação em mercados públicos; a implantação de campi universitários em edifícios arruinados e a reciclagem de imóveis históricos visando o desenvolvimento de projetos de habitação social. (BONDUKI, 2010, p. 12).

As intervenções promovidas durante o programa foram tidas como importantes estratégias de valorização dos lugares históricos junto à população em geral, promovendo “qualidade de vida”, ao impulsionar novas formas de economia local (BONDUKI, 2010). Em Belém, o Monumenta foi viabilizado, sobretudo, no restauro de mercados e praças; um diferencial em sua operacionalização, na capital paraense, reside no fato de que já havia projetos de restauro e preservação de espaços históricos, por parte da Prefeitura e do governo do Estado, guardadas as diretrizes das medidas adotadas em cada esfera de governo, como explica o autor. De acordo com Miranda (2006), a Prefeitura lançou o “Plano Belém 400 anos”, em 2003; além disso, Bonduki (2010) destaca que a administração municipal tinha suas ações pautadas em um plano de ação integral de reabilitação (“Ver Belém”), desde 1997.⁴⁸

Com uma concepção bastante avançada de preservação, esse projeto buscava, entre outros aspectos, associar a recuperação física dos edifícios com o resgate da rica história e identidade dos seus seculares mercados. O plano tinha grande envergadura, propondo uma atuação em diferentes setores da cidade, um dos maiores e mais importantes núcleos históricos do país. A proposta de intervenção apresentada ao Monumenta estava articulada a um vasto conjunto de ações que envolvia investimentos significativos (26 milhões de reais, apenas da prefeitura, até 2003) e diretrizes estabelecidas no citado projeto Ver Belém, elaborado a partir de colóquios e oficinas de planejamento participativo. (BONDUKI, 2010, p. 175).

Em 2004, o governo do Estado lançou o projeto “Novo Pará”, o qual teve como marco o processo de gentrificação que deu forma ao Complexo Feliz Luzitânia, onde

⁴⁸ Entre aos anos de 1997 e 2004, o município de Belém estava sob a gestão de Edmilson Rodrigues, na época filiado ao Partido dos Trabalhadores.

“[...] as memórias do esplendor da borracha se unem aos monumentos da colonização portuguesa” (MIRANDA, 2006, p.77), além de intervenção na orla, com proposta de um centro gastronômico (Estação das Docas), enquanto o projeto municipal teve como ícone o mercado do Ver-o-Peso, com proposta de planejamento participativo.⁴⁹ Tais ações foram marcadas por disputas políticas partidárias intensas e diferentes posicionamentos estéticos, os quais deram novo fôlego ao projeto turístico direcionado à capital do Estado, o que atualmente parece haver se perdido, em meio a políticas de governo do setor turístico.

Assim, o Programa Monumenta encontrou na cidade um processo de intervenção no núcleo histórico, já em andamento, que se articulava com uma proposta de planejamento urbano mais geral. O município concebia o Ver Belém⁵⁰ como um “instrumento de planejamento destinado a alavancar o processo de desenvolvimento ordenado da área central” e integrado a outros planos, como os de Desenvolvimento Local Sustentável, da revisão do Plano de Desenvolvimento Urbano e do Belém 400 anos, que definiu metas para serem concluídas até 2016, quando a cidade completará seu quarto centenário. A intervenção no Mercado Público de Belém não foi, portanto, pensada como uma ação isolada, mas estava inserida num processo complexo de planejamento participativo (urbano, social, econômico e cultural), em que se objetivava uma reabilitação integral do patrimônio. Com a mudança do governo local, em 2005, a falta de continuidade administrativa prejudicou a implementação dessa concepção. (BONDUKI, 2010, p. 176).

O melhoramento do bem patrimonial deve ser pensado em conjunto com os sujeitos que dele irão usufruir, considerando o viés econômico propiciado pelo bem. Na reflexão sobre a inserção contemporânea de lugares históricos junto ao turismo, é oportuno salientar que novas narrativas são tecidas e, como dispositivo, o bem patrimonial afirma determinados discursos que podem ter múltiplas funções. Sinalizados nas séries abaixo, estão dois exemplos desse acontecimento no bairro da Campina, em Belém.

Patrimônio, história e memória

É um recomeço pra nossa família, a grande verdade e eu tô acreditando, apostando que essa revitalização, essa valorização aconteça, do centro histórico de Belém, que o nosso conjunto arquitetônico seja valorizado, seja preservado. Que também tenha

⁴⁹ Durante a execução do “Ver Belém”.

algumas políticas públicas no caso, alguns incentivos, pra que nós, moradores, proprietários possamos restaurar casas. (D. J., p.1).

Estão aí nossas gravuras aqui na parede, que você pode ver. Foram artistas renomados que pintaram. Essa pintura que você tá vendo aí é uma rua, é a Santo Antônio na década de (19)50, se eu não me engano, quando tinha o bondinho aqui ainda e [...] nós estamos e... nesse sentido, nós caminhamos, sempre valorizando Belém. (B. H., p.4).

Trata-se de turismo como tática de mercado na intensificação do fluxo de sujeitos e informação suscitando, em muitas ocasiões, com a teatralização de certos saberes e acontecimentos pela forma como são expostos. Witcomb (2013), ao discorrer acerca de práticas imersivas e interpretativas materializadas em empreendimentos turísticos, problematiza o aspecto ético e estético das relações que são estabelecidas com o outro. A questão da alteridade ligada à prática turística é questionada, a partir de seus limites éticos e possíveis práticas que naturalizam o alheamento, a violência (de toda ordem) desferida ao outro, de modo justificado, na desumanização desse outro. Brenner (2005) sinaliza a “interpretação” do patrimônio cultural no “agregar valor” à experiência turística e à experiência dos grupos locais; para o autor, a forma de apresentação do patrimônio junto à sua interpretação é fundamental na construção de interações que preservem e auxiliem na gestão dos bens patrimoniais. Vinuesa (2004) salienta que o turismo “cultural ou de massa” tornou-se fundamental na organização da recuperação de sítios históricos, forçando a “requalificação” desses espaços; ele ainda assevera que o sucesso de projetos desse tipo depende da gestão urbana e cultural, a qual precisa considerar a capacidade de acolhimento do número de turistas.

Os efeitos econômicos do turismo alcançam os usos da cidade, nas relações que o sujeito trava consigo e com os outros, nos espaços. Para Brenner (2005), é comum o conflito entre os grupos locais e turistas, quando os primeiros têm receio de que seu modo de vida e espaço sejam destruídos ou desrespeitados por quem não pertence àquele lugar. Nesse contexto, o turismo sustentável de base comunitária tem sido apontado como importante estratégia econômica de uso do espaço, podendo ser mais observado nas experiências designadas de ecoturismo, como explica Kent (2003): “Salvo algumas exceções, a indústria turística pode estimular a participação da comunidade local na administração dos recursos turísticos, ou associar a seus membros as decisões sobre o desenvolvimento desses recursos.” (BRENNER, 2005, p. 370).

No debate sobre a apropriação turística em cidades históricas ou sítios históricos, o Projeto Circular figura como interessante objeto de estudo voltado à reflexão sobre o turismo cultural, pois esse projeto aponta para processos de reterritorialização e tem procurado forjar roteiros de turismo cultural para além de museus e igrejas, nos quais são produzidos discursos contemporâneos sobre a cidade e seus usos.

5.1.2 – Turismo, desenvolvimento e o bairro da Campina

A cidade de Belém ou Santa Maria de Belém do Grão-Pará possui como data oficial de fundação 12 de janeiro de 1616, tendo completado, em 2016, 400 anos bastante controversos. A campanha oficial referente ao seu quadringentésimo aniversário foi constantemente interrogada pela mídia alternativa, como o grupo “Outros 400”, o qual tem produzido desde 2016, mais ou menos, material jornalístico sobre o quadro atual da capital paraense, sempre procurando debater assuntos de interesse acadêmico, aliados às pautas da militância política, social e cultural que se faz presente na cidade. Entretanto, outros grupos têm atuado no que se pode caracterizar pelo desejo de construção de “outros 400” em uma esfera de uso da cidade direcionado à articulação de setores locais de ordem econômico-cultural, a fim de proporcionar o ato de “circular” pela cidade. Por esse viés, o turismo cultural surge na imanência de tais ações, as quais são mais bem exploradas nas páginas seguintes.

O turismo na região amazônica tem-se concentrado em seus recursos naturais, embasado no “desenvolvimento sustentável” e em todas as problemáticas que decorrem desse dispositivo, como explica Figueiredo (1999). Conforme esse autor, Pará e Amazonas são os Estados da região Norte que mais se destacam na prática do ecoturismo. Apesar disso, notam-se algumas iniciativas que buscam criar espaços direcionados ao consumo da arte e cultura ligadas ao patrimônio histórico de Belém, como é o caso do Projeto Circular. Esse pedaço da cidade passou a fazer parte da esfera patrimonial, de forma mais completa, entre os anos de 2011-2012, período de seu tombamento em nível nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sobre o conceito de patrimônio, Branco (2005) afirma tratar-se de objeto

[e]nraizado na área jurídica familiar, esta palavra antiga é repleta de simbolismo. Já Patrimônio Histórico possui um conceito mais complexo que envolve diversos meandros de cultura de uma sociedade, por se referir aos bens incomensuráveis, que é a memória coletiva construída socialmente e a identidade de um povo. (p. 1).

A despeito da ideia de identidade presente no âmbito do Patrimônio Histórico, é importante salientar o aspecto de reconhecimento que se produz ou se busca produzir, no processo de patrimonialização. Reconhecer é lançar um olhar sobre o outro e legitimar sua existência, mas, na esfera patrimonial, esse olhar é lançado também sobre o próprio sujeito, na medida em que precisa dar-se conta das forças que o atravessam e o constituem, no cotidiano vivenciado arduamente. A subjetivação, enquanto processualidade, percorre caminhos imprevisíveis e os elementos que funcionam como dispositivos de subjetivação, na patrimonialização, são complexos. A questão identitária é corrente na literatura sobre essa temática e, na perspectiva teórica e metodológica adotada, é entendida como efeito da patrimonialização no processo de constituição das subjetividades:

Essa produção de subjetividades, da qual o sujeito é um efeito provisório, mantém-se em aberto uma vez que cada um, ao mesmo tempo em que acolhe os componentes de subjetivação em circulação, também os emite, fazendo dessas trocas uma construção coletiva viva. (MANSANO, 2009, p. 111).

A estratégia identitária, na patrimonialização, procura atribuir determinados valores ao local e aos sujeitos que dele fazem parte, de sorte que a otimização dos recursos se desdobra em atividades voltadas à economia. No município de Belém, a construção de uma imagem mais atraente do centro histórico tem ocorrido sob a égide do turismo cultural. Os potenciais econômicos dessa cidade são destacados pelos sujeitos envolvidos no Projeto Circular, malgrado o estado atual da cidade e, em especial, do bairro da Campina.

Turismo Cultural na Campina

A gente espera que Belém, por si só, seja cada vez mais valorizada pela sua própria população, que nossos governantes e também a população valorize mais o seu centro histórico e também falar que o nosso hostel segue essa linha, nossa missão está voltada diretamente pra Belém, pra valorização de Belém [...]. (B. H., p.4).

A gente tem potencial gastronômico, a gente tem potencial de meio ambiente, a gente potencial de música, a gente tem potencial... a fotografia paraense é reconhecida no cenário das artes, no Brasil e fora, a música paraense tá bombando. A gastronomia é outra história. Quantas coisas boas a gente tem! Não é bairrismo, sabe? É a realidade, eu acho. Quantas coisas boas nós

temos, que não tá sendo de melhor forma aproveitada. E nós não temos indústria no Pará, grande, pensando em termos de economia. (K. K., p.9).

Eu acredito que a dificuldade maior ainda hoje, se formos colocar na questão ligada ao projeto, essa revitalização do centro histórico, é a ausência de políticas públicas por parte dos nossos governantes. Por exemplo, o prefeito⁵¹ atual, nada está sendo feito pra recuperação do centro histórico. (D. J., p.3).

A construção do uso turístico do bairro da Campina contrapõe-se ao seu panorama atual, marcado pelo abandono, por parte do poder público, a despeito da legislação vigente acerca do tombamento. A reterritorialização desse espaço se vale de estatuto cultural para arregimentar ações que valorizem o espaço, onde se busca fortalecer a rede de cooperação entre agentes artístico-culturais do bairro, moradores e demais frequentadores.

Usos da Campina

Aí, então, pegamos um mote no sentido de “Ah, vamos fazer um projeto com a arte, tentar revalorizar o bairro e transformar o bairro”, o centro histórico já é um chamariz cultural por si só e, agregando a isso, é uma coisa que é, assim, comercialização de arte, pequenas lojas, gastronomia tão muito ligada à questão de centro histórico, porque é onde circulam os turistas. (K. K., p.2-3).

O Dona Joana foi adquirindo, até pelo contexto, pela história que a gente conta, pelas peças que estão aqui presentes... Na verdade, essas peças pertenceram à minha avó. [...]. Tudo já fazia parte da coleção da família. Então, é isso que nós estamos expondo aqui, é a história da família. Ele virou, por causa disso, eu acredito, cult. Um espaço alternativo na cidade, e eu venho sentindo isso. Eu acho isso muito legal. Eu gostei dessa linha que o Dona Joana seguiu e do público que ele vem conquistando, que é muito ligado a pessoas ligadas à arte, artistas, intelectuais, muita é.... O número de estrangeiros é enorme, por incrível que pareça [...]. (D. J., p.2-3).

Almeida (2007) assinala que a “tradução” de recursos culturais em produtos para turismo cultural envolve mais do que a estrutura visual da paisagem. Trata-se do

⁵¹ Refere-se à gestão do prefeito Zenaldo Coutinho, PMDB, 2013-2019.

conjunto material e imaterial – paisagens, hábitos, crenças, modos de vida, etc. – da organização dos agentes públicos e privados em promover o potencial turístico do lugar. Alguns desses elementos podem ser visualizados nas diretrizes do Plano Diretor Municipal,⁵² quanto ao planejamento turístico. Afirma-se, nesse documento, a promoção e o incentivo ao turismo como atividade estratégica para o desenvolvimento econômico, com previsão de “reabilitação” de espaços públicos para lazer cultural e turístico. As intervenções no espaço ordenadas pelo poder público acionam história, memória e monumentalidade, na “requalificação” de equipamentos relacionados à política cultural e turística da cidade de Belém. Entretanto, nota-se que a articulação dessas práticas à política urbana e seus parâmetros patrimoniais e turísticos, focada no Centro Histórico, ainda é frágil. A decrepitude ali instalada deixa à vista a intensificação da financeirização da cidade apartada de práticas preservacionistas, onde se torna banal⁵³ a destruição de casarios pelo fogo, ou sua transformação em estacionamentos.

Augé (2010) destaca que a relação entre cidade, memória e seus habitantes é extremamente variável e importante, nas formas de ser e estar que se estabelecem; entretanto, a cidade não é apenas memória ou lembrança, ela é também história e política. “Centros históricos, monumentos, de um lado; itinerários da memória individual e flânerie, de outro: esse misto faz da cidade um arquétipo do lugar onde se misturam referências coletivas e inscrições individuais, história e memória.” (AUGÉ, 2010, p. 88-89).

⁵² Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008.

⁵³ ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n.43, p. 109-126, 2010. Banal, conforme Hanna Arendt, não é aquilo que é comum, mas é o que toma o lugar do comum, por acontecer incessantemente.

FIGURA 14 - Travessa Leão XXIII esquina com Avenida Conselheiro João Alfredo, próximo à loja Paris n'América. O prédio foi alvo de incêndio.



Fonte: Arquivo pessoal.

FIGURA 15 - Fachada do prédio destruído, visto da rua Padre Prudêncio



Fonte: Arquivo pessoal.

No Projeto Circular, a iniciativa dos grupos artístico-culturais é basilar na configuração do turismo cultural, no bairro da Campina, constituindo iniciativa privada com apoio de determinados órgãos da esfera pública, como a Polícia Militar e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A ideia central do projeto está contida em seu nome – *circular* –, que seria uma forma de apropriação dos bairros do centro histórico por seus moradores e demais frequentadores, promovida pela rede de espaços artísticos, culturais, gastronômicos e de estadia existentes nesse espaço. Apesar das dificuldades inerentes à mobilidade urbana que perpassa, dentre outros fatores, o sistema de transporte público e a violência, circular na cidade é uma importante forma de combater o [...] “entorpecimento da cidade enquanto um organismo.” (SENNETT, 2014, p. 377).

A cidade como negócio

[...] conversando com os amigos, resolvemos que poderíamos tentar, assim, abrir um pouco do mercado e, mesmo assim, um pouco educativo, no sentido de abrir frente pro mercado de arte, pra fazer um circuito das artes, e fizemos, em dezembro de 2013, uma experiência de abrir nos finais de semana, sábado à tarde e domingo, não existe nada da cidade de Belém, até os museus são fechados domingo à tarde, na verdade, o turista não tem o que fazer, de certa forma. (K. K., p.2).

Como negócio, como empreendimento, o resultado é muito positivo. Ele vem apresentando um crescimento cada vez maior. A cada edição do Circular, nós sentimos um crescimento de público, e é uma janela. O Circular acabou sendo uma janela para o Dona Joana, até como... nós não fizemos um investimento muito alto em divulgação, então, nós sentimos que, a cada edição do Circular, é um público novo que aparece, mas muito... Público novo, porém, com conceito ou perfil, digamos assim, do cliente do Dona Joana, e isso é muito interessante. Então, o Circular, ele agregou valor ao Dona Joana. É um projeto que ele veio somar. (D. J., p.2).

Essa casa, eu já tinha essa casa há muito tempo, e o porão aqui de casa era um porão que eu armazenava móveis antigos, [...] pra depois reformar e tal. Era um porão [...] e aí eu já tinha essa ideia de abrir uma loja e tal, e aí, quando veio a proposta do Circular [...] “Vamo colocar o Circular na ativa e tal” – foi quando eu resolvi tirar tudo aqui de dentro, fazer uma reforma e abrir a loja, entendeu? (D. L., p.1).

A reterritorialização da Campina passa pelas práticas desse projeto e confere condições para um relevante debate, quanto aos usos da cidade e seus efeitos. Na esfera do turismo cultural associado ao patrimônio, é importante refletir acerca do direito à cidade, em face dos processos de reapropriação que primam por determinadas condutas relacionadas ao uso da cidade. Essa problemática é central nesta pesquisa, de modo que as linhas até aqui traçadas apontam atravessamentos outros que a compõem, como a importância da memória, a constituição da ideia de patrimônio ligada à emergência de determinados saberes, ao turismo cultural associado ao patrimônio e práticas de preservação. Dessa forma, é oportuno se debruçar sobre alguns aspectos da cidade tombada, na esfera de seus usos como afirmação política de constituição dos sujeitos.

5.2 – Política e afetividade: a cidade subjetiva

Habitar a cidade, percorrer suas ruas, coletivizar os espaços, criar contrausos na cidade são atos de afirmação política. É necessário reconhecer as estéticas do existir, as quais se expandem por travessas e avenidas mescladas por asfalto, bloquetes e pedras seculares. Guattari (2012) afirma que a cidade é um espaço de múltiplos encontros, é lócus de desterritorialização permanente; com efeito, as cidades são “[...] imensas máquinas [...] produtoras de subjetividades individuais e coletivas.” (GUATTARI, 2012, p.152). A questão urbana salienta importantes elementos para a constituição

subjetiva, tendo em vista o movimento das forças que ela permite. Augé (2010) problematiza a noção de urbanização que trata a passagem da agricultura à vida urbana como passagem do “nomadismo caçador” ao “sedentarismo”, considerando esse ponto um paradoxo, pois a urbanização apresenta novas formas de mobilidade. Para além dos aspectos físicos, deve-se pensar novas mobilidades no aspecto subjetivo que a urbe possibilita.

Entre as formas de objetivar os sujeitos, há a cidadania, conceito amplamente debatido por outros saberes, mas vale ressaltar aqui o caráter participativo que o termo evoca, uma maneira de compartilhar. Em Rancière (2009), a partilha do sensível é um sistema em que o comum não serve a todos, havendo níveis e lugares específicos a serem ocupados e partilhados.

Campina, partilha e desentendimento

(...) eu sempre quis, eu sempre tive vontade, mas nunca passou de uma vontade, de uma querência de fazer essa Praça da República escorregar aos domingos para cá, porque não é possível que um monte de gente fica se batendo na Praça da República com um monte de espaços ocioso e com muita gente que faz coisas bacana nesse bairro que não aparece (R. p.7).

(...) você não vê aqui no centro da cidade o que você vê numa periferia quando chega uma época de festa junina, aquela reunião que todo mundo vira amigo para colocar bandeirinha, sabe? Aquela coisa organizada pra tentar fazer uma quadrilha aqui não existe isso. (...) e quando tem é separado, aqui não presta, lá presta. Lá para o outro lado presta, aqui, nesse pedacinho, não presta entendeu? Ano retrasado (...) teve uma festinha, mas com pessoal de lá de baixo já da General Gurjão diante.

-Vocês participaram?

-Não, não, não somos convidados, não somos. Nós não participamos de nada é totalmente separado, entendeu? Um advogado dali – ele ajuda no cuidado... sobre o negócio daqui da redondeza... (...).

-Reunião do bairro?

- Sim, a reunião do bairro. Ele falou que esse pedacinho não presta. (V. p.5).

(...) então assim, eu já embarguei obra aqui de gente que tava destruindo casa antiga, muitos amigos já fizeram isso. Então a gente tá aqui de olho, entendeu? A gente veio aqui pra manter e tentar segurar esse bairro e o projeto circular amplia esse olhar, ele tenta ampliar esse olhar (...) (D. L., p.2).

(...) Parece que foi um bairro comercial e acabou, acabou a história aí foi um bairro comercial e acabou a história as outras histórias não são contadas, são ocultadas e tu vê que isso vai acontecendo por interesse políticos, históricos, e tal, pela especulação imobiliária que tá sempre ali junto da galera querendo que o patrimônio caia mesmo para pegar o terreno e ficar lá especulando (...) (R, p.4).

Batista (1999) faz algumas considerações importantes a respeito da relação entre cidadania e Estado; para ele, a atual conjuntura faz com que esses sejam “[...] conceitos fora de moda” (p. 34), pois a participação que se apresenta atualmente é de ordem meramente econômica, totalmente deslocada de seu viés político. Assim, o cidadão foi substituído pelo contribuinte, produzindo a dicotomia entre público e privado e intimizando a vida. “Intimizar a vida quer dizer colocá-la para dentro, destituí-la da história das práticas humanas, esvaziando sua multiplicidade de formas e de conexões.” Essa preocupação também é expressa por Guattari (2012), ao apontar a padronização dos espaços que ameaça o movimento inerente ao processo de subjetivação dos sujeitos, pois, na cidade subjetiva, há o “corpo utópico” (FOUCAULT, 2013b, p.14), aquele que está ligado a outros lugares do mundo. O caráter polifônico da produção de subjetividade é descrito por Guattari (2012) da seguinte maneira:

Quer tenhamos consciência ou não, o espaço construído nos interpela de diferentes pontos de vista: estilístico, histórico, funcional, afetivo... Os edifícios e construções de todos os tipos são máquinas enunciativas. Elas produzem uma subjetivação parcial que se aglomera com outros agenciamentos de subjetivação. Um bairro pobre ou uma favela fornecem-nos um outro discurso e manipulam em nos outros impulsos cognitivos e afetivos. (GUATTARI, 2012, p. 157-158).

Seguindo tais linhas, pode-se interrogar: quais processos estão sendo partilhados quanto ao processo de apropriação turística e patrimonial do bairro na Campina? Que elementos são mobilizados, na constituição de uma “cidade subjetiva”? E quais os efeitos de tais acontecimentos, na constituição dos sujeitos? As teias das narrativas que envolvem o bairro da Campina como território são um espaço de guerra entre forças ou, como salienta Haesbaert (2006):

Podemos, então, sintetizar, afirmando que o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando. (HAESBAERT, 2006, p. 121).

A partilha sobre o território indica conflito e desentendimento, afirmações políticas sobre sujeitos e seus modos de vida, seleção de imagens sobre a cidade, em sua constituição como arquivo; além disso, a formação de heterotopias se faz presente na reutilização da Campina, por meio do turismo cultural e sua condição de patrimônio.

5.2.1 – Heterotopias turísticas e patrimoniais na Campina

Na constituição de uma heterotopia turística e patrimonial do bairro da Campina, os aspectos que mais se salientam são o caráter temporal e o sistema de fechamento e abertura das heterotopias. A construção da Campina, nesses contraespaços, incide em processos de seleção de determinados discursos sobre o bairro, pelos quais produz a cidade enquanto arquivo. Tal prática arquivística denota os aspectos materiais e imateriais do bairro tombado, efeitos de localizações temporais e de sistemas que abrem determinadas passagens, bloqueiam determinados corpos, demonstrando como a partilha do comum se organiza naquele espaço, ao passo que é organizativa das relações entre os sujeitos:

O termo “arquivo” (do latim *archivum*, lugar onde se guardam documentos) tem sido compreendido em diversas acepções. Delineou-se, ao longo do tempo, uma maneira simplista de se pensar naquilo que seria um arquivo. Essa maneira se torna perceptível quando analisamos grande parte de suas definições, que privilegiam o aspecto físico, material e técnico. [...] Assim, o arquivo, de modo geral, pode ser compreendido como um grande instrumento de armazenamento e acesso a informações e, nesse sentido, está frequentemente ligado às questões de preservação da memória, na medida em que funciona como um depósito de dados e fatos. (PEREIRA; CHAGAS, 2011, p. 319-320).

O potencial patrimonial da Campina emerge pela conexão das políticas patrimoniais nacionais, em consonância com aspectos globais da política patrimonial observada nas Cartas Patrimoniais internacionais. Por outro lado, seu potencial turístico é pouco aproveitado pelo poder público, visto que as ações as quais podem ser citadas são pontuais, caracterizando-se por obras com viés gentrificado, como é o exemplo da Estação das Docas, projeto de revitalização da orla, implementado pelo governo do Estado e administrado por uma Organização Social, a Pará 2000.

FIGURA 16 - Estação das Docas, entrada pela Escadinha do Cais do Porto



Foto: Jaime Bengio.

Esse espaço atualmente é um complexo gastronômico, que conta com um teatro, o qual também é usado para exibição de filmes, geralmente daqueles fora do grande circuito comercial; há igualmente um anfiteatro construído sobre pedras seculares da cidade. Deste lugar saem passeios de barco organizados pela empresa Vale Verde Turismo, com *shows* de ritmos regionais, geralmente o Carimbó. Os ritmos denominados típicos também são explorados nesse espaço, comumente na área externa. Esses antigos galpões da zona portuária da cidade requalificada com fins turísticos indicam o sistema de abertura e fechamento das heterotopias, funcionando como uma espécie de disciplina-bloqueio, porém, sutil, do tipo que pouco lembra a disciplina presente em instituições totais. Os limites são fixados no nível das possibilidades de consumo e tempo dos indivíduos, colocando em xeque projetos de reabilitação urbana, ao se tocar na problemática da *cidade para quais pessoas*.

Harvey (2014) afirma haver ênfase recente em uma “[...] suposta perda da comunalidade” (p. 134), como reflexo de um conjunto recente de privatizações, “cercamentos” e vigilância. “A cidade é o lugar onde as pessoas de todos os tipos e classes se misturam, ainda que relutante e conflituosamente, para produzir uma vida comum, embora perpetuamente mutável e transitória.” (HARVEY, 2014, p.134). Para esse autor, análises que propõem a gestão do comum, de forma plenamente hierárquica, devem ser observadas com ressalva, contudo, Harvey (2014) deixa de radicalizar algumas ideias, ressaltando que há, de fato, uma dificuldade de ordem prática na organização do comum, quando se trata de grandes números de pessoas, a exemplo de

grandes cidades, e mesmo de questões amplas, como o “aquecimento global”, que necessitam de decisões “hierárquicas”. Ele usa o conceito de comum para discutir o acesso a diversas coisas que têm a ver com a cidade, de modo geral. Assim, explica que a proteção de alguns comuns, como uma reserva natural, pode prejudicar um grupo específico, além de restringir o acesso a determinados espaços. Entende-se, portanto, que alguns discursos de proteção servem para excluir e/ou controlar sujeitos e comuns. Existem várias formas de acesso aos comuns, bem como há vários tipos de comuns:

Nem todas as formas do comum requerem acesso livre. Alguns (como o ar que respiramos), sim; enquanto outros (como as ruas de nossas cidades) são, em princípio de acesso livre, porém regulados, policiados e até administrados privadamente, como distritos de aprimoramento de negócios. (HARVEY, 2014, p.142).

Serão a patrimonialização e a turistificação um cercamento? O cercamento dos espaços é ancorado no sistema capitalista, buscando formas de controle dos corpos, no espaço, alterando a paisagem do espaço, como, por exemplo, da retirada concha acústica da praça dos Estivadores, em frente à Estação das Docas, para construção de um monumento em alusão aos 400 anos da cidade de Belém. Tal fato é notório por aquele lugar, além de servir para *shows* e outras atividades culturais, funcionava também como espaço de abrigo de pessoas em situação de rua.

FIGURA 17 - Monumento construído na Praça dos Estivadores, em comemoração aos 400 anos da cidade de Belém



Foto: Jaime Bengio

FIGURA 18 – Concha acústica na Praça dos Estivadores antes da construção do monumento em homenagem aos 400 anos da cidade de Belém.



Fonte: Arquivo pessoal.

Nessa direção, é oportuno olhar para o Projeto Circular como espaço de passagem, de convivência, de uso da cidade, associado à estética artística e cultural, uma afirmação política sobre a cidade. A condição patrimonial do bairro encontra apoio no direito coletivo sobre o qual está disposto o direito à cidade e, *a priori*, tem-se a ordenação de comunidade ao uso cultural ali instaurado. A utilização turística dos espaços (patrimoniais ou não) se debruça na exclusão de determinados atores sociais que, por inúmeros fatores, não podem usufruir do produto turístico. Em muitos casos, esses sujeitos acabam se tornando parte da paisagem, efetuam contrausos dos espaços, forçando sua passagem pelas heterotopias. Em um país com profunda desigualdade social, não é difícil imaginar quem são os desfiliaados sociais:

O que se observa é que tende a prevalecer, nas cidades reais – e não só no Brasil, mas nos mais diversos países e regiões – o foco na dimensão dos bens patrimoniais enquanto capital imobiliário e, em termos estéticos, a estilização que reforça os sentidos alegóricos e torna descartáveis estes bens que seriam relevantes em sua singularidade. Essa é a lógica que pretende justificar a remoção das populações instaladas há longo tempo – por vezes tempos imemoriais – nas áreas a serem protegidas ou requalificadas, assim como a

substituição dessas populações por agentes de investidores, atraídos por novas oportunidades de negócio. (ARANTES, 2006, p. 431-432).

Contudo, esse processo ocorre em diferentes níveis, de sorte que a sutil ou a fluida disciplina-bloqueio aparece em situações menos intensas, em termos de desigualdades sociais. Para Bosi (1994), uma das funções do velho é recordar, mas, deslocando-se o sentido de velho dos sujeitos para os objetos, a cidade gentrificada, está-se dizendo muito mais do que a exclusão de determinados grupos, no que diz respeito ao acesso à cidade, apontando sobretudo o que não se quer lembrar e o que não se quer pensar. “Eu falo, falo – diz Marco –, mas quem me ouve retém somente as palavras que deseja. [...] Quem comanda a narração não é a voz: é o ouvido.” (CALVINO, 1990, p. 123).

Vivenciar o trágico – a banalidade do mal e comunalidade Campina

Como tô falando, essas reuniões de bairro acontece com as outras ruas, porque com a gente não existe isso, pelo menos com... esse quarteirãozinho aqui não existe. Riachuelo e General Gurjão, aqui não existe nada, ali nas outras, nos outros quarteirões, existe, aqui nós não existimos. (V., p. 9).

[Se não houvesse o comércio] Acho que nem para morar iria prestar, o que acaba trazendo esse movimento é o comércio e, por outro lado, acaba destruindo também é o comércio, que também destrói. A maioria deles pensa mesmo é no lucro, é em tornar os casarões mais espaçosos, derrubar parede, tirar essas portas e colocar aquelas portas de rolo. Então, é isso que a gente vê, uma questão de capital mesmo, uma questão de dinheiro, de economia, de capitalismo. (A., p.6).

A gente acostumou a vivenciar isso aqui, a viver o trágico, né? A gente vive o trágico aqui. A AIDS veio, matou todo mundo, antes da AIDS, veio a polícia e matou um monte de gente e, assim, de vez em quando, vai, vem um grupo de justiceiros, vai e faz uma limpeza no bairro e a gente vai vendo tudo isso, vai vendo. Morre gente aqui na frente, matam aqui, matam por ali, a gente vai observando e vai vendo essa rotatividade do bairro acontecer, mas isso não sai na televisão nada, né? Porque é no centro. (R., p. 3).

Bem, pra mim, é um pouco normal, só é, só dá um pouquinho de medo, pelo convívio das pessoas daí de fora, né? Os viciados. É que, às vezes, chegam os viciados novos e tu não sabe quem é, e já fica com um pouquinho de receio de sair, de sentar... e aí na frente não pode

sentar, porque, se sentar, é comparada... com... é comparada com alguma mulher da vida, daí, então, ficar é um pouquinho complicado. (V., p. 1).

É uma vida é meio fechada, se tiver que sair, tem que sair pra longe, chegar e se trancar. (V., p. 1).

A clausura de uns pressupõe a movência de outros e, nesse jogo contrastante, o cotidiano da Campina vai-se fazendo nas teias heterotópicas do patrimônio e do turismo. Harvey (2014) conclui que o bem-estar do sistema financeiro é mais importante que o da população, pautando o sistema de comuns que devem ser preservados e alicerçados socialmente. O autor também chama atenção para a “desfaçatez” dos ricos, que ostentam espaços urbanos como comuns. Cardoso (2010), em sua Dissertação, ao tratar sobre a função social da propriedade pública, enfatiza que o interesse social deve prevalecer em face dos interesses privados, descrevendo o conceito de centro-periferia, denotando a intensa separação entre esses espaços, caracterizada pelo que há, em um ser, o que falta no outro.

“Centro” é o ambiente dotado de infra-estrutura completa, comércio, serviços e equipamentos culturais e onde as residências têm escritura registrada em cartório. Já a “periferia” é considerada como o lugar feito exclusivamente de moradias pobres, precárias, eternamente inacabadas e cujos habitantes raramente têm escrituras de propriedade. (CARDOSO, 2010, p. 120).

Quanto a essa classificação, é oportuno ressaltar a ausência de homogeneidade, pois a questão centro-periferia perfaz um traçado da condição material de vida da população, suplantando a suposta dicotomia existente nessa classificação. Por conseguinte, vale enfatizar a existência de lugares com características que podem ser associadas à periferia, dentro de áreas tidas como centros, de maneira que a heterogeneidade dos espaços faz surgir as heterotopias. Considerando o espaço de análise, que é a Campina, deve-se olhar com cuidado para a população que lá reside/resiste, em virtude do alto custo de vida de um centro, quiçá de um centro histórico, onde residências se encontram deterioradas pela força intempestiva da natureza, que, ao longo de décadas, tem acontecido junto à ação humana, naquele lugar.

Isso posto, observam-se algumas tentativas de ampliação dos processos de requalificação urbana que visam a alterar a função social dos bens materiais tombados, fato que causa polêmica entre moradores e não moradores do bairro. Um dos exemplos

mais recentes refere-se ao famoso Bar do Parque, situado ao lado do Teatro da Paz, próximo da Avenida Presidente Vargas. Conforme notícia de jornais *online*, publicados em outubro de 2017,⁵⁴ a Prefeitura de Belém abriu licitação para dar andamento no projeto de transformar o bar em lanchonete e café, passando a funcionar em horários reduzidos, ao contrário do cenário atual, no qual o mesmo funciona 24 horas, com cardápio de “comes e bebes” relativamente acessível. Segundo a reportagem, a requalificação do espaço prevê a venda de bebidas artesanais, cervejas do tipo *long neck* e comidas típicas.

FIGURA 19 - Bar do Parque, espaço da cozinha/antiga bilheteria do Teatro da Paz e área onde ficam as mesas e cadeiras, respectivamente. Ao fundo, lateral do Teatro da Paz



Fonte: Arquivo Pessoal.

No *site* do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará⁵⁵ – TCM-PA, os documentos referentes ao processo de licitação, na modalidade pregão presencial, podem ser consultados, confirmando-se ali a nova destinação do quiosque. A Permissão de Uso de espaço público do Bar do Parque compõe uma nuance do processo de mercantilização da cidade, condizente com a função social dos bens tombados, mesmo levando em conta a administração do espaço, que era feita pela mesma família desde 1959, conforme informação disponibilizada no *site* da Prefeitura de Belém,⁵⁶ entretanto, há de se pesar alguns episódios recentes e não tão recentes protagonizados no Bar, pois

⁵⁴ Disponível em: www.diarioonline.com.br; www.g1.globo.com; www.justificando.cartacapital.com.br. Acesso em: 10 fev. 2018.

⁵⁵ Disponível em: www.tcm.pa.gov.br. Acesso em: 15 abr. 2018.

⁵⁶ Disponível em: www.belem.gov.pa.br. Acesso em: 15 abr. 2018.

o mesmo é espaço de encontros políticos e culturais da cidade, refúgio de amantes, militantes, artistas e bebedores de cerveja. Há pouco menos de dez anos surgiu um movimento cultural que organizava uma “batucada”, no Bar do Parque, a qual mais tarde se ramificou para outra área da cidade. No ano de 2016, a mídia alternativa Outros 400⁵⁷ entrou em contato com organizadores dos batuques que ocorriam no Bar do Parque e em São Braz, a fim de entender porque as atividades haviam parado. Conforme a reportagem, a relação com a Prefeitura de Belém era tensa e nada colaborativa, de modo que os organizadores da batucada afirmavam que a intervenção da Prefeitura se caracterizava pela coibição.

Entre as disputas que envolvem o quiosque, não se pode negar a presença de intensa seleção discursiva que permeia o uso do espaço, um exemplo na Campina sobre a constituição de heterotopias marcada pelo que Harvey (2014) chama de disneyficação do espaço, ou seja, os “[...] comuns culturais são mercantilizados (e quase sempre atenuados) por uma indústria do turismo histórico que tende à disneyficação.” (HARVEY, 2014, p.142). A intensificação da mercantilização das cidades históricas confere aos processos de marginalização com maior amplitude. Os comuns culturais, para Harvey (2014), são, a princípio, acessíveis a todos. Todavia, os cercamentos dispostos, além da força imaterial, acionam a condição material de vida dos sujeitos quanto às possibilidades de usufruir de tais comuns – nem que seja para o deslocamento na cidade –, produzindo “não lugares”.

Comunalidade, turismo e heterotopia

Olha, eu pouco participo, assim, porque às vezes os horários não batem. Mas, olha, eu acho interessante, porque, de certa forma, movimenta o bairro, né? – movimenta com arte, né? – que é uma outra proposição, além daquelas que a gente já está acostumado a ver, e acaba movimentando os atelier, acaba movimentando os pequenos espaços familiares que, de certa forma, ficam meio esquecido durante... Fora das ações do Projeto, fica meio esquecido aí, né? (R., p. 3)

[Sobre a movimentação que o Circular leva ao bairro] *Olha, o Circular, ele tem convidado as pessoas pra conhecer mais o bairro, pra se apropriar dos espaços públicos que antes eram completamente abandonados. Você começa a ver vários*

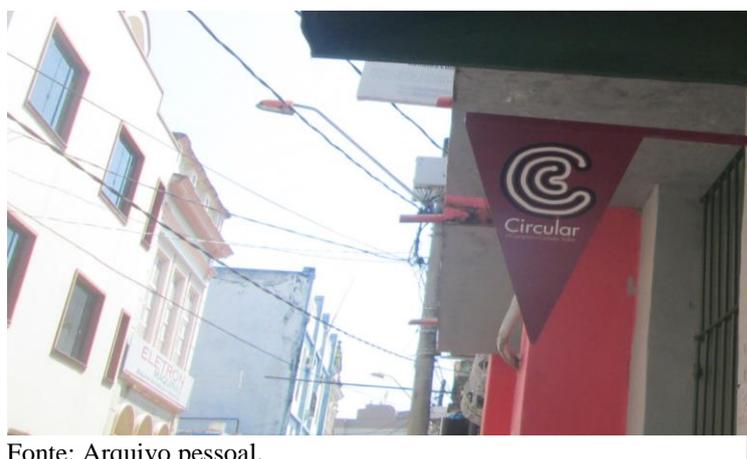
⁵⁷ Reportagem publicada em 25 de março de 2016. Disponível em: www.outros400.com.br. Acesso em: 06 abr. 2018.

movimentos aqui na praça das Mercês, óbvio que, por conta da Fotoativa, mas o Circular acaba convidando, porque não é só o público da Fotoativa, acaba vindo todo mundo que faz parte do Circular ou que visita os espaços culturais, no período do Circular, eles acabam vindo pra cá. (A., p. 2-3).

[...] assim, quando a fomentação é muito mais do produto do que do próprio processo, aí eu já fico com meio pé atrás, mas, enfim, né? – eu acho que a proposta de movimentar os bairros históricos é bem interessante. Criar, pelo menos tentar criar, uma consciência sobre várias questões, problemas, digamos assim, entre o poder público e a comunidade dos bairros é interessante, de qualquer forma, eu acho que é bem interessante pela movimentação, mesmo para as pessoas conhecerem ou também para as pessoas desmistificar muitas coisas. (R., p. 3-4).

Eu vou te dizer que eu não conheço, mas que eu vejo muitas placas aqui na rua de trás, eu vejo muitas dessas plaquinhas, mas eu não sei o... significado dela... Significado dela eu não sei, que é ali a plaquinha roxinha triângulo assim com umas bolinhas, mas eu não sei pra que ela serve, não sei o uso dela, não sei nada. (V., p. 9.)

FIGURA 20 - Placa sinalizando espaços que fazem parte do Circular Campina-Cidade Velha



Fonte: Arquivo pessoal.

[Sobre conhecer o projeto] de ter interesse a pessoa tem, mas fica aquele negócio, assim, não sabe o que é de ver placas, eu vejo muitas placas, muitas, muitas, muitas, e eu fico... [...] Mas é, assim, não é uma coisa que a pessoa vem pra te convidar, alguém para passar... Eu tava na frente, uma vez eu tava na frente dessa placa, tinha uma

mulher dentro dessa casa com a placa, eu passei e falei: “Que diacho será isso?”, a moça estava lá, ela viu que eu perguntei, mas ela não teve aquele interesse de me chamar para me explicar o que era. (V., p. 13).

O comércio é muito pequeno e hoje tem que investir em terceiro setor, serviço, e o turismo pega tudo isso. (K. K., p.9).

[A partir da inserção no Projeto] Teve uma visibilidade bem maior. Hoje, cada vez mais, nós percebemos que as pessoas conhecem mais o nosso hostel, entendeu? Antes, a referência que tinha era um outro hostel próximo aqui. Percebemos cada vez mais que o “Belém Hostel” vira referência na cidade, em albergue. (B. H., p.2).

Os espaços que aderem ao Projeto Circular costumam mobilizar determinados públicos, conforme as atividades e serviços que oferecem; nessa direção, ao se olhar para os acessos, cercamentos e produção do não-lugar no bairro, através do Projeto Circular, é necessário considerar o campo de forças que marcam posições de sujeitos. Nesse sentido, a urgência do cotidiano, processos de acolhimento e pontos estruturantes de relações sociais devem ser pesados nessa composição de interesses em jogo. O Circular movimentava o bairro, oferece variadas atividades, possui forte viés turístico e patrimonial e, dessa forma, estimula a economia local, portanto, é oportuno notar o que Harvey (2014) assevera sobre os comuns:

O comum, inclusive – e particularmente –, quando não pode ser cercado, pode ser vendido, mesmo não sendo uma mercadoria em si. O ambiente e a atividade de uma cidade, por exemplo, é um produto coletivo de seus cidadãos, mas é o mercado turístico que capitaliza comercialmente esse comum de modo a extrair rendas de monopólio. (HARVEY, 2014, p. 146).

A Campina é, pois, o palco do desentendimento, o palco de negociações, logo, da afirmação política do direito à cidade. O dissenso é marcante, em disputas políticas, a disputa dos que têm parte com os que não têm. “As estruturas de desentendimento são aquelas em que a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre a condição daqueles que o constituem como objeto.” (RANCIÈRE, 2009, p.13). Transitar pela Campina junto a seus variados personagens permite que se vislumbrem facetas desse processo. Ao flunar pela Avenida Presidente Vargas, em uma manhã ensolarada, entre segunda e sexta, o contraste das transformações urbanas que

fazem parte das disputas pela cidade se faz notar. Ao dobrar na rua General Gurjão, caso faça isso com certa regularidade, é provável que o “flanelinha”, posicionado no encontro dessa rua com a Av. Presidente Vargas, faça uma saudação; vê-se também, possivelmente, uma mulher, beirando seus 50 anos, “fazendo programa” ali. E, aos desavisados, é bom informar que se está adentrando no “Quadrilátero do Amor”, ou zona do meretrício, sendo a Rua Riachuelo – a paralela à General Gurjão, a mais famosa por esse tipo de atividade. Na Riachuelo, é possível que o “flanelinha” dessa rua informe que “as mulheres foram todas embora”, que lá se tornou uma “cracolândia”, em alusão ao aumento de pessoas em situação de rua e de pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, naquela área. Seguindo pelas ruas da Campina que possuem mais prédios residenciais que comerciais, em manhãs ensolaradas de uma segunda (a uma sexta), é possível encontrar algumas dessas personagens que parecem estar constantemente apartadas do sensível, como se o “desentendimento” enquanto política também lhes fosse negado. E alguns desses sujeitos, é preciso frisar, causam medo. Suas vidas parecem não ser pautadas no binarismo público/privado, pois a rua é sua casa e seu flunar é de apropriação do espaço, criando suas próprias heterotopias e contrausos, os quais atingem as imagens de cidade patrimonial e turística, pois, além da desfiliação social, qual o propósito da constituição turística para essas pessoas, ao se considerar a herança aristocrática de tal prática, por exemplo?

Harvey (2014) salienta que é grande a complexidade que envolve a comunalidade de grandes cidades, dos países e, em geral, de organizações territoriais que exigem esforço hierárquico. Contudo, Lefebvre (2001) afirma que as transformações que ocorrem na cidade não são “[...] resultados passivos da globalidade social” (p. 51), pois dependem também das relações entre grupos e sujeitos que ali se estabelecem. A constituição do sujeito é pautada em tramas históricas, sob a égide da relação entre subjetividade e verdade.

Tomar parte na Campina

[...] então, essas iniciativas são bem-vindas, sabe? Porque isso faz a pessoa ser participante do Projeto. Não é só pra fazer parte do Projeto, mas, através do Projeto, começar a valorizar o bairro que você mora. Começar a sentir, assim, que, pô, ela tem uma história, o bairro tem uma história. Começar a se sentir realmente pertencente dessa história e tentar realmente melhorar, sabe? (K. K., p.6).

O Projeto é uma união de espaços culturais, a gente mantém o Projeto Circular, então, o motivo principal do Projeto Circular é a união desses espaços culturais, dizendo que a gente tá aqui, que a gente não precisa de governo, que a gente tá esperando por ninguém. Na verdade, é um ato político, com esses espaços culturais todos dizendo “Nós não vamos esperar por ninguém, queremos trabalhar com arte, queremos proporcionar arte pra população, que a arte é importante”, que arte e a cultura, em geral, a cultura do patrimônio histórico é, o... o lado social do Projeto Circular, que é fazer oficinas pras crianças no bairro, porque a gente acredita que educação, cultura, história de arte e tal, isso tudo faz com que a pessoa cresça, não é? (D. L., p.1).

[...] conquistar os moradores, na realidade, é um novo hábito. Uma coisa que não é fácil de você adentrar, então, mas aos poucos a gente tá conseguindo, e voltando pra essa questão de como a gente agregar um pouco mais os moradores, sei que é um processo... até porque, na realidade, assim, a gente, eu tô aqui acho que há uns doze anos. [...] Aqui nesse espaço. Conheço o pessoal daí tudinho e tal. Mas eu tenho uma atividade que não é exatamente o dia a dia deles. Quem mexe com a arte, de certa forma, não é exatamente o dia a dia dos moradores do bairro, que são senhoras antigas que tão mais assim tranquilas que podem visitar, mas tem outros comerciantes etc. e tal, que é uma outra, como é que...? um outro ambiente (sobre galerias serem espaços inibidores de um certo público). (K. K., p.5).

*O bairro sempre foi assim, um bairro muito sujo, a gente foi construindo todo o cenário [se refere ao Corredor Polonês]⁵⁸ com peças tiradas da rua, foi quando a gente teve o conceito **ecologia urbana**. Assim, por exemplo, orelhão de telefone se faz um baixo acústico, peças de guarda-roupa faz um carrinho de pipoca, arame, pedaço de coisas faz o boi que a gente tem, assim, a gente vai reconstruindo e cada pedaço desse que a gente pega é uma memória solta, fragmentada, órfão de mente, de pensamento, de histórias, de contextos histórico e social que a gente traz e vai reconstruindo esses fragmentos de memória, de forma que a gente possa ter a lembrança de algo que já, praticamente, que já passa a não existir [...] a gente faz assim, porque a nossa participação, nosso trabalho aqui na Campina é com memória, né? – manter a*

⁵⁸ O Corredor Polonês não integra o Projeto Circular Campina-Cidade Velha.

memória, com formação, isso aqui tudo que a gente tem aqui a gente leva para as escolas, eu sou professor da rede pública. (R., p. 4-5).

Nós também vemos assim, a diferença com as pessoas com condição de vida maiores que tiverem andando por aqui, ela já te olha um com um olho torto, entendeu? Porque não sei, entendeu? Mas é assim, na mente dela está assim: “Se tu não tem o que eu tenho, tu não deveria tá aonde eu tô.” Pelo menos no meu ponto de vista é assim que eu vejo com os olhares dela, entendeu? (V. p. 4).

Então, se tão [te] vendo ali, tão tá ali, é porque também tá fazendo coisa errada. Tem uma grande diferença dessa parte dessa rua aqui, porque da Riachuelo para o outro lado de lá da igreja, não tem problema nenhum lá, é considerado bairro de família. Rua de família. (V. p. 5).

A cidade, como lugar do público, é também o local da fala, da verdade. A fala franca é, conforme Foucault (2010c), um exercício parresíástico que se apresenta de duas formas: isegoria (igualdade no direito à fala), que perde sua potência política na hierarquização do que se fala, em meio às posições de sujeitos ocupadas; fala franca (obrigação de dizer a verdade, corajosamente, devido ao perigo que isso comporta), desvirtuada, ao ser entendida como poder dizer qualquer coisa, a qualquer um e de qualquer modo; e no modelo grego, estudado por Foucault (2010c), a parresía caracteriza-se pela posição dos que podem falar:

De modo que podemos dizer que a parresía caracteriza certa posição de certos indivíduos na cidade, posição que, vocês estão vendo, não é definida simplesmente pela cidadania nem pelo estatuto. Ela é caracterizada, muito mais, eu diria por uma dinâmica, por uma *dynamis*, por certa superioridade que também é uma ambição e um esforço para se ver numa posição tal que se possa dirigir os outros. Essa superioridade não é, em absoluto, idêntica à de um tirano, tirano esse que exerce o poder de certo modo sem rivais, ainda que tenha inimigos. Essa superioridade ligada à parresía é uma superioridade que se compartilha com outros, mas que se compartilha com outros sob a forma da concorrência, da rivalidade, do conflito, da liça. É uma estrutura agonística. (FOUCAULT, 2010c, p.146).

A parresía aponta o jogo agonístico entre os que podem e querem falar, e a dimensão política da parresía alude ao interesse do governo da cidade. Há o campo

público da palavra e da constituição de verdades, em permanente disputa. Nesse sentido, nem toda fala se constitui como prática de poder. A parresía é

[...] uma palavra que exercerá o poder no âmbito da cidade, mas é claro, em condições não tirânicas, quer dizer, declarando a liberdade das outras palavras, a liberdade dos que também querem ocupar a primeira fileira nessa espécie de jogo agonístico característico da vida política na Grécia e sobretudo em Atenas. (FOUCAULT, 2010c, p. 97-98).

O entendimento da parresía, na Grécia Antiga, ajuda a refletir sobre a importância da vida pública, na cidade, nos espaços que têm sido ocupados e por quem têm sido ocupados, como lugares legítimos de fala e produção de verdade, com *lócus* específico: na Antiguidade, havia o Oráculo; na constituição da loucura, os hospitais psiquiátricos; nas cidades medievais, as grandes praças fechadas (BONDUKI, 2010). Contemporaneamente, esses espaços se multiplicaram, porém, seu caráter público diminuiu drasticamente, o que pode ser creditado a uma série de questões que dizem respeito à violência, controle em meio aberto, gentrificação e higienização dos espaços comuns, entre outras.

Sennett (2014) aborda o que chama de declínio do homem do público, como efeito de tramas pautadas na privatização dos processos psicológicos, como se esses fossem desconectados do que se vive coletivamente. O autor explica: “Em geral, podemos dizer, que o ‘senso de comunidade’, de uma sociedade que tem uma forte vida pública, nasce dessa união da ação compartilhada e de um senso do eu coletivo compartilhado.” (SENNETT, 2014, p.324). Tais considerações levam a reflexões sobre aspectos do cotidiano, na Campina, que perfazem os caminhos de uma vida pública extremamente empobrecida, pela intimização de certos acontecimentos, encontrando ressonância em formas de cuidado de si separadas do cuidado com a cidade ou afirmação da cidade, para alguns. Por isso, nota-se a grande relevância da ascese, um exercício de si que precisa estar relacionado com a cidade.

Pelo dispositivo da segurança, não se determina o que é ou não permitido, mas os limites do aceitável, pois faz funcionar certas estruturas da lei e da disciplina (FOUCAULT, 2008), criando processos de normalização. Aos que se encontram fora do limiar aceitável, pressupõe-se que não há memórias sobre a cidade, ou roteiros afetivos e/ou patrimonializados; seus saberes menores são desqualificados e rechaça-se a vida pública vivida em parâmetros descaracterizados pela burocratização do direito à cidade. A fala verdadeira na Campina possui linhas que excluem determinados sujeitos

do palco de negociação sobre a cidade: abandono, violência, economia e memória. Em meio ao jogo agonístico e exercício parresiástico, são criados espaços heterotópicos dentro do bairro. Diante disso, questiona-se que outros efeitos a patrimonialização e a turistificação possibilitam no uso da cidade.

5.2.2 – Jogo agonístico no flunar: viajante ou turista?

A problemática dos usos do espaço, do caráter público da patrimonialização e de como isso é afetado pela turistificação da Campina auxilia a lançar mais algumas considerações no “entre” situado nas posições de viajante e turista. Deleuze (1983) aborda a sutil diferença entre o turista e o viajante: o primeiro já chega pensando em voltar, enquanto o segundo “pode nem retornar”, por conta do desassossego ocorrido durante o seu flunar. “Uma política afirmativa do movimento e da viagem já pode se insinuar na passagem entre o estado catártico de um ser e o atropelamento de outro: o ato do rapaz responde ao atravessamento de afetos.” (DELEUZE, 1983, p. 40).

Brusadin (2012, p. 41) critica fortemente o que chama de “crença generalizada” no “turismo de massa”, seja qual for o destino, como salvação das economias locais, além de poder ser caracterizado como prática neocolonialista que tem produzido a “pulverização das culturas autóctones”. É importante ressaltar que a preocupação com culturas autóctones é atravessada pelo debate identitário, o qual é acentuado na institucionalização da patrimonialização. No cenário atual, é difícil pensar as cidades fora das práticas da economia financeira, porque, certamente, o bem-estar da urbe inserida nos fluxos financeiros atuais raramente deve ser depositado exclusivamente na patrimonialização do espaço com fins turísticos. O aumento do fluxo de interessados no espaço possui suas consequências, porém, ao se observar alguns acontecimentos na Campina, os quais têm relação com o uso da cidade, pode-se asseverar que a relação explícita entre turismo, patrimonialização e mercantilização da cidade possui nuances que remetem ao jogo agonístico das práticas de poder exercidas sobre os sujeitos, configurando outros possíveis, nas relações estéticas e políticas, na cidade.

Ao refutar ao anacronismo e historicizar bens culturais, a patrimonialização presente nos usos da cidade denota a potência política do viés público do cuidado de si. No movimento que tem acontecido na Campina, essa estética da existência coincide com a tomada de responsabilidade dos sujeitos por aquele lugar, visível na organização do Projeto Circular e em ações fora dele, a exemplo do Corredor Polonês e da Associação dos Moradores da Campina, uma associação de bairro. O Projeto Circular

como objeto de análise é importante, por ser atravessado pela patrimonialização e turistificação, as quais compõem um processo específico de apropriação do bairro, marcada por usos do espaço realizados por seus moradores e demais frequentadores. Mayol (2013), ao tecer considerações sobre o bairro, informa sobre o real das relações que ali se desenrolam, sendo o lugar público das diferenças e acontecimentos. Os hábitos cotidianos são destacados como fundantes das territorializações no espaço, de modo que há o entrelaçamento de processos interiores e exteriores, os quais podem ser tomados como privados e públicos, respectivamente. Para melhor situar esse processo, Mayol (2013) afirma o seguinte:

[...] disse que Jean jantava com a avó às terças e quintas-feiras. Antes de Jean voltar para a casa, outro extremo da cidade, seu pai o acompanhava por alguns momentos em um bar da rue Terme, pertinho, onde os dois tomam uma cerveja antes de se separarem. Madame Marie e Joseph têm igualmente o costume de parar uns instantes nesse bar [...]. Mas nunca vão lá às terças e quintas-feiras; o bar é então seu lugar privilegiado e íntimo, de um encontro entre o pai e o filho no qual, desta ou daquela maneira, não seria conveniente intrometer-se.

Aqui não existe cálculo explícito, consciência elaborada das situações [...]. A territorialização do espaço público é infinitamente mais sábia ainda, entretecida nas necessidades históricas e radicalizada no processo de reconhecimento. [...] Sob esses pacotes de hábitos banais, não é a aparência rotineira que se deve visar, não é o fluir tranquilo de um dia de semana após o outro, das semanas, dos meses, dos anos; é o ritmo produzido no tempo por essa família e pelo qual ela pratica a sua singularidade. A exterioridade (aqui, o bairro) se interiorizou, e ao mesmo tempo a interioridade se exterioriza nesse espaço que foi reapropriado. (MAYOL, 2013, p. 90).

A instância de produção da subjetividade ganha vazão ao se olhar para o bairro, sua história e memória, na constituição do atual. No rastro do hábito deleuzeano e no encontro do passado e futuro no presente, são forjadas relações cotidianas na Campina. Nos trilhos do bonde, nas platibandas, no relógio que não badala mais no Paris n'América, são experimentados múltiplos encontros. Entre a banalidade do mal na vida cidadina e outros possíveis, o Projeto Circular agencia afetos que dão passagem à construção de um outro fazer, na cidade. Assim, importa fugir da retomada do antigo no presente, no sentido da glorificação do passado áureo. Para Sennet (2014), a imagem da cidade constituída pelo viés monumental aciona a nostalgia, o que prejudica criar zonas de movimento, no contexto experimentado, pois os sujeitos estariam mais inclinados ao conformismo sobre o atual vivenciado. Todavia, não é apenas a nostalgia que imobiliza o movimento, dentre fatores políticos e sociais, o crescente sentimento de medo do

espaço público produz o distanciamento do cuidado com a cidade. São intensificados posicionamentos de impotência e desapropriação do espaço, os quais levam à intimização da vida.

Lampejos do cotidiano: o trágico na Campina

As lembranças mais tristes são as mortes dos meus amigos, ver eles na Igreja do Rosário, no caixão, a memória da conversa ao lado do caixão [pausa]. Outra coisa muito triste também foi quando a AIDS chegou aqui, foi muito triste, a gente perdeu muitos amigos e também ficamos muitos anos com isso na cabeça, achando que a gente poderia estar com aquilo. (R., p. 9).

A minha lembrança mais triste foi quando eu vi (um policial) batendo numa mulher que ele deformou ela todinha, totalmente, e agrediu ela fisicamente, verbalmente, fora os outros assassinatos que têm aqui. Outra vez nós estávamos com a nossa porta aberta, aí tava assim, de tarde, esse horário e tava com a nossa porta aberta, né? Sentadas, e parou dois carros e enquadrou todos eles. Eu não sei se é da milícia, não sei se era traficantes. (V., p. 11).

É como se fosse normal. Eu não vejo isso como uma coisa normal, eu fico muito assustada de verdade. (V., p. 12).

Então, o bairro da Campina é isso, pra quem convive e vive o bairro da Campina, ele é isso [se refere à intensidade do trágico que se vivencia, no bairro]. Agora, tem o glamour, né?... de quem chega. Quem chega no bairro e “Ah, estou no centro histórico”, e começa a transformar, a criar várias coisas e tudo, né? É isso que eu digo: são ações pontuais que a gente vê aparecer e morre, aparece e morre, aparece e morre, porque não adentra no cerne do bairro, que é esse. As pessoas que chegam aqui, os novatos que chegam aqui não conhecem essas histórias é uma história sempre de glamour, “bairro histórico, ah!, Campina, ah! Casarão antigo, ah! Cidade Velha, ah!” (R., p. 3).

Assim, eu posso falar que uma das minhas lembranças... as minhas lembranças foi quando eu morava na casa de lá de cima, como falei, e teve uma confusão com policiais e viciados daqui... mendigos. O pessoal da rua de cima saiu das suas casas e veio dizer que tinha que banir todo mundo daqui, porque o pessoal daqui não prestava. (V., p. 10).

Os itinerários da patrimonialização e turistificação consolidam práticas de poder que forjam subjetividades, logo, as resistências devem ser pensadas dentro do poder, entre as estratégias e táticas de subjetivação a ele inerentes. O cuidado com o bairro,

pelo viés patrimonial, abre passagem para práticas agonísticas que fazem frente à intensificação da mercantilização do bairro, a qual tem sido efetuada não apenas pela destruição de certos lugares de memória, mas também por projetos de requalificação urbana que dificultam o acesso à comunalidade. Ao se debruçar sobre o cuidado de si, nas culturas grega e romana, Foucault (2010a) aponta que, por mais que a cidade seja opressora, que seus sistemas políticos, religiosos, leis e outros atuem concretamente sobre o sujeito, dizendo o que deve fazer, esses sistemas “[...] não poderão dizer o que se deve fazer da própria vida.” (FOUCAULT, 2010a, p. 402).

Nos interstícios da “cidade abandonada”, da patrimonialização e turistificação, há passagem para artes de si. Cultivar a abertura para os afetos, através de ações que provoquem o olhar para o bairro, por meio de fotografias; a apropriação de um casarão de família que se transforma em restaurante e publiciza a história de uma imigrante do século XX; a casa que recicla o lixo jogado no bairro, para problematizar a própria experiência de se morar em um centro histórico - estas são ações atravessadas com a preocupação com o espaço, nas quais a memória segue atualizando as estratégias de si e as de cuidado com o bairro, na medida em que criam movimentos de ocupação do lugar os quais não se interessam apenas com os benefícios mercadológicos provenientes de atividades culturais.

Lampejos do cotidiano: o cuidado com o espaço

A gente espera que Belém, por si só, seja cada vez mais valorizada pela sua própria população, que nossos governantes e também a população valorize mais o seu centro histórico e também falar que o nosso hostel segue essa linha, nossa missão está voltada diretamente pra Belém, pra valorização de Belém. (B. H., p.4).

[...] acho que já na segunda edição as pessoas vinham “Ah, eu queria participar do Circular e tal”, eu disse “Olha, o projeto não é divulgar o evento”. Eu coloco bem claro pra que as pessoas entendam, mesmo assim, tem vezes que tem problema, porque confundem o projeto, como se fosse só um projeto de divulgação de evento. Lógico, isso também é importante, porque essa divulgação de evento é que na realidade atrai outras pessoas que trabalham com arte pra vim pra cá, morar pra cá, alugar um espaço, tá entendendo? Dessa forma, fortalece a proposta de se criar um núcleo cultural. (K. K., p.6).

Então, o Circular, além de oferecer essas oportunidades de conhecer a história de Belém, através desses espaços que são públicos, mas estão completamente abandonados, o Circular

também acaba fazendo o movimento de apropriação, de ocupação desses espaços, entendeu? Isso que eu acho muito “massa”. (A., p. 3).

Aqui é assim como se fosse aquela vida programada. Quando dá para ir num barzinho ali, vai, como eu tava falando, aqui não dá para fazer nada, entendeu? (V., p. 4).

Arantes (2006) assegura que o patrimônio não está vinculado aos grandes negócios e à especulação, porém, não nega que esses elementos podem atravessar práticas relacionadas a esses dois aspectos, de tal modo que é importante lembrar: “A ética agonística pretende abraçar tanto o poder que nos ameaça anonimamente, quanto o poder que nos é próprio” (ORELLANA, 2012, p.50), o que aciona o jogo agonístico no qual os sujeitos estão imersos de controle das paixões e desejos. A constituição do direito à cidade é atravessada pelo olhar ético, político e coletivo sobre o espaço.

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. (HARVEY, 2014, p.28).

Os movimentos na Campina que se ocupam da preservação do patrimônio e da memória estão lutando para decidir sobre o existir no bairro. Pelo desenrolar desse processo, pode-se anuir que a patrimonialização possibilita frear a intensificação da mercantilização da cidade, acionando o caráter público do uso do espaço, em instâncias decisórias, legitimadas por práticas afetivas que constituem o território. Logo, vale afirmar que memória e história, patrimônio e acesso à cidade podem se constituir como alternativa às práticas de segregação, na medida em que se pautem em estética da existência do cuidado com a pólis. Nessa esfera, pode-se aludir a liberdade para Foucault: conforme Orellana (2012), em Foucault, a relação entre poder e liberdade é intrínseca, de maneira que se deve considerar que o poder ocorre por meio de relações entre sujeitos de ações onde a liberdade está presente, ou seja, esta não deve ser pensada fora das relações de poder:

Quando Foucault desmascara uma falsa leitura do *modus operandi* do poder e reafirma seu papel produtivo, torna a análise sobre o campo da liberdade mais complexa. Quanto mais profundo e envolvente o labirinto do poder, mais intrincado e complexo será o trabalho da liberdade. (ORELLANA, 2012, p. 42).

A complexidade do trabalho da liberdade e afirmação política e ética sobre o patrimônio e memória, na Campina, coaduna-se com a retomada de uma vida pública, de sorte que Sennett (2014) assevera que o fim da vida pública tem a ver necessariamente com uma recusa em se apropriar da cidade. Ao se olhar para a problemática aqui estudada sobre a Campina, nota-se que o cuidado de si é uma escolha e, apesar de se constituir como escolha do sujeito, não deixa de ser um movimento que se faz pela relação com coletivos de atores institucionais e não institucionais. Assim, cabe apontar o caso do complexo dos Mercedários.

FIGURA 21 - Complexo dos Mercedários. Imagens superiores: vistas da Boulevard Castilhos França; imagens inferiores: vistas dos altos da Fotoativa e da rua Santo Antônio, respectivamente.



Fonte: Arquivo pessoal. Fotos: Jaime Bengio

Há pelo menos quatro anos esse espaço vinha sendo alvo de disputas, conforme informações encontradas no jornal *Diário do Pará*, de agosto de 2017, em uma querela que envolvia o governo do Estado, a Prefeitura Municipal e duas universidades, uma federal e outra particular. O convento dos Mercedários e a igreja denotam a arquitetura colonial presente no centro histórico de Belém; no final da década de 1960, o convento sofreu um incêndio e, em meados de 1980, o lugar foi restaurado pelo IPHAN. A praça das Mercês – ou praça Barão do Rio Branco, como é menos conhecida – localizada em frente à igreja, que era um descampado, foi palco de um dos mais importantes acontecimentos da história do Pará: a Cabanagem, luta do povo contra o regime imperial. Nesse processo, houve a execução do líder cabano Antônio Vinagre e o

massacre de 800 cabanos, os quais tentavam tomar o local onde as munições do exército eram armazenadas (antiga alfândega – convento ao lado da igreja). Entre os projetos que estavam em disputa, destacam-se a proposta de construção de uma rede hoteleira, a qual foi apoiada pelo poder municipal, a construção de um campus universitário e museu gastronômico de uma rede privada de ensino, que tinha apoio do governo do Estado e, desde 2015, a Universidade Federal do Pará entrou na disputa, com a proposta de instalar um centro de conservação e polo de ensino, pesquisa e extensão, com previsão de ações de cunho artístico e cultural. O projeto da UFPA foi aceito pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), com decisão publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 23 de março de 2018. Consta no DOU, seção 1, p. 63, a Portaria nº 1.651, de 15 de fevereiro de 2018:

Art. 1º Autorizar a Cessão sob a forma de Utilização gratuita com encargos, à Universidade Federal do Pará-UFPA, do imóvel da União, localizado na Rua Gaspar Viana, nº 125, bairro Comércio [...]. Art. 2º A Cessão do imóvel a que se refere o art. 1º destina-se a projeto de expansão daquela UFPA e implantação do Curso de Graduação em Conservação e Restauro e demais atividades descritas no projeto cadastrado junto ao SISREI.

A Associação dos Agentes do Patrimônio na Amazônia (ASAPAM), em conversa com uma das autoras da proposta vencedora, a professora Thais Sanjad, publicou em seu *blog* “Casão de Memórias da Amazônia”, no dia 29 de março de 2018, que a proposta foi pautada no princípio de “democratização do acesso ao maior público” e na conservação dos traços arquitetônicos do lugar. Dessa forma, é oportuno apontar que a afirmação ética e política de cuidado com a cidade é atravessada pela política institucional de governo da população, cabendo aos sujeitos integrar as esferas decisórias existentes e de controle das ações dos agentes públicos, ou seja, um permanente “[...] questionamento da responsabilidade social e ética dos agentes promotores e executores dessa política, uma vez que ela está ancorada na ação de indivíduos posicionados institucionalmente.” (ARANTES, 2006, p. 428).

Em face da questão imposta pela patrimonialização na modernidade atravessada pelo tema do direito à cidade, vale interrogar quais processos de constituição do sujeito ganham mais força. A objetivação desses dá passagem para viajantes ou turistas? Como lidar com os processos de desfiliação social, tão intensificados, na formação de heterotopias turísticas e patrimoniais? É necessário aceitar que turismo cultural produz novas dinâmicas (ARANTES, 2006), a fim de que estratégias de resistência sejam

pensadas coletivamente. A dimensão política do patrimônio tem sido cada vez mais reconhecida como importante para o futuro da sociedade (SMITH, 2003).

A subjetivação dos sujeitos enquanto *flâneur* é um processo de tomada da cidade, que é movido pelas táticas e estratégias de si, em uma atitude errante de percorrer a cidade e observar a multidão (BITTENCOURT, 2016, p. 6). Um viajante que se deixa afetar pelo território, construindo coletivamente outras formas de ocupar o bairro, através de relações que se costuram no emaranhado dos tempos avistados na materialidade e imaterialidade do bairro da Campina, e as chances desse processo encontram solo fértil no Projeto Circular, dentro das possibilidades do campo de força e diante das tensões existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A patrimonialização como prática de poder possui múltiplos efeitos, em nível de produção de subjetividade. Assim, este estudo procurou explorar essas possibilidades, tomando como objeto o processo de apropriação do bairro da Campina, em Belém do Pará, espaço tombado pelo IPHAN. A construção da problemática do direito à cidade, no recorte patrimonial, foi feita partindo-se da interrogação de questões conceituais que envolvem a própria ideia de patrimônio e de memória, a fim de apresentar determinados elementos que compõem tal problemática, como a relação da medicina social e práticas higienistas que se relacionam com os cercamentos e heterotopias, na cidade tombada. A dimensão do direito à cidade, pela óptica patrimonial, foi analisada genealógica e arqueologicamente, por meio das cartas patrimoniais, as quais dão a dimensão dos saberes que constituem esse campo discursivo e sinalizam práticas de poder, ao serem analisadas junto aos processos de transformações urbanas vividas no Brasil. A importância da memória coletiva e sua relação com os afetos que circulam nos espaços também figuram como elementos importantes nesse debate, pois denotam o cotidiano como lugar de atualização, nostalgia e construção de heterotopias.

A noção de poder, em Michel Foucault, permitiu estudar a relação entre direito à cidade e patrimônio, pensando as relações agonísticas construídas coletivamente pelo Projeto Circular. Esse entendimento parte da ideia de que as relações na cidade, na contemporaneidade, têm sido marcadas principalmente pela lógica da cidade como negócio, de tal modo que práticas preservacionistas e comerciais, como o turismo cultural, favoreceram frear e/ou oferecer alternativas um pouco menos excludente aos processos de apropriação de bairros e cidades históricas, sobretudo ao se considerar que as relações entre sujeitos e bens patrimonializados não é estática e pode ser reconstruída, conforme a configuração do campo de força. Esse feito foi possível ao se tomar a ideia de positividade presente nas assertivas de Foucault acerca das relações de poder e saber. Assim, problematizou-se ao longo deste trabalho as posições de sujeitos que aparecem conforme esse campo de força movimenta-se, tal exercício permitiu sinalizar as disputas pelo uso do espaço e a multiplicidade dos discursos que a atravessam.

As entrevistas realizadas ao longo deste estudo oportunizaram percorrer tal multiplicidade, denotando os vários efeitos que o dispositivo da patrimonialização no centro histórico produzem entre seus moradores e frequentadores. Deslizar por esse dispositivo supõe o entendimento de que o desejo pela conservação e preservação não é

homogêneo, sobretudo quando questões do viver assumem caráter de urgência como morar, alimentar-se, trabalhar, sentir-se seguro. Desta maneira para que políticas de preservação e conservação patrimonial sejam efetivas, devem ser pensadas junto aos afetos que circulam pelos espaços, dos encontros ali produzidos e as possibilidades despertadas nesses.

Percorrer as ruas da Campina, partilhar das vivências dos moradores e frequentadores, sentir os cheiros, as texturas e o medo na cidade sinaliza esta pesquisa como um afeto que atravessa o corpo-pesquisadora de maneira imensurável. Um bairro que apesar de parecer viver no passado ainda consegue possibilitar nos pequenos encontros outros modos de construir relações que potencializem a história e memória coletiva e individual dos sujeitos nas artes do viver e experimentar o bairro em seu cotidiano. Pequenas ações e redes de solidariedade que ali são constituídas incidem de maneira alegre e bonita na resistência/insistência de pensar práticas de governo de si e dos outros, como o “Verde Cidadão” que se propõe (autonomamente) a fazer intervenções no espaço público como oficinas e mutirões de limpeza. Apesar do fantasma do anacronismo que cerca a Campina, nota-se que o bairro está vivo e sua história do presente é tão intensa quanto a de outrora.

Uma política do movimento e da afetividade aciona possíveis na construção coletiva do direito à cidade dentro do dispositivo patrimonial, apesar da emergência do turismo cultural como prática de uso mercantil da cidade. Nessa direção o Projeto Circular materializa as contradições inerentes ao processo de apropriação da cidade pela via patrimonial e turística na medida em que proporciona a circulação dos sujeitos pelo Centro Histórico da Cidade, multiplicando as possibilidades de encontros quando os circulantes podem se deixar afetar pelos acontecimentos disruptivos do cotidiano; por outro lado a partilha da cidade pensada pela ótica do cuidado de si e dos outros sobrepuja determinados sujeitos dessa partilha em virtude da heterogeneidade das forças que compõem o jogo memorialístico, afetivo e patrimonial do direito à cidade.

Diante das implicações – das forças que atravessam o Projeto Circular – é importante ressaltar o apoio institucional do Iphan, que em tempos de golpe tem sofrido com perdas em investimentos e articulações importantes. Tal prejuízo pode ser melhor exemplificado na exoneração do Ministro da Cultura Juca Ferreira (2015-2016) que conduzia uma proposta de política cultural voltada ao direito à cidade denotando a importância de pensar a cultura articulada a outras esferas da vida, projeto que parece ter sido abandonado pelas gestões subsequentes, onde viu-se a fusão do Ministério da

Cultura ao da Educação em 2016, voltando a ser um apêndice deste⁵⁹. Este fato foi tão impactante para grande parte dos sujeitos ocupados com a temática da política cultural e artística que foi articulado um movimento de ocupação denominado OcupaMinc, o qual foi bastante intenso no ano de 2016, de tal modo que no mesmo ano o Minc foi recriado. Tal problemática é de extrema relevância ao se pensar ações de preservação e conservação, e sua ausência ao longo da pesquisa sinaliza uma escolha ligada aos objetivos do trabalho e o tempo institucional do doutorado. Outras escolhas precisaram ser realizadas afim de garantir a defesa em tempo hábil, diante de dificuldades do dia a dia da pesquisa e de modo geral, do cotidiano. Assim esta pesquisa não esgota a discussão sobre patrimônio, cidade, memória, turismo e subjetividade, assim como não pretendeu dar conta de todas as questões que envolvem o bairro da Campina, mas buscou situar essas questões dentro dos objetivos e hipótese aqui propostos. Seria oportuno que investigações mais detalhadas fossem realizadas junto aos sujeitos que têm estado à margem da construção da apropriação cultural, turística e patrimonial do bairro da Campina, de maneira que se visibilizem suas práticas, no que poderia ser também entendido como prática de cuidado de si ética, estética e política ou até dos itinerários afetivos que esses grupos têm construído, no bairro tombado.

Esses itinerários afetivos que são singulares e ao mesmo tempo coletivos afirmam determinadas forças que atravessam o corpo-pesquisadora. O fascínio pelo bairro foi tecido por narrativas de terceiros sobre o bairro durante as décadas de 1960 a 1980, pelos encontros experimentados durante ensaios e arrastões do Arraial do Pavulagem e Batalhão da Estrela desde 2006; pelo vivido na praça da República entre seus coretos, grama e as escadarias do Teatro da Paz, pelos filmes assistidos no cinema Olympia. São sons, cheiros e formas que se mesclam e atualizam modos de experimentar o bairro. As memórias-afetos estiveram presentes na construção desta narrativa afirmando certo olhar sobre o bairro, bem como acontecimentos relacionados à história do presente do bairro como a crescente sensação de insegurança e de abandono que a capital vivencia.

Desta maneira foi uma grata surpresa por descobrir um bairro tão colorido e cheio de sabores que escorre da Praça da República por entre as outras ruas do bairro. Assim como foi inquietante constatar os altos índices de execução de sujeitos

⁵⁹ Vale lembrar que o Ministério da Cultura só passou a existir como um Ministério independente a partir de 1985; Foi extinto em 1990 durante o governo de Fernando Collor e voltou a existir em 1992, com Itamar Franco.

desfiliados socialmente, ali realizadas. O caos define as mobilizações desses encontros produzidas no corpo-pesquisadora a qual pode afirmar a importância da agonística diante de uma vida que vai sendo vivida “meio fechada”, pois como afirma Ulpiano (1996), “A única experiência possível para produzir uma libertação e uma alegria é o confronto com o caos”.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. Patrimônios etnográficos e museus: uma visão antropológica. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (Org.). *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Contra Capa; Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

AFONSO, José Maria. El patrimonio cultural como opción turística. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 97-115, 2003.

AGUILAR PINTO, Alejandra. A patrimonialização da memória social: uma forma de domesticação política das memórias dissidentes ou indígenas? *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 47, n. 3, p. 273-283, 2011.

ALBUQUERQUE, Paulo Germano Barrozo de. *Literatura e Política em Deluze: minoria, poder e democracia*. 1. ed. Fortaleza: Bookmaker, 2015.

ALMEIDA, Lutero Pröscholdt; NOVAS, Bruno Bowen Vilas. O caminho das heterotopias nas cidades contemporâneas: dos muros da cidade à Portobello Road, a “cidade global” sob o ponto de vista da heterotopia. In: ENANPUR, XVI. Belo Horizonte, 2015.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Desafios e possibilidade de planejar o turismo cultural. In: SEABRA, Giovanni (Ed.) *Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007. p. 151-167.

AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 43, p. 109-126, 2010.

ANDRADE, Valci Rubens de Oliveira de. *Antonio Lemos e as obras de melhoramento urbano em Belém: a praça da República como estudo de caso*. 2003. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

ARANTES, A. Antônio; TORRES, Lilian de Lucca. Entrevista: Antônio Augusto Arantes. *Ponto Urbe*, 3, 2008.

ARANTES, Antonio. O patrimônio cultural e seus usos. *Habitus*, v. 4, n. 1, p. 425-435, 2006.

AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade*. Alagoas: EdUFAL, 2010.

BARROS, José D’Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, v. 3, n. 5, p. 35-67, 2009.

BATISTA, Luiz Antônio. *A cidade dos sábios*. São Paulo: Summus, 1999.

BAUMAN, Zigmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999a.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999b.

BELÉM. *Lei Nº 8.655, de 30 de julho de 2008*. Acesso em 5 abr. 2016.

BELÉM. *Plano diretor do município de Belém, 2008*. Acesso em 5 abr. 2016.

BENGIO, Fernanda Cristine dos Santos. *Uma analítica dos modos de produção de subjetividade frente o caso de patrimonialização do carimbo no Estado do Pará*. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

BITTENCOURT, Gilda Neves. Charles Baudelaire. In: BAUDELAIRE, Charles. *O Spleen de Paris*. Porto Alegre – RS: L&PM, 2016. p. 5-10.

BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2010.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. *Psicologia USP*, v. 4, n. 1/2, p. 277-284, 1993.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANCO, Patrícia M. Castelo. *Patrimônio histórico e turismo: uma construção social*. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 07 set. 2005.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui...> Acesso em: 07 set. 2005.

BRASIL. *Estatuto da Cidade*. Lei nº 10.257, 2001. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, 2001.

BRASIL. *Lei do Patrimônio Histórico ou Lei nº 7.709, de 18 de maio de 1994*. Acesso em 5 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Projeto Circular*. Disponível em: <http://www.projetcircular.com.br/> Acesso em: Acesso em 11 mar. 2016.

BRENNER, Eliane Lopes. Uma contribuição teórica para o turismo cultural. *Habitus*, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 361-372, 2005.

BRUSADIN, Leandro Benedini. O turismo e a história sob a ótica do patrimônio cultural: interlocuções entre campos do saber, práticas e representações. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMARGO, H. L. *Patrimônio histórico e cultural*. 3. Ed. São Paulo: ALEPH, 2002.

CANDIOTTO, C. *Foucault e a crítica da verdade*. Belo Horizonte: Autêntica; Curitiba: Champagnat, 2010.

CARDOSO, A. *A valoração como patrimônio cultural do <<raio que o parta>> expressão do modernismo popular, em Belém/PA*. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; FERNANDES, Danilo Araújo; BASTOS, Ana Paula Vidal. A inserção da RMB na Amazônia e na rede urbana brasileira. In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). *Belém: transformações na ordem urbana*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. p. 33-58.

CARDOSO, Patrícia de Menezes. *Democratização do acesso à propriedade pública no Brasil: função social e regularização fundiária*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CARLAN, Cláudio Umpierre.; FUNARI, Pedro. Paulo. Patrimônio e colecionismo: algumas considerações. *Revista Magistro*, v. 1 n. 1, p. 16-24, 2010.

CARTA DE ATENAS. *Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações*, 1931.

CARTA DE BRASÍLIA. *Documento regional do Cone Sul sobre autenticidade*, 1995.

CARTA DE VENEZA. *II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Escritórios*, 1964.

CARVALHO, Antônio Carlos de. Preservação do patrimônio histórico no Brasil: estratégias. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio, MAST*, v. 4, n. 1, 2011.

CARVALHO, Fernanda Ricalde Teixeira. Turismo e patrimônio cultural material. *Cultur*, ano 09, n. 01, p.143-159, 2015.

CASTELLS, Alicia Norma González de. Reabilitações urbanas na cidade contemporânea: entre as formas de fazer a cidade e as formas de fazer na cidade. In: CASTELLS, Alicia Norma González de; NARDI, Letícia. (Org.). *Patrimônio cultural e cidade contemporânea*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012. p.19-31.

CASTRO, Cleber Augusto Trindade; TAVARES, Maria Goretti da Costa. Processos de turistificação do espaço do patrimônio cultural: um estudo no centro histórico de Belém-PA. *Turismo: Estudos & Práticas*, v. 5, n. 1, 2016.

CASTRO. Maria das Neves Rocha. *Memórias de uma velha cidade: a representação histórico-social de Belém pós Belle Époque em crônicas de Campos Ribeiro*. 2011. Dissertação (Mestrado) – UFPA, ILC, Belém, 2011.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Lisboa: Edições 70, 2006.

- COELHO, Geraldo Mártires. Prefácio. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém*. Belém: Edições CEJUP, 1992. p.5-7.
- CONSELHO Internacional de Museus. Declaração de Caracas, 1992. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 15, p. 243-265, 1999.
- CONVENÇÃO para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, 1972.
- CORREA, Sandra Magalhães. O programa de cidades históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n. sér. v. 24. n. 1. p. 15-57, jan./abr. 2016.
- COSTA, Diogo Menezes. Arqueologia patrimonial: o pensar do construir. *Revista Habitus*, Goiânia, v. 2, p. 333-360, 2004.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 1989.
- DAOU, Ana Maria. *A Belle Époque Amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- DELEUZE, Gilles. *Cinema 1 – A imagem-movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* 2, v 1. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Lisboa: Relógio D'Água, 2004.
- DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: a invenção da cidade “Patrimônio da Humanidade”. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, p.113-143, 2005.
- DUSSEL, Inés. Foucault e a escrita da história: reflexões sobre os usos da genealogia. *Educação e Realidade*, v. 29, n. 1, p. 45-68, 2004.
- FARIA, F. Felipe. A. Georges Cuvier: história natural em tempos pré-darwinianos. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 1031-1034, out./dez. 2010.
- FIGUEIREDO, Silvio Lima. Gênese do pensamento sobre ecoturismo e seus efeitos: o desenvolvimento sustentável. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima. *Ecoturismos, festas e rituais na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPB, 1999. p. 32-77.
- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. 11. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. *Coleção Ditos e escritos II*. [Org.] Manoel de Barros da Motta. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.
- FOUCAULT, Michel. Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. *Coleção Ditos e escritos VII*. [Org.] Manoel de Barros da Motta; tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 21. reimpr. São Paulo: Graal, 2011b.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: N-1 Edições, 2013b.
- FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010c.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FURTADO, Carlos Ribeiro. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. *Cad. Metrop.*, v. 16, n. 32, p. 341-364, 2014.
- GODINHO, Emanuella da Silva Piani. A invenção do Centro Histórico de Belém/PA: aspectos institucionais. In: ENAPUR, XVIII, Sessão Temática 7: Cidade e História. São Paulo, 2017, p.1-20.
- GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; ESPINOZA, José Carlos Huapaya. Olhares cruzados: visões do urbanismo moderno na América do Sul, 1930-1960. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.). *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960*. [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. p.13-40. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 27 dez. 2017.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. *Horizontes Antropológicos*, ano 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1968.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HUR, Domenico Uhg. Memória e tempo em Deleuze: multiplicidade e produção. *Athenea Digital*, v. 13, n. 2, p. 179-190, 2013.

IPHAN. *Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial - Dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial*. 2. ed. Brasília-DF: IPHAN, 2003. (RPI).

IPHAN. *Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos*. Organizadora: Érica Diogo. Brasília, DF: IPHAN /Programa Monumenta, 2009.

IPHAN. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois*. Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial do Brasil 2003-2010. Brasília: IPHAN, 2010.

KEHL, Maria Rita. Cultura e Pensamento – Cultura e Cidade a construção de um outro imaginário urbano. Debate de 04 de novembro de 2015. Ministério da Cultura – Programa Cultura e pensamento. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://youtu.be/5mz9qKrpsik>. Acesso em: 04 nov. 2015.

KENT, Michael. Ecotourism, environmental preservation and conflicts over natural resources. *Horizontes Antropológicos*, v. 9, n. 20, p. 185-203, 2003.

KOERNER, Andrei. Direito, regulação e governamentalidade. In: SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard. (Org.). *O legado de Foucault*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p.223-239.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. 20. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LEFEBVRE, Henri. Especificidade da cidade: a cidade e a obra. In: LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. p. 51-55.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas-SP: Editora UNICAMP, 2003.

LEPPINI, Paola Sanfelice. Alegria e pensamento: repensando nossos afetos com Deleuze, Espinosa e Lacroix. *Educação e Filosofia*, v. 30, n. 59, p.159-188, 2016.

LIDCHI, Henrieta. The poetics and the politics of exhibiting other cultures. In: HALL, Stuart. *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. London: Sage, 1997. p. 151-208.

LIMA, Alexandre Martins de. *Pelos trilhos dos bondes: cidade, modernidade e tensões sociais em Belém de 1869 a 1947*. 2011. Tese (Doutorado) – NAEA-UFPA, Belém, 2011.

LIMA, Maria. Dorotéia de. *Ver-o-Peso, patrimônio(s) e práticas sociais: uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará*. 2008. Dissertação (Mestrado) – UFPA-PPGA, Belém, 2008.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 15-27.

MACHADO, Roberto. A história arqueológica de Michel Foucault. In: MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 3. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 145-181.

MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 7-30.

MAGALHÃES, Aloísio. A cultura nacional e a noção de patrimônio mundial. In: MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997. p. 85-109.

MALHEIROS, Ubiraelcio da Silva. Belém e o Ver-o-Peso: seguindo os passos da modernidade. In: ENCONTRO NACIONAL ANPAP, 22, 2013. Ecossistemas Estéticos. Belém, Pará, 15 a 20 de outubro, p. 910-924.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 8, n. 2, p.110-117, 2009.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. Patrimônio cultural sujeito, memória e sentido para o lugar. In: IPHAN (Org.). *Cadernos do Patrimônio cultural: educação patrimonial*. Fortaleza: Secultfor: IPHAN, p. 49-60.

MÁRTYRES, Mayara Ferreira. *O design do cartão postal da cidade de Belém: a fotografia como memória da Belle Époque (de Punctum a Punctum)*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2012.

MAYOL, Pierre. Anais do cotidiano: Primeira Parte Morar. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2: Morar, Cozinhar*. 12ª edição, Editora Vozes, Petrópolis – Rio de Janeiro, 2013, pp.31-188.

MIRANDA, Cybelle Salvador. *Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários e patrimônio cultural em Belém*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará – Belém, 2006.

MIZOGUCHI, Danichi Hausen. *Amizades contemporâneas: inconclusas modulações de nós*. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A genealogia da Moral*. São Paulo: Centauro, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2003.

OLIVEIRA, Ana Gita de. Salvaguarda do Patrimônio Cultural: bases para constituição de direitos. In: SEMINÁRIO PATRIMÔNIO CULTURAL E PROPRIEDADE INTELECTUAL: proteção do conhecimento e das expressões culturais tradicionais (13-15 de outubro de 2004: Belém/PA). Organizado por Eliane Moreira, Carla Arouca Belas, Benedita Barros, Antônio Pinheiro. *Anais... Belém: CESUPA/MPEG, 2005.*

OLIVEIRA, Giceli Portela Cunico de. *Restauro de duas casas modernistas como subsídio para um Método*. 2014. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2014.

ORELLANA, Rodrigo de Castro. A ética da resistência. *Ecopolítica*, v. 2, p. 37-63, 2012.

PALHA, Bárbara da Fonseca. *Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)*. 2011. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) – UFPA, Belém, 2011.

PARÁ. SECULT. *A memória de Belém do início do século em cartões-postais*. 2. ed. Belém, 1998.

PELEGRINI, Sandra C. A. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. *História*, São Paulo, v. 27, n. 2, 2008.

PELEGRINI, Sandra. C. A.; FUNARI, Pedro Paulo. *O que é patrimônio cultural imaterial?* São Paulo: Brasiliense, 2008.

PEREIRA, Ingrid Michelle Lopes; CHAGAS, Pedro Dolabela. Arquivo e memória: uma análise dos conceitos de arquivo segundo Michel Foucault e Roberto Gonzalez Echevarría. *Revista de Letras, Vitória da Conquista*, v. 3, n. 2, p.319-331, 2011.

PEREIRA, Rosa Cláudia Cerqueira. *Paisagens urbanas: fotografias e modernidades na cidade de Belém (1846-1908)*. 2006. Dissertação (Mestrado) – UFPA-Belém, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTO, Aline et al. A influência “haussmanniana” nas intervenções urbanísticas em cidades brasileiras. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XI; ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO – UVP, VII, p. 2714-2717, s.d.

POULOT, Dominique. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p.471-480, 2011.

PRADO FILHO, Kleber. Historicizar. In: FONSECA, Tania Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia; MARASCHIN, Cleci (Org.). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

- REGO, Teresa. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e toyotismo. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 35, p.65-79, jul./dez. 2015.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RIBEIRO, Flávio Augusto Senra; PINTO, H. de S. S. Rupturas epistemológicas e o discurso sobre Deus. Uma leitura a partir de Michel Foucault. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 8, n. 18, p. 27-64, 2010.
- RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- ROLNIK, Raquel. *10 anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da copa do mundo*. [Este artigo foi escrito com a assistência de Vitor C. Nisida, a quem agradeço. Agradeço também a colaboração da equipe do LabCidade da FAUUSP- Joyce F. Reis, Danielle Klintowitz, Rodrigo Faria e Rosane R. de O. Santos pela colaboração], s/d.
- SANCI-ROCA, Roger. De armas do fetichismo a patrimônio cultural: as transformações do valor museográfico do Candomblé em Salvador da Bahia no século XX. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda (Org.). *Museu, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007. p. 95-113.
- SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil 1920-1970*. 1992. Tese (Doutorado) – UnB, Brasília, 1992.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda; CHAGAS, Mário de Souza. A linguagem de poder dos museus. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda (Org.). *Museu, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007. p.12-19.
- SCHWARCZ, Lilian. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SENA, Tatiana da Costa. *Relíquias da nação: a proteção de coleções e acervos no patrimônio (1937-1979)*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, FGV, Rio de Janeiro, 2011.
- SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias das intimidades*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

- SILVA, Rosane Neves da. *A dobra deleuziana: políticas de subjetivação*. 2014. Disponível em: www.ichf.uff.br/2004-1-CAP4. Acesso em: 17 jun. 2015.
- SILVA, Sandra Siqueira da. A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio Cultural. *Aurora*, ano V, n. 7, 2011.
- SILVA, Sandra Siqueira da. Patrimonialização, cultura e desenvolvimento. Um estudo comparativo dos bens patrimoniais: mercadorias ou bens simbólicos? Relatos de experiência/Experience Reports. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*, v. 5, n. 1, 2012.
- SILVA, Vânia. A tomada da cidade como negócio, onde a gestão da riqueza ocorre de modo especulativo e desregulamentado. A financeirização do espaço urbano. In: ENGAL, Peru, 2013.
- SILVA PINTO, Helder de Souza. *Deus, as palavras e as coisas: investigação sobre as rupturas epistemológicas e o discurso sobre Deus na obra As palavras e as coisas de Michel Foucault*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Juiz de Fora – MG, 2010.
- SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu; SOARES, Pedro Paulo de Miranda. As paisagens fantásticas numa cidade amazônica sob o olhar dos taxistas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, p.153-168, 2012.
- SILVEIRA, Luciana Braga; BUENDÍA, Mercedes Prado. Da invenção da tradição (ou de como os patrimônios nos inventam). Notas sobre a patrimonialização do pastoreio na Espanha. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 145-169, 2011.
- SMITH, Melaine. K. The globalisation of heritage tourism. In: SMITH, M. K. *Issues in Cultural Tourism Studies*. 2. ed. New York: Routledge, 2006. p. 99-116.
- SOUSA, Rosana de Fátima Padilha de. *Reduto de São José: história e memória de um bairro operário (1920/1940)*. 2009. Dissertação (Mestrado) – UFPA, Belém, 2009.
- SOUTO, Caio Augusto T. Nietzsche e Foucault da morte de Deus à morte do homem. *Saberes*, Natal – RN, v. 1, n.6, p.129-141, 2011.
- SOUZA, Roseana Silveira. Teatro da Paz: histórias invisíveis em Belém do Grão-Pará. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. n. sér. v. 18. n. 2, p. 93-121, 2010.
- TERNES, José. Michel Foucault e o nascimento da modernidade. *Tempo Social - Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 45-52, out. 1995.
- TOMASO, Izabela. Relíquias e patrimônios que o Rio Vermelho levou. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.199-221.
- TRINDADE, José Ronaldo. *Errantes da Campina: Belém, 1880-1900*. 1999. Dissertação (Mestrado) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

UFRGS. *Manuais do Patrimônio Histórico Edificado da UFRGS: Cartas Patrimoniais e Legislação*. Rio Grande do Sul, 2007.

ULPIANO, Claudio. *Nietzsche: A Individuação e a identidade ou A conquista da diferença*. 20/08/1989. (Aula transcrita). Disponível em: <http://claudioulpiano.org.br/aulas-transcritas/aula-de-20081989-nietzsche-a-individuacao-e-a-identidade-ou-a-conquista-da-diferenca/> Acesso em: 17 nov. 2013.

ULPIANO, Claudio. *A força imaterial da vida*. 19/01/1996. (Aula transcrita). Disponível em: <http://claudioulpiano.org.br/aulas-transcritas/aula-de-19011996-a-forca-imaterial-da-vida-2/amp/> Acesso em: 20 nov. 2018.

UNESCO. *Recomendações de Nairóbi (1976): Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e a sua função na vida contemporânea*, 1976.

VENSON, Anamaria Marcon; MARIA PEDRO, Joana. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. *História oral*, v.15, n. 2, p. 125-139, 2012.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VICENTE, Antônio Pedro. Política exterior de D. João CV no Brasil. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 193-214, dez.1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_aetext&pid=S013-40141993000300006&Ing=en&nrm=iso. Acesso em: 01 ago. 2017.

VIEIRA, David Durval Jesus. Belém: sociedade e natureza (1897-1911). *Revista Territórios e Fronteiras*, v.3 n. 2, p. 60-72, 2010.

VINUESA, Miguel Ángel Troitiño. Turismo e Desenvolvimento nas Cidades Históricas Ibero-Americanas: desafios e oportunidades. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira (Ed.). *Turismo, Memória e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Roca, 2004, p. 33-50.

VYGOTSKY, Semyonovitch Lev. *A formação social da mente*. 4. ed. São Paulo – SP: Martins Fontes, 1991.

WITCOMB, Andrea. Using immersive and interactive approaches to interpreting traumatic experiences for tourists: potentials and limitations. In: WITCOMB, A. *Heritage and Tourism: place, encounter, engagement*. New York: Routledge, 2013. p. 152-170.

ZANIRATO, Helena Silvia; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

ANEXOS

I – ESCOLHA DOS DOCUMENTOS

O documento, interrogado como objeto datado e produzido por interesses heterogêneos, coloca os “fatos” em perspectiva, ensejando que outras formas discursivas possam fazer parte do rol documental – tais como filmes, músicas, fotografias e outras –, podendo também ser utilizados para analisar determinados aspectos sociais, políticos e culturais de interesse do pesquisador. Houve, por conseguinte, a ampliação da noção de documento, que deixa de considerar apenas as falas oficiais sobre os acontecimentos históricos, marcando uma história, mas amplia seu olhar sobre quem pode construí-la. Trata-se de explorar uma história “não-factual”, ou seja, que não se ocupa apenas da “história-tratados-e-batalhas” (VEYNE, 1998), atuando no que se considera história do presente, na qual se conjectura sobre uma ontologia histórica do sujeito.

Esse movimento, iniciado pela Escola dos *Annales*, durante a década de 1920, promoveu a reintrodução do testemunho direto como fonte de pesquisa. Contudo, a história oral ainda é pouco discutida no Brasil, conforme afirmam Amado e Ferreira (2006). O panorama apresentado por essas autoras é de que não há unanimidade quanto à natureza da história oral, enquanto uma técnica, fonte ou método. As entrevistas são apresentadas nessa mesma perspectiva, como desdobramento da história oral. Ponto importante destacado por elas refere-se às práticas arquivistas empregadas nas entrevistas, que seriam para um uso futuro ou dos modos adotados para analisá-las.

Lozano (2006) menciona duas facetas sobre os usos da história oral, uma técnica e outra metodista, as quais são divididas em estilos. A faceta técnica é composta pelos seguintes estilos: o arquivista, o qual transcreve entrevistas para criar e organizar arquivos para usos futuros; e o difusor populista, que seria aquele que tem pressa em fazer conhecer o depoimento oral, criando arquivos a partir do princípio da fidelidade e produzindo análises apressadas, não se preocupando em problematizar a realidade social dos informantes. Já a faceta metódica abrange o estilo reducionista e o do analista completo. O primeiro não valoriza a “evidência oral” em si, mas como apoio ou “apêndice” da história factual, em nível de “ilustração”. O segundo estilo leva em conta as condições de produção das fontes orais, fazendo uso de “fontes tradicionais” para

complementar suas discussões e não se limitando a um único método ou a uma disciplina como campo de saber, de sorte a especificar a perspectiva teórico-metodológica utilizada.

A entrevista como forma de enquadre da história oral pode ser usada como ferramenta de produção documental, pela qual o material a ser analisado é forjado no campo heterogêneo de múltiplos interesses que devem ser pontuados, a fim de deixar visíveis os limites da produção de verdade em jogo. Entrevistas estão sendo pensadas, nesta pesquisa, como importante campo em que questões acerca do uso do centro histórico de Belém são mais bem palpáveis que em outros tipos de documentos, de maneira que o mote das questões utilizadas para as narrativas acerca do uso da cidade foi o Projeto Circular.

Pesquisas “psicológicas” costumam situar-se em locais direcionados às essências e subjetivismos, o que, de forma alguma, se enquadra no que foi tecido aqui. Narrativas são efeitos de determinados estados dos corpos: não caberia então limitá-las a formas eternizadas. “A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta.” (FOUCAULT, 2010, p.14). Dessa maneira, não se busca a análise do sujeito, porém, da trama de poderes e saberes que aparecem nas narrativas dos sujeitos entrevistados, cenário que congrega modos de constituição dos sujeitos

Sob o enfoque da arqueologia, em Foucault (2010), as entrevistas, enquanto documentos, são interrogadas no nível de sua função enunciativa, do já dito, na condição de sua existência. São práticas que compõem um sistema de arquivo geral que obedece a uma lei de aparecimento. Portanto, seus elementos devem ser repartidos, a fim de que sejam visibilizadas as teias que encandeiam a trama patrimonial como forma de uso da cidade. É a análise dos enunciados que constitui o arquivo, que forma o jogo de luz sob as condições históricas, que deverá ser efetuada no decorrer deste estudo. É importante que se frise que os discursos diversos, os quais serão destacados ao longo deste texto, não constituem analítica da interioridade do ser inserido em certa mentalidade histórica, contudo, trata-se de interrogar os enunciados e condições históricas diagramadas que delineiam posições de sujeitos, que mudam ao sabor das relações de forças que se estabelecem ao acaso.

O sujeito é uma variável, ou melhor, um conjunto de variáveis do enunciado. A Arqueologia do Saber analisa essa função-sujeito: o

sujeito é um lugar ou uma posição que varia muito segundo o tipo, segundo o limiar do enunciado; o próprio “autor” não passa dessas posições possíveis, em certos casos. (DELEUZE, 2013, p. 64).

Além das Cartas patrimoniais instituídas como acordos internacionais, por meio da UNESCO, como a Carta de Atenas, de 1931, foram buscadas outras fontes do processo de ocupação do centro histórico, como prática de direito à cidade, tais como reportagens sobre a situação do centro histórico em jornais de grande circulação, a fim de garantir que se atinja, minimamente, o cerne de questão tão complexa como o direito à cidade, no recorte patrimonial e turístico.

Aspecto importante da analítica documental é o desmonte dos documentos em enunciados, onde a descrição das relações estabelecidas comporá uma análise que visa a fugir das explicações mágicas para os acontecimentos, tais como a tomada de consciência, visão de mundo ou jogo das mentalidades. Como explica Foucault (2013a, p. 68), costuma-se recorrer a essas soluções, quando a análise dos enunciados se torna expediente demasiado difícil.

Entrevistas

Entrevistas são importantes recursos para acessar infinitas práticas discursivas que não denotam neutralidade ou necessariamente uma dissidência do documento oficial, como um relatório que foi intensamente editado, por exemplo. Entretanto, entrevistas também podem permitir o embarque por meandros não declaradamente institucionalizados, guardando, em suas entrelinhas, analisadores potentes de relações heterogêneas de saber e poder. Elas possibilitam adentrar em aspectos da cidade e subjetividade, no recorte patrimonial mais rarefeito e singular, ao darem passagem a enunciados pouco visibilizados, como aqueles formados por grupos, movimentos e sujeitos em geral apartados dessa discussão. Assim, uma das etapas desta pesquisa deve ser constituída em contatar grupos/sujeitos que se relacionem cotidianamente com o bairro da Campina, todavia, que não estejam vinculados ao projeto acima citado, a fim de se produzir uma narrativa sobre o bairro, a preservação patrimonial e o projeto. Nessa perspectiva, foi realizado contato com representantes dos espaços ligados ao Circular-Campina Cidade Velha, bem como moradores do bairro da Campina que não tinham ligação institucional com o projeto.

Conforme informações disponíveis no *site* do Projeto Circular, há o desejo de que, em 2016, seja apresentado um panorama positivo do centro histórico. O

mapeamento de espaços ligados à arte/cultura e gastronomia com interesse em aderir também consta como atividade a ser implementada. Entre os apoiadores institucionais do Projeto Circular, estão Polícia Militar, Fórum, GeoTur UFPA, IPHAN; listados no *site* do projeto, como organizações que atuam na realização e patrocínio, estão Banco da Amazônia, Ministério da Cultura, dentre outros; é importante observar que essas parcerias foram sendo estabelecidas ao longo do desenvolvimento do projeto. Nos dias em que funciona, o projeto disponibiliza a programação dos espaços. Estão igualmente, no *site* do projeto, informações sobre os parceiros, divididos por seções: Atelier e Galerias; Teatro e Música, Comes e Bebes, Atividades e Espaços Culturais e Turismo. Cada estabelecimento situado nos bairros e que adere ao projeto contribui com uma pequena taxa, cujo montante é usado para movimentar o planejamento e a execução da atividade, que tem periodicidade bimensal.

A divisão dos estabelecimentos participantes por seção foi encontrada no *site* do projeto e, no ano de 2015, serviu de base para a seleção dos participantes para as entrevistas deste estudo, optando-se por priorizar os estabelecimentos localizados no Bairro da Campina e de maior constância nas edições do projeto. Com essas escolhas, procurou-se igualmente apresentar como cada uma dessas vertentes do projeto (turismo, arte, gastronomia, atividades culturais) se articula e contribui para a construção de um projeto de turismo cultural, em Belém.

O Belém Hostel é um espaço do segmento de hospedagem e funciona em uma casa histórica, desde o final de agosto de 2014, a poucos metros da principal praça da cidade, a Praça da República, preocupando-se com a valorização histórico-estética do lugar. Inserida na seção “Atividades e Espaços Culturais”, a Associação Fotoativa promove cursos e atividades, com o intuito de difundir a linguagem fotográfica no Pará. Com caráter social, foi fundada em 1984 e consolidou-se hoje como importante espaço de promoção de cidadania, por meio de imagens que são apresentadas em exposições. Outro espaço selecionado foi o Dona Joana, restaurante que tem como slogan a venda de comida 100% sem glúten, cujo projeto de criação foi escrito em 2008 por Alberto Junior, neto da mulher que dá nome ao restaurante. O lugar foi a última morada da avó de Alberto. Joana Maia Romagnoli, filha de imigrantes italianos e atriz, durante as primeiras décadas do século XX, chegando a apresentar-se nos palcos do Teatro da Paz. O Discosaoleo é uma loja de vinil criada em 2014, a partir de um desejo antigo do proprietário, Leo Bitar, apreciador da música e dos vinhos. O espaço, além de ser uma loja, também é usado para apresentação de pequenos *shows*. A Kamara Kó é uma

galeria chefiada por Makiko Akao, a qual tem como endereço o bairro da Campina, desde a década de 1990, apesar de sua história com a fotografia iniciar-se na década anterior. A Kamara Kó é a instituição que assina o Projeto Circular, por isso, foi selecionada. Os espaços escolhidos estão todos localizados no bairro da Campina, ocupando locais ainda preservados, tanto interna quanto externamente.

O contato com eles foi feito através de suas respectivas páginas, em uma rede social, onde foi informado sucintamente o lugar institucional de pesquisadora, o objetivo da pesquisa e, em seguida, fez-se o convite para participar da mesma.

Para adentrar em outra perspectiva sobre o bairro e o projeto, foram entrevistados três moradores do bairro e um ex-morador, que continua frequentando o lugar com constância. Assim, entrevistaram-se: antigo morador que reside na Campina há mais de quarenta anos; uma moradora que reside há pouco mais de dois anos; outra moradora que vive no bairro há mais de seis anos; e um ex-morador que frequenta o bairro há mais de dez anos, sendo dois como morador. Dessas entrevistas, duas foram conseguidas por indicação e as outras por abordagem direta aos sujeitos. Estavam previstas mais duas entrevistas com moradores, porém, devido a eventos imprevisíveis, envolvendo a saúde da pesquisadora, não foi possível efetivá-las. É importante destacar que os responsáveis pelos estabelecimentos alcançados também residem na Campina, de tal forma que foi elaborado um roteiro de entrevista para cada grupo.

As entrevistas foram marcadas conforme a conveniência dos entrevistados, em seus respectivos locais de trabalho/atução/moradia. Vale ressaltar que a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética do Hospital Universitário João de Barros Barreto, de maneira que foram usados termos de consentimento livre e esclarecido, em todas as entrevistas, as quais foram gravadas e posteriormente transcritas. As perguntas direcionadas aos estabelecimentos giravam em torno da relação do lugar com o bairro, com a preservação patrimonial e o interesse do espaço em estar vinculado ao projeto. Por sua vez, as perguntas dirigidas aos moradores buscavam pistas acerca da relação destes com o bairro pela memória e também com o Projeto Circular.

É oportuno destacar que as entrevistas, como documentos, são analisadas como práticas discursivas, produzidas em relações de saber e poder que envolvem diretamente o lugar do pesquisador-sujeito, tanto na elaboração do roteiro de entrevistas quanto na organização das entrevistas como séries discursivas. Venson e Maria Pedro (2012) tecem considerações sobre a memória, enquanto fonte de pesquisa em relação direta com a história.

[...] a memória é uma invenção. Não significa que estamos supondo que a pessoa que aceita arriscar respostas às nossas indagações de pesquisa esteja mentindo ou que esteja sendo levada pelo engano, mas que a rememoração é sempre um processo de subjetivação, de positivação, de refazer, de criação. (VENSON; MARIA PEDRO, 2012, p. 128).

A transformação das entrevistas em séries discursivas é uma ferramenta analítica que ajuda a visualizar o campo de força que tensiona os sujeitos. Assim, entende-se que não existe nenhum princípio de unidade no discurso, analisando-se os discursos pela descrição das dispersões, caracterizando-se as discontinuidades presentes nos discursos (MACHADO, 2006).

Cartas Patrimoniais

Ao longo do século XX, foram assinados acordos internacionais de variada ordem, dentre as quais está o patrimonial. Estão sendo designadas, neste texto, como Cartas Patrimoniais alguns desses tratados de cunho patrimonial, bem como outras leis de caráter federal que seguem esse mesmo tema. Em 2007, foi lançado pela Secretaria do Patrimônio Histórico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) o caderno intitulado *Manuais do Patrimônio Histórico Edificado da UFRGS: Cartas Patrimoniais e Legislação*, que é uma coletânea de documentos oficiais relacionados à prática patrimonial, apresentada cronologicamente.

Esse caderno segue como base de indicação de documentos a serem analisados, tais como: Carta de Veneza (1964), que trata sobre a restauração arquitetônica; Recomendações de Nairóbi (1976), conferência que “[...] visa possibilitar a coexistência harmônica entre passado e presente” (p. 32), abordando a Salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea; Carta de Brasília (1995), documento de cunho regional que versa sobre estratégias para reforçar a identidade regional do Cone Sul, diferenciando-a da cultura dos países com longas tradições como nações; e a Carta de Atenas (1931), a qual é considerada o marco internacional do processo de “conscientização dos Estados Modernos para preservação (arquitetônica)” (p. 47).

